

Juliana Vasconcelos de Souza Barros

**Estratégias reprodutivas e evolução da  
fronteira agrícola: um estudo qualitativo para  
Machadinho d'Oeste, Rondônia**

Belo Horizonte, MG  
UFMG/Cedeplar  
2017

Juliana Vasconcelos de Souza Barros

**Estratégias reprodutivas e evolução da fronteira  
agrícola: um estudo qualitativo para Machadinho  
d'Oeste, Rondônia**

Tese apresentada ao curso de doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Laura Lúcia Rodríguez Wong  
Coorientador: Prof. Alisson Flávio Barbieri

Belo Horizonte, MG  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional  
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG  
2017

## Folha de Aprovação

*Para meu filho, já tão amado*

## AGRADECIMENTOS

Concluir esta tese é motivo de grande felicidade e satisfação, mas encerrar um ciclo nem sempre é fácil. Escrever essas linhas traz um vazio, uma saudade do que ainda nem acabou e já me faz tanta falta. Foram tantos momentos importantes vividos nesses anos de doutorado, tanto aprendizado, tantas conquistas e alegrias, mas também muitas dificuldades e frustrações. Todas essas experiências contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que chega hoje ao fim dessa estrada e se prepara para virar a esquina e seguir o próximo caminho. Uma pessoa mais forte, mais centrada, mais segura que teve a sorte de ter o apoio, o incentivo, a presença e o companheirismo de pessoas que tornaram essa caminhada mais leve.

Na minha trajetória acadêmica, pude contar com um anjo que, mais que uma professora e orientadora, tornou-se uma querida amiga que levarei para a vida. Laura, palavras não são suficientes para expressar o quanto te admiro e sou grata por tudo que fez por mim, todas as oportunidades e ensinamentos desde a graduação. Que alento é chegar ao corredor do terceiro andar e ver a luz que sai pela sua porta, sempre aberta; é uma sensação de conforto indescritível saber que ali encontrarei alguém com quem posso contar nos bons e nos maus momentos. Cada conversa, cada conselho, cada ensinamento e, porque não, cada puxão de orelha estão guardados como um presente precioso. Você é para mim um exemplo de dedicação à docência, à pesquisa e aos alunos. Obrigada, obrigada e obrigada!

Agradeço ao professor Alisson Barbieri, que aceitou a tarefa de me coorientar após a qualificação e que colaborou sobremaneira para o resultado alcançado. Obrigada ainda pela experiência vivida em Machadinho e por me ensinar tanto sobre fronteira agrícola. Agradeço também a todos os professores que tive no Cedeplar. Grandes mestres, quanta sabedoria reunida. São, sem dúvida, os maiores responsáveis pela minha formação e pelos conhecimentos demográficos adquiridos. Ao professor José Alberto, um agradecimento especial. Agradeço ainda a todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação, pela presteza e disponibilidade para fornecer informações e resolver os problemas. Ao CNPq, pelo apoio financeiro nesses anos de estudo.

À professora Paula Miranda-Ribeiro, que me ensina desde a graduação e contribuiu grandemente para a aprendizagem dos métodos qualitativos, e à professora Ana Paula Verona, estudiosa da fecundidade que contribuiu com importantes recomendações durante a qualificação, agradeço muito por aceitarem participar mais uma vez de uma banca minha. Ao John Sydenstricker, com quem aprendi muito sobre Machadinho antes mesmo de estar lá, obrigada pelas importantes contribuições durante a qualificação e por aceitar colaborar novamente com o resultado final. Obrigada também Donald Sawyer, grande conhecedor da

fronteira agrícola brasileira, por aceitar ser parte da banca e, certamente, contribuir para aprimorar meu trabalho.

Não posso deixar de agradecer aos bons amigos que fiz durante esses anos de estudo no Cedeplar. Aos amigos da minha eterna Coorte 2010, por todo apoio, companheirismo e por até hoje compartilharmos tantos bons momentos. A todos os colegas que já passaram pelo Laboratório de Pesquisa, onde desde 2012 aprendo Demografia na prática, obrigada por todos os momentos de trabalho e aprendizagem, alegrias e angústias compartilhadas. À Gabi, que por tantos anos de estudos e trabalho conjunto, se tornou uma grande amiga e parceira para toda vida. Agradeço ainda aos amigos de toda a vida, simplesmente por serem companheiros. Mesmo que a vida mude, que não estejamos mais tão próximos, a alegria dos momentos compartilhados sempre me acompanharão.

Obrigada às mulheres de Machadinho d'Oeste por aceitarem participar com tanto entusiasmo da minha pesquisa e tornar possível a conclusão desta tese. A história de força e luta de vocês é inspiradora. Obrigada a toda a equipe que participou do trabalho de campo, pesquisadores, motoristas, funcionários do hotel e todos aqueles que se dispuseram a ajudar para o bom andamento do trabalho.

Agradeço a meus pais por não medirem esforços para que eu estudasse e seguisse meus sonhos. Vocês são meus exemplos, meu porto seguro, e espero sempre honrar o que fazem por mim. À Manuela e Rafael, pelos momentos que só os irmãos podem proporcionar. Mesmo quando a vida foi mais difícil para nós, o amor e o carinho da nossa família não me deixaram desistir. O que alcanço hoje é também uma conquista de vocês. Um agradecimento especial à Érica e aos meus amados sobrinhos, Victor, Maria Luisa e Alice, que possuem, na singeleza das crianças, o que eu preciso para renovar minhas energias.

Ao Diogo, um agradecimento mais que especial. Obrigada por ser meu marido, amigo, companheiro, meu amor. Obrigada por estar sempre presente, especialmente nos momentos em que a tese, o trabalho de campo, as revisões, a falta de paciência e o cansaço me consumiram. Obrigada por estar sempre perto, por todos os conselhos, discussões, risadas, cuidado, cumplicidade e respeito. Obrigada por tudo, por sempre. Com você, tudo se torna melhor e mais fácil!

Ao serzinho que me acompanhou, mesmo sem eu saber, no final desta tese. Inesperadamente, um amor diferente e arrebatador tomou conta da minha vida e me transformou. Não sei como será daqui para frente, mas será melhor com você!

Obrigada, Deus, por se fazer presente na forma de pessoas tão especiais em minha vida, por me ajudar e me dar forças em todos os momentos.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|              |  |
|--------------|--|
| BASA         | Banco da Amazônia  |
| CIPD         | Conferência Internacional de Desenvolvimento e População           |
| COEP         | Comitê de Ética em Pesquisa da Universidad Federal de Minas Gerais |
| EMATER       | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                    |
| IBGE         | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                    |
| INCRA        | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                |
| LUCIA        | Land Use, Climate and Infections in Western Amazonia               |
| MDO          | Machadinho d'Oeste   |
| NUAR         | Núcleo Urbano de Apoio Rural                                       |
| ODM          | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio                            |
| ODS          | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                           |
| P.A.         | Projeto de Assentamento  |
| PAD          | Projeto de Assentamento Dirigido                                   |
| PIC          | Projeto Integrado de Colonização                                   |
| PIN          | Programa de Integração Nacional                                    |
| PLANAFLORO   | Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia                         |
| POLAMAZÔNIA  | Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia         |
| POLONOROESTE | Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil        |
| RO           | Rondônia   |
| SSR          | Saúde Sexual e Reprodutiva   |
| SUDAM        | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia                    |
| TCLE         | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido                         |
| TEF          | Taxa Específica de Fecundidade                                     |
| TFT          | Taxa de Fecundidade Total  |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO.....   | 13  |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO.....  | 20  |
| 2.1 O processo de ocupação contemporânea da fronteira agrícola na Amazônia brasileira                                   | 21  |
| 2.1.1 A política de ocupação dirigida na Amazônia.....  | 21  |
| 2.1.2 A política de ocupação dirigida em Rondônia.....  | 25  |
| 2.1.3 Estágios de evolução da fronteira.....  | 31  |
| 2.1.4 O perfil da migração, ocupação dos lotes e a configuração do rural e urbano na fronteira agrícola amazônica ..... | 36  |
| 2.1.5 Considerações.....  | 44  |
| 2.2 Fecundidade e saúde sexual e reprodutiva na fronteira amazônica.....  | 47  |
| 2.2.1 Teorias sobre fecundidade na região de fronteira.....   | 47  |
| 2.2.2 Saúde sexual e reprodutiva na fronteira agrícola amazônica .....  | 67  |
| 2.2.3 Considerações.....  | 75  |
| 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....   | 78  |
| 3.1 Método de coleta dos dados.....   | 79  |
| 3.2 Projeto <i>LUCIA</i> e local de estudo .....  | 81  |
| 3.3 Perfil das entrevistadas, roteiro de entrevistas e pré-teste .....  | 84  |
| 3.4 O trabalho de campo.....  | 90  |
| 3.5 Análise dos dados e apresentação dos resultados.....  | 94  |
| 4 RESULTADOS .....  | 96  |
| 4.1 Mulheres que viveram seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira .....                   | 96  |
| 4.1.1 Características sociodemográficas das entrevistadas .....   | 96  |
| 4.1.2 História de vida na fronteira .....   | 101 |
| 4.1.3 História reprodutiva.....   | 126 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.1.4 Síntese do perfil das mulheres que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais da fronteira.....      | 155 |
| 4.2 Mulheres que vivem seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira.....                               | 158 |
| 4.2.1 Características sociodemográficas das entrevistadas .....  | 158 |
| 4.2.2 História de vida na fronteira .....  | 162 |
| 4.2.3 História reprodutiva.....  | 181 |
| 4.2.4 Síntese do perfil das mulheres que vivem a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios mais avançados da fronteira ..... | 206 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 209 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 218 |
| ANEXOS .....   | 226 |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Mapa de Machadinho d’Oeste .....   | 82  |
| Figura 2 – Distribuição por sexo e idade, Machadinho d’Oeste, 1991 e 2010.....  | 83  |
| Figura 3 – Perfil de mulheres a serem entrevistadas em Machadinho d’Oeste.....  | 86  |
| Figura 4 – Esquema teórico das dimensões a serem captadas no trabalho de campo: fatores que afetam as estratégias reprodutivas das mulheres em Machadinho d’Oeste .....                           | 88  |
| Tabela 1– Número de entrevistas realizadas, segundo a área de residência e o momento em que viveu o período reprodutivo na fronteira .....  | 94  |
| Tabela 2 – Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira, Área Rural .....     | 98  |
| Tabela 3 – Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira, Área Urbana .....    | 100 |
| Tabela 4 – Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que vivem a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira, Área Rural.....  | 160 |
| Tabela 5 – Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que vivem a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira, Área Urbana..... | 161 |

## RESUMO

Esta tese analisa as estratégias reprodutivas de duas coortes de mulheres em uma região de fronteira agrícola na Amazônia brasileira. Por estratégia reprodutiva, entende-se a adoção de determinado comportamento reprodutivo e contraceptivo segundo as possibilidades e adversidades oferecidas no contexto da fronteira. O objetivo é avaliar, dentro da dinâmica populacional da fronteira, as mudanças nas estratégias reprodutivas e contraceptivas ao longo do processo de evolução de uma região de fronteira agrícola. No momento inicial de abertura da fronteira, não havia uma infraestrutura sólida que permitisse à geração pioneira de mulheres acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, essenciais para definição e implementação das estratégias reprodutivas. Além disso, as condições sociais e econômicas encontradas naquele momento podem também ter refletido nas decisões dessas mulheres. Nas fases mais avançadas, a evolução e o desenvolvimento socioeconômico da fronteira trazem novas variáveis ao contexto estudado, que podem ter influência na definição de um comportamento reprodutivo diferente pelas novas gerações. Assim, as distintas condições socioeconômicas que os estágios de evolução da fronteira oferecem tornariam as estratégias reprodutivas diferenciadas, de forma que as decisões tomadas seriam diferentes nas fases iniciais e nas mais avançadas da fronteira. Para avaliar as mudanças no comportamento reprodutivo, realizou-se um estudo qualitativo em Machadinho d'Oeste, Rondônia, um município que se originou dos projetos de assentamento para ocupação da fronteira na Amazônia brasileira. Foram realizadas 60 entrevistas em profundidade com mulheres que viveram seu período reprodutivo ou nos estágios iniciais ou nos mais avançados de evolução da fronteira, criando-se dois grupos de comparação. Os resultados apontam que não haveria uma relação direta entre uso da terra e número de filhos, não obstante o que aponta a literatura. Entre as mulheres dos estágios iniciais, as estratégias reprodutivas eram definidas segundo as restrições econômicas e a ausência de serviços de saúde sexual e reprodutiva; elas desejavam poucos filhos, mas tinham mais do que queriam por falta de conhecimento e dificuldades no planejamento da fecundidade. Entre as mulheres dos estágios mais avançados da fronteira, a definição das estratégias ocorrerem em um contexto diferente, mas também há o desejo por poucos filhos e elas são mais bem-sucedidas na implementação das preferências. Elas possuem maior acesso e conhecimento quanto à contracepção e a motivação por menos filhos passa por questões como trabalho e escolaridade. Apesar das diferenças, em ambos os perfis a união e a maternidade ocorrem em idades jovens, há uma razoável proporção de gravidezes que ocorrem por falha contraceptiva e elevado índice de realização de laqueadura.

---

**Palavras-chave:** Saúde Sexual e Reprodutiva; Fecundidade; Fronteira Agrícola; Amazônia.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the reproductive strategies of two sets of women in the agricultural frontier in the Brazilian Amazon. For reproductive strategy, it is understood that certain reproductive and contraceptive behaviors are adopted, according to the possibilities and adversities offered in the context of the frontier. The objective is to evaluate, within the population dynamics of the frontier, the changes in reproductive and contraceptive strategies throughout the process of evolution within an agricultural frontier region. At the time of the opening of the frontier, there was no solid infrastructure to enable the pioneering generation of women to access sexual and reproductive health services, which are essential for the definition and implementation of reproductive strategies. In addition, the social and economic conditions found initially also may have been reflected in the decisions of these women. In the more advanced stages, the evolution and socioeconomic development of the frontier brought new socioeconomic variables to the context being studied, which can have an influence in the definition of the female reproductive behavior of the new generations. Thus, the different conditions that the evolutionary stages of the frontier offer would make the reproductive strategies different from one another, so that the decisions taken would be different in the initial and the most advanced stages of the frontier. A qualitative study was developed in Machadinho d'Oeste, Rondônia, a municipality that originated from settlement projects to occupy the Brazilian Amazon. 60 in-depth interviews were conducted with women who lived their reproductive period either in the initial or more advanced stages of frontier evolution, creating two comparison groups. The results indicate that there is no direct relationship between land use and number of children, despite what the literature claims. Among women in the first stages, reproductive strategies were defined according to economic constraints and the absence of sexual and reproductive health services; they wanted few children, but they had more than they wanted, because of a lack of knowledge and difficulties in fertility planning. Among women in the more advanced stages of the frontier, the definition of strategies occurs in a different context, but there is also a desire for few children, and they are more successful in implementing preferences. They have greater access to and knowledge about contraception and the motivation for fewer children goes through issues, such as work and schooling. Despite the differences, in both profiles union and childbearing occur at young ages, and there is both a reasonable proportion of pregnancy due contraceptive failure and a high rate of female surgical sterilization.

---

**Keywords:** Fertility; Reproductive and Sexual Health; Agricultural Frontier; Amazonia.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese analisa as estratégias reprodutivas das mulheres em uma região de fronteira agrícola na Amazônia brasileira. Por estratégia reprodutiva, entende-se a adoção de determinado comportamento reprodutivo e contraceptivo segundo as possibilidades e adversidades oferecidas em um contexto de fronteira. O objetivo é compreender as motivações subjacentes às estratégias reprodutivas de diferentes gerações de mulheres vivendo em distintos estágios da fronteira agrícola, entendendo como o comportamento reprodutivo foi se alterando de acordo com as mudanças que também ocorreram no cenário da fronteira ao longo do tempo.

O interesse em estudar as estratégias reprodutivas em uma área de fronteira agrícola diz respeito ao fato dessas regiões apresentarem, a princípio, os fatores clássicos propiciadores da alta fecundidade: indivíduos majoritariamente de baixa escolaridade e renda, concentrados na área rural e uma infraestrutura precária de serviços, principalmente de saúde sexual e reprodutiva (Sydenstricker, 1990). Além disso, teorias sobre fecundidade em regiões de fronteira apontam para uma associação entre tamanho da família e da terra, em uma sincronia entre produção e reprodução. Assim, as estratégias reprodutivas na fronteira estariam ligadas à manutenção da unidade familiar, isto é, a necessidade de mão de obra (familiar) para as tarefas agrárias e o tipo de uso que se faz da terra guardariam relação com número de filhos, tanto no sentido de aumentar como de diminuir a prole (Merrick, 1978; Clay e Johnson, 1992; Carr e Pan, 2002; Sutherland et al., 2004; Barbieri et al., 2005; Pan e Carr, 2016).

Entretanto, o fato das primeiras mulheres que chegaram à fronteira amazônica terem vivido, em sua maioria, em regiões mais urbanizadas do país, onde o processo de queda da fecundidade já havia começado, permite pressupor que, em alguma medida, elas tiveram contato com um ideal de menor número de filhos e, principalmente, com métodos contraceptivos. Assim, apesar da experiência na terra e no meio rural, haveria outros fatores mediando as estratégias reprodutivas das mulheres para além da relação com o uso da terra, como o processo de evolução da fronteira, o qual diminui a dependência da terra e traz outros fatores que influenciam o comportamento reprodutivo (Carr e Pan, 2002; Pan e Carr, 2016). Portanto, busca-se compreender como as decisões reprodutivas e as estratégias adotadas para implementar os ideais de fecundidade foram se moldando segundo as

relações de produção, trabalho e uso da terra, a disponibilidade de serviços e infraestrutura básica na fronteira, especialmente relativos à saúde sexual e reprodutiva, as condições socioeconômicas de evolução da fronteira e as possibilidades de vida das mulheres.

O conceito de fronteira agrícola utilizado nesta tese é o proposto em Pan et al. (2009), que a define como uma área de limite entre a ação antrópica para o desenvolvimento agrícola e a floresta. Oriunda de uma política do Estado, a ocupação da fronteira agrícola amazônica consistiu em projetos oficiais e privados de assentamento e concessão de propriedades a famílias para a prática de agricultura. No início de sua exploração, no final da década de 1960, essa região experimentou aceleradas transformações demográficas, como um grande fluxo imigratório e um conseqüente alto crescimento populacional.

A política de ocupação da fronteira atraiu para a região Norte do país, inicialmente, indivíduos que fugiam da decomposição da estrutura agrária no centro-sul do Brasil, de onde foram expulsos pela modernização da prática agropecuária e a crescente urbanização (Sydenstricker, 1992). Grande parte dos migrantes que se aventurou a viver na fronteira partiu atrás da terra própria que faltava em outras regiões e abundava no norte do país. Assim, a política de ocupação de uma região de baixa densidade demográfica promovida pelo Estado encontrou em uma população carente e expropriada a possibilidade de se realizar. A abertura de áreas agrícolas na Amazônia e, concomitantemente, outras frentes de exploração econômica (como a mineração) também atraíram grandes contingentes de população da região Nordeste, onde a estrutura fundiária concentrada também atuava como um fator de expulsão populacional (Barbieri, 2000), porém com uma bagagem demográfica diferente dos imigrantes do Centro-Sul.

Não obstante ter sido um processo orquestrado pelo Estado, a falta de organização, infraestrutura e recursos na implantação da política de ocupação da fronteira e assentamento dos migrantes repercutiram sobremaneira na formação e evolução dessas áreas, bem como nas condições de vida dos indivíduos. Sendo uma área inerentemente inóspita, devido aos obstáculos impostos pelas condições naturais, a ausência de planejamento e infraestrutura adequados, as crises epidêmicas de malária e outras doenças e o inesperado contingente populacional que chegou à região Norte tornaram ainda mais complexa a ocupação sistemática da fronteira.

Assim, o que se viu, por um lado, foi um grande fluxo de população partindo em busca das terras disponíveis e ofertadas pelo governo, que, para os migrantes, representavam os

meios de produção e sobrevivência. Por outro lado, um Estado que não atendeu de maneira satisfatória a enorme demanda por terra, não conseguindo assentar todas as famílias nem fornecer a infraestrutura básica para que elas se mantivessem na fronteira. A promessa de terra abundante contrastou com a escassez de mão de obra, capital e estrutura.

A distribuição de terras e o assentamento das famílias nessas propriedades não ocorreram da forma esperada pelo Estado e grandes mudanças na estrutura socioeconômica, ambiental e demográfica da região ocorreram. A morosidade dos processos de distribuição das propriedades fez com que a presença de grileiros e posseiros crescesse, a terra virasse objeto de especulação e o comércio ilegal dos lotes se tornasse comum (Sydenstricker, 1992; Perz, 1997). Em que pese essas dificuldades, ainda assim a fronteira era a esperança de uma vida melhor para os migrantes.

Apesar dos inúmeros problemas na execução da política de ocupação e na assistência geral aos assentados, a fronteira atraiu um fluxo expressivo de pessoas para a região, ainda que elas não possuíssem uma terra garantida. Esses migrantes possuíam, de maneira geral, conhecimento no trato da terra e certa ruralidade, pois viviam ou trabalhavam nas áreas rurais das regiões de onde saíram – as quais, todavia, eram mais modernizadas e urbanizadas e apresentavam uma infraestrutura não existente na fronteira. No entanto, esses indivíduos não eram camponeses no sentido tradicional (Torres, 1988; Wanderley, 1996); ao contrário, grande parte viveu experiências urbanas e trabalhou em ocupações típicas dessas áreas, devido ao processo de expropriação pelo qual passaram (Sawyer, 1984; Torres, 1988). Esse migrante, portanto, pertence tanto ao meio rural quanto urbano e carrega consigo a vivência de duas áreas com grandes diferenças econômicas e demográficas. E, conseqüentemente, demandavam bens e serviços de um estilo de vida urbano que se tornaram essenciais a sua reprodução social.

A fronteira, de alguma forma, criou uma dinâmica própria que fez com que, bem ou mal, ela fosse cumprindo estágios de evolução e, aos poucos, se tornando consolidada; o inesperado e o isolamento deram lugar a uma fronteira mais desenvolvida nos dias atuais. A chegada desse fluxo populacional diverso trouxe importantes impactos demográficos para a região. Existe, atualmente, uma literatura relativamente vasta sobre a abertura da fronteira amazônica, seu processo de ocupação e problemas ambientais causados por esse processo. Essa literatura busca entender a relação entre a chegada dos pequenos produtores, o uso que fizeram da terra ao longo dos anos e o crescente desmatamento. No entanto, há, comparativamente, poucos estudos sobre a dinâmica demográfica *strictu sensu*

da fronteira. Sabe-se do intenso crescimento populacional e do acentuado fluxo migratório nos momentos iniciais da região, mas o que se sucedeu nos anos seguintes à ocupação e mesmo nos mais recentes, em termos da configuração demográfica local, ainda é algo insuficientemente conhecido.

Nesse sentido, esta tese analisa, dentro da dinâmica populacional da fronteira, as mudanças nas estratégias reprodutivas e contraceptivas ao longo do processo de evolução de uma região de fronteira agrícola. Embora questões relativas ao comportamento reprodutivo da fronteira venham sendo abordadas no tocante ao nível, temas relativos a preferências, intenções, contracepção e saúde sexual e reprodutiva e suas mudanças ao longo do tempo ainda são pouco estudados. Estudos que considerem um horizonte temporal longo e análises de diferentes coortes são, da mesma maneira, raros.

Conforme mencionado, o momento inicial de abertura da fronteira não contou com uma infraestrutura sólida que permitissem às mulheres o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, essenciais para definição e implementação das estratégias reprodutivas. Apesar de terem vivido em áreas de fecundidade declinante, visto que os migrantes saíram, em grande parte, das regiões Sul e Sudeste do país, as precárias condições da fronteira podem ter feito com que a implementação das preferências reprodutivas das mulheres se tornasse mais difícil ou mesmo que elas fossem repensadas em função do novo contexto e das necessidades da família na nova moradia. Ou seja, as condições sociais e econômicas encontradas inicialmente podem ter tido reflexo nas decisões reprodutivas dessas mulheres.

Da mesma maneira, a evolução e desenvolvimento socioeconômico da fronteira trazem outras influências para a definição do comportamento reprodutivo feminino e podem fazer com que as novas gerações tenham outros elementos para definir suas intenções de fecundidade. A situação atual da região é bem diferente da passada. As fronteiras se desenvolveram socioeconomicamente e, em alguma medida, se consolidaram, tornaram-se mais urbanizadas, menos isoladas e com maior acesso a diversos serviços, o que contribui para que as preferências e intenções também se modifiquem. Assim, as diferentes condições que os estágios da fronteira oferecem tornariam as estratégias reprodutivas específicas a cada contexto, de forma que o comportamento seria diferente no início da expansão e na fronteira consolidada.

Para se entender a maneira como as intenções, preferências e estratégias reprodutivas e contraceptivas das mulheres interagem com a realidade, o desenvolvimento, as

adversidades e as alternativas de uma área de fronteira ao longo do tempo, é realizado um estudo qualitativo em um município que surgiu a partir da política de ocupação e assentamento implantada pelo governo, denominado Machadinho d'Oeste, no estado de Rondônia. Machadinho surgiu, como projeto de assentamento, no início da década de 1980, auge da transição da fecundidade no Brasil, e atraiu um grande número de migrantes de diversas áreas do país. Depois de 30 anos de existência, passou por diversas fases de evolução, podendo ser considerada uma fronteira praticamente consolidada, de modo que o município apresenta, cosnequentemente, as características necessárias para a realização do estudo proposto, apresentando um panorama temporal relativamente longo de histórias a serem investigadas.

A metodologia utilizada é a qualitativa e o instrumento para a coleta dos dados é a entrevista em profundidade com mulheres residentes no município. Foram selecionadas mulheres de diferentes idades que viveram/vivem seu período reprodutivo nos distintos estágios da fronteira, de modo a se acompanhar as mudanças no comportamento e nas estratégias reprodutivas ao longo do tempo. Desse modo, as entrevistas foram realizadas com dois perfis, um de mulheres pioneiras, que chegaram a Machadinho d'Oeste no início da fronteira e vivenciaram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais da formação e do desenvolvimento da fronteira e outro de mulheres que estão vivendo seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de desenvolvimento e consolidação da fronteira.

Duas perguntas orientam essa tese: Quais foram as mudanças observadas nas estratégias reprodutivas e contraceptivas das mulheres, ao longo do processo de abertura, desenvolvimento e consolidação da fronteira de Machadinho d'Oeste? De que maneira o contexto institucional (serviços de saúde e planejamento da fecundidade), econômico (relações de produção, trabalho e uso da terra) e social (condições de vida, urbanização e consolidação da fronteira), bem como as experiências individuais das mulheres, afetaram, segundo sua própria perspectiva, o comportamento reprodutivo na fronteira, em sua evolução no tempo?

As hipóteses de trabalho são: 1) a evolução da fronteira leva a uma dissociação entre produção agrícola e reprodução, de modo que a fecundidade não mais responde ao uso da terra nos períodos recentes, como teria ocorrido no passado; 2) as mulheres que chegaram no início da fronteira possuíam um ideal reprodutivo semelhante ao que tiveram contato em seu local de origem (que, na maior parte dos casos, vivia um processo de queda da

fecundidade), mas, devido às condições da fronteira, não conseguiram implementar suas preferências, seja por uma estratégia de sobrevivência para produção rural (mais filhos para trabalhar na terra), seja por uma dificuldade no acesso aos métodos contraceptivos (ausência de serviços de saúde sexual e reprodutiva), de modo que teriam mais filhos do que desejavam; 3) as mulheres que vivem seu período reprodutivo na fronteira atual tem maior êxito em implementar suas preferências, também de poucos filhos, devido a maior facilidade de acesso aos métodos provocada pela maior urbanização, aumento da infraestrutura e dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e desvalorização do trabalho agrícola em oposição ao urbano; 4) há uma dimensão de natureza individual, de modo que a mudança nos objetivos e aspirações pessoais em relação aos planos para o futuro de cada geração influencia na adoção de estratégias reprodutivas distintas.

Para responder as perguntas e testar as hipóteses formuladas, dois blocos de questões são traçados. O primeiro visa compreender a história de vida das mulheres que foram para a fronteira, abordando características sociodemográficas, bem como o histórico de migração da mulher, motivação para ir para a fronteira e processo de obtenção da terra, sua vivência e experiência de trabalho na terra e de seus filhos, uso da terra ao longo do tempo, vivência e experiência na cidade, suas percepções sobre as mudanças ocorridas tanto em Machadinho (hospitais, escolas, infraestrutura) como em sua própria vida, as adversidades e a adaptação à nova vida na fronteira, o processo de assentamento e posse da terra e, ainda, religião e exposição aos meios de comunicação.

O outro bloco aborda questões relacionadas às estratégias reprodutivas das mulheres, entendendo seu comportamento reprodutivo no desenvolvimento da fronteira e sua relação com o que propõem as teorias de fecundidade na fronteira. Tem-se, assim, perguntas sobre a fecundidade antes e depois da chegada à Machadinho, sobre intenções, preferências reprodutivas e desejo por filhos, uso e demanda insatisfeita por contracepção e conhecimento e aconselhamento sobre métodos, filhos e sexualidade e acesso a serviços de saúde, pré-natal e parto. Também questiona-se sobre a percepção de cada coorte sobre a trajetória reprodutiva da sua geração e da outra, com vistas a observar diferenças em como cada grupo de mulheres enxerga as mudanças na fecundidade ao seu redor e, ainda, sobre a relação entre número de filhos e uso da terra. Para as mulheres jovens, se pergunta ainda sobre intenções reprodutivas futuras.

Espera-se, com esta tese, contar uma parte da história das mulheres que vivem na fronteira amazônica brasileira e contribuir com o enriquecimento dos estudos acerca da dinâmica

demográfica da região. Para além dos problemas ambientais tão caros à região, esta tese se destaca por trazer, para uma escassa literatura sobre o assunto, um trabalho qualitativo sobre uma temática que teria um relevante impacto na dinâmica demográfica da fronteira e sobre a qual pouco se sabe. Acredita-se que suas contribuições fornecem importantes elementos para compreender os percursos da fecundidade na fronteira e seu comportamento nesse contexto diferenciado. O conhecimento das estratégias reprodutivas é um relevante subsídio para a implementação tanto de políticas de desenvolvimento como de saúde sexual e reprodutiva, igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável para a fronteira.

Sabe-se que, por se tratar de um estudo qualitativo, esta tese apresenta limitações quanto ao nível de extrapolação dos resultados encontrados. Além disso, a fronteira amazônica é extensa, abarca realidades distintas tanto no que se refere ao modelo de ocupação como de evolução posterior de cada uma delas, o que também limita os achados. A Amazônia é bastante heterogênea e apresenta uma realidade cada vez mais complexa, de modo que esta tese aborda somente uma parte da história dessa região. Entretanto, a relevância da tese consiste em trazer elementos para compreender um pouco mais dessa realidade multifacetada.

A história da fronteira é um agregado de diferentes histórias que se entrelaçam para formar uma história maior. Há enraizada em sua história as histórias de vida de cada um dos indivíduos que para lá se dirigiram na busca de uma vida melhor. Ela representa um espaço de luta e resistência, recomeço e esperança. Dessa maneira, a história da fronteira não é unicamente a de uma política de ocupação intencional realizada pelo Estado, é também a história de milhares de pessoas que para ela se encaminharam na busca de uma vida melhor, enfrentando todas as adversidades existentes em uma fronteira embrionária até prosperar, de alguma maneira, com o desenvolvimento da mesma.

É com vistas a entender um pouco mais dessas histórias e contar parte da vida de seus personagens que se escreve esta tese, a qual está dividida em mais 4 capítulos, além desta Introdução. O Capítulo 2 apresenta o Referencial Teórico que embasa esta tese e discute sobre a ocupação contemporânea e evolução da fronteira agrícola amazônica, com enfoque na área de estudo, e a fecundidade e saúde sexual e reprodutiva em áreas de fronteira. O Capítulo 3 apresenta os Aspectos Metodológicos da pesquisa, enquanto o Capítulo 4 traz os Resultados para cada grupo de mulheres entrevistadas e o Capítulo 5 a Discussão e Considerações sobre os achados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico a ser utilizado para compreender as estratégias reprodutivas das mulheres ao longo das mudanças contextuais ocorridas no processo de evolução de uma região de fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. Para tanto, serão discutidas as principais contribuições da literatura sobre a Amazônia brasileira desde os anos 1970, no tocante a duas temáticas centrais e inter-relacionadas: ocupação contemporânea e evolução da fronteira agrícola amazônica, com enfoque na área de estudo, e a fecundidade em áreas de fronteira, com um adendo sobre saúde sexual e reprodutiva.

A primeira temática discute o processo de abertura e ocupação da fronteira Amazônica, focando especificamente no caso de Rondônia e Machadinho d'Oeste, local de estudo desta tese. O intuito é descrever o processo de colonização dessa área com os projetos de assentamento, identificar o perfil do migrante que se instalou na região e explorar a dinâmica da fronteira e sua evolução no tempo, no que diz respeito ao rural e o urbano e à sua consolidação. Essa contextualização é importante porque acredita-se que o cenário no qual a mulher está inserida tem grande influência na forma como ela define suas estratégias reprodutivas e consegue ou não implementá-la. Nesse sentido, o estágio de evolução da fronteira no qual a mulher vivenciou a maior parte de seu período reprodutivo é importante para compreender como o contexto limita ou possibilita a adoção de determinadas estratégias reprodutivas. Assim, o contraste entre a saída de regiões onde a fecundidade estava em queda e a chegada em um local cuja infraestrutura era precária, no passado, bem como a expansão do urbano, o desenvolvimento e a consolidação da fronteira, no presente, devem ser compreendidos para se entender melhor como o comportamento reprodutivo das mulheres da fronteira foi construído ao longo do tempo.

A segunda parte da revisão bibliográfica aborda as teorias sobre fecundidade em áreas de fronteira, identificando quais seriam os principais determinantes da fecundidade nessas áreas, quais os fatores que operam na definição do comportamento reprodutivo e como ele evolui com a consolidação da fronteira. De forma geral, ao tratar da fecundidade na fronteira, as teorias clássicas enfatizam a relação com o uso da terra, ou seja, como o número de filhos influencia (ou é influenciado pelo) o tipo de uso que se faz da propriedade – cultivo ou pastagem. Entretanto, a evolução socioeconômica das fronteiras e as mudanças nos meios de produção fazem com que outras variáveis também estejam

associadas à fecundidade, modificando as estratégias reprodutivas das mulheres. Assim, o comportamento reprodutivo pode variar ao longo do tempo, conforme a fronteira se urbaniza, se comunica com outros centros e desenvolve novos meios de subsistência, tornando essencial visitar também estudos que analisem os fatores associados à fecundidade ao longo do tempo. Como há uma relação bastante próxima entre implementação das estratégias reprodutivas e acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, dedica-se um item a esse tema, compreendendo sua importância como um direito humano fundamental e como forma de implementação das estratégias reprodutivas desejadas.

## **2.1 O processo de ocupação contemporânea da fronteira agrícola na Amazônia brasileira**

A ocupação recente do território amazônico é um capítulo importante da história do Brasil. Uma área inicialmente inóspita e de baixa densidade populacional – devido à presença de uma vasta floresta, que, ao longo de décadas, vem tendo sua face modificada por uma ocupação que, inicialmente planejada, acabou resultando em um desenvolvimento desordenado. A análise do processo de colonização da Amazônia é, pois, relevante para se compreender como se deu a organização da fronteira, os grupos sociais envolvidos e as consequências desse modelo de ocupação, os quais definem o modo de vida até nos dias atuais. As estruturas sociais, econômicas e institucionais que se estabeleceram na fronteira tiveram influência marcante em diversas esferas, sejam elas de uso da terra ou sociodemográficas, e cujos impactos moldaram a dinâmica que se tem hoje. E esse cenário, juntamente com perfil das pessoas que migraram para a região, certamente tem influência nas escolhas reprodutivas das mulheres, tanto no passado quanto no presente.

### **2.1.1 A política de ocupação dirigida na Amazônia**

A Amazônia brasileira, apesar de sua grande extensão territorial, apresentou, até a década de 1960, uma ocupação limitada e, de certo modo, esteve à margem do desenvolvimento capitalista-industrial do restante do país (Monte-Mór, 1979). Na Amazônia, as atividades econômicas eram basicamente do setor primário e a ocupação do território era pelos povos indígenas nativos ou era relacionada à extração da borracha (seringueiros) e de minerais. Entretanto, a partir dos anos 60, esse cenário começa a mudar quando os interesses nacionais se voltam para a região.

A decisão do então presidente Juscelino Kubitschek de controlar e integrar esse inexplorado território à economia nacional abre caminho para as mudanças ocorridas na dinâmica amazônica (Sydenstricker, 2004). A expansão da malha rodoviária e a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-010) foram uma primeira tentativa de integrar a região ao restante do país. É com o Governo Militar, no entanto, que se inicia uma política de ocupação mais agressiva e ordenada da Amazônia, no final da década de 1960.

Sob os lemas “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra”, lançados durante o Regime Militar, um grande esforço por parte do governo foi realizado para ocupar a Amazônia. A colonização da região respondia a interesses políticos, militares e econômicos, com o objetivo de expandir a fronteira nacional, proteger os recursos naturais e minerais, afirmar o nacionalismo e o poderio em face aos interesses internacionais que se dirigiam para a região e conquistar mercados de difícil acesso (Henriques, 1984; Aldrich et al, 2006). A forma encontrada para tal foi criar uma política que visassem justamente povoar aquela região e conectá-la econômica e politicamente ao restante do Brasil.

Diversas experiências de colonização ocorreram na história de ocupação territorial brasileira. Essas experiências se deram a partir de distintos modelos, sejam eles de financiamento privado, de combinação de interesses privados com apoio público, ou mesmo completamente organizados e financiados pelo governo (Henriques, 1984). Essa forma de ocupação e assentamento com interferência direta do Estado, chamada de colonização dirigida, ou oficial, foi o modelo adotado para a colonização da Amazônia (Turchi, 1980). O objetivo era distribuir lotes de terra como uma maneira de atrair a população para a região.

Essa política do governo se fez a partir de órgãos e programas criados para implementar e coordenar o processo de colonização, fornecendo a infraestrutura e os serviços básicos para os colonos que chegavam. Houve a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA), no final da década de 1960, com objetivo de promover o desenvolvimento da região. Já no início da década de 1970, é estabelecido o Programa de Integração Nacional (PIN) com o objetivo de financiar as obras de infraestrutura e integrar a região Norte à economia nacional, dando um caráter mais agressivo à política de ocupação (Monte-Mór, 1979). Há a construção de rodovias para ligar a Amazônia ao Nordeste e ao Centro-Sul (como a Transamazônica, a Cuiabá-Porto Velho e a pavimentação da Belém-Brasília), diversos projetos de colonização são

implementados e leis de incentivos fiscais com o objetivo de atrair e estimular investimentos para a região são instituídas.

A premissa fundamental era reduzir as discrepâncias regionais e descentralizar o processo de crescimento do país, criando novos polos de desenvolvimento (Turchi, 1980; Henriques, 1984). Além de deslocar trabalhadores sem terra e sem trabalho de áreas densamente povoadas do país para um “espaço vazio” e, assim, ocupar esse território, a política de ocupação serviu também como forma de aliviar as tensões sociais que emergiam no campo, concedendo terras sem ter que realizar uma reforma agrária no país.

Dava-se, assim, a formação da fronteira agrícola na Amazônia. Fronteira agrícola, tal qual entendida nesta tese, é uma área de limite entre a ação antrópica para o desenvolvimento agrícola e a floresta (Pan et al, 2009)<sup>1</sup>. O processo de ocupação contemporânea da Amazônia pode ser compreendido, a partir de uma perspectiva clássica de migração, como a conjunção de fatores de atração e expulsão. Por um lado, a imensa oferta de terras na Amazônia, combinada com a promessa (muitas vezes não cumprida) de suporte do Estado, sobretudo relacionado à infraestrutura de estradas, hospitais e equipamentos de saúde, educação, extensão agrícola e crédito ao produtor, atuavam como elementos de atração do campesinato rural para a fronteira.

Por outro lado, atuando como fator de expulsão, havia, nas regiões Sul e Sudeste, uma parcela da população que tinha sido expropriada pela modernização da prática agropecuária, expansão das atividades industriais e crescente urbanização e que não tinha sido completamente absorvida por esse novo sistema. A grande disponibilidade de terras existente na Amazônia e o interesse do Estado em povoar a região fizeram com que as políticas de ocupação encontrassem nessa população a possibilidade de se realizar (Sawyer 1984; Sydenstricker, 1992). Assim, o Estado promoveu, através dos programas e políticas descritos anteriormente, a ocupação da Amazônia por meio da distribuição de lotes de terra

---

<sup>1</sup> Destaca-se que esse foi o conceito assumido para esta tese, porém, sabe-se que a discussão sobre o conceito de fronteira é mais ampla e complexa, podendo assumir diferentes perspectivas. Nas Ciências Sociais, o estudo de fronteiras se inicia com Turner (1920), analisando a fronteira nos Estados Unidos, que definiu fronteira como o limite entre terras assentadas e virgens. Ao longo dos anos, a definição de fronteira ganhou um caráter multifacetado, destacando-se, para o caso brasileiro, o trabalho de Sawyer (1984), que a define como um espaço de potencialidades que oferece condições para a expansão de atividades econômicas antes inexistentes ou presentes em menor escala, podendo abrigar diversas frentes (conjunto de atividades, como frentes capitalistas agropastoris, camponesas mercantis, garimpeiras, etc.). Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de fronteira, ver Barbieri, 2000; Diniz, 2001; Guedes, 2010.

e estímulo da migração para a região. E a implantação de rodovias que ligavam a região Norte ao Centro-Sul do país permitiu a chegada de migrantes à região.

Os projetos de colonização oficial, implementados diretamente pelo Estado na região amazônica, estabeleciam, por meio do PIN, que os assentamentos ocorreriam em uma faixa de 10 km de cada lado das rodovias, com um núcleo urbano, estradas secundárias (travessões) interligadas às rodovias e lotes de terra retangulares, de mesmo tamanho, em um desenho conhecido por “espinha de peixe” (Sydenstricker, 2004). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado em 1970 como órgão do governo responsável pela colonização da Amazônia, sendo encarregado pela demarcação e distribuição dos lotes, regularização fundiária, construção das vilas e pelos serviços de educação e saúde até esses fossem assumidos por agências específicas (Henriques, 1984).

Entretanto, a colonização da Amazônia não saiu como o esperado pelo governo. A meta de assentar 100 mil famílias entre 1971 e 1974 não foi alcançada. Henriques (1984) enumera alguns motivos para que esse fracasso: 1) o desconhecimento técnico sobre as condições da Amazônia, pois não existiram estudos prévios acerca das condições do solo, que não era muito fértil, nem sobre a viabilidade de construir certas rodovias, como a Transamazônica; 2) o modelo de colonização foi, de certo modo, mal planejado, pois os colonos tinham que andar grandes distâncias e não havia equipes técnicas para lhes dar suporte; 3) as próprias características dos colonos, alguns sem experiência no trabalho com a terra, outros vindos de áreas com uma infraestrutura mais desenvolvida, dificultando a adaptação na nova fronteira; e 4) a falta de suporte estrutural, uma vez que não havia uma rede de apoio que ajudasse a produção agrícola, nem sistemas de créditos ou transporte adequado, além de muitas deficiências na assistência técnica.

Assim, inúmeras famílias não conseguiram ser assentadas e ganhar suas terras. A propaganda governamental em torno dos novos assentamentos e das novas terras atraiu migrantes milhares de migrantes espontâneos oriundos de outras regiões, em proporções superiores à capacidade de absorção dos programas. A solução encontrada foi alterar a forma de financiamento da exploração amazônica, abrindo-a para grandes empresas nacionais e estrangeiras. Dessa forma, os programas de colonização oficial foram esvaziados e a ocupação pautada no caráter social foi substituída pela predominantemente econômica (Martine, 1978; Barbieri, 2000).

Nesse contexto, foi criado, em 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com a finalidade de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento da região. Investimentos e subsídios foram concedidos para empresas privadas e quinze polos de crescimento econômico foram selecionados para encabeçar o desenvolvimento da região, baseado na pecuária, latifúndios agrícolas e extração mineral (Turchi, 1980; Barbieri, 2000; Sydenstricker, 2004). Com isso, a terra virou objeto de especulação, seu valor subiu, a presença de posseiros e grileiros cresceu, iniciou-se um comércio ilegal de propriedades e invasão de terras privadas e indígenas. Muitos dos donos originais das terras tiveram que se adaptar a essa realidade, trabalhando por empreitada, virando meeiros, firmando contratos de arrendamento com as empresas ou mesmo se mudando para outros assentamentos (Henriques, 1984).

A ocupação dirigida feita pelo Estado na Amazônia se deu, em linhas gerais, conforme descrito. Há, no entanto, especificidades relacionadas a cada área colonizada e o item a seguir descreve o caso de Rondônia, local onde se situa a unidade de análise dessa tese.

### **2.1.2 A política de ocupação dirigida em Rondônia**

O processo de colonização do Território Federal de Rondônia, o qual viria a se tornar o estado de Rondônia em 1981, começou a atrair migrantes a partir de 1970. Rondônia apresentava condições propícias para a realização da política de assentamento, pois, por ser um Território Federal, toda terra sem título é considerada devoluta, ou seja, de propriedade da União, e 93% de suas terras estavam nessa situação. Assim, o estado logo tornou-se alvo das políticas governamentais e atraiu um fluxo considerável de migrantes atrás de terras (Monte-Mór, 1979).

A construção da Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), no fim da década de 1960, foi fundamental para a ocupação de Rondônia ao permitir a comunicação com o sul do país e facilitar o acesso dos migrantes. Além disso, a maior fertilidade do solo, a disponibilidade de terras desocupadas, os problemas encontrados nas outras áreas de colonização, o controle do governo federal sobre serviços e recursos e a ausência de uma elite de poder local controlando a distribuição das terras fizeram de Rondônia a principal fronteira agrícola do país naquele momento (Martine, 1978; Henriques, 1985; Sydenstricker, 2004). Diversos projetos de colonização oficial foram instituídos pelo Governo Federal e o auge da chegada de migrantes à Rondônia ocorreu em 1974, com sua população aumentando cerca de 400% na década de 1970 (Turchi, 1980; Henriques, 1984).

O INCRA teve papel de destaque no processo de colonização de Rondônia. O órgão assumiu uma perspectiva política mais definida e, em vários casos, representava a figura do Estado, estabelecendo as linhas de atuação da política em Rondônia. Sua estratégia de assentamento estava mais alinhada com um modelo de colonização para o pobre e o expropriado, a partir da distribuição de lotes agrícolas menores e de igual tamanho, privilegiando o pequeno produtor e se opondo ao grande latifundiário (Monte-Mór, 1979; Sydenstricker, 1992).

A seleção dos indivíduos que receberiam as terras (chamados de parceiros ou colonos) priorizou uma composição demográfica e um padrão de comportamento domiciliar específicos. O formulário de classificação dos participantes levantava três informações principais que contariam na pontuação final do candidato para a obtenção do lote de terra: dados pessoais, experiência na prática agropecuária e dados sobre a família. Entretanto, o maior peso para a nota final era dado pela estrutura familiar (tamanho, composição por sexo e idade e mão de obra disponível para trabalhar na terra) e a experiência no trabalho no meio agrícola tinha peso secundário (Sydenstricker, 1992).

O primeiro assentamento para pequenos agricultores organizado pelo INCRA foi o PIC (Projeto Integrado de Colonização) Ouro Preto, em 1970. O modelo PIC incluía a demarcação e concessão do título da terra, infraestrutura, assistência técnica pra agricultura, comercialização da produção, concessão de créditos e serviços de saúde e educação básica. O projeto havia sido inicialmente planejado para atender 300 famílias, porém, a demanda por terras foi muito maior. Assim, o INCRA instaurou novos PICs em outras áreas do estado e, por volta de 1980, mais de 35 mil lotes de terra haviam sido distribuídos (Sydenstricker, 2004).

Apesar das dificuldades, a atuação do INCRA foi mais bem orquestrada que nos demais assentamentos, bem como foi maior o número de famílias beneficiadas. Entretanto, mesmo com esses avanços, a população atendida foi bem menor do que aquela que demandava terras. A falta de recursos humanos e financeiros dificultou a demarcação e a regularização das terras por parte do INCRA e deixou inúmeras famílias à espera de um lote (Martine, 1978; Henriques, 1984). Como consequência, a demarcação e a entrega das propriedades se tornaram prioridade para governo, de forma que as obras de infraestrutura básica ficaram em segundo plano. A rede de transportes e a infraestrutura de saúde, educação e habitação eram deficientes, assim como quase não existiam mecanismos de apoio às

atividades de plantio, colheita e comercialização da produção (Turchi, 1980; Henriques, 1984).

Nesse sentido, seguindo a linha adotada no POLAMAZÔNIA, o modelo PIC foi substituído pelo modelo PAR (Projeto de Assentamento Rápido), em que o INCRA era responsável apenas pela demarcação e regularização da terra ao pequeno agricultor, fornecendo menos infraestrutura e serviços de apoio para os colonos do que no modelo anterior. Além disso, surgiu ainda o PAD (Projeto de Assentamento Dirigido), onde a atuação do INCRA também se limitava à legitimação, titulação e alienação das terras, porém com um processo de seleção de colonos diferenciado, mais seletivo e menos voltado para o pequeno colono, sendo exigido um capital acumulado e conhecimentos agrícolas prévios (Monte-Mór, 1979; Sydenstricker, 2004).

Houve, portanto, uma mudança no papel do INCRA, muitas vezes apenas formalizando e legalizando ocupações espontâneas de posseiros ou organizando licitações para transferir terras públicas para o setor privado a preços simbólicos, aumentando a presença de empresas agrícolas, áreas de pastagens e madeireiras no estado. A própria colonização dirigida perdeu espaço em relação a outras formas de assentamento, muitas vezes mais precárias e cuja organização social e produtiva é de responsabilidade dos colonos (Monte-Mór, 1979; Torres, 1988; Sydenstricker, 2004). O objetivo de transformar os colonos em agricultores autônomos, que pudessem comercializar os excedentes de sua produção, não foi cumprido integralmente e gerou desequilíbrios sociais graves. Consequentemente, a ocupação nessa fronteira começou também a gerar conflitos, desordens e disputas por terra (Martine, 1978; Turchi, 1980).

As dificuldades de assentar todas as famílias migrantes em Rondônia e demarcar novas terras, somadas à necessidade de continuar a integrar o Território ao restante do país, fez com que o governo buscasse financiamento junto a órgãos internacionais para reforçar a ocupação da região. Todavia, já havia uma preocupação mundial com as consequências ambientais desse processo, visto que, para garantir a posse da terra, os parceiros deveriam fazer benfeitorias no terreno e, para tal, derrubar a floresta nativa. Assim, o aumento do desmatamento levou o Banco Mundial a impor exigências para conceder empréstimos, fazendo surgir, em 1980, um projeto maior de desenvolvimento regional que incluía a promoção humana, a proteção ambiental e apoio aos povos indígenas: o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE (Sydenstricker, 2004).

O POLONOROESTE contribuiu para acelerar o processo de ocupação de Rondônia, aumentando o fluxo migratório e alterando profundamente sua estrutura social, econômica e ambiental. O programa foi estruturado em três fases: a primeira incluía a pavimentação da BR-364, proteção ambiental e saúde e desenvolvimento rural; a segunda, o desenvolvimento rural em Mato Grosso; e a terceira estabelecia a colonização de novas regiões, principalmente Rondônia, consolidando as áreas de assentamento existentes e melhorando os serviços e infraestrutura básica para reter população nas áreas já ocupadas. O programa, no entanto, enfrentou diversos problemas de execução e o ideal de integração entre preservação ambiental, desenvolvimento rural, bem-estar e distribuição de terras não se concretizou. Ele acabou se tornando uma forma das elites locais se promoverem durante as primeiras eleições no recém-criado estado de Rondônia (Sydenstricker, 2004).

Assim, devido aos pobres resultados do POLONOROESTE e os grandes danos ambientais causados pelos assentamentos, o Banco Mundial suspendeu os recursos no fim da década de 1980. Após o fim do programa, foi instituído, no início dos anos 90, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), uma parceria do Banco Mundial, Governo Federal e Governo do Estado, como forma de manter o desenvolvimento de Rondônia e mitigar os problemas sociais e ambientais anteriores (Sydenstricker, 2004). Ele foi baseado em quatro áreas – conservação, manejo e proteção ambiental; desenvolvimento agroflorestal; infraestrutura e serviços socioeconômicos; administração, monitoramento, avaliação e assistência técnica – e foram criadas zonas socioeconômicas e ecológicas, de acordo com seus recursos naturais e ocupação humana, para promover um desenvolvimento sustentável e participativo. Todavia, o programa também falhou em seus objetivos (Sydenstricker, 2004).

Já na década de 1980, um terço de todos os projetos de assentamento na Amazônia se localizava no estado, transformando Rondônia na maior área de colonização dirigida do país (Turchi, 1980; Castro e Singer, 2003). Entre esses projetos, destaca-se o Projeto de Assentamento (P.A.) Machadinho, criado em 1980 e implementado em 1982, na terceira fase do POLONOROESTE. Ele foi o maior empreendimento de colonização realizado em Rondônia nesse período (Sydenstricker, 1990).

O desenho e a infraestrutura do P.A. Machadinho são considerados superiores quando comparados a outros projetos. O tradicional formato no estilo espinha de peixe foi substituído por um estilo inovador, com uma divisão em lotes menores e com contorno irregular, seguindo a topografia e os cursos d'água do local, em geral localizados no fundo

do lote. Foram concebidas reservas florestais agrupadas em blocos, em áreas que não eram adequadas para a agricultura. Machadinho também tinha uma melhor estrutura de serviços públicos, como estradas, acompanhamento agrícola, escolas e postos de saúde (Sydenstricker, 1990; Castro e Singer, 2003; Gomes, 2009).

Originalmente, o P.A. Machadinho ocuparia uma área de 592 mil hectares, gerando cerca 5.520 lotes de 40 hectares, em média, distribuídos em sete glebas. Os primeiros colonos foram assentados em 1984, nas glebas 1 e 2, que contavam com 1.742 lotes. No ano seguinte, foram distribuídos mais 1.192 lotes nas glebas 3 e 6. Esses primeiros lotes distribuídos ocupavam uma área de 209.000 hectares, incluindo as reservas florestais. Em seguida, o projeto foi revisto e a distribuição de lotes foi suspensa nas glebas 4, 5 e 7, por questões políticas (Sydenstricker, 1992).

Machadinho contava com núcleo urbano principal, instalado em 1985. O núcleo principal servia como uma referência de suporte aos colonos e concentrava a sede de órgãos públicos, como o INCRA e a EMATER, pequenas indústrias, como serrarias, e a rede de comércio e serviços do P.A. Rapidamente, ele começou a atrair uma significativa parcela de migrantes e foi se tornando uma cidade emergente na região (Sydenstricker, 1992). O grande dinamismo do assentamento fez com que ele fosse elevado à categoria de município no ano de 1988, sendo de fato instaurado em 1989, com o nome de Machadinho d'Oeste.

Apesar de Machadinho representar um progresso em relação aos demais projetos, também surgiram inúmeros problemas no assentamento das famílias. O cancelamento da distribuição de lotes deixou várias delas sem terras, levando a uma ocupação desordenada, sem apoio e que se espalhou para terras fora da área demarcada do P.A. O núcleo urbano principal não dava conta da grande demanda e a rede de núcleos secundários (núcleos urbanos de apoio rural – NUAR), que deveria servir de base para os lotes mais distantes, não foi instalada. Os serviços públicos de saúde e educação eram precários, os colonos não possuíam uma rede de apoio na prática agropecuária e ocorreu uma grande especulação sobre os lotes e invasões de terra (Sydenstricker, 1990).

Assim, o processo de assentamento logo fugiu do controle do governo. Durante toda a década de 1990 e mesmo nos anos 2000, a ocupação sem o controle do Estado, com demarcação informal de terras, cresceu na região. Os indivíduos não assentados acabaram ocupando áreas fora do P.A. original, em lotes menores, com desenho diferente e sem

reservas florestais. Isso levou a uma expansão das fronteiras e o INCRA legalizou uma situação que estava além de seu controle institucional e poder legal. Com isso, muitos colonos foram assentados em áreas de solo pobre, estimulando a consolidação da terra e a formação de pasto (Sydenstricker, 2004).

No início da ocupação em Machadinho, na década de 1980, o colono deveria desmatar uma parte do seu lote, como sinal de ocupação do lote, e iniciar o cultivo. A maior parte optava por culturas anuais, enquanto as culturas perenes, capoeira e pastagens ocupavam uma pequena parte do lote. Ao longo do tempo, o processo se inverte e as culturas anuais diminuem e as demais ganham espaço, principalmente após 5 anos da ocupação. Após esse período, a tendência é ter uma parcela cada vez maior do lote ocupada por pastagens e capoeira (Gomes, 2009).

Barbieri et al. (2014; 2016) mostram que Machadinho tem sofrido grandes transformações em sua dinâmica socioeconômica, demográfica e ambiental desde 1987 até os dias atuais. Os autores chamam atenção para a rápida urbanização na Amazônia, com o crescimento de algumas cidades, a formação de novas áreas urbanas e a incipiente transformação de muitas comunidades rurais em cidades com características urbanas, principalmente pela instalação de uma infraestrutura básica. Machadinho se destaca, nesse sentido, por ser uma área de crescente expansão do capitalismo e integração com o mercado, com importantes mudanças no uso do solo.

Ainda segundo Barbieri et al. (2014; 2016), houve, de forma geral, um envelhecimento da estrutura etária dos domicílios e uma diminuição no tamanho dos mesmos, refletindo o processo avançado de transição demográfica do Brasil. O nível de escolaridade também tem aumentado significativamente ao longo do tempo. O desgaste da terra, o esgotamento dos recursos naturais e o limitado financiamento público, bem como o crescimento da pecuária e do agronegócio, principalmente da soja, fizeram com que os pequenos produtores precisassem redefinir suas estratégias produtivas. Além disso, o envelhecimento da estrutura etária teria contribuído para a adoção de novas estratégias de uso da terra que demandassem menos esforços, contribuindo para que a pecuária ganhasse mais espaço nas últimas décadas. Os programas de transferência de renda, como a aposentadoria rural e o Bolsa-Família, ganham importância e se tornam uma relevante fonte de renda para as famílias do município, principalmente com as mudanças na área rural (Barbieri et al., 2014; 2016).

De acordo com os autores, no atual estágio de desenvolvimento, há um aumento da migração rural-urbana como consequência, muitas vezes, dessas mudanças no uso do solo. Assim, muitos moradores das áreas rurais optam por migrar para centros urbanos da região ou outras fronteiras e as oportunidades de emprego fora da fazenda passam a ter grande peso. No entanto, como a migração é seletiva, há maior saída de indivíduos mais escolarizados e mais jovens (Barbieri et al., 2014; 2016). Guedes et al. (2015) destacam a grande parcela de moradores urbanos que possuem e exploram terras na zona rural, fortalecendo a integração e o mercado entre ambas as áreas.

Todos os fatos descritos estimulam, atualmente, a mobilidade populacional, o mercado de trabalho e a urbanização na região, de modo que a área rural de Machadinho tem se integrado cada vez mais ao mercado e ao núcleo urbano, o qual, por sua vez, tem se tornado cada vez mais dinâmico, com uma ampla oferta de serviços e crescente infraestrutura.

### **2.1.3 Estágios de evolução da fronteira**

Acredita-se, nesta tese, que as estratégias reprodutivas femininas vão mudando conforme a fronteira evolui. Nesse sentido, cabe destacar a abordagem da evolução de fronteiras, a qual defende que essas áreas evoluem em estágios, segundo um conjunto de fases hierárquicas (Henkel, 1982; Browder e Godfrey, 1990; Diniz, 2002; Guedes, 2010). De acordo com esse arcabouço, as fronteiras apresentam ciclos de desenvolvimento, “respondendo à experiência, necessidades e recursos disponíveis pelos domicílios” (Guedes, 2010, p. 14), transitando de uma economia pré-capitalista, onde há ausência de mão de obra e de um mercado de terra, para uma progressiva integração ao mercado (Diniz, 2001; Barbieri et al., 2014). Os teóricos dessa abordagem, nesse sentido, postulam estágios que informam como as características sociais e ambientais das fronteiras se desenvolvem ao longo do tempo (Summers, 2008).

Um dos primeiros a propor estágios de evolução no desenvolvimento das fronteiras foi Henkel (1982). O autor define quatro estágios pelos quais as fronteiras passariam. O primeiro, denominado *pioneiro*, diz respeito à fase inicial do processo de ocupação e colonização da fronteira, em que os colonos que chegam preocupam-se principalmente em ocupar a terra e começar a produzir. Eles dependem majoritariamente de suas famílias e dos demais agricultores para limpar a terra e iniciar sua produção. Há, nessa fase, elevado desmatamento e predomínio de culturas anuais para subsistência (Diniz, 2001; Guedes,

2010). O segundo estágio, *comercialização*, é marcado pelo aperfeiçoamento do sistema de transporte e rodoviário, que facilita o acesso aos mercados. Assim, os colonos são estimulados a mudar de uma produção de subsistência para cultivos comerciais mais rentáveis e que podem ser comercializados. A expansão para a produção comercial conta com a presença de mão de obra remunerada, mas eleva a conversão das florestas e contribui para a diminuição da fertilidade do solo (Diniz, 2001; Summers, 2008).

O terceiro estágio proposto por Henkel (1982), *abandono*, refere-se ao momento em que os colonos pioneiros deixam suas terras, devido à baixa fertilidade e produtividade do solo, escassez de capital e mão de obra e disponibilidade de terras, e se dirigem para novas áreas de fronteira (Summers, 2008; Guedes, 2010). No quarto e último estágio, *consolidação e revitalização*, os lotes abandonados pelos pequenos produtores são comprados para interesses comerciais maiores, geralmente grandes pecuaristas e fazendeiros. Alguns pequenos colonos ainda resistem e permanecem na fronteira nessa fase, necessitando incorporar novos lotes à sua terra antiga ou mesmo mudando para outros mais produtivos. Como as novas atividades estabelecidas na fronteira normalmente requerem pouca mão de obra, essa área não consegue reter população e a emigração se eleva (Diniz, 2001; Summers, 2008; Guedes, 2010). Com a fronteira consolidada, inicia-se uma fase de revitalização, com uso de novas tecnologias produtivas, aumento da produtividade das terras e atração de novos recursos e capital (Summers, 2008; Guedes, 2010).

Moran (1989) formulou um modelo de estágios de evolução da fronteira, focando nos projetos de colonização da Transamazônica, no norte do Brasil. Segundo o autor, as famílias assentadas nos projetos de colonização, sejam eles espontâneos, dirigidos ou forçados, passam por fases de adaptação, de acordo com as mudanças na fronteira e nas necessidades dos próprios colonos. O primeiro estágio seria marcado pela prática de atividades tradicionais e ultrapassadas, passando para um estágio de experimentação de novas práticas, sejam elas bem sucedidas ou não, e, por fim, uma fase em que há a adoção de práticas agrícolas mais modernas (Summers, 2008).

Assim, no estágio inicial da fronteira, os colonos pioneiros precisaram encarar situações bastante adversas, como abrir o lote, derrubar a mata nativa e não possuir mão de obra para ajudar, além de serem mais pobres, menos escolarizados e não possuírem acesso a financiamento (Summers, 2008; Guedes, 2010). Diferentemente dos colonos pioneiros, que precisaram passar por todos os estágios de adaptação, as famílias que chegaram em um estágio mais avançado da fronteira encontraram uma infraestrutura mais desenvolvida,

maior integração com o mercado, a posse da terra é mais fácil e há maior tecnologia disponível para a prática agrícola, bem como uma mão de obra mais especializada acerca das condições naturais da fronteira. Ademais, esses colonos são mais escolarizados, urbanizados e possuem maior acesso a crédito (Summers, 2008; Guedes, 2010). Assim, em um contexto em que a integração entre rural e urbano é maior e a economia de mercado supera a de subsistência, esses novos colonos adaptam-se adotando culturas mais rentáveis e comercializáveis (Guedes, 2010).

Outro modelo de evolução da fronteira amazônica foi proposto por Browder e Godfrey (1990). Os autores propõem um modelo de mudança do cenário natural e transição urbana para a Amazônia brasileira. Segundo esse modelo, o assentamento na região amazônica ocorre em uma sequência progressiva em que uma região periférica dependente é gradualmente incorporada à economia nacional maior (Browder e Godfrey, 1990; Diniz, 2001). Haveria, assim, cinco estágios de evolução da fronteira que constituiriam as formas urbanas dominantes nos diferentes cenários de mudanças ambientais.

No primeiro estágio, denominado pelos autores de *economia de subsistência nativa*, grupos indígenas e mestiços manteriam uma economia “natural” de pequena escala em equilíbrio com o meio ambiente, sem causar grandes danos a eles. Trata-se de uma ocupação pré-capitalista, com aldeias isoladas das forças do mercado e influências externas. Com a expansão das fronteiras, essas populações tradicionais são deslocadas de seu habitat primário (Browder e Godfrey, 1990). O segundo estágio, *fronteira de extração de recursos*, é marcado pela descoberta de recursos naturais valiosos (madeira, minério, etc.) na região que estimulam a penetração de grandes indústrias extrativas, empregando tanto a população local como migrantes que foram atraídos pela nova dinâmica. Essa fase pode ser considerada protocapitalista e durar por um longo tempo, vivendo períodos de altos e baixos na exploração dos materiais. A infraestrutura de transporte e comunicação criada acaba atraindo agricultores e pecuaristas para a região. Os assentamentos e serviços instalados na região são relacionados somente às atividades desempenhadas e praticamente não há outras facilidades. Trata-se de comunidades pré-urbanas que não necessariamente se tornam assentamentos permanentes, embora possam facilitar a ocupação de agricultores que sejam atraídos para a região (Browder e Godfrey, 1990).

No terceiro estágio, denominado *fronteira agrícola pioneira*, ocorre a migração de pequenos camponeses que utilizam principalmente mão de obra familiar para derrubar a floresta e iniciar uma agricultura de subsistência, a qual produz, porém, um pequeno

excedente, dando início a uma fase primitiva do capitalismo. A fronteira passa a ser ocupada principalmente por assentamentos compostos por famílias, que em sua maioria residiam em outras fronteiras ou em áreas urbanas. Esses primeiros colonos encorajam a ida de outros familiares e amigos, enquanto a notícia de terra desocupada atrai outros migrantes. Existem boas estradas e sistemas de comunicação, permitindo o transporte dos cultivos para os mercados locais e regionais e a chegada de novos migrantes, o que gera uma reserva de colonos sem terra que acumula-se nas cidades locais. O núcleo urbano que serve de apoio para os que chegam possuem atividades relacionadas a serviços como mercearias, hotéis rudimentares, oficinas, pequenas escolas. O isolamento, a falta de capitalização, a deterioração do solo e os conflitos por terra, no entanto, tornam difícil a situação na fronteira, atraindo grandes empresários (Browder e Godfrey, 1990).

A quarta fase de evolução da fronteira caracteriza-se pela consolidação da economia de mercado. Ocorre uma concentração de terras nas mãos de grandes companhias agrícolas pecuaristas, oprimindo os pequenos agricultores que acabam sendo obrigados a mudar para novas áreas de fronteira ou para as cidades locais em expansão. O núcleo urbano se torna um município reconhecido, órgãos estatais se firmam na fronteira, novos serviços e centros comerciais surgem. Inicia-se, ainda, uma fase de retração da fronteira (Browder e Godfrey, 1990). O quinto e último estágio definido pelos autores é o da *primazia urbana e esvaziamento rural*. Nessa fase, as terras estão consolidadas e passam a ser exploradas pelo grande capital especulativo, o desmatamento é grande e forma-se um campesinato móvel e que gradualmente se converte em trabalhadores assalariados nas cidades. A terra se valoriza, os pequenos agricultores acabam vendendo suas propriedades e se mudam para a cidade ou para outras fronteiras, de modo que a área rural perde grande parte de sua população. Na área urbana, a população trabalha como mão de obra assalariada no governo, em indústrias ou no setor de serviços, que agora conta com hotéis, restaurantes, supermercados, escolas e diversas igrejas. Assim, novas formas de urbanização e polarização regional emergem conforme a fronteira evolui (Browder e Godfrey, 1990).

Baseando-se nas principais contribuições da literatura sobre evolução de fronteira, Diniz (2001) formula um arcabouço teórico para estudar os padrões de mobilidade na fronteira ao longo do processo evolutivo dessas áreas. Para tanto, ele define, a partir da literatura, quatro estágios, cujas características incorporam o proposto em uma série de trabalhos empíricos e teóricos sobre evolução da fronteira, discutidos pelo autor (Diniz, 2001). Dessa maneira, cada estágio reúne, em um único arcabouço, as variadas ideias e características

pertinentes àquele estágio, segundo formulado nos trabalhos de outros estudiosos (como Martins, 1975; Henkel, 1982; Findley, 1988; Browder e Godfrey, 1990).

O primeiro estágio é o *pioneiro*, marcado pela ausência de um mercado de mão de obra e terras, apesar da grande disponibilidade dessa última, grande crescimento populacional, devido à migração, indivíduos vivendo principalmente na área rural, infraestrutura precária e predominância do extrativismo e da agricultura de subsistência (Diniz, 2001; 2002). O segundo, denominado *transitório*, caracteriza-se pela persistência da agricultura de subsistência, porém, coexistindo com uma agricultura comercial em expansão. O processo de ocupação se intensifica e a migração aumenta e a terra torna-se um bem escasso, abrindo espaço para a formação de um mercado de terras e trabalho. A melhoria do sistema de transporte facilita o fluxo e a comercialização da produção e os núcleos urbanos dos projetos de assentamento começam a crescer. A terra fica cada vez mais valorizada e passa a atrair grandes empresários capitalizados (Diniz, 2001; 2002).

Tem-se início, assim, a fase *consolidada*, em que há grande concentração de terras, domínio da agricultura comercial, mercado imobiliário inflacionado, expansão da pecuária e relações de produção capitalistas. Ocorre um aumento na emigração, pois o novo cenário faz com que indivíduos que chegaram nas fases anteriores se mudem para o núcleo urbano ou outras áreas da fronteira agrícola. Os que permanecem tem dificuldades para manter sua terra e muitos viram trabalhadores assalariados em terras de outras pessoas (Diniz, 2001; 2002). Por fim, o estágio *urbanizado* diz respeito ao crescimento da área urbana criada para atender as demandas do projeto de assentamento, a qual ganha cada vez mais dinamismo e torna-se um centro de concentração e redistribuição da mão de obra excedente. As mudanças estruturais ocorridas na cidade e nas áreas vizinhas fazem intensificar a mobilidade rural-urbana, atraindo tanto os antigos colonos que optam por migrar como migrantes positivamente selecionados em busca de emprego em setores em expansão, como o terciário (Diniz, 2001; 2002).

Observa-se, assim, que, segundo esse arcabouço teórico, as fronteiras seguiriam um caminho mais ou menos sequencial desde sua formação até se tornarem consolidadas e urbanizadas, de forma que suas características e elementos foram se modificando ao longo do tempo, atingindo certa fase. No entanto, a abordagem dos estágios de evolução da fronteira sofre algumas críticas, relacionadas principalmente ao seu determinismo e linearidade, como se todas as fronteiras seguissem precisamente a mesma sequência de acontecimentos (Diniz, 2002; Summers, 2008; Guedes, 2010).

Para superar essa limitação, Barbieri et al. (2014) assumem, em seu trabalho, que a influência de fatores de nível macro e meso nas decisões de uso da terra ocorridas no nível do domicílio se dão de forma assimétrica em fronteiras diferentes, estabelecendo uma dinâmica de evolução única em cada fronteira (Barbieri et al., 2014, p. 2). Desse modo, essa dinâmica não linear de evolução das fronteiras (ou mesmo das propriedades) implica que fatores contextuais, como o perfil social dos agricultores, sua história de assentamento e as redes de conexão da fronteira com outras fronteiras e com os mercados, determinariam as características e o ritmo de mudança para cada estágio evolutivo, em cada fronteira (Barbieri et al., 2014, p.3).

Em que pesem as limitações, acredita-se que a abordagem da evolução de fronteiras, consideradas as ressalvas feitas por Barbieri et al. (2014), é bastante útil para se organizar uma sequência temporal de evolução dos eventos complexos que se dão na fronteira e entender como as mudanças em seu contexto podem influenciar as decisões reprodutivas das mulheres em cada fase.

#### **2.1.4 O perfil da migração, ocupação dos lotes e a configuração do rural e urbano na fronteira agrícola amazônica**

O perfil dos indivíduos que migraram para a fronteira é de grande valia para se compreender a formação dessa região e as características que ela assumiu ao longo do tempo. Os migrantes saíram, em sua maioria, de áreas marcadas pela modernização das atividades agrícolas e expansão do urbano. Muitos inclusive tiveram experiências em cidades de médio e grande porte, tendo contato com valores e padrões urbanos (Sawyer e Pinheiro, 1984; Torres, 1988; Sydenstricker, 1992). Além disso, também vivenciaram mudanças demográficas importantes que se iniciaram no Centro-Sul do país, como a redução do número de filhos (Sydenstricker, 1990). Dessa forma, essa conjuntura certamente tem reflexo no modo como eles ocuparam a fronteira e como a fronteira se comportou nos anos futuros. O perfil do migrante que se dirigiu para as novas áreas de ocupação e a urbanização da fronteira na Amazônia, a distinção entre o rural e o urbano, são dimensões sobrepostas e diretamente relacionadas.

Monte-Mór (1979, p. 6) coloca que a fronteira agrícola já nasceu urbana, como “um espaço social urbano estruturado dentro da selva amazônica”. De fato, por se tratar de uma colonização dirigida, imposta pelo Estado, iniciou-se a organização de uma infraestrutura mínima para atrair não só os migrantes, mas também o financiamento internacional e

setores privados. Redes rodoviárias cortando a floresta, pequenos povoados brotando em meio à selva, constituindo o que Becker (2005, p.73) chamou de “floresta urbanizada”. Soma-se a isso o fato de que os migrantes, apesar da busca pela terra própria, tiveram, em sua maioria, experiências urbanas, incluindo cidades de grande e médio porte, incorporando, em seu modo de vida, valores urbanos (Torres, 1988; Sydenstricker, 1992).

Todos esses fatores contribuem para que se tenha, na fronteira amazônica, uma realidade complexa e diferenciada, no que se refere à formação do espaço social rural e urbano, o qual não pode ser entendido sob a perspectiva tradicional da urbanização no restante do país. Além disso, essa organização do espaço tem grandes implicações nas relações que se estabeleceram na fronteira, ou seja, na forma como os colonos se relacionam entre si e com as instituições presentes na fronteira, definindo uma lógica própria de ocupação e reprodução ao longo dos anos e que persiste nos dias de hoje. Em síntese, as características dos indivíduos que para os assentamentos se dirigiram tem, ainda, papel primordial na definição do ambiente que se tem na fronteira.

Conforme destaca Martins (1996, p. 27), a fronteira é o lugar da alteridade, do encontro de diferentes, das distintas concepções de vida e visões de mundo. No momento de sua abertura, a fronteira agrícola atraiu grupos situados em temporalidades históricas distintas, reunindo migrantes com histórias de vida que não se assemelham. Essa pluralidade se dá tanto em termos econômicos quanto sociais e físicos, refletindo diferentes formas de lidar com a terra e se adaptar a nova vida. No entanto, apesar das diferenças, existem pontos em comum que unem esses indivíduos.

Em geral, a ida para a fronteira significa uma busca por melhores condições de vida e a obtenção do lote representa uma forma de fugir das pressões no local de origem. Muitos dos migrantes são frutos da decomposição da estrutura agrária, da mecanização da agricultura e das mudanças econômicas do país. É um contingente de população excedente não absorvido pelo desenvolvimento industrial e que perdeu seus meios de produção, seu local de trabalho e/ou o espaço para seus produtos agrícolas, artesanais (Sawyer, 1984; Sydenstricker, 1992). Nesse contexto, a saída para essa população foi migrar de modo a ocupar as novas fronteiras no interior do país.

A mudança para a fronteira Amazônica geralmente não é a primeira etapa migratória desses indivíduos. Muitos iniciaram quando criança, com os pais, quase sempre expulsos pela modernização das lavouras e seguindo os ciclos econômicos. Assim, muitos saíram de

São Paulo e Minas Gerais em direção ao Paraná, quando da expansão da fronteira do café no estado. Depois, com a consolidação dessa fronteira, o Centro-Oeste e a região Norte, especialmente Rondônia, se tornam o novo destino, com os projetos de colonização (Sydenstricker, 2004).

Desse modo, a maior parte dos parceiros que se instalou em Machadinho nasceu no Sudeste e no Sul, com destaque para os estados do Paraná e Minas Gerais. A migração para Centro-Oeste aparece como um deslocamento intermediário entre o Sul e Rondônia. Muitos dos migrantes tentaram anteriormente a vida nos projetos de assentamento do Centro-Oeste, região que também absorveu grande fluxo de população até a década de 1970 (Sydenstricker, 2004). No entanto, a consolidação dessa fronteira, dada pela mecanização da produção agrícola e expansão da soja e da pecuária, tornou a Amazônia um novo polo de atração dos migrantes para seus assentamentos. Nesse sentido, o fluxo migratório da década de 80 para a fronteira amazônica compôs o novo ciclo da migração interna do Brasil, superando os deslocamentos campo-cidade e Nordeste-Sul (Sawyer e Pinheiro, 1984; Sydenstricker, 1992; Becker, 2005).

Essa vida itinerante fez com que muitos dos migrantes vivessem também em cidades de médio e grande porte, exercendo diversos tipos de profissão não relacionados à terra. Esse grupo de origem rural que reside na cidade representa, em geral, o contingente expulso da agricultura e não completamente absorvido nos grandes centros e enxergam, na fronteira, a possibilidade de se reinserir e fugir da marginalização nessas áreas (Sawyer e Pinheiro, 1984; Torres, 1988; Sydenstricker, 1992). Mesclam, portanto, experiências tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Segundo Sydenstricker (1992), em Machadinho, mais de 60% dos colonos que chegaram à fronteira já haviam trabalhado ou residido em cidades de médio e grande porte por mais de um ano.

Assim, apesar da vida na terra, esses migrantes não são camponeses no sentido clássico – o camponês de subsistência, isolado, que trabalha em seu sítio apenas para atender as necessidades domésticas de consumo (Torres, 1988; Wanderley, 1996). O contato desses indivíduos com os ideais tipicamente urbanos os transforma em um camponês híbrido, que combina o saber no manuseio da terra com um padrão de consumo mais urbanizado. Não basta apenas que ele tenha sua própria terra, ele não mais vive somente do que produz; o camponês também consome outros bens e serviços que se tornaram essenciais a sua reprodução social (Torres, 1988).

Essa “urbanidade” do migrante rural fez com que eles passassem a demandar serviços que usufruíam nas cidades, reproduzindo, na medida do possível, um estilo de vida urbana na fronteira. Sua forma de inserção na fronteira é, por conseguinte, afetada, precisando lançar mão de estratégias para equilibrar aspirações urbanas em um meio rural que não oferecia tais condições. Isso porque, em que pese o fato da fronteira agrícola ter nascido urbana, devido às características impostas por um processo de colonização dirigida, pelo perfil dos migrantes e pela infraestrutura estabelecida nas fases iniciais, ainda assim se tratava de uma área de floresta, de povoamento incipiente e de limitados recursos monetários, físicos e sociais. Não havia como, “em um lugar até então virgem e desabitado”, se estabelecer prontamente um “urbano acabado” (Sydenstricker, 1992, p.161). A fronteira, assim, acaba por se tornar, nos primeiros anos de ocupação, um espaço agrário com características urbanas.

Cabe destacar a intensidade e espontaneidade do processo de urbanização nas áreas destinadas à ocupação agrícola. Grande parte dessa celeridade se relaciona à implantação da malha rodoviária que ligava a região ao Centro-Sul do Brasil. Ao longo das estradas, surgiram diversos povoados e pequenas vilas que serviam de ponto de apoio e redistribuição da força de trabalho e também de comercialização da produção dos colonos (Becker, 1977; 1985). Essas cidades embrionárias que foram despontando caracterizavam-se, no entanto, pela precariedade das condições sociais. Eram como “grandes acampamentos improvisados” desempenhando funções urbanas principais sem contar com uma sólida infraestrutura (Monte-Mór, 1979, p.7).

Becker (2005) ressalta que a urbanização não se dá somente pelo aparecimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade. E isso ocorreu, em grande medida, com a chegada dos migrantes de origem urbana da região. Apesar da maior parte do deslocamento para a fronteira ter se dado por conta de fatores de expulsão na origem, há também aquele determinado pela mobilidade da força de trabalho e do capital e pela expansão do mercado. Dessa forma, se instalaram na fronteira profissionais de diversas áreas, que organizaram farmácias, serrarias, mercados, restaurantes, consultórios (Torres, 1988). Esses movimentos contribuíram para ressaltar e acelerar a urbanização da fronteira.

O conceito de urbanização extensiva, proposto por Monte-Mór, é uma alternativa para melhor compreender a urbanização na fronteira. Segundo o autor, trata-se de uma “urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente

todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais” (Monte-Mór, 1994, p. 171). Ela se estende, pois, por todo território através do tecido urbano, o qual nasce nas cidades e se desdobra para além delas, atingindo o campo e todo o território nacional. Assim, no mundo contemporâneo, o urbano se espalha por meio desse tecido, o qual representa não a cidade edificada em si, mas suas manifestações e a práxis urbana – por exemplo, uma rodovia ou um supermercado em pleno campo (Monte-Mór, 2005).

Ainda segundo Monte-Mór, a urbanização se inicia com a industrialização. No Brasil, ela se intensificou na segunda metade do século XX, com o avanço do capitalismo industrial. Quando, com o Governo Militar, prioriza-se uma política de desconcentração da economia e da indústria do sul do país e procura-se integrar todo o território nacional por meio das políticas de ocupação, tem-se origem o tecido urbano que iria estender a urbanização também para as outras regiões do Brasil. Assim, no fim da década de 1970, o meio rural já estaria conectado ao meio urbano-industrial no Brasil (Monte-Mór, 2004; Monte-Mór, 2005).

Nas regiões de fronteira agrícola da Amazônia, a urbanização extensiva se fez presente pelas redes rodoviárias, sistemas de comunicação e de serviços. A formação do espaço na fronteira amazônica se deu, pois, a partir dessa base urbano-industrial dos grandes centros urbanos, transformando as relações entre o meio agrário e o meio urbano e integrando essa área ao restante do país através da urbanização extensiva. Ao final do século XX, o urbano já estava presente em todo o território nacional, tornando a distinção entre os espaços urbano e rural cada vez mais difusa, tênue e complexa (Monte-Mór, 2004; Monte-Mór, 2005).

Monte-Mór (2004) conclui que, atualmente, o rural já não pode ser entendido como o rústico, isolado, pré-capitalista, sem acesso a serviços públicos, energia, sistema de transportes e comunicação e sem acesso a bens industrializados. Não é mais um espaço geográfico distante, tem se tornado mais urbanizado ao longo do tempo e é também parte integrante do desenvolvimento social e econômico do Brasil. Rural e urbano são dimensões interdependentes e cada vez mais integradas. Nesse sentido, a fronteira não pode, desde sua abertura, ser considerada como um espaço rural pleno e exclusivo. Ela foi constituída sobre bases urbanas e isso influencia seu processo de formação (Monte-Mór, 2005). Ou seja, a fronteira foi planejada em relação a um espaço urbanizado e para ser integrada a ele. Assim, ainda que problemas na política de ocupação tenham impedido que ela se constituísse, a princípio, como um espaço plenamente estruturado, sua formação

reflete a base na qual foi construída – a expansão urbano-industrial do Brasil. E a chegada de migrantes que vivenciaram um contexto urbano contribuiu para que não se tivesse, na fronteira, um campesinato e um espaço rural tradicionais.

Segundo Sydenstricker (1992), não obstante a fronteira, embora agrária, não ser completamente rural e ter uma base urbana, ela não oferecia as mesmas condições de vida de uma cidade (ao menos no que diz respeito à infraestrutura de serviços e acesso a bens). Dessa forma, os migrantes, saídos de regiões mais desenvolvidas, tiveram que enfrentar as contradições de um lugar com tais características. Eles precisaram se readaptar ao novo contexto, vivendo as ambiguidades de uma localidade nova e atrasada. Estavam ligados às áreas mais desenvolvidas do centro-sul do país pelos sistemas de comunicação e transporte (ainda que limitados), mas não havia energia elétrica ou água canalizada nas casas, as condições de vida eram precárias e os sistemas produtivos ultrapassados (Sydenstricker, 1992).

O perfil socioeconômico e demográfico dos colonos de Machadinho e sua adaptação na nova fronteira, descrito em Sydenstricker (1992), exemplificam essa discussão. A ida para a fronteira representa, de forma geral, uma queda na qualidade de vida dos migrantes habituados à infraestrutura e facilidades da vida na cidade. Dotados de valores tipicamente urbanos, eles precisam absorver, na fronteira, um conjunto de novas relações que afetam as diferentes esferas da vida (Sydenstricker, 1990). E, para tanto, precisam adaptar as práticas e representações aprendidas na área urbana ao novo modo de vida nas novas terras, de modo que a família tem papel preponderante nessa nova realidade, principalmente no que diz respeito ao lote.

De modo geral, a migração para Rondônia e Machadinho d'Oeste é de caráter majoritariamente familiar: 83,5% dos colonos de Machadinho estavam em algum tipo de união e acompanhados da família quando chegaram, sendo, em sua maioria, jovens – apesar da fronteira também atrair famílias em estágios mais avançados do ciclo de vida (Sydenstricker, 1992). A unidade familiar era responsável, a partir do recebimento da terra, por limpar (ou seja, desmatar a floresta nativa), manter e fazer o lote produzir. Mesmo que houvesse presença de mão de obra assalariada temporária ou ajuda de vizinhos e outros familiares, é o núcleo doméstico que controla e participa diretamente do processo produtivo (Sydenstricker, 1992).

Assim, esse momento da chegada era para o colono e sua família, um momento de bastante dificuldade. Uma vez que os equipamentos para tal não estão largamente disponíveis, na maioria dos casos é o colono sozinho, contando com a ajuda da família, que prepara a terra. Assim, ao chegar à fronteira, o migrante tem grande dependência da força braçal e da mão de obra familiar e as técnicas de derrubada da mata, cultivo e cuidado do solo são bastante rudimentares. Esses primeiros períodos na fronteira exigem grande esforço e os retornos, em termos de colheita, só ocorrem depois de alguns anos (Sydenstricker, 1992).

Sydenstricker (1992) destaca alguns fatores que interferem na adaptação na nova moradia e nos resultados obtidos no plantio. Por se tratar de uma terra nova, desconhecida, pouco se sabia das condições climáticas, das características do solo, do que era possível plantar – o intenso período de chuvas e a baixa fertilidade do solo, por exemplo, afetam a produtividade. Também não havia apoio técnico por parte dos órgãos governamentais. Além disso, devido ao fato da mão de obra ser basicamente familiar, a composição do domicílio influenciaria na quantidade de trabalho que poderia ser realizada na terra. O processo de limpeza do lote é executado, em geral, pelos homens, com auxílio dos filhos mais velhos. Todavia, se os filhos ainda são jovens ou se o parceleiro não pode contratar alguém para ajudar, os filhos pequenos e as mulheres também assumem esses trabalhos. Outro fator relevante que influenciava o trabalho no lote era a malária; a doença, nos primeiros momentos da fronteira, afetava repetidamente os migrantes, várias vezes no ano, deixando alguns membros da família afastados do trabalho durante longos períodos (Sydenstricker, 1992).

As condições de vida na fronteira, nesse primeiro estágio, são precárias. Os colonos não possuíam, em geral, capital acumulado, a alimentação era pobre, a moradia simples e pequena, o acesso à água difícil, a situação sanitária precária, o acesso à educação e saúde era débil e as condições de transporte ruins. Tudo isso contribuía para tornar ainda mais complexa a vida dos migrantes na fronteira. Isso fez com que muitos desistissem de morar nos lotes, procurassem trabalho em outras propriedades ou mesmo se mudassem para o núcleo urbano (Sydenstricker, 1992). Wanderley (1996) destaca que o trabalho fora do lote acabou se tornando uma necessidade estrutural, dada a instabilidade da situação dos colonos. A renda obtida contribuía para a reprodução e manutenção da família.

Nesse sentido, as atividades agrícolas dos colonos não podem ser mais exclusivamente de subsistência. Passa a haver uma articulação entre a atividade domiciliar e mercantil, de modo que o que é produzido atende tanto as necessidades de consumo da família como

pode ser vendido, gerando renda para adquirir outros produtos que não são produzidos pela unidade domiciliar – seja de outros lotes ou industrializados (Wanderley, 1996; 2003).

A relação da segunda geração de migrantes com o lote, isto é, dos filhos daqueles que foram em busca de terra na região Norte do país, perpassa as adversidades que a família teve que enfrentar na nova vida e as condições de desenvolvimento da fronteira. De maneira geral, os filhos chegaram ainda jovens ao sítio e muitos, apesar da pouca idade, precisaram ajudar os pais a desmatar o lote, participar do cultivo e cuidar das criações de animais. Eles vivenciaram todo o processo e adquiriram maior conhecimento acerca das possibilidades da terra. Além disso, foram criados no contexto da fronteira, aprendendo a cultura, as peculiaridades local (Sydenstricker, 1992).

Nas fases iniciais da fronteira, as dificuldades no acesso à educação e a falta de outras oportunidades na região podem ter feito com que, na maioria das vezes, os filhos dos colonos não tivessem outra opção exceto trabalhar com a terra. Além de trabalhar no lote da família, alguns também trabalhavam em sítios vizinhos como forma de obter renda extra (Sydenstricker, 1992). Ao mesmo tempo, o trabalho árduo e pouco recompensador na terra, somado à experiência urbana desses filhos, os leva a procurar trabalho no núcleo urbano ou em outra cidade (Côrtes, 2012a).

Os próprios colonos por vezes estimulavam os filhos a procurar oportunidades mais promissoras que aquelas que a vida no sítio pode oferecer. Sydenstricker (1992) destaca que os parceiros, para explorar o lote, precisavam que os filhos ajudassem na lida na terra. Contudo, eles também desejavam que seus filhos estudassem para ter uma ocupação que lhes garantisse melhores condições de vida, pois reconhecem que o trabalho no lote é duro e não dá retornos compensadores. Talvez a experiência na cidade e a vida em locais mais desenvolvidos tenham influenciado a forma como os colonos enxergam as possibilidades de futuro para seus descendentes, compreendendo que há outros caminhos possíveis para os filhos.

Os filhos, dessa forma, se sentem atraídos a morar no núcleo urbano por causa das dificuldades no lote ou da necessidade de complementar a renda da família por conta da desvalorização do produto agrícola. Os deslocamentos não permanentes dos lotes para a cidade também ganham força devido a essa integração entre as duas áreas, permitindo que se trabalhe na cidade para aumentar a renda domiciliar através da inserção em outros setores da economia (Barbieri et al, 2016). Conforme a fronteira vai evoluindo, têm-se

melhorias no acesso à educação e saúde, a ampliação da rede de estradas e meios de transporte permite uma relação mais próxima do meio rural com centro urbano, bem como o crescimento do comércio e o surgimento de pequenas fábricas geram mais oportunidades de emprego (Côrtes, 2012b). Todos esses avanços modificam a percepção dos jovens quanto ao sítio e sua permanência nele.

Nos estágios mais recentes da fronteira, em que urbano e rural estão quase plenamente conectados e relacionados, percebe-se um envelhecimento relativo da população que vive no campo (Côrtes, 2012b; Barbieri et al., 2014). Isso ocorre porque os jovens estão cada vez mais deixando o meio rural para trabalhar e estudar em núcleos urbanos. Poucos permanecem nos sítios dos pais ou formam sua própria propriedade. Em geral, são os filhos mais velhos que permanecem em atividades rurais, provavelmente porque foram os que mais participaram na abertura do lote e tiveram menos chance de estudar, devido às dificuldades iniciais na fronteira. Há também aqueles que optam por emigrar temporariamente, intercalando períodos de trabalho dentro e fora do lote (Côrtes, 2012b). Entre as mulheres, é mais provável que elas alcancem mais anos de educação formal e optem por trabalhar nas cidades ou mudem do sítio dos pais para começar uma nova propriedade com o marido (Côrtes, 2012b).

Percebe-se, ainda, um movimento de expansão do urbano na fronteira. Algumas localidades que tinham caráter estritamente rural vão se transformando, concentrando grande número de propriedades e adquirindo melhor infraestrutura (Monte-Mór, 2004). Elas passam a atrair cada vez mais uma população que busca vincular as possibilidades do rural com a infraestrutura do urbano, ou seja, propriedades com acesso rápido a serviços e facilidades. Tem-se, assim, áreas potenciais para formação de vilas e povoados, que futuramente poderão se emancipar e se transformar em sedes municipais, nem sempre com redes de serviços adequadas. Os valores urbanos interferem cada vez mais em todo o espaço, tornando o rural ainda mais articulado com as dinâmicas urbanas nos estágios mais atuais da fronteira (Côrtes, 2012a).

### **2.1.5 Considerações**

A discussão sobre a ocupação da fronteira agrícola na Amazônia é importante, no âmbito desta tese, por possuir uma relação direta com o contexto social, econômico e demográfico que se estabeleceu na fronteira nos anos iniciais da ocupação e com seus desdobramentos durante a evolução da região. Por conseguinte, a forma como se deu essa colonização afeta

as relações que se estabelecem até hoje na fronteira, impactando as decisões de vida dos indivíduos, inclusive no que se refere ao comportamento reprodutivo e às decisões quanto ao número de filhos.

O fato da ocupação da fronteira ter sido planejada pelo poder público não a isentou de falhas e problemas. O grande fluxo de migrantes para a região não era esperado e o que era para ser uma colonização sistemática e organizada por parte do governo acabou fugindo do controle, com a rede de serviços e infraestrutura se estabelecendo de forma frágil. Essa ocupação não sistemática da fronteira teve consequências estruturais importantes, as quais influenciaram sua formação e que são sentidas até hoje.

Por outro lado, o perfil de migrantes que chegou à fronteira trouxe para ela uma urbanidade em meio à floresta. Era difícil que, em meio à urbanização vivida no país, a fronteira não sofresse influência desse contexto. Isso a torna diferente das demais ocupações que já se estabeleceram no Brasil justamente por já nascer com essa perspectiva urbana, apesar das características rurais e agrárias inerentes à fronteira. Por ser uma população que havia experimentado os padrões modernos do Centro-Sul, seu assentamento na fronteira (incluindo Machadinho d'Oeste) reflete essas bases, essa socialização. Como destaca Torres (1988, p. 501), não se pode “falar da fronteira ou do camponês sem referência ao urbano. O refluxo de população urbana se traduz em urbanização de outras áreas porque ela carrega consigo o urbano”.

Fica claro, a partir da literatura abordada, que, na fronteira, o rural e o urbano estão entrelaçados. Há uma contradição entre um local novo e atrasado, com aspirações urbanas, porém sem infraestrutura ou rede de serviços. E os migrantes que para lá se dirigiram viveram essas dificuldades e tiveram que adaptar suas estratégias de vida a esse contexto. E, ao longo do tempo, a fronteira se desenvolveu nessas bases, incorporando mais população, atraindo o interesse de grandes proprietários de terra, crescendo e desenvolvendo sua rede de estradas e meios de transporte, saúde e educação, se tornando vez mais integrada ao restante do país, de modo que as estratégias também tiveram que se modificar segundo esse novo contexto. Cabe destacar, no entanto, que a evolução da fronteira não resultou em desenvolvimento pleno, de forma que ainda persistem grandes dificuldades por parte dos colonos em se manter na terra e no acesso a serviços públicos, numa coexistência entre uma infraestrutura urbana precária e fortes articulações entre áreas rurais e urbanas (Barbieri et al., 2014).

Todas essas mudanças trouxeram transformações também na forma como a dinâmica da fronteira se estabelece. O contexto da fronteira amazônica hoje é bastante diferente daquele existente no início da ocupação na década de 1970. O cultivo para subsistência se expandiu e ocorreram importantes alterações no uso da terra, houve desenvolvimento do comércio local, das redes viárias e da expansão dos centros urbanos. Os valores urbanos se fazem cada vez mais presentes na dinâmica da fronteira e as decisões dos indivíduos, em todas as esferas, passam a ser reflexo de um conjunto de fatores que guardam relação não só com o núcleo domiciliar, mas também com todos os elementos desse novo contexto.

Nesse sentido, acredita-se não ser possível dissociar o contexto da fronteira das estratégias reprodutivas adotadas pelas mulheres na região. Ambas estariam conectadas ao longo do tempo, de modo que as mudanças na conjuntura da fronteira impacta a forma como as mulheres decidem acerca de sua reprodução. É possível que as mulheres tenham levado consigo, de seu local de origem, valores relacionados ao número de filhos, posto que vieram de regiões em que a transição da fecundidade estava no auge. No entanto, as adversidades experimentadas em meio às singularidades da ocupação na fronteira nem sempre permitiam a implementação dos seus ideais. Por outro lado, o desenvolvimento e a consolidação da região fazem com outros valores e possibilidades estejam presentes na definição das estratégias reprodutivas no contexto atual.

O cenário em que as mulheres pioneiras chegaram é bastante diferente do que as jovens vivem atualmente. A fronteira passou por diversos estágios até chegar ao contexto de maior integração entre rural e urbano, maior facilidade de acesso a bens e serviços, maior conexão com outras cidades e melhor infraestrutura de saúde, educação, habitação e saúde observado hoje. Consequentemente, essas mudanças no contexto influenciam as estratégias reprodutivas e contraceptivas das mulheres, uma vez que os obstáculos e possibilidades para as mulheres implementarem suas decisões reprodutivas também mudaram ao longo do tempo.

Desse modo, o perfil do migrante que se dirigiu para a fronteira, somado ao tipo de uso da terra, à integração das áreas rural e urbana, ao crescimento e a urbanização do núcleo urbano, à comercialização da produção, as oportunidades de trabalho fora da zona rural, a migração de pessoas do domicílio, os novos hábitos de consumo, as mudanças no papel da mulher e nas relações de gênero e o desenvolvimento socioeconômico da fronteira são fatores que também evoluíram com a consolidação da mesma e que permeiam o multifacetado contexto que envolve as estratégias reprodutivas em Machadinho d'Oeste.

## **2.2 Fecundidade e saúde sexual e reprodutiva na fronteira amazônica**

### **2.2.1 Teorias sobre fecundidade na região de fronteira**

Este item revisita a literatura sobre fecundidade em áreas de fronteira. Destaca-se o fato de que a literatura sobre o assunto no Brasil não é vasta e grande parte dos estudos sobre a fronteira amazônica se dedica a entender os fatores associados à conversão das florestas em áreas para atividades agropecuárias. Nesse sentido, a abordagem da fecundidade nessas áreas também enfoca, em grande parte, a relação do número de filhos com o uso da terra.

Diversos estudos que tratam da fecundidade nas áreas de fronteira abordam o vínculo entre o tamanho da família e o uso da terra, ou seja, como o número de membros do domicílio (e, conseqüentemente, o número de filhos tidos) afeta as decisões sobre o tipo de uso que se faz da terra (ou vice-versa). Uma abordagem que trata dessa relação é a Land-labor Demand Hypothesis.

Segundo essa abordagem, em ambientes como as regiões de fronteira, em que a terra é relativamente abundante, porém com limitada infraestrutura, capital e trabalho, a mão de obra para o trabalho na propriedade acaba sendo basicamente familiar (Pan et al., 2009). Esse fato seria um incentivo à fecundidade, uma vez que um maior número de membros na família significaria mais pessoas para cultivar a terra<sup>2</sup>. Conforme destacam Clay e Johnson (1992), a utilização de mão de obra familiar eleva a renda do domicílio, especialmente em sistemas de produção em que a introdução de um trabalhador adicional aumenta a produtividade marginal da terra. Assim, esse possível acréscimo nos ganhos teria como efeito um aumento na demanda por filhos, uma vez que eles se tornariam mais rentáveis ao participarem como força de trabalho. Nesse sentido, o tamanho desejado de família seria tanto maior quanto maior fosse a disponibilidade de terras para os indivíduos cultivarem. A fecundidade seria aumentada para que o tamanho das áreas cultivadas e a produção agrícola também se expandissem, por meio de um número maior de trabalhadores nas terras originados de um maior número de filhos.

---

<sup>2</sup>Essa linha de raciocínio se assemelha ao proposto pela teoria de fluxo intergeracional da riqueza, discutida por Caldwell (1976). Segundo essa abordagem, no período pré-transicional, o fluxo de riqueza (material ou não) parte dos filhos para os pais, gerando incentivos a uma alta fecundidade. Quando há uma reversão desse fluxo, ou seja, passa dos pais para os filhos, haveria incentivos para a diminuição da fecundidade. Entretanto, por tratar de uma teoria formulada para analisar a fecundidade em um contexto diferente (“tradicional”, “primitivo”, nos termos de Caldwell) do abordado neste trabalho, ela não será abordada em detalhes.

Uma abordagem oposta à Land-labor Demand Hypothesis defende que, na realidade, o tamanho das famílias agrícolas seria relativamente fixo e o que mudaria seria o tamanho da propriedade. Dessa maneira, a chamada Reverse Hypothesis coloca que são as propriedades que seriam expandidas ou contraídas para acomodar as mudanças no tamanho das famílias (Clay e Johnson, 1992). Ou seja, ao contrário do que coloca a abordagem sobre demanda de mão de obra para trabalhar na terra – a disponibilidade e o tamanho das terras cultiváveis eleva a fecundidade para que se tenha um maior número de trabalhadores –, a hipótese reversa defende que é o número de filhos de uma família que vai definir o tamanho da propriedade (Carr e Pan, 2002).

Outro ponto bastante destacado pelos teóricos é a questão da posse da terra. A fecundidade dependeria não somente do tamanho e do acesso a terras cultiváveis, mas também do título de proprietário legal da terra. Em geral, regiões de fronteira são marcadas por uma grande incerteza em relação à terra, ou seja, poucos teriam o título de proprietário, de forma que os filhos seriam uma maneira de superar essa insegurança por meio dos ingressos econômicos advindos de seu trabalho na roça (Carr, 2004). Entretanto, o título formal de dono da propriedade poderia atuar como um fator de supressão da fecundidade, ou seja, a posse legal da terra faz com que as famílias tenham menos filhos do que teriam caso apenas arrendassem a terra.

Essa abordagem, denominada Land-security Hypothesis, propõe que a posse da propriedade gera maior segurança econômica para a família, diminuindo a necessidade de se investir em um elevado número de filhos (Sutherland et al, 2004). Portanto, a segurança trazida pela posse da propriedade substitui a segurança trazida pelo grande número de filhos disponíveis para trabalhar e gerar renda e, eventualmente, garantir condições dignas para os pais quando forem mais velhos (Carr e Pan, 2002; Carr e Pan, 2003). O efeito do acesso e do tamanho da terra sobre a fecundidade seria, então, anulado e mesmo revertido quando a posse da propriedade fosse alcançada (Carr e Pan, 2002). Dentro dessa abordagem, Sutherland et al. (2004) apontam que a maior segurança proporcionada pela posse da terra pode levar também a uma melhoria nas condições de vida, ao acesso a serviços de saúde e a melhores oportunidades educacionais, o que impulsionaria a transição da fecundidade nas áreas de fronteira agrícola.

Em resumo, o que essas abordagens dizem é que o volume de terras pode incentivar uma fecundidade mais alta tanto porque os filhos podem contribuir com o trabalho na propriedade ou porque terra abundante permite produzir mais meios para a própria

subsistência e, conseqüentemente, ter mais filhos. Por outro lado, quando existe a posse do terreno, o efeito da terra sobre a fecundidade pode ser revertido, uma vez que possibilitaria aos proprietários, por exemplo, realocar seus membros no que diz respeito às tarefas na terra, talvez até priorizando algum trabalho fora do ambiente rural, alugar suas terras para outros trabalhadores e auferir maior renda ou mesmo orientar sua produção para o mercado (Carr, 2004).

Clay e Johnson (1992) ressaltam, entretanto, que uma limitação desse tipo de análise é que não se sabe até que ponto a relação entre o número de filhos e o tamanho da propriedade é causal ou espúria. Isso porque, em um contexto em que a disponibilidade de instituições e serviços é precária, a ligação entre as duas variáveis pode ser intermediada também por outros fatores. Desse modo, locais onde o uso de contraceptivos é baixo, pode haver uma relação positiva entre a duração do casamento e o número de filhos. Ademais, quanto maior a duração do casamento, mais velhos devem ser os cônjuges e, conseqüentemente, tendem a ter maiores propriedades obtidas seja por compra, seja por herança (Clay e Johnson, 1992).

Carr (2004) também destaca que, mesmo que os casais desejem menos filhos, as regiões de fronteira oferecem poucas possibilidades de meios de planejamento familiar. A estrutura precária de serviços de saúde dificulta o acesso aos métodos contraceptivos. Além disso, valores religiosos ou tradicionais mais arraigados podem limitar o uso de contracepção. Assim, a correlação entre fecundidade e tamanho da terra deveria ser controlada por outras variáveis para se verificar se, de fato, não se trata de uma associação espúria entre elas.

Alguns autores, por sua vez, defendem que, na realidade, a análise sobre o uso da terra deve considerar não o tamanho da propriedade, mas sim o estágio do ciclo de vida que o domicílio se encontra. A teoria do Ciclo de Vida do Domicílio (Household Life Cycle) é inspirada no estudo de Alexander Chayanov sobre as práticas agrícolas na Rússia, após a Revolução em 1917. Para o autor, a produção agrícola dos domicílios rurais está relacionada ao número de adultos e dependentes presentes na família. Ou seja, as decisões sobre uso da terra e a proporção de terra cultivada dependem da composição por idade da família, que por sua vez está relacionada com a disponibilidade de mão de obra para o trabalho e as necessidades de consumo do domicílio (Perz, 2001; Walker et al., 2002; Barbieri et al., 2005; Guedes, 2010).

Considerando que, no modelo de Chayanov, a produção agrícola avaliada é essencialmente familiar, todo esforço e trabalho para produção vem basicamente do chefe e de sua família. Durante o ciclo de existência do domicílio existe sempre uma razão entre o número de membros do domicílio aptos a trabalhar e produzir e o número de consumidores e dependentes. Essa razão entre produtores e consumidores é variável, uma vez que a estrutura etária do domicílio se modifica ao longo do tempo (Perz, 2001; Guedes, 2010). Assim, em cada estágio da família, sua composição vai determinar a força de trabalho disponível e suas necessidades de consumo (Sydenstricker, 1992; Guedes, 2010).

No início do ciclo de vida da família camponesa, essa razão entre produtores e consumidores é geralmente igual a um, posto que ela é composta por um casal em que, geralmente, ambos trabalham. Com a chegada dos filhos, passa-se a ter, durante certo período, mais consumidores do que produtores, já que as crianças pequenas, e muitas vezes a mulher, não trabalham e apenas consomem. Desse modo, poucas áreas são cultivadas e a produção é baixa, devido à escassez de mão de obra. Conforme os filhos crescem, começam a participar do processo produtivo, estabelecendo maior equilíbrio entre produtores e consumidores, até o momento que há mais indivíduos trabalhando, permitindo a expansão de áreas de cultivo e diversificação da produção. Progressivamente, os filhos vão deixando o domicílio dos pais para constituir sua própria família, de forma que o casal inicial, já envelhecido, reduz sua capacidade de produção (Caldas et al., 2007; Guedes, 2010). Assim, domicílios em que há maior quantidade de adultos, com poucas crianças e idosos, podem cultivar maiores extensões de terra e alocar mais trabalho nas atividades agropecuárias (Wanderley, 1998; Caldas et al., 2007).

A abordagem de Chayanov possui alguns pressupostos, como o baixo custo da terra, a imutabilidade da tecnologia e concessão de crédito para a produção agrícola, a produção ser consumida exclusivamente pelo domicílio, sem acumulação de capital, a não integração com o mercado, inexistência de migração e mercado de trabalho (Perz, 2001; Guedes, 2010). Esses pressupostos, no entanto, são bastante rigorosos e limitam a generalização do arcabouço teórico de Chayanov para outros contextos mais contemporâneos como a Amazônia (Perz, 2001). Nesse sentido, a teoria do Ciclo de Vida do Domicílio, não obstante se basear nas proposições chayanovianas, busca adaptá-las à realidade da fronteira (Guedes, 2010; Côrtes, 2012a).

Os trabalhos que se fundamentam na abordagem do ciclo de vida do domicílio também destacam que a composição por idade e sexo da família tem grande influência nas decisões

relacionadas ao tipo de uso da terra, de modo que mudanças na estrutura etária e no arranjo por sexo levaria a variações no uso da terra (VanWey et al, 2007). Assim, quando começa a abertura da fronteira, os casais que para ela migram tendem a ser jovens e com filhos pequenos. Somando-se a isso a limitada experiência em agricultura de fronteira e a ausência de mão de obra, os novos colonos optam por culturas agrícolas anuais. Durante os primeiros anos da criação dos filhos, há grande pressão sobre essas famílias para produzir para o próprio consumo (Browder et al., 2004; Carr, 2004; Barbieri et al., 2005; Carr et al., 2006).

À medida que o tempo passa, os filhos crescem e começam a trabalhar na lavoura, diminuindo a pressão sobre os pais e levando ao investimento em novas formas de cultivo mais produtivas e rentáveis. Quando os filhos se tornam adultos, a tendência é que eles migrem ou que se casem e constituam sua própria família, diminuindo a disponibilidade de mão de obra do domicílio, mas também a demanda por alimento. Os pais também se tornam mais velhos, havendo mudanças no horizonte temporal de tomada de decisões (Browder et al., 2004; Barbieri et al., 2005; Carr et al., 2006). Além disso, ocorre também maior investimento em pecuária, uma vez que essa prática requer menos trabalhadores na atividade (Carr, 2004; Barbieri et al., 2005; Aldrich et al., 2006; VanWey et al., 2007).

Apesar de seguir a mesma estrutura lógica, os autores da teoria do Ciclo de Vida Domiciliar incorporam novos elementos à proposta original de Chayanov, como a comercialização do excedente produzido, o acesso ao crédito, maior renda, contratação de mão de obra externa ao domicílio, características da propriedade, diversificação das atividades, reinvestimento na produção, crescente relação com o mercado, distância em relação aos centros urbanos, tempo de residência no lote, migração de membros da família, experiência e conhecimento na região e a razão de dependência dentro do domicílio (Walker e Homma; 1996; McCracken et al.; 1999; Walker et al., 2002; Caldas et al., 2007; Guedes, 2010). Essas mudanças, por sua vez, guardam relação com a fecundidade, dado que não se dependeria mais unicamente do trabalho dos filhos – o que poderia inibir o número de filhos.

Assim, o domicílio da área de fronteira adaptaria suas estratégias de sobrevivência, ligadas ao uso da terra e organização familiar, à sua composição etária, a qual tende a envelhecer no tempo (Guedes et al., 2011). Entender o ciclo de vida do domicílio ajudaria a compreender como as famílias orientam suas decisões sobre a passagem de uma agricultura de subsistência para uma orientada para o mercado e para a criação de gado

(Carr, 2004). Essa questão da pecuária é, inclusive, destacada como um fator inibidor da fecundidade.

Sutherland e colegas (2004) destacam que a pecuária é uma atividade de grande importância na América Latina. No Brasil, a criação de gado tem crescido bastante nas últimas décadas, alterando o tipo de ocupação da terra feito na fronteira do país (Barbieri et al., 2005). Além de ser um símbolo de status, o gado representa uma forma de capital mais segura e cuja questão da posse é menos complicada do que a da terra. Dessa forma, o gado pode ser considerado um bem, assim como a terra, e, portanto, pode também ter impacto no número de filhos, visto que o rebanho representa uma forma de segurança financeira para a família, além de demandar menos trabalhadores, fatores que influenciariam negativamente a fecundidade devido à menor necessidade de mão de obra familiar na terra (Sutherland et al., 2004; Carr, 2004). Perz (2001) chama atenção para o fato de que as famílias que passam a investir em gado tendem a estar em um estágio mais avançado de seu ciclo domiciliar, ou seja, possuem uma estrutura etária mais envelhecida, e tendem a ter, portanto, filhos adultos. Entretanto, isso poderia influenciar sobre a fecundidade dessa segunda geração da fronteira – justamente os filhos dos primeiros colonos.

A Teoria do Ciclo de Vida Domiciliar, por outro lado, tem apresentado maior aderência para explicar o contexto inicial de terra abundante da fronteira, pouca urbanização, isolamento dos mercados e onde as famílias cultivavam basicamente para sua subsistência, contando com mão de obra familiar. Todavia, as fronteiras evoluíram e se consolidaram, estabelecendo relações crescentes com o mercado, aumentando seu grau de urbanização e alterando as preferências e oportunidades dos domicílios rurais (Guedes et al., 2011). Esse maior envolvimento dos domicílios rurais com os centros urbanos faz com que eles respondam cada vez mais aos estímulos externos, ampliando suas estratégias de sobrevivência.

Nas fronteiras de ocupação mais antiga, em que o processo de consolidação já está em curso, outros elementos influenciam na tomada de decisões da família, inclusive em relação ao número de filhos. Há um aumento da participação dos membros do domicílio em atividades não-agrícolas, da capacidade de integração com os mercados para produção e venda e mudanças no capital humano e natural dos pequenos agricultores. As estratégias de geração de renda também podem variar, com os membros da família se empregando nos variados setores da economia ou migrando temporariamente (Guedes et al., 2011; Côrtes, 2012a, Barbieri et al., 2016). Nas palavras de Guedes e colegas, todas essas mudanças

transformaram “a Amazônia numa colagem de domicílios em distintas fases de inserção ao ambiente de pós-fronteira. Por essa razão, a mudança nos estágios do ciclo de vida domiciliar foi perdendo poder explicativo, já que outras forças estavam em jogo sobre a organização da produção agrícola” (Guedes et al., 2011, p. 236).

Esse fato relaciona-se com as “respostas multifásicas” propostas por Bilsborrow (1987). Trata-se de uma adaptação da Teoria das Respostas Multifásicas (Davis, 1963)<sup>3</sup> para avaliar as diversas respostas que aconteceriam de forma simultânea às pressões demográficas e econômicas no contexto agrícola. Além das respostas demográficas (controle da fecundidade), ocorreriam ainda respostas econômicas (intensificação da agricultura, mudanças nos métodos de cultivo e a expansão da área cultivada) e demográfico-econômicas (migração) (Bilsborrow, 1987). Na América Latina, outros fatores além do crescimento da população rural estariam estimulando respostas multifásicas, como a concentração de terras, o grau de urbanização e as diferenças econômicas entre os meios rural e urbano (Barbieri et al., 2005).

Segundo o autor, existiria um conjunto de fatores relacionados ao grau de desenvolvimento agrícola que determinariam o tipo de resposta da população – por exemplo, as condições de vida, disponibilidade de terras cultiváveis, disponibilidade de empregos fora da terra e o nível da fecundidade. No que concerne a esse último ponto, ele destaca que o declínio da fecundidade nas áreas rurais vem ocorrendo em diversos países em desenvolvimento, uma vez que contraceptivos modernos estão disponíveis a baixo custo nessas áreas, potencializando esse tipo de resposta. Outros fatores que facilitam a diminuição da fecundidade como resposta são: aumento da escolaridade feminina, maior oportunidade de emprego, mudança no status das mulheres e urbanização (Bilsborrow, 1987). Nesse sentido, em fronteiras contemporâneas, os domicílios criariam “respostas multifásicas” a esses incentivos, como redução da fecundidade, migração de membros do domicílio, trabalho fora da fazenda e melhorias do sistema agrícola (Barbieri et al., 2005; Guedes et al., 2011).

---

<sup>3</sup> A teoria das respostas multifásicas foi elaborada por Davis (1963) e postula que a população responde de maneira multifásica a “fatores de pressão”, ou seja, a fatores que afetam o contexto no qual está inserida. Em um cenário de grande crescimento populacional, os indivíduos mudam seu comportamento demográfico para evitar quedas no padrão de vida. Nesse sentido, a queda da fecundidade teria sido uma resposta ao aumento da população resultante da queda da mortalidade, no início da transição demográfica.

A consolidação da fronteira agrícola da Amazônia brasileira é outro ponto relevante no que concerne ao padrão de fecundidade. Quando as fronteiras foram abertas, seu processo de organização e estruturação não teve ampla participação do Estado; as famílias de colonos não podiam contar com uma infraestrutura de serviços, havia baixa integração com os centros urbanos e a mão de obra era fundamentalmente familiar, não havendo outras oportunidades além do trabalho na terra (Guedes et al., 2011). Assim, conforme destacam Carr e Pan (2002), as fronteiras possuíam alguns elementos que incentivam a fecundidade, não só relacionados à questão da terra e da mão de obra, mas também ao difícil acesso a serviços de saúde e métodos contraceptivos, à alta mortalidade infantil, que pode levar a nascimentos compensatórios, e, ainda, ao papel da mulher. Na fronteira, as mulheres assumiriam uma “carga tripla” (Thapa et al., 1996) – reprodutiva, produtiva e comunitária. Além disso, elas são menos escolarizadas, possuem menos possibilidades de emprego assalariado e, portanto, seu custo de oportunidade de ter um filho é pequeno dado o baixo valor econômico feminino em comparação ao da criança nesse contexto (Thapa et al., 1996; Carr e Pan, 2002).

No entanto, à medida que a fronteira evolui, ocorrem mudanças nesses elementos, os quais são capazes de alterar essa dinâmica. Iniciadas após a década de 1960, grande parte das fronteiras amazônicas no Brasil estariam, atualmente, em um momento de transição para se tornar uma “pós-fronteira”, sendo difícil caracterizar Rondônia como uma “fronteira aquecida” no atual estágio (Browder et al., 2008). Diferentemente do ocorrido no lado equatoriano da Amazônia, por exemplo, na fronteira brasileira o processo de urbanização foi muito mais intenso (Bilsborrow et al., 2004; Barbieri et al., 2009). Assim, essa proximidade e interdependência entre as áreas urbanas e rurais fizeram com que, nessa última, a disponibilidade de mão de obra e oportunidades de trabalho, as necessidades de consumo do domicílio, o tipo das relações mercantis e diversos outros aspectos da fronteira se modificassem. A tendência é que a fronteira caminhe, cada vez mais, em direção a um cenário mais complexo e mais interligado aos centros urbanos (Guedes et al., 2011).

Nessa linha, em um estudo para três municípios de Rondônia (Rolim de Moura, Nova União e Alto Paraíso), Browder e colegas (2008) encontram profundas mudanças socioeconômicas: houve, em um período de dez anos, um intenso processo de estratificação socioeconômica entre a população rural, resultante de movimentos de subdivisão e de consolidação das propriedades. Além disso, houve uma diminuição da população rural, com mais proprietários vivendo em áreas urbanas – deixando suas terras

para parentes ou inquilinos – e uma crescente parcela da população rural vivendo na fronteira como trabalhadores informais sem terra própria. A proporção de domicílios com membros trabalhando fora de fazendas também apresentou crescimento.

Ainda de acordo com o estudo de Browder et al. (2008), ocorreu, nos municípios analisados, uma diminuição da produção agrícola e a maior parte dela passou a ser comercializada (e não mais somente consumida pela família produtora), indicando uma maior integração com o mercado. Segundo os autores, uma das transformações mais significativas na década analisada foi a grande expansão da área de pastagem e do tamanho do rebanho bovino. Nota-se, portanto, que no período de transição entre a fronteira e a pós-fronteira há uma grande e crescente influência do meio urbano (onde há melhores serviços educacionais e de saúde) e da economia de mercado sobre a dinâmica da região.

Além das alterações no estilo de vida da fronteira, Browder e colegas (2008) também encontraram importantes transformações demográficas nos municípios analisados. Os autores apontam uma mudança no perfil da população para as três localidades, com um aumento no número de idosos e, principalmente, uma diminuição no número de crianças e, por consequência, uma redução no ritmo de crescimento da população. Não obstante esse ser um fenômeno que afeta os três municípios estudados, Rolim de Moura chama atenção por estar mais avançado nesse processo. Nesse município, a fecundidade caiu mais do que nas outras áreas em estudo e os autores acreditam que isso esteja relacionado ao fato dessa localidade estar mais integrada ao mercado e à economia nacional e global.

Dessa forma, pode-se pensar que, se na abertura das fronteiras há elementos que estimulam a fecundidade, à medida que ela consolida-se e torna-se uma pós-fronteira, esses elementos vão desaparecendo e dando lugar a outros que, por sua vez, seriam capazes de inibi-la. A conexão com centros urbanos traz uma série de mudanças na dinâmica da fronteira, tipicamente rural; por exemplo, novas possibilidades de emprego, melhor infraestrutura de serviços de saúde e educação, oportunidades econômicas e mesmo o contato com novas ideias, perspectivas e opções de consumo. Ademais, nesse novo contexto, as mulheres também se inserem de forma diferenciada, podendo ter mais acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, se escolarizar e ter outras opções de trabalho fora da atividade agrícola. Tudo isso eleva o custo de oportunidade de se ter um filho, influenciando no tamanho das famílias e modificando o padrão reprodutivo das fronteiras.

Outro fator relacionado que surge nesse contexto é a migração. Alguns indivíduos, frequentemente os jovens, optam por migrar para centros urbanos – sejam eles próximos ou distantes do local de origem – para estudar ou conseguir um trabalho mais rentável, tendo em vista a consolidação das terras, mudanças no uso da terra e a desvalorização dos produtos agrícolas (Diniz, 2001; Barbieri et al., 2014). Essa decisão de migrar é geralmente tomada em conjunto pela família e os indivíduos que saem o fazem na condição de enviar remessas monetárias para os que ficam. Essa nova renda que se soma a do domicílio tem impactos importantes no padrão de consumo e em outras esferas da vida da família, incluindo a fecundidade (Barbieri et al., 2014).

Nesse sentido, Davis e Carr (2010) destacam que as remessas são uma fonte de renda cada vez mais importante na América Latina e parecem influenciar a diminuição da fecundidade. Uma vez tomada a decisão de migrar, o domicílio cria um conjunto de respostas ao contato com um contexto diferenciado e às novas possibilidades que surgem, moldando as decisões posteriores a essa nova realidade. Pensando no contexto pós-fronteira, os autores destacam que as remessas dos migrantes permitem investimentos em tecnologias para intensificar o uso da terra sem trabalho adicional, o que incentivaria a redução da fecundidade por causa da menor necessidade de mão de obra. As decisões reprodutivas seriam uma resposta às escolhas relacionadas a mudanças no uso, tamanho e posse da terra, possíveis pela renda extra advinda da migração.

Além disso, a exposição do migrante a diferentes normas culturais podem alterar seu comportamento e também o de sua família, dada sua influência no domicílio, inclusive no que diz respeito aos padrões de fecundidade, caso o migrante seja exposto a um ideal de poucos filhos. O padrão de consumo do domicílio também seria alterado devido à maior renda e a relação com outro modo de vida. Nesse sentido, seria criado um trade-off entre filhos e consumo, de forma a tentar equilibrar o consumo pessoal com um número de filhos que permita manter o novo padrão estabelecido – em geral, a solução é ter menos filhos. Outro modo pelo qual a migração de um dos membros do domicílio impacta a queda da fecundidade é simplesmente pela distância física entre os cônjuges (Davis e Carr, 2010).

Nas abordagens e estudos apresentados, a preocupação central não é com a fecundidade em si, mas em como ela se relaciona com outras questões da fronteira, por exemplo, o uso da terra e suas consequências. Assim, o número de filhos e o tamanho da família são analisados como um fator que poderia ter influência nas decisões dos colonos sobre como utilizar a terra. Não há uma caracterização sistemática acerca do nível da fecundidade, das

mudanças no seu padrão, dos determinantes e fatores associados a ela. Além disso, por serem estudos predominantemente quantitativos, não há pistas sobre preferências reprodutivas, implementação do número desejado de filhos ou práticas contraceptivas.

Entretanto, as características da fronteira e sua evolução no tempo, o perfil do migrante que para ela se dirigiu e as mudanças nos meios de produção e na infraestrutura que cerca o colono fazem com que outras variáveis também estejam associadas à fecundidade, modificando as estratégias reprodutivas das mulheres. O comportamento reprodutivo pode, portanto, variar ao longo do tempo, conforme a fronteira se urbaniza, se comunica com outros centros e desenvolve novos meios de subsistência.

Há estudos, por outro lado, que dão maior ênfase à fecundidade, buscando entender os fatores que estariam ligados ao seu nível e estrutura nas regiões de fronteira (Sydenstricker, 1990; Carr e Pan, 2002; Carr e Pan, 2003; Carr et al., 2006). Essa preocupação com a dinâmica reprodutiva da fronteira está ligada às mudanças observadas no número de filhos tidos. Se no início da expansão da região esperava-se uma elevada fecundidade, com o passar do tempo, as fronteiras se desenvolveram e evoluíram, até mesmo se consolidaram em alguns casos, e, ao que parece, a fecundidade respondeu a essas transformações.

Carr e Pan (2002), com base em uma pesquisa longitudinal realizada na Amazônia Equatoriana nos anos de 1990 e 1999, investigam os determinantes da fecundidade entre mulheres que vivem nessa fronteira agrícola. Por meio de estatísticas descritivas e modelos de regressão logística e de Poisson, os autores verificam que, mesmo controlando por variáveis como idade da mãe e parturição prévia, os mesmos determinantes arrolados na literatura para explicar a queda da fecundidade em outras partes do mundo em desenvolvimento parecem também atuar na fronteira.

Ainda segundo Carr e Pan (2002), a maior parte das mulheres declarou não desejar ter mais filhos em 1990 e, entre essas, o número de nascimentos foi menor do que entre aquelas que desejavam mais filhos. A presença de migração também tem relação com a fecundidade; um maior número de membros da família residindo fora do domicílio está ligado a um menor número de filhos tidos. O título de posse legal da terra afeta negativamente a fecundidade, de modo que mulheres em domicílios com terra própria têm menos da metade dos filhos daquelas que não são proprietárias. Estar próxima aos centros urbanos, mercados ou rodovias contribui para a redução da fecundidade (Carr e Pan, 2002).

Os resultados dos modelos de regressão apresentados em Carr e Pan (2002) apontam que as mulheres com elevada escolaridade, maior renda e usando contraceptivos tiveram uma chance menor de ter tido filhos entre 1990 e 1999. Possuir energia elétrica (proxy para infraestrutura e desenvolvimento material), apesar de não ser significativa, estava negativamente relacionado ao número de filhos no período. O desejo por mais filhos se mostrou estatisticamente significativo em aumentar a chance de um novo nascimento. Apesar de não estatisticamente significativos, o maior acesso à terra aumentava a chance de um nascimento, enquanto o título de posse da terra diminuía a chance de ter filhos (Carr e Pan, 2002).

Os domicílios com presença de emigração tiveram menor chance de apresentar um nascimento no período (Carr e Pan, 2002). Em outro trabalho utilizando a mesma fonte de dados, Carr e Pan (2003) apontam que o processo de consolidação da fronteira faz com que essas áreas, que antes atraíam migrantes, se tornem locais de emigração líquida devido à menor disponibilidade de terras, oportunidades de trabalho no meio urbano, etc. Assim, a relação negativa entre emigração e fecundidade se justifica tanto pela menor frequência das relações sexuais, se a migração é de um dos cônjuges ou de pessoas em idade reprodutiva, como pelo contato que o migrante tem com novos ideais de fecundidade baixa e métodos contraceptivos, que podem ser difundidos para a família nas áreas de fronteira. Além disso, as remessas enviadas pelo migrante podem elevar o nível socioeconômico da família, o que também está relacionado negativamente com o número de filhos.

Por fim, Carr e Pan (2002) concluem que, na fronteira equatoriana, a fecundidade ainda é relativamente elevada a despeito do forte desejo das mulheres de não terem mais filhos. Isso sugere que há uma forte, porém insatisfeita, demanda por serviços de saúde reprodutiva, de modo que o declínio da fecundidade depende de uma melhor infraestrutura de serviços de saúde reprodutiva e materno-infantil, maiores oportunidades educacionais e de emprego/renda.

A pesquisa longitudinal realizada na Amazônia Equatoriana também serviu de base para Carr et al. (2006) analisarem o rápido declínio da fecundidade observado nessa região, verificando em que medida as características da propriedade e do domicílio estariam associadas ao número de filhos. Segundo os autores, a fronteira amazônica equatoriana está entre as últimas a iniciar o processo de transição da fecundidade, o que tem grandes implicações para a floresta em si, para o desenvolvimento rural e para a urbanização da fronteira. Assim, até 1990, a fecundidade ainda era alta nessa parte da fronteira, caindo

rapidamente a partir desse ano, de forma que, no período de dez anos analisados, apenas metade das mulheres da amostra teve algum filho.

Os resultados apontam que possuir maior quantidade de bens materiais e ter acesso a eletricidade estavam associados a um menor número de partos no período. Esse fato teria relação com aspirações materiais mais elevadas, aumentando o trade-off de se ter um filho, e o maior acesso a renda, infraestrutura e informação também diminuiu o número de filhos tidos. Morar longe de um centro, de uma comunidade, eleva a chance da mulher ter tido um filho no período de estudo. Os autores encontraram uma relação negativa entre ter a posse da terra e o número de filhos, mas não houve relação entre o tamanho da propriedade e a fecundidade. Possuir gado associou-se negativamente à chance de ter tido um nascimento, bem como possuir trabalhadores contratados na propriedade (Carr et al, 2006).

Os autores chamam atenção para o fato de existirem poucos estudos que analisam a fecundidade em região de fronteira agrícola, a despeito de uma rica literatura acerca dos determinantes do declínio no mundo em desenvolvimento. Além disso, Carr et al (2006) também ressaltam que é fundamental, nas análises de fecundidade de fronteira, controlar pela idade das mulheres. Isso porque, dado que a fecundidade só começou a cair recentemente nessas áreas, as mulheres mais jovens seriam as pioneiras na redução do número de filhos, e, portanto, teriam maior probabilidade de mudar seu comportamento reprodutivo de acordo com as transformações socioeconômicas e no uso da terra observadas na fronteira.

Em estudo mais recente, Pan e Carr (2016) examinam a associação entre fecundidade e meio ambiente, utilizando dados empíricos para a Amazônia Equatoriana entre 1980 e 1999. O objetivo do trabalho é testar duas teorias sobre fecundidade na fronteira: Land-labor Demand Hypothesis (terra abundante, mas capital e mão de obra limitados levariam a alta fecundidade) e Land Security Hypothesis (posse da terra como redutor da fecundidade). Segundo os autores, em contextos de fronteira, diversos fatores influenciam o uso e as formas de manejo da terra, os quais, por sua vez, afetam outras esferas, incluindo as decisões relativas ao número de filhos. Assim, a dinâmica de uso e a posse da terra estariam ligadas aos determinantes da fecundidade na fronteira.

Os resultados mostram que houve uma redução na fecundidade no período analisado. Características individuais das mulheres em idade reprodutiva e atributos do domicílio são importantes preditores da fecundidade. Mulheres entre 20 e 24 anos e 25 e 29 anos tem

taxas de nascimento maiores que as demais, a escolaridade é inversamente relacionada aos nascimentos e não possuir energia elétrica está associado a um maior número de filhos. A existência de um filho três anos antes está associada a um aumento nos nascimentos, enquanto a presença de um adulto do sexo masculino no ano anterior está associada a uma diminuição no número de filhos. O efeito do status marital foi significativo, de modo que mulheres casadas têm uma taxa de natalidade 3,2 vezes maior e as viúvas uma taxa 1,8 vezes maior do que as solteiras. Esse efeito, no entanto, é atenuado pela inclusão de covariáveis relacionadas à posse da terra e a criação de áreas de pastagem, indicando que o uso da terra tem efeito mediador nos determinantes próximos da fecundidade. A presença de pastagem e a ausência de título da terra estão positivamente relacionadas com o número de filhos: cada hectare de pasto criado está associado a uma taxa de natalidade 16% mais elevada, enquanto a falta de título está associada a uma taxa 27% mais elevada (Pan e Carr, 2016).

Há, segundo Pan e Carr (2016), ligação entre o uso da terra, título da propriedade e comportamento da fecundidade. Eles parecem mediar a relação entre determinantes próximos e a fecundidade, de modo que mulheres sem o título de terra possuem maior número de filhos do que aquelas com título. Os autores concluem que há uma clara relação entre uso da terra e comportamento reprodutivo, de modo que a posse da terra e as decisões sobre o uso podem tanto mediar a relação da fecundidade com determinantes próximos (no caso analisado, da nupcialidade) como ter efeitos independentes. Eles destacam, no entanto, que, por se tratar de dados da década de 1990, podem existir outros fatores atuando para diminuir a fecundidade contemporânea (Pan e Carr, 2016).

Para o Brasil, Merrick (1978) analisa diferenças entre as taxas de fecundidade marital na fronteira agrícola e em áreas rurais mais estabelecidas, mais consolidadas, do Brasil. Os diferenciais na fecundidade rural são analisados para seis estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil (chamado, pelo autor, de Centro-Sul), as quais representariam um corte transversal das áreas mais consolidadas que experimentaram o êxodo rural, bem como as áreas menos estabelecidas que haviam sido criadas mais recentemente. O autor observa que aproximadamente 30% dos migrantes reportados no Censo de 1970 se dirigiram para áreas rurais, a maioria para as novas áreas de assentamento nos estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso. Além disso, o mesmo Censo mostrou uma alta fecundidade nessas regiões, ao contrário da tendência vivenciada em áreas mais estabelecidas das regiões Sul e Sudeste. Merrick sugere que a fecundidade parece diminuir com maior

intensidade onde é maior o grau de consolidação da área rural, em consonância com a experiência de declínio da fecundidade rural dos Estados Unidos no século XIX, conforme descrita por Easterlin (1976).

Easterlin relaciona a queda da fecundidade nas áreas de fronteira nos Estados Unidos à disponibilidade de terra, ou seja, não seria o tamanho da terra que estimularia a fecundidade, mas sim a percepção dos colonos de que haveria ou não terras disponíveis para seus filhos no futuro (Sutherland et al, 2004). Ele propõe a teoria da herança, em que o legado que os pais podem deixar para os filhos após a morte está diretamente ligado à fecundidade. Nesse sentido, os agricultores americanos, estabelecidos em novas áreas de fronteira, enxergam na grande disponibilidade de terras existentes nessas regiões a possibilidade de manter, aumentar e transmitir sua riqueza para as próximas gerações (Merrick, 1978; Sutherland et al, 2004). Assim, os colonos poderiam dar ou deixar uma boa propriedade para seus filhos, o que seria, para Easterlin, um incentivo à alta fecundidade.

Entretanto, conforme mais famílias se estabelecem nas fronteiras e essas vão se consolidando e expandindo, cumprir esse objetivo torna-se cada vez mais difícil. A terra se torna mais escassa, valorizada e com melhor infraestrutura e, percebendo esse risco futuro de não conseguir mais terras para as gerações futuras, há uma diminuição da fecundidade como resposta a esse novo cenário de incerteza (Sutherland et al, 2004). Merrick (1978) destaca que também na Europa o crescimento das populações rurais e a fragmentação das propriedades fizeram com que os indivíduos adotassem respostas demográficas à escassez de terras, como a migração, o adiamento das uniões e a redução da fecundidade.

Com base nessas colocações, Merrick (1978) investiga se a maior fecundidade das áreas de fronteira estaria relacionada com a alta disponibilidade de terras e se o declínio do número de filhos nas áreas mais consolidadas estaria ligado à escassez da mesma gerada pelos anos de ocupação dessas fronteiras. Os resultados mostram que, embora os diferenciais de disponibilidade de terra seja um fator relevante nas diferenças observadas entre as taxas de fecundidade de novas e de consolidadas áreas de fronteira no Centro-Sul do Brasil, ele não é o único. No Brasil, outros fatores não significativos no estudo de Easterlin, como a mortalidade infantil e a escolaridade feminina, parecem exercer grande influência nos diferenciais de fecundidade.

A influência da disponibilidade de terras não é independente de outros aspectos socioeconômicos e da influência desses fatores sobre a escolaridade e a sobrevivência das crianças, tornando esse entendimento muito mais complexo. Assim, as respostas demográficas no Brasil atendem a um contexto muito mais variado do que aquele dos Estados Unidos no século XIX. A combinação de fatores institucionais, como a posse da terra, da rápida urbanização e da persistência de uma agricultura tradicional de subsistência faria com que a capacidade da maioria dos brasileiros da fronteira para transmitir aos seus descendentes seu legado, através da aquisição de terras, seja mais limitada do que a dos americanos (Merrick, 1978).

Merrick (1978) conclui que o declínio futuro da fecundidade rural no Brasil dependeria mais de políticas que afetam o acesso da população rural à terra do que de sua disponibilidade, bem como do maior acesso feminino à educação e da queda da mortalidade infantil. A pesquisa de Merrick, apesar de tratar de outra fronteira que não a Amazônica – a qual, na época do estudo, ainda estava se iniciando –, traz contribuições valiosas por apontar elementos que poderiam interferir na fecundidade, os quais, inclusive, aparecem em outros estudos recentes, como a escolaridade feminina, acesso a terras e condições de saúde (que poderia ser pensada pelo nível da mortalidade infantil).

Analisando as transformações populacionais ocorridas na ocupação de Rondônia, Henriques (1985) destaca que a dinâmica demográfica da fronteira é bastante peculiar porque, em geral, há um aumento expressivo do “quantum” populacional em um curto “tempo” (p. 319), gerando novos padrões de comportamento demográfico que podem ter importantes consequências econômicas e sociais. Em Rondônia, os assentamentos começam no princípio da década de 1970, quando se inicia um intenso fluxo para a região. O Censo de 1980 apontou que 67% da população rondoniense eram de migrantes (Henriques, 1985).

Com base nos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, Henriques (1985) verifica a existência de perfil migratório mais familiar, sugerindo que os fluxos para a região eram compostos mais por casais jovens do que por indivíduos isolados. Entre os dois períodos analisados, houve aumento na proporção de homens e mulheres casados e o tamanho da família se tornou menor, indicando que as famílias dos migrantes que chegaram posteriormente eram menores. O estudo aponta uma baixa infraestrutura de serviços públicos, como água encanada, eletricidade e rede de esgoto, principalmente na área rural de Rondônia. A população dessa zona, inclusive, apresentou aumento entre 1970 e 1980,

representando, nesse último período, mais da metade da população total. Houve um aumento nos níveis de consumo do estado, registrado pelo aumento nos bens de consumo do domicílio (Henriques, 1985).

Em relação à fecundidade, a autora aponta que o Censo de 1980 corroborava a vertiginosa diminuição da fecundidade que estava sendo vivenciada no Brasil e também as diferenças na velocidade de queda entre as regiões e zonas rurais e urbanas. Rondônia seguia a mesma tendência do país, experimentando, em oposição ao mostrado no Censo de 1970, declínios tanto na área urbana como rural – apesar de ainda apresentar um nível mais elevado do que a média brasileira. Henriques (1985) aponta que havia no estado a coexistência de fatores que influenciam a fecundidade tanto no sentido de incrementá-la como de diminuí-la, o que tornaria complexa a tarefa de entender o comportamento da fecundidade em Rondônia.

Isso porque a elevada proporção de pessoas casadas, com baixa escolaridade e vivendo em áreas rurais são elementos geralmente apontados como facilitadores da alta fecundidade. Assim, se esperaria que a tendência de um elevado número de filhos se mantivesse. Por outro lado, os migrantes que residiam em Rondônia eram oriundos de locais em que a transição da fecundidade já estava em um estágio mais avançado e os níveis de fecundidade eram mais baixos, visto que uma grande parcela partiam das regiões Sul e Sudeste. Assim, esses migrantes carregariam ideais diferenciados de reprodução, contribuindo para diminuir a fecundidade da área de destino (Henriques, 1985). Nesse sentido, o perfil de migrantes que se dirigiam para Rondônia possuía características que poderiam contribuir tanto para o aumento como para a queda da fecundidade. Porém, conforme retratado nos censos, a alta fecundidade parecia já não ser mais um comportamento universalmente disseminado e uniforme, mesmo em situações em que ela é favorecida (Henriques, 1985).

Focando no comportamento reprodutivo na fronteira brasileira, Sydenstricker (1990) realiza um estudo qualitativo sobre família e fecundidade na região de Machadinho d'Oeste, Rondônia. O objetivo é captar, em um contexto composto por elementos propiciadores de uma alta fecundidade, quais seriam as práticas contraceptivas das mulheres e como elas ocorreriam. A análise é feita dentro do processo de ocupação de Rondônia, levando em consideração a estrutura disponibilizada para os assentamentos, o perfil dos migrantes que chegaram à região e a infraestrutura de serviços existente.

O processo de colonização de Machadinho, segundo Sydenstricker (1990), foi um dos mais organizados da região amazônica, contando como uma rede de serviços e infraestrutura superior a dos demais assentamentos. Todavia, a ocupação logo saiu do controle do governo e um grande número de especuladores e posseiros se fixou na região, houve uma ocupação precária do território, parte dos migrantes não conseguiu terras e muitos dos projetos e redes de serviços ficaram inacabados (Sydenstricker, 1990). Essa complexa trama de desenvolvimento da região que posteriormente se tornaria o município de Machadinho d'Oeste teria grande influência nos processos de decisão reprodutiva naquele momento e futuramente.

O autor chama atenção para o fato de que os indivíduos que decidiram migrar para a fronteira, em geral, sofreram com restrições de vários tipos em seu lugar de origem e, portanto, partem motivados pela busca de uma melhor condição de vida. O perfil da migração é, por sua vez, basicamente familiar. Sydenstricker (1990) ressalta que havia, inclusive, estímulo do governo para a migração de famílias, como vantagens na aquisição do terreno, pois elas eram vistas como forma de viabilizar a formação da fronteira.

As características demográficas machadinhenses corroboram esse perfil. O estudo mostra que a população era bastante jovem, formada principalmente por jovens casais com filhos pequenos. A maior parte das famílias que moravam em Machadinho era nuclear, com 4,84 membros em média. Um grande contingente dos migrantes chegou à região entre as décadas de 1970 e 1980, vindos principalmente das regiões Sudeste (44,6%) e Sul (26,8%). Os indivíduos que para Machadinho se mudaram não possuíam alta escolaridade; quase 75% possuíam até o primário incompleto, sendo o nível educacional das mulheres inferior ao dos homens. A qualidade de vida, em geral, não era boa, devido à precariedade das condições de moradia, alimentação, saúde e renda (Sydenstricker, 1990).

Machadinho também reunia elementos favoráveis a uma elevada fecundidade, como grande proporção de pessoas casadas e unidas, baixa escolaridade, ruralidade e precário acesso à terra própria. Além disso, como a produção agrícola era basicamente para a subsistência e dependia grandemente da mão de obra familiar, os filhos seriam importantes para a sobrevivência do domicílio. Porém, a ocupação de Machadinho se dá no auge da transição da fecundidade no país, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, de onde saíram a maior parte dos migrantes que se deslocaram para essa região. Dessa forma, as mulheres poderiam já levar consigo as práticas contraceptivas da área de origem para a fronteira. Essa fronteira, por sua vez, também possui grandes adversidades, tanto naturais como

estruturais. Essas barreiras poderiam funcionar, em parte, como um inibidor da fecundidade, uma vez que as dificuldades de se estabelecer na região e mesmo de produção e consumo poderiam fazer com que a família evitasse ter mais filhos, reforçando o uso de contracepção (Sydenstricker, 1990).

Por outro lado, a área de saúde do assentamento era bastante precária. Havia, no núcleo urbano, apenas uma unidade para tratamento da malária e um posto de saúde com três funcionários – um enfermeiro, um agente de saúde e um visitador sanitário (Sydenstricker, 1990). Não havia médicos ou carros que possibilitassem uma atuação mais ampla, de forma que o atendimento de saúde era bastante restrito. Isso fez com que diversas farmácias surgissem para atender essa demanda insatisfeita por saúde pública (Sydenstricker, 1990). Fica claro, assim, que as famílias, principalmente as mulheres, tinham um acesso restrito a serviços adequados de saúde sexual e reprodutiva.

Sydenstricker (1990) destaca que poderia existir uma contradição entre a necessidade de se ter muitos filhos, devido a mão de obra ser familiar, e as condições adversas da fronteira, que imporiam uma limitação do número de descendentes. Dessa maneira, os casais, vivendo na fronteira, relativizariam o incentivo à fecundidade gerado pelo contexto e a contracepção seria encarada mais como uma “estratégia de sobrevivência” na “complexa rede de relações e determinações” da fronteira (Sydenstricker, 1990, p. 22). Contudo, o uso de métodos contraceptivos refletiria, em certa medida, uma opção das famílias e não uma adequação aos novos comportamentos reprodutivos do país. Na realidade, Sydenstricker (1990) coloca que, pelas formas e condições que se daria o controle da fecundidade na fronteira, essa população já marginalizada teria sua qualidade de vida ainda mais degradada.

A análise do autor sobre métodos contraceptivos em Machadinho revelou facetas interessantes sobre o controle reprodutivo na fronteira. Valendo-se de uma amostra representativa de 90 mulheres entre 15 e 49 anos e unidas e de entrevistas qualitativas com algumas dessas mulheres, Sydenstricker (1990) apresenta diversos pontos que contribuem para um panorama da situação no assentamento. A idade mediana das mulheres da amostra foi de 27 anos, mostrando um perfil jovem de migrantes, e um número médio de anos de estudo de 1,6, que pode ser considerado baixo visto que, no Brasil, a média de anos de

estudo entre as mulheres era de 5,3 anos no período<sup>4</sup>. Dessas mulheres, 32 já usavam métodos antes de chegar à Machadinho e 34 começaram a usar após a chegada. A maioria continuou adotando as mesmas práticas após se mudar para o assentamento; as que usavam continuaram usando, enquanto as que não usavam também não adotaram métodos. Entretanto, o número de mulheres que começaram a controlar a fecundidade após chegar ao assentamento foi maior do que o de mulheres que pararam de usar algum controle.

A maior parte das mulheres que utilizava contracepção era composta de jovens, o que indicaria uma mudança no comportamento reprodutivo das coortes. Depoimentos colhidos pelo autor mostram que, de fato, há diferenças entre a visão das gerações mais antigas e das mais novas quanto ao uso de métodos. Enquanto as mulheres mais velhas parecem ser mais restritivas ao uso, as mais jovens apresentariam maior inclinação ao controle reprodutivo. Houve relatos de mulheres que decidiram pelo uso de contracepção antes da chegada à Rondônia, justamente por já esperarem dificuldades na nova terra. Outras declararam que as dificuldades eram para elas mesmas, uma vez que sucessivos partos as desgastavam muito físico e emocionalmente (Sydenstricker, 1990).

A precariedade dos serviços de saúde era um fator que prejudicava a assistência à saúde sexual e reprodutiva. Muitas não faziam o acompanhamento pré-natal, devido às dificuldades de locomoção até o centro de saúde. Não havia presença de médicos, somente de enfermeiros, e as condições de assepsia e dos equipamentos eram ruins (Sydenstricker, 1990). Essas características poderiam influenciar, portanto, na elevada taxa de mortalidade infantil da fronteira.

Quanto aos métodos contraceptivos utilizados, Machadinho refletia o quadro encontrado para o país na época da pesquisa: a maior parte das mulheres adotava a esterilização, seguida pelo uso da pílula. Os métodos tradicionais eram pouco utilizados. A maioria das usuárias já tinha três ou mais filhos. A parturição calculada de mulheres entre 30 e 34 anos era de 4 filhos. Para esse grupo, o uso de contraceptivos era menor entre mulheres com até um ano de estudo e essas tiveram, comparativamente às mulheres com mais de 2 anos de estudo, mais filhos no ano anterior à pesquisa (Sydenstricker, 1990).

---

<sup>4</sup> Dado referente ao ano de 1995. Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=ECE370&t=media-anos-estudo-pessoas-10-anos>>. Acessado em 20 de outubro de 2016.

Os relatos colhidos por Sydenstricker (1990) mostram ainda um grande interesse das mulheres em evitar mais filhos. Segundo o enfermeiro que atendia no posto de saúde, desde as mulheres mais jovens até as mais velhas pediam orientações, alegando já terem muitos filhos, estarem desgastadas ou terem dificuldades financeiras. A maior parte desejava se esterilizar. Muitas também relatavam a falta de participação dos cônjuges, que deixavam a cargo da mulher a responsabilidade do número de filhos e da contracepção. Assim, essas mulheres desejavam um método prático, seguro e que não precisasse da participação do companheiro. Entretanto, a falta de médicos para realizar o procedimento e os elevados custos impediam que muitas delas realizassem o desejo de se esterilizar (Sydenstricker, 1990). Fica clara, assim, a dificuldade das mulheres de Machadinho em realizar seu ideal reprodutivo.

O trabalho de Sydenstricker (1990) traz um panorama valioso da situação reprodutiva das mulheres no início do assentamento em Machadinho. As adversidades da fronteira, no início do processo de colonização, tiveram reflexos significativos na fecundidade, nas escolhas reprodutivas e na realização dessas. O estudo aponta que já nessa época havia o desejo por um menor número de filhos, porém, sua implementação esbarrava nas condições precárias de atenção à saúde sexual e reprodutiva. Práticas contraceptivas trazidas da região de origem também compunham o complexo cenário da fecundidade na fronteira, bem como novos ideais reprodutivos oriundos do contexto de queda da fecundidade no país como um todo. Nesse sentido, se na época em que Machadinho era uma localidade isolada e ainda em formação, o padrão contraceptivo e mesmo de ideal de filhos/desejo de controlar a fecundidade já se assemelhava ao do restante do Brasil, pode-se esperar que, atualmente, tratando-se de uma fronteira mais consolidada e integrada nacionalmente, as mulheres de Machadinho tenham tido avanços no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, apesar das dificuldades ainda existentes em uma área como tal.

### **2.2.2 Saúde sexual e reprodutiva na fronteira agrícola amazônica**

Nesse item, abarca-se a questão da saúde sexual e reprodutiva, mostrando-se como essa temática ganhou importância nas discussões mundiais sobre direitos humanos e como ela se relaciona com a garantia de uma vida reprodutiva segura e desejada pela mulher. A formulação das estratégias reprodutivas e contraceptivas, bem com sua implementação, dependem, em grande parte, de uma saúde sexual e reprodutiva plena. Para tanto, é

necessário que haja disponibilidade de serviços voltados para o planejamento da fecundidade e orientação sexual e reprodutiva e que os mesmos estejam acessíveis a toda população. Nesse sentido, torna-se necessário compreender a situação das mulheres que vivem na fronteira, no que se refere ao grau de acesso à saúde sexual e reprodutiva, e como essa dimensão pode interferir na adoção de determinado comportamento reprodutivo.

Cabe destacar que não existe uma literatura vasta sobre saúde sexual e reprodutiva na fronteira agrícola em estudo; porém, os trabalhos sobre diferenciais no conhecimento e no acesso a serviços voltados para as mulheres dão indicações de como seria a situação nessa área. Assim, as condições observadas na região Norte, na qual Machadinho se localiza, e em áreas consideradas vulneráveis servirão como proxy para pensar a situação no local de estudo.

Até a década de 1990, a saúde sexual e reprodutiva estava associada unicamente ao controle da natalidade, com uma grande preocupação em torno do acelerado crescimento populacional, especialmente nos chamados países subdesenvolvidos. O grande aumento da população era visto como um empecilho ao desenvolvimento econômico e somente o controle reprodutivo seria capaz de promover a melhoria das condições de vida e a redução da pobreza nesses países (Berquó, 1998; Corrêa et al., 2003; Barros, 2012). Assim, a saúde sexual e reprodutiva se resumia a serviços de planejamento familiar e atenção materno-infantil, dada a alta fecundidade nesse período (Berquó, 1998; Flórez e Soto, 2007)

A partir dos anos de 1990, no entanto, há uma mudança no debate existente sobre saúde sexual e reprodutiva, rompendo com díade população–desenvolvimento (Berquó, 1998). A Conferência Internacional de Desenvolvimento e População (CIPD), realizada no Cairo em 1994, é, nesse sentido, um marco na elaboração e promoção de um novo conceito de saúde reprodutiva (Barros, 2012). Na CIPD, foram discutidas estratégias para a promoção do bem-estar dos indivíduos e o respeito aos direitos humanos, por meio de metas para alcançar o desenvolvimento e consumo sustentável, empoderar a mulher e garantir a igualdade de gênero, promover o acesso à saúde e à educação, pensar as migrações internacional e interna e difundir tecnologias que auxiliem na melhoria das condições de vida (Nações Unidas, 1994).

Um dos maiores êxitos da Conferência do Cairo foi a mudança ideológica no entendimento da questão sexual e reprodutiva, deixando de ter um foco puramente econômico e desenvolvimentista para ser vista a partir de uma abordagem mais ampla, voltada para a

pauta dos direitos humanos (Corrêa et al., 2003; Cavenaghi, 2014). Assim, a saúde sexual e reprodutiva passou a ser concebida como “é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos” (Nações Unidas, 1994, p.62). De acordo com esse conceito, o acesso à saúde reprodutiva é definido como o conjunto de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, o que inclui também a saúde sexual (Nações Unidas, 1994).

Ainda na CIPD, acordou-se que todos os indivíduos deveriam ter direito à saúde reprodutiva plena e ter garantidos seus direitos reprodutivos. Os direitos reprodutivos correspondem ao direito do indivíduo decidir o número, o momento e o espaçamento entre os filhos, ao direito de casar voluntariamente e estabelecer família e ainda ao direito de possuir o mais alto padrão de saúde e a uma vida sexual segura e satisfatória. Para tanto, devem possuir informações e ter acesso a métodos eficientes, seguros e aceitáveis de planejamento familiar a sua escolha, bem como acesso a serviços apropriados de saúde que deem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto, cuidados pós-neonatais, aconselhamentos sobre aleitamento materno e cuidado materno-infantil, tratamento de doenças sexualmente transmissíveis ou relacionadas ao aparelho reprodutivo, informação e educação acerca da sexualidade e saúde reprodutiva (Nações Unidas, 1994).

Desde a CIPD-94, a saúde sexual e reprodutiva passa a ser vista a partir de uma perspectiva mais ampla e, principalmente, sob a ótica dos direitos fundamentais do indivíduo (Barros, 2012). Contribui para tornar ainda mais relevante a discussão sobre saúde sexual e reprodutiva no cenário mundial a inclusão do acesso universal à saúde reprodutiva como uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), nos anos 2000 (United Nations, 2000; Barros, 2012). Os ODM foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, em 2000, com o intuito de melhorar as condições de vida, saúde e desenvolvimento no mundo. Estabeleceram-se metas, dentro de oito áreas (objetivos), a serem atingidas em um prazo de 15 anos, nos países em desenvolvimento (United Nations, 2000; Flórez e Soto, 2007; CEPAL, 2010).

No compromisso assumido em 2000, todavia, não havia nenhum objetivo ou meta que tratasse especificamente da saúde reprodutiva. Apenas o quinto objetivo, relacionado à redução da mortalidade materna, guardava relação com a temática. Apenas em 2006 uma nova meta foi agregada a esse objetivo, a garantia acesso universal à saúde reprodutiva até

2015 (Flórez e Soto, 2007). Com essa inclusão, ambas as agendas acabaram por se complementar e reforçar, impelindo os países a adotarem marcos legais e promoverem políticas que garantissem o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva (Patriota, 2004; Rios-Neto, 2009).

Com o prazo para o cumprimento das metas estabelecidas nos ODM expirando, passou-se a discutir uma agenda pós-2015, com vistas a avaliar os progressos feitos desde 2000. Em que pese os grandes avanços em direção à redução da pobreza e alcance das demais metas estabelecidas, o balanço feito mostra que os ganhos foram desiguais e não atingiram homogeneamente toda a população. Assim, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Brasil em 2012, iniciaram-se debates acerca da necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável e, três anos depois, foram implementados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (UNFPA et al., 2013).

Os ODS foram pensados a partir dos ODM e também se constituem de objetivos e metas a serem cumpridas em um prazo de 15 anos, isto é, até 2030 (UNRIC, 2016). Foram definidos 17 objetivos, com 169 metas, que abordam as três dimensões do desenvolvimento sustentável (âmbitos social, econômico e ambiental). Dentre as metas estabelecidas, o terceiro objetivo, relativo à promoção da saúde e bem-estar para toda a população, possui uma meta específica para “até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais” (UNRIC, 2016, p.6).

Percebe-se, desse modo, que a temática da saúde sexual e reprodutiva continua sendo pertinente nas discussões atuais, de forma que as discussões internacionais sobre direitos humanos colocam que se deve assegurar a todos o acesso pleno a ela. Sem dúvidas, todas essas agendas representam um avanço no que diz respeito às ações voltadas para a saúde reprodutiva. Porém, apesar dos progressos vivenciados no Brasil no que diz respeito à universalidade do acesso (Patriota, 2004; CEPAL, 2010; Barros, 2012), ainda persistem relevantes iniquidades entre os grupos sociais, com a persistência de um acesso mais precário à saúde sexual e reprodutiva plena entre as camadas sociais mais vulneráveis.

A análise da situação da saúde sexual e reprodutiva, com o objetivo de se avaliar a garantia desse direito fundamental, pode ser feita considerando-se alguns indicadores usualmente

encontrados na literatura (CEPAL, 2010; Pitanguy et al., 2010; Wong e Perpétuo, 2011; Barros, 2012): fecundidade adolescente, saúde materna, prevalência contraceptiva e demanda insatisfeita por planejamento da fecundidade (a qual inclui a implementação das preferências reprodutivas e a fecundidade indesejada). Cada um desses indicadores diz respeito a importantes dimensões essenciais para a realização de uma saúde sexual e reprodutiva plena e o acesso integral aos serviços dessa área. Os diferenciais verificados nesses aspectos revelam como as desigualdades no acesso à saúde sexual e reprodutiva podem ter consequências na formulação das estratégias reprodutivas, bem como na concretização das mesmas.

Em relação à fecundidade adolescente, ela ainda é uma temática bastante relevante no Brasil, dado que ela apresenta um comportamento diferenciado em relação à fecundidade nas demais idades (Barros, 2012; Martins e Verona, 2016). Ainda que o Censo Demográfico de 2010 tenha demonstrado uma diminuição no número de filhos tidos pelas adolescentes (Alves, 2012; Martins e Verona, 2016; Verona, 2016), fato não observado nas últimas décadas, o Brasil possui uma estrutura de fecundidade rejuvenescida e as taxas entre as adolescentes podem ser consideradas altas (Alves, 2012; Verona, 2016). Em geral, as adolescentes possuem maior dificuldade, em comparação às adultas, para articular seu papel produtivo e reprodutivo (Wong e Perpétuo, 2011) de modo que o acesso à saúde reprodutiva é de grande importância nessa fase.

Observa-se, de modo geral, uma associação entre gravidez na adolescência e condições socioeconômicas, de modo que jovens em situação de pobreza, negras, com baixo nível de escolaridade e renda, em ambientes com elevada desigualdade de gênero e de maior vulnerabilidade social e familiar possuem maior fecundidade do que as jovens em situação oposta (Berquó e Cavenaghi, 2005; Wong, 2009; CEPAL, 2010; Wong e Perpétuo, 2011; Martins e Verona, 2016). Uma gravidez nessa fase da vida tem importantes consequências, especialmente se não desejada, como abandono dos estudos, dificuldades para conseguir um emprego, discriminação por parte da família e da sociedade ou mesmo uma união precoce (Pitanguy et al., 2010; Barros, 2012). O fato de grande parte das mães adolescentes viver em uma condição de exclusão torna provável que a nova geração continue vivendo nas mesmas condições, em um ciclo de transmissão intergeracional da pobreza e marginalização (Wong e Perpétuo, 2011).

Nesse sentido, dado que a fecundidade adolescente é marcada por desigualdades, o acesso a serviços e aconselhamento sobre saúde sexual e reprodutiva também o é. Assim, jovens

em situação socioeconômica menos favorável possuem, da mesma forma, maior dificuldade em alcançar uma saúde sexual e reprodutiva plena (CEPAL, 2010). Visto que boa parte dos filhos tidos nessa fase da vida não é desejada (CEPAL, 2010), observa-se que há uma falha nos serviços voltados para as jovens e ressalta-se a necessidade de maior disseminação da informação, educação sexual e amplo acesso aos serviços de saúde reprodutiva para que as mulheres possam melhor decidir e implementar suas preferências reprodutivas.

A saúde materna é outra importante dimensão a ser tratada quando se fala de direitos reprodutivos. Colocada como meta a ser alcançada nos ODM e ODS, ela está relacionada à atenção e ao cuidado durante a gravidez e ao parto seguro para diminuição da mortalidade materna. Apesar dos progressos já obtidos em relação à redução dos óbitos maternos, ainda é preocupante que eles ocorram, dado que, na maioria dos casos, são por causas evitáveis (Pitanguy, 2010).

O acesso à saúde plena durante a gestação e o parto, por sua vez, está associada às condições socioeconômicas da mulher (CEPAL, 2010; Wong e Perpétuo, 2011). O acompanhamento pré-natal e pós-parto contínuo e o parto institucionalizado, realizado por pessoal qualificado (ou, ao menos, em condições seguras e de higiene), dependem da área em que vive a mulher, sua condição financeira, escolaridade e características do domicílio, fatores que limitam o acesso das gestantes aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Assim, são esses grupos mais vulneráveis que também apresentam as maiores taxas de mortalidade materna (Flórez e Soto, 2008; CEPAL/CELADE/UNFPA, 2009; Jiménez et al., 2011; Wong e Perpétuo, 2011).

Tem-se observado, no entanto, a redução nos diferenciais entre os grupos sociais, não obstante as relevantes iniquidades (Flórez e Soto, 2008). Os diferenciais na atenção à saúde materna deixam claro que há também desigualdades no acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Essas desigualdades, por sua vez, refletem nas estratégias reprodutivas que as mulheres adotam.

Quanto à prevalência contraceptiva, há um elevado percentual de uso de métodos para controlar a fecundidade no Brasil (Perpétuo e Wong, 2009). Os contraceptivos são, atualmente, o determinante próximo que mais contribui para a queda da fecundidade na América Latina, inclusive no Brasil (Flórez e Soto, 2008; Wong e Perpétuo, 2011), sendo a principal forma de controle dos nascimentos utilizada pelos indivíduos. Além da alta taxa

de uso, há também elevado conhecimento sobre os diferentes tipos de métodos (Pérpetuo e Wong, 2009).

A elevada prevalência faz com que haja menor diferenciação no uso segundo a escolaridade, a renda e outras características que marcam os outros indicadores. Ainda assim, o considerável número de gravidezes indesejadas mostra que nem todas as mulheres que não querem ter filhos conseguem evitá-los, o que indica que o conhecimento e/ou o acesso aos métodos não é perfeito. Nesse sentido, o tipo de método utilizado também tem grande influência na definição das estratégias e implementação das preferências reprodutivas, de forma que os métodos modernos são mais eficazes e seguros que os métodos tradicionais. De modo geral, mulheres em situação socioeconômica mais frágil tem menor acesso aos métodos, especialmente modernos, dependem mais do sistema público para obter os métodos e apresentam maior número de gravidezes resultantes de falha contraceptiva (Flórez e Soto, 2008; Jiménez et al., 2011; Barros, 2012).

Apesar da homogeneização no uso de métodos no Brasil (CEPAL, 2010), o mix contraceptivo utilizado também indica importantes disparidades. Pérpetuo e Wong (2009) mostram que, em 2006, o percentual de mulheres de baixa renda e nível educacional que não usavam métodos era quase o dobro em relação às mulheres em situação oposta. Além disso, a laqueadura apresenta uma relação significativamente negativa com a renda e a raça a pílula passa a ser o método mais utilizado pelos setores mais privilegiados (Simão et al. 2006; Pérpetuo e Wong, 2009). Isso indicaria que as mulheres mais vulneráveis socioeconomicamente teriam um leque menor de opções, de modo que a escolha de um método definitivo é muitas vezes acompanhada de desinformação e falta de conhecimento e acesso a outros métodos e se dá em função da presença de filhos indesejados (Pérpetuo e Wong, 2009).

Nesse sentido, apesar dos métodos contraceptivos serem amplamente conhecidos e utilizados, ainda existem diferenciais socioeconômicos que interferem na implantação das escolhas reprodutivas femininas. O insuficiente acesso aos métodos limita o espaçamento ou a terminação do número desejado de filhos, condicionando as estratégias de reprodução das mulheres.

Por fim, outra dimensão importante para se analisar o acesso à saúde sexual e reprodutiva plena é a demanda insatisfeita por planejamento da fecundidade e a fecundidade indesejada. A demanda insatisfeita diz respeito às mulheres que, apesar de não desejarem

uma gravidez naquele momento, não usam contraceptivos, ou àquelas mulheres cuja gravidez atual não foi desejada (Jiménez et al., 2011). O direito de decidir quantos filhos se quer ter e quando está estreitamente ligado ao acesso à contracepção e o precário conhecimento e acesso a eles impede a implementação das preferências e cria essa demanda não atendida, elevando a proporção de fecundidade não desejada entre o total de filhos tidos. Assim, a gravidez indesejada é resultado da falha no controle do processo reprodutivo originada na demanda insatisfeita (Berquó e Lima, 2009; Barros, 2012).

No Brasil, a proporção de demanda insatisfeita por planejamento familiar tem diminuído, o que faz com que o grau de indesejabilidade das gravidezes também decline (Berquó e Lima, 2009; Wong e Perpétuo, 2011). Entretanto, as mulheres pertencentes a grupos menos favorecidos economicamente ainda apresentam maior demanda insatisfeita e gravidezes indesejadas que as demais, bem como as menos escolarizadas, não unidas, negras e com parturição elevada (Berquó e Lima, 2009). Em locais de fecundidade mais elevada, também há maior demanda insatisfeita e fecundidade não planejada (Flórez e Soto, 2008; Jiménez et al, 2011). Desse modo, mesmo que a proporção de demanda insatisfeita por planejamento da fecundidade esteja diminuindo, a persistência da necessidade insatisfeita aponta para barreiras no acesso aos serviços de planejamento familiar, especialmente entre as mulheres menos favorecidas socioeconomicamente, fazendo com que também esses grupos apresentam maior número de filhos não desejados, especialmente por excesso.

O direito de ter quantos filhos desejar e quando quiser é um fundamento que deve incluir todos os indivíduos. No entanto, as barreiras impostas aos grupos sociais menos favorecidos é uma grave violação ao exercício desse direito, de modo que a ausência do pleno acesso à saúde reprodutiva faz com que as mulheres pertencentes a esses estratos sejam mães mais jovens, tenham menor acompanhamento durante e após a gravidez, usem menos métodos contraceptivos e mais gravidezes indesejadas. O acesso universal à saúde reprodutiva como direito implica que qualquer pessoa que dele necessite possua meios para fazê-lo. Acesso universal significa acesso equitativo, isto é, pessoas com mesmas necessidades devem possuir o mesmo acesso aos serviços de saúde reprodutiva.

O grau de saúde sexual e reprodutiva de uma população pode ser medido, pois, de acordo com o desempenho de seus indicadores. Assim, nos tempos modernos, pode-se dizer que uma sociedade carece de uma saúde sexual e reprodutiva satisfatória se, por exemplo, os níveis de fecundidade adolescente são relativamente altos, o acesso a serviços de pré-natal e parto é precário ou a proporção de fecundidade não desejada é elevada. Não se tem

conhecimento, nesta tese, acerca de trabalhos que tenham tratado especificamente da questão da saúde sexual e reprodutiva na fronteira amazônica. É sabido, no entanto, que esses indicadores apontam para uma situação desfavorável na Região Norte do Brasil, onde se localiza Machadinho d'Oeste – como apontam as análises de diversos indicadores apresentados na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança – PNDS 2006 (Ministério da Saúde e Cebrap, 2009).

Assim, as fortes desigualdades sociais e econômicas existentes no país se reproduzem no acesso aos serviços de saúde. Visto que a fronteira amazônica encontra-se entre as áreas mais desfavoráveis do país, em termos socioeconômicos, é provável que as mulheres nessa área estejam entre o grupo mais vulnerável, estando, portanto, entre aquelas que possuem os piores indicadores e maiores dificuldades no acesso à informação e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. As condições da fronteira, mostrada nos itens anteriores, em que os serviços de saúde eram (e, em certa medida, ainda são) precários permitem especular que também os serviços voltados para a saúde sexual e reprodutiva da mulher o são, de modo que o acesso à informação sobre como se proteger de doenças, evitar gravidezes indesejadas e uso correto de métodos, bem como ao pré-natal, parto seguro e opções de contracepção são insuficientes. Essas limitações no conhecimento e no acesso à saúde sexual e reprodutiva, por sua vez, condicionam a formulação e a implementação das estratégias reprodutivas das mulheres na fronteira.

### **2.2.3 Considerações**

De modo geral, a revisão da literatura indica que a fecundidade na região de fronteira agrícola na Amazônia possui uma dinâmica diferenciada em comparação a outras áreas. O contexto de desenvolvimento da fronteira, mostrado pela literatura sobre a colonização da Amazônia, deixa claro como a realidade dessa área é multifacetada, composta por diversos elementos que a tornam peculiar. O que era para ser uma política de ocupação sistemática da fronteira acabou por se tornar um projeto sem incisivo controle do Estado, devido à magnitude dos fluxos populacionais que atraiu. A precariedade da infraestrutura e dos serviços que os migrantes encontraram ao chegarem à região, as constantes disputas por terra e a falta de assistência aos colonos dão a tônica de como caminhou, do momento de sua abertura até os dias atuais, o desenvolvimento da fronteira agrícola no país.

Nesse contexto de frágil desenvolvimento social e econômico, o comportamento demográfico da região de fronteira também se torna característico. A grande entrada de

migrantes na região fez com que a população aumentasse rapidamente em um curto período de tempo. A natureza da migração também influencia diretamente o padrão demográfico da fronteira no Norte do Brasil, em especial, a fecundidade. Conforme apontado pela literatura, a fecundidade responde positivamente em contextos com baixa escolaridade, residência rural, falta de acesso aos métodos contraceptivos, baixa inserção feminina no mercado de trabalho, entre outros – cenário encontrado no momento de abertura da fronteira. Além disso, a literatura revisada mostra que o comportamento reprodutivo na fronteira seria, em grande parte, ditado pelas necessidades do trabalho na terra e das imposições da nova vida.

Entretanto, o fato de muitos desses migrantes terem partido de estados com um grau de desenvolvimento maior e já com a transição demográfica em curso, como os das regiões Sul e Sudeste, as dificuldades econômicas encontradas na fronteira e as próprias práticas contraceptivas levadas pelos migrantes parecem ter afetado negativamente o número de filhos tidos, criando um cenário complexo e contraditório. A literatura aponta, nesse sentido, que o tamanho da terra e a necessidade de mão de obra perderiam poder preditivo na Amazônia e as condições de vida e da fronteira, acesso a serviços de saúde reprodutiva e características individuais afetariam as decisões femininas quanto à fecundidade.

Dessa forma, vê-se que analisar a fecundidade na fronteira amazônica exige compreender especificidades inexistentes em outras áreas. O contexto de ocupação e desenvolvimento possui elementos peculiares que influenciam de forma diferenciada a motivação para a redução do número de filhos. No atual estágio, em que muitos autores já consideram regiões como Machadinho uma fronteira consolidada, a necessidade de uma fecundidade mais elevada não mais existiria, dado que o trabalho dos filhos na roça se torna menos imprescindível. Outros elementos – como a mercantilização da produção, novos modos de uso da terra, novos hábitos de consumo, acesso à mídia, maior inserção feminina no mercado de trabalho, níveis educacionais mais elevados e melhorias na infraestrutura de serviços básicos – passam a fazer parte do contexto da fronteira, especialmente porque, transcorridas quase cinco décadas desde o início dos projetos de colonização da Amazônia, novas coortes passam a compor a população da fronteira e, inevitavelmente, essas mudanças contextuais influenciariam as estratégias reprodutivas delas.

Dessa forma, a relação entre filhos e uso da terra proposta pela literatura demanda maior cuidado analítico, uma vez que é possível que ela fosse mais forte no início da fronteira, quando era preciso limpar o lote e começar um cultivo sem disponibilidade de mão de obra

externa ou recursos. Mesmo nesse primeiro momento, a influência da transição da fecundidade e da urbanização no país, vividas pelos migrantes nos locais de onde vieram, já poderia influenciar o desejo por menos filhos, principalmente depois de experimentar as adversidades da fronteira. Assim, é preciso considerar, para o contexto atual da fronteira, adaptações na literatura e uma possível convergência para os fatores ligados à fecundidade nas áreas de não fronteira, assim como dimensões relativas à saúde sexual e reprodutiva, uma vez que elas estão cada vez mais integradas e caminhando para a consolidação, como mostraram diversos trabalhos apresentados neste referencial teórico.

Portanto, enfatiza-se que o intuito é mostrar, nesta tese, como as estratégias reprodutivas das mulheres foram se moldando ao longo da evolução da fronteira, em face das mudanças no uso da terra, no contexto de infraestrutura e serviços da fronteira, nas características e aspirações individuais femininas e nas condições de saúde sexual e reprodutiva oferecidas na fronteira.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada para se cumprir os objetivos e responder às perguntas de pesquisa colocadas nesta tese foi a qualitativa. A escolha dessa abordagem se justifica pela natureza da discussão que se traz. Dado que o objetivo não é apenas descrever comportamentos, mas sim compreender e explicar como as estratégias reprodutivas das mulheres se relacionam ao contexto de transformações da fronteira, fontes de dados tradicionais, como Censos Demográficos, não fornecem as informações necessárias para tal. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa surge como uma alternativa, visto que permite compreender, do ponto de vista do indivíduo analisado, suas respostas e ações segundo sua própria perspectiva e interpretação das escolhas e decisões tomadas.

Ulin et al. (2002) destacam que investigações sobre aspectos da saúde sexual e reprodutiva frequentemente demandam uma abordagem qualitativa, visto que, em geral, procuram explicar o porquê de certos comportamentos – geralmente não captado pelas pesquisas quantitativas. Desse modo, uma vez que pessoas interpretam a realidade que vivem de maneiras diferentes, elas também produzem respostas, interpretações e ações distintas para um mesmo fenômeno. Assim, é necessário ouvir o que as pessoas estão dizendo sobre suas próprias vidas nas suas próprias palavras, como elas entendem os acontecimentos ao seu redor, buscando descobrir e revelar as inúmeras facetas e perspectivas envolvidas nas escolhas sexuais e reprodutivas. A análise qualitativa permite compreender especificamente os comportamentos, atitudes e percepções subjacentes que motivam as atitudes dos indivíduos frente a questões relacionadas à saúde reprodutiva.

Outra vantagem da metodologia qualitativa é abordar diversas dimensões da ação e da interação humana, relacionando-as ao contexto em que elas ocorrem. O ambiente em que os indivíduos tomam suas decisões reprodutivas é um aspecto de grande importância para os estudos sobre saúde sexual e reprodutiva, uma vez que o contexto – físico, histórico, social e político – no qual estão inseridos influencia a forma como as pessoas interpretam certos acontecimentos e suas respostas a eles. Assim, cada um enfrenta decisões e desafios de acordo com o meio em que vive ou com o grupo social a que pertence, interpretando e, conseqüentemente, agindo de maneiras diferentes em situações ordinárias do dia a dia, o que tem grandes implicações para a pesquisa em saúde sexual e reprodutiva (Ulin et al., 2002).

A pesquisa qualitativa apresenta outras características que justificam seu uso neste estudo. Conforme Ambert et al. (1995), a análise qualitativa prioriza informações profundas e íntimas de um pequeno grupo de pessoas, ao invés de um agregado de dados de uma amostra representativa da população. Também está interessada em compreender sobre como e porque cada indivíduo pensa, age e dota de significado suas ações, em vez de considerar as crenças e atitudes em conjunto. Além disso, pode englobar do nível macro ao micro, bem como questões estruturais e processuais. Por fim, os autores destacam que a análise qualitativa permite descobrir e explorar, e não só verificar, novos comportamentos, práticas e formas de pensar e de interpretar uma dada realidade.

No mesmo sentido, Weiss (1994) defende que o uso da abordagem qualitativa permite entender detalhadamente um evento ou processo, integrando-se múltiplas perspectivas para a compreensão holística do fenômeno em estudo. Assim, por meio das interpretações e percepções de cada indivíduo sobre determinado acontecimento, é possível entender, da perspectiva de quem o vivenciou, a diversidade de experiências, reações e comportamentos diante de uma mesma situação. Ulin et al. (2002) ressaltam que ela também contribui para explicar os obstáculos sociais e programáticos das escolhas e uso de serviços, compreender o sucesso das intervenções e entender os contextos sociais, políticos e legais onde as decisões reprodutivas são tomadas.

Com base no exposto e tendo em vista a profundidade das informações que se deseja, a especificidade desses dados e do local em estudo, acredita-se que a metodologia qualitativa seja a mais indicada para os objetivos desta tese.

### **3.1 Método de coleta dos dados**

O método a ser utilizado para coletar as informações qualitativas é a entrevista em profundidade. Esse método foi escolhido por permitir maior proximidade entre o pesquisador e o entrevistado, de forma a compreender um fenômeno sobre o qual se tem poucas informações a partir das observações de outras pessoas que vivenciaram esse processo (Weiss, 1994). Além disso, sua natureza interativa concede maior flexibilidade, de acordo com o que é exposto pelo entrevistado, e maior aprofundamento nas questões de interesse, sendo possível encorajar o participante a ter um papel mais ativo na discussão (Ulin et al., 2002; Camargos, 2008).

As entrevistas em profundidade fornecem ricas histórias e dados que não estão presentes na literatura ou nas fontes de dados tradicionais (May, 2004). Pode-se aprender, por meio das entrevistas em profundidade, sobre as experiências, opiniões, valores, atitudes, percepções e interpretações dos indivíduos que viveram determinado evento e sobre como esse evento afeta seus pensamentos, atitudes e práticas (Weiss, 1994; May, 2004). Dessa maneira, as entrevistas permitem uma compreensão mais detalhada do fenômeno estudado porque se consegue acessar os sentimentos, emoções e entendimentos do próprio indivíduo a respeito da realidade que o cerca.

Marconi e Lakatos (1996) destacam as vantagens e as limitações da utilização da entrevista em profundidade como técnica de coleta de dados. Entre as vantagens, as autoras destacam o fato de ser um método que pode ser aplicado a qualquer segmento da população, por ser de fácil compreensão e não requerer nenhuma habilidade do entrevistado, como ler e escrever. Também é bastante flexível, pois o entrevistador pode repetir, esclarecer ou reformular as perguntas para clarificá-las caso o entrevistado não as compreenda. Além disso, a interação face a face durante a entrevista permite avaliar a postura, as atitudes, reações e gestos do entrevistado (linguagem não verbal), complementando o que ele diz com a maneira como ele fala. Outra vantagem é obter dados que não se tem em outras fontes de dados, bem como ter informações mais precisas e que podem ser avaliadas e esclarecidas no mesmo instante que se tem a resposta.

Levando-se em consideração a especificidade da população e do ambiente físico em estudo, a entrevista em profundidade oferece outros benefícios que permitem se alcançar os melhores resultados. Por se tratarem de indivíduos com histórias bastante peculiares, outros métodos não permitiriam compreender os importantes detalhes das trajetórias individuais. As entrevistas, por sua vez, dão mais liberdade para que o participante relate sua biografia, emoções e sentimentos. Além disso, como o tema de investigação avança sobre temas mais íntimos, como questões sexuais e reprodutivas, a entrevista em profundidade ocorre de maneira mais reservada, muitas vezes na residência do próprio entrevistado, gerando um ambiente mais confortável e seguro. Por fim, há também o fato de que não há necessidade de reunir um grupo com certo número de participantes em determinado horário e local, garantindo uma flexibilidade importante em um contexto como a fronteira (Camargos, 2008).

Entre as desvantagens da entrevista em profundidade, Marconi e Lakatos (1996) apontam que pode haver dificuldades de comunicação e expressão tanto por parte do pesquisador

como do entrevistado, como também uma compreensão errônea, por parte do informante, dos significados das perguntas, levando a respostas distorcidas. Ademais, o entrevistado pode ser influenciado, ao dar suas respostas, pelas características e ideias do entrevistador. Outra limitação das entrevistas é o fato de que o informante pode não estar disponível ou interessado em fornecer as informações necessárias ou mesmo reter dados importantes por medo de ser identificado. Por fim, elas, em geral, demandam muito tempo para serem realizadas, o que pode desestimular o entrevistado.

Em que pesem as vantagens e limitações das entrevistas em profundidade, acredita-se que esse seja o método mais adequado para coletar as informações necessárias para responder os questionamentos colocados neste estudo. Isso porque a entrevista individual permite captar detalhadamente a visão do entrevistado sobre o tema estudado de forma flexível, interativa e mais próxima do indivíduo, sem perder a qualidade e a relevância da informação.

### **3.2 Projeto *LUCIA* e local de estudo**

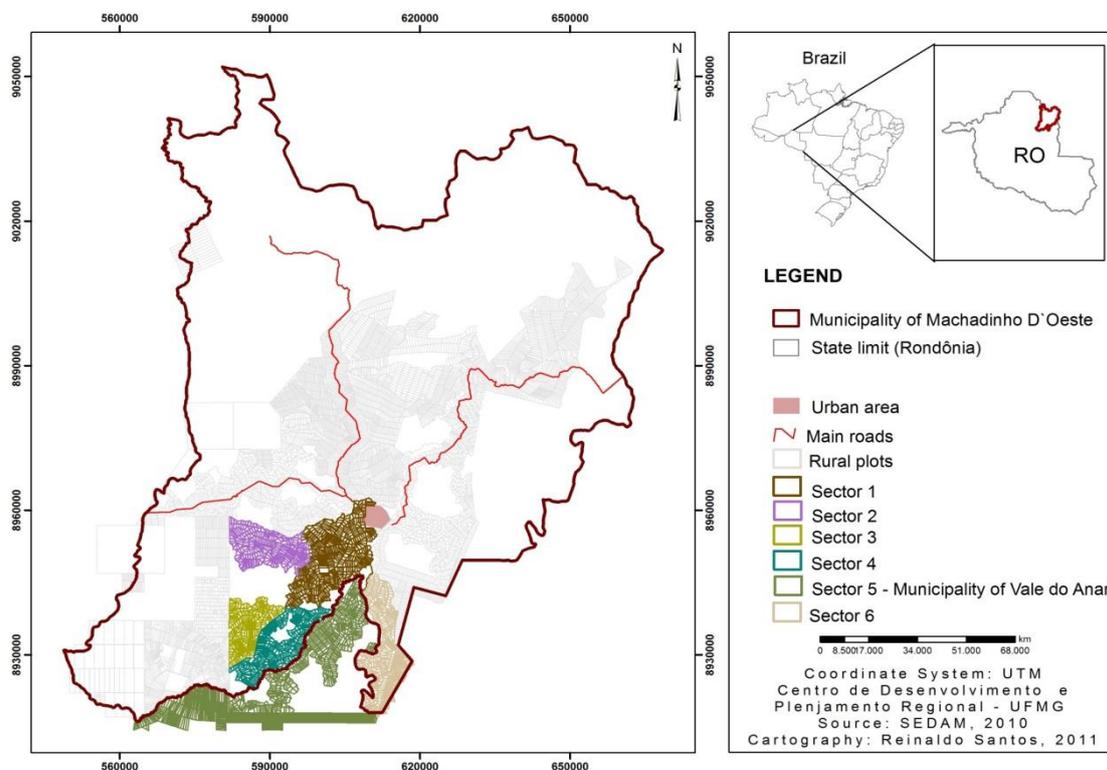
O trabalho de campo para coleta dos dados desta tese foi realizado com o apoio do Projeto *LUCIA – Land Use, Climate and Infections in Western Amazonia*. Esse projeto tem por objetivo investigar como a dinâmica populacional, as mudanças no uso e na cobertura da terra e o desenvolvimento podem se relacionar com padrões demográficos, migratórios, de saúde e fecundidade na Amazônia, de modo a definir perfis de vulnerabilidade da população. Também investiga a ligação desses padrões com a mudança climática e o desmatamento regional.

Trata-se de um estudo realizado em diferentes localidades da Amazônia, envolvendo quatro áreas no Brasil, Peru e Equador. O projeto *LUCIA* é multidisciplinar e multi-institucional, envolvendo pesquisadores da área da saúde, demógrafos, economistas, geógrafos e biólogos de universidades dos Estados Unidos, Brasil, Equador e Peru.

No Brasil, o projeto *LUCIA* é desenvolvido no município de Machadinho d'Oeste, localizado a nordeste do estado de Rondônia, sendo ele também escolhido como local de coleta dos dados para esta tese. Machadinho d'Oeste situa-se a aproximadamente 400 quilômetros da capital do estado, Porto Velho, e sua extensão territorial é de 8.509 km<sup>2</sup>. A Figura 1 situa Machadinho no estado de Rondônia e apresenta o núcleo urbano e os setores

(área rural) visitados durante o trabalho de campo, nos quais as entrevistas foram realizadas. Também é possível visualizar as principais rodovias e lotes rurais do município.

**Figura 1 – Mapa de Machadinho d’Oeste**

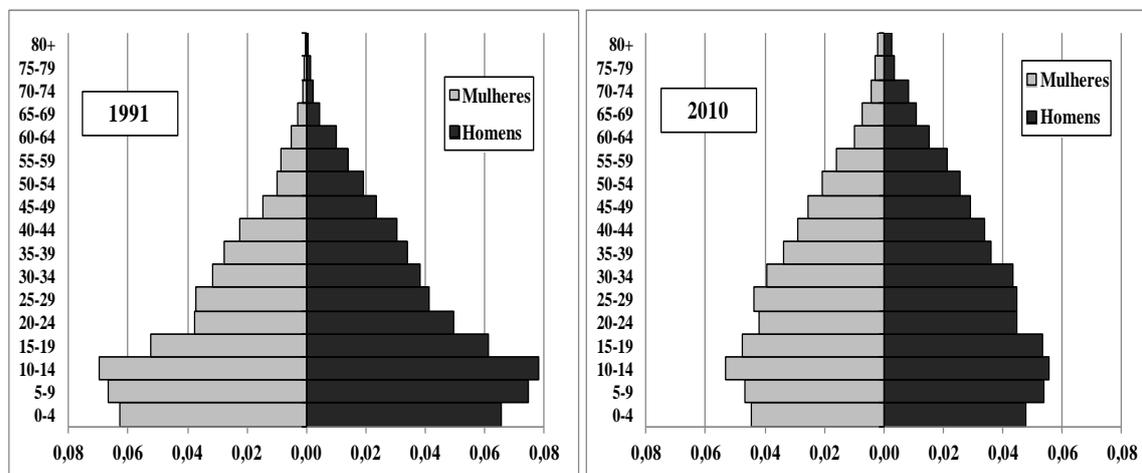


A escolha de Machadinho d’Oeste como local adequado para coletar os dados para responder as perguntas desta tese se justifica por vários motivos. O município surgiu dos projetos de colonização desenvolvidos na Amazônia brasileira a partir da década de 1970, conforme descrito no Capítulo 2 desta tese. O Projeto de Assentamento (P.A.) Machadinho foi criado em 1980 e implementado em 1982 e, posteriormente, elevado à categoria de município no ano de 1988. Trata-se de uma região de fronteira agrícola que recebeu um volume significativo de migrantes vindas de distintas áreas do país e, depois de mais de 30 anos de existência, pode ser considerada uma fronteira praticamente consolidada, passando por diversas fases de evolução. Desse modo, é possível ter um panorama temporal relativamente longo de histórias a serem investigadas.

Machadinho passa por alterações importantes na composição etária, conforme mostra a Figura 2, sugerindo um processo em curso de transição demográfica nesse município. Segundo o Censo Demográfico 2010, a população de Machadinho era de 31.135 pessoas, sendo que 51,9% viviam na área urbana. No Censo de 1991, primeiro após a criação do

município (apesar do P.A. já existir há quase uma década antes), a população era de 16.765 pessoas, com 70,8% da população na área rural<sup>5</sup>.

**Figura 2 – Distribuição por sexo e idade, Machadinho d'Oeste, 1991 e 2010**



Fonte: Dados básicos extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra.

A pirâmide do ano de 1991 mostra uma estrutura etária jovem, apesar da base não ser a parte mais larga – o que se deve, em parte, aos fortes movimentos migratórios da época e à conhecida omissão e subdeclaração dos menores de cinco anos. Havia maior proporção de homens, o que pode ser reflexo, pelo menos nas idades acima de 15 anos, do intenso processo de migração para a região, o qual, como se sabe, atraiu mais homens do que mulheres.

Já a pirâmide etária do ano 2010 revela importantes mudanças na estrutura etária do município nesse período de quase 20 anos. Observa-se que a base da pirâmide torna-se mais estreita, bem como diminuem os grupos jovens. Essa transformação pode ser resultado da queda da fecundidade em Machadinho. Além disso, há maior proporção de pessoas em idades mais avançadas, o que pode ser resultante tanto da transição demográfica, como da fixação dos migrantes em Machadinho, que chegaram relativamente jovens no município e por lá se estabeleceram. A composição etária de 2010 sugere ainda que a migração, principalmente masculina, ainda tem um peso importante no município.

<sup>5</sup> Dados para 1991 e 2010 extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra ([www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)).

Em relação à fecundidade, a taxa de fecundidade total (TFT) de Machadinho, em 1991, era de 4,7 filhos por mulher<sup>6</sup>, bem acima da TFT brasileira (2,9) e de Rondônia (3,5)<sup>7</sup>. Já em 2010, a TFT do município apresentou uma significativa diminuição, chegando a 2,5 filhos por mulher, a qual, apesar de ser maior que a média nacional (1,90) e do estado (2,1)<sup>8</sup>, teve uma queda relativa mais acentuada.

Nesse sentido, as mudanças demográficas, especialmente na fecundidade, pelas quais Machadinho passa corroboram a importância da análise das estratégias e do comportamento reprodutivos das mulheres nesse contexto de transformações. O cenário de grandes transformações torna ainda mais interessante e justificável a compreensão da forma como as mulheres adotam certas estratégias e tomam determinadas decisões reprodutivas e como elas se relacionam às mudanças na fronteira, descritas no Capítulo 2.

### **3.3 Perfil das entrevistadas, roteiro de entrevistas e pré-teste**

Tendo em vista os objetivos e as hipóteses deste trabalho, optou-se por realizar as entrevistas com dois perfis de mulheres. O primeiro grupo é composto pelas mulheres pioneiras, que chegaram a Machadinho d'Oeste no início da fronteira e vivenciaram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais da formação e do desenvolvimento da fronteira. O outro conjunto de entrevistadas é formado por mulheres que estão vivendo seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução e consolidação da fronteira. O intuito ao estabelecer esses grupos é captar diferenças entre as coortes no que concerne às estratégias reprodutivas de cada uma, pois, por hipótese, acredita-se que as mulheres que viveram seu período reprodutivo no momento de abertura da fronteira tiveram que adotar estratégias distintas das mulheres da fronteira atual para alcançar suas preferências reprodutivas, devido às diferentes condições de uso da terra, infraestrutura e disponibilidade e acesso a serviços oferecidos em Machadinho durante sua evolução.

---

<sup>6</sup> Fonte: Para Machadinho, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

<sup>7</sup> Fonte: Para Brasil e Rondônia, IBGE, 2003. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade\\_fecundidade/censo2000\\_fecundidade.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade/censo2000_fecundidade.pdf).>. Acessado em: 20 de outubro de 2016.

<sup>8</sup> Fonte: Para Brasil e Rondônia, IBGE, 2010. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd\\_2010\\_nupcialidade\\_fecundidade\\_migracao\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf).>. Acessado em 20 de outubro de 2016.

As mulheres do início da fronteira participaram de seu processo de ocupação e vivenciaram os primeiros passos para sua consolidação. Por meio das entrevistas realizadas com elas, é possível obter informações sobre a fecundidade nos primórdios da fronteira, avaliando as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, bem como as alternativas e opções para implementação das preferências reprodutivas nesse contexto. O propósito de incluir essas mulheres é, pois, captar o processo de adaptação e/ou mudanças das estratégias reprodutivas e de sua implementação ao longo da vida reprodutiva, dada a conjuntura de produção e trabalho e de serviços vivida nesse estágio da fronteira.

As mulheres da fronteira atual, por outro lado, vivem seu período reprodutivo em um contexto diferenciado, em que a fronteira já estaria em um estágio mais avançado de evolução e consolidação. Assim, suas intenções reprodutivas seriam construídas dentro de uma gama de alternativas de produção e reprodução bem diferente daquela experimentada pelas coortes mais velhas. Com isso, as informações obtidas pelas entrevistas com duas coortes distintas permitem avaliar as mudanças na fecundidade ao longo do tempo, levando-se em conta a influência da evolução da fronteira nas intenções, preferências e práticas reprodutivas de diferentes mulheres, e, ainda, buscar indícios do comportamento reprodutivo prospectivo.

Além da divisão das mulheres segundo estágio da fronteira em que viveram, outro recorte é feito: mulheres que vivem na área urbana e na área rural<sup>9</sup>. Essa separação é necessária porque aproximadamente metade da população de Machadinho vivia em cada uma dessas áreas no ano de 2010, sendo preciso captar a experiência de todos os grupos da população. Ademais, como o projeto de assentamento se inicia com a distribuição de terras para a produção agropecuária e na própria formação do P.A. havia uma divisão entre sede urbana e lotes rurais, essa segregação espacial deve ser considerada. Conforme pode ser visto na Figura 1, ainda há essa divisão e a existência de lotes que se encontram distantes da cidade e do acesso às rodovias. Os próprios moradores de Machadinho reforçam a existência

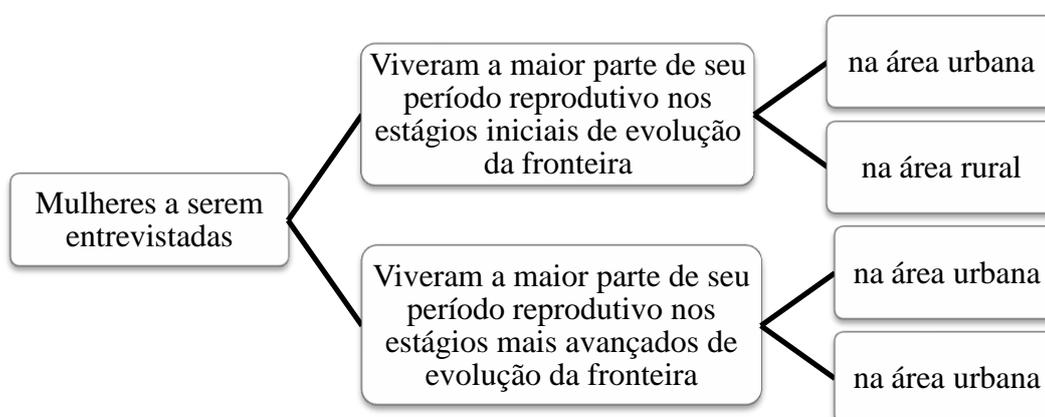
---

<sup>9</sup> A discussão teórica colocada no Capítulo 2 acerca da urbanização da fronteira deixa claro que o limite entre essas duas áreas é bastante tênue, devendo-se ter cuidado com a simples dicotomização rural e urbano. Em que pese o fato da fronteira nascer urbanizada e do tecido urbano se estender para além das cidades, alcançando o meio agrário, optou-se por denominar de *rural* a região de Machadinho onde se tem uma elevada concentração de sítios e lotes destinados à agricultura e pecuária (terras distribuídas aos parceleiros à época da colonização) e de *urbano* a região da cidade, onde está a sede da prefeitura, o comércio e a estrutura de serviços, como hospital. Essa nomenclatura é utilizada unicamente para efeito prático e de simplificação textual para marcar a distribuição espacial diferenciada das mulheres. Ressalta-se, no entanto, que as peculiaridades do rural na fronteira, extensamente discutida no Capítulo 2, são consideradas e pautarão a interpretação dos resultados e as considerações acerca das estratégias reprodutivas.

dessa divisão entre as áreas rurais e da cidade, se referindo aos lotes como “sítio” e “roça” e ao núcleo urbano como “a rua”, “o Machadinho”, criando um espaço distinto dos sítios.

Soma-se, ainda, o fato das condições socioeconômicas, o acesso a determinados serviços, o contato com diferentes pessoas e ideias e, ainda, a relação com a terra serem bastante distintas entre os dois núcleos. A distância física e, em alguns momentos, de valores certamente tem influência nos ideais de fecundidade e na forma como essas mulheres definem suas estratégias para realizar suas preferências reprodutivas. Assim, têm-se quatro grupos de mulheres a serem entrevistadas, conforme explicitado na Figura 3.

**Figura 3 – Perfil de mulheres a serem entrevistadas em Machadinho d’Oeste**



Fonte: Elaboração própria.

Para a condução das entrevistas, elaborou-se um roteiro com questões que direcionam a conversa para temáticas capazes de fornecer as informações necessárias para responder as perguntas de pesquisa e testar as hipóteses formuladas (Anexo 1). Ele foi delineado considerando-se as abordagens teóricas e os estudos sobre fronteira agrícola e fecundidade, bem como as dimensões para análise da saúde sexual e reprodutiva, apresentados na revisão da literatura. O roteiro foi formulado para orientar as entrevistas no trabalho de campo e direcioná-las para os temas de interesse. Não obstante, não se trata de um questionário rígido e imutável; ao contrário, novas questões poderiam surgir e outras serem refeitas ou omitidas conforme as respostas dos entrevistados durante a entrevista, bem como a ordem das questões alteradas. Assim, propõe-se um roteiro contendo um conjunto de questões que mantém a entrevista dentro dos objetivos do estudo sem, contudo, impor limites ao estilo e à expressão do entrevistado (Ulin et al., 2002; Fontana e Frey, 2003).

Dados os quatro grupos de mulheres a serem entrevistadas, foram elaborados quatro roteiros de entrevistas de base similar, porém diferenciados pelas especificidades dos

grupos considerados. Essa escolha se deve ao fato de se tratar de universos com características consideravelmente distintas, de forma que a abordagem a cada uma delas também deve ser diferenciada. As questões a serem perguntadas são basicamente as mesmas, pois investigam os mesmos temas; entretanto, elas foram adaptadas com vistas a considerar os diferenciais tanto de idade como de local de residência. Desse modo, espera-se captar as diferenças nos ideais reprodutivos, nos meios de implementá-los e na percepção de como o ambiente e as mudanças na fronteira podem afetar as estratégias reprodutivas, para as duas coortes, de acordo com a área em que residem, relacionando-os às teorias presentes na literatura e ao contexto inicial e atual da fronteira.

Os roteiros de entrevista foram elaborados com base na literatura revisada e aborda a trajetória de vida e a trajetória reprodutiva das mulheres. O intuito é buscar a relação entre as experiências de vida dessas mulheres e suas decisões reprodutivas, de modo a identificar como o contexto institucional, a infraestrutura e os serviços disponíveis, a possibilidade de realização das preferências reprodutivas e as mudanças no uso da terra e nos planos para o futuro, orientando-se pelo que mostra o referencial teórico sobre essas dimensões.

As perguntas a serem feitas estão divididas em dois blocos. O primeiro traz questões acerca da história de vida das entrevistadas. São feitas perguntas sobre características sociodemográficas, bem como o histórico de migração da mulher, sua vivência e experiência de trabalho na terra e de seus filhos, uso da terra ao longo do tempo, vivência e experiência na cidade, motivação para ir para a fronteira e processo de obtenção da terra, suas percepções sobre as mudanças ocorridas tanto em Machadinho (hospitais, escolas, infraestrutura) como em sua própria vida, as adversidades e a adaptação à nova vida na fronteira, o processo de assentamento e posse da terra e, ainda, religião e exposição aos meios de comunicação.

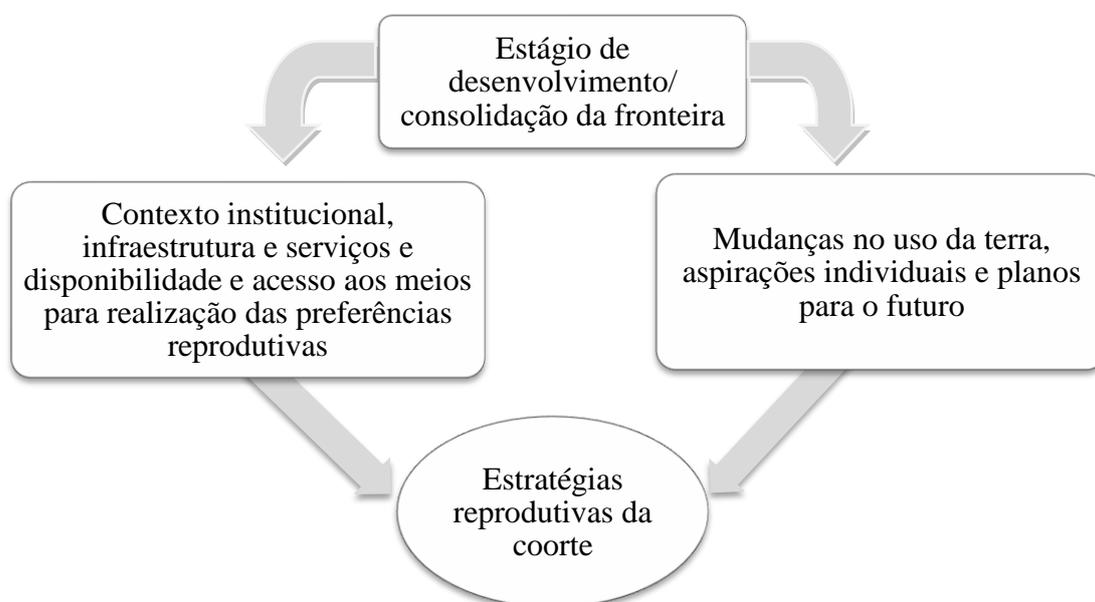
As questões desse bloco fornecerão elementos para traçar o perfil de mulheres que chegou à fronteira, captando suas experiências, dificuldades e possibilidades pessoais, contextuais e estruturais e compará-las com as mulheres que vivem uma fase mais atual da fronteira. Assim, será possível avaliar como essas dimensões se sobrepõem na conformação das estratégias adotadas em relação à fecundidade.

Já o segundo bloco aborda temas relacionados à fecundidade e à saúde sexual e reprodutiva. Tem-se perguntas sobre a fecundidade antes e depois da chegada à Machadinho, sobre intenções, preferências reprodutivas e desejo por filhos, uso e demanda

por contracepção, conhecimento e aconselhamento sobre métodos, filhos e sexualidade e acesso a serviços de saúde, pré-natal e parto. Também se questiona sobre a percepção de cada coorte sobre a trajetória reprodutiva da sua geração e da outra, com vistas a observar diferenças em como cada grupo de mulheres enxerga as mudanças na fecundidade ao seu redor e, ainda, sobre a relação entre número de filhos e uso da terra. Para as mulheres jovens, se pergunta ainda sobre intenções reprodutivas futuras. Esse bloco de questões permitirá perceber como as preferências reprodutivas se alteraram ao longo do tempo, bem como suas possibilidades de implementação, e como as estratégias de reprodução definidas pelas mulheres guardam relação com as mudanças no contexto da fronteira.

A Figura 4 esquematiza a linha de raciocínio que orientou a formulação dos roteiros e as dimensões abordadas nas entrevistas durante o trabalho de campo. Conforme explicitado, o objetivo é compreender como as estratégias reprodutivas adotadas pelas mulheres em face ao estágio de evolução e consolidação da fronteira, isto é, como o comportamento reprodutivo das mulheres (suas preferências, intenções e práticas contraceptivas) se adaptaram ao contexto de mudanças no uso da terra, urbanização e desenvolvimento econômico e social no processo de evolução para uma pós-fronteira.

**Figura 4 – Esquema teórico das dimensões a serem captadas no trabalho de campo: fatores que afetam as estratégias reprodutivas das mulheres em Machadinho d’Oeste**



Fonte: Elaboração própria.

Por hipótese, acredita-se que o comportamento reprodutivo das mulheres de Machadinho d’Oeste tende a se modificar conforme a fronteira se consolida (o que engloba mudanças

no contexto socioeconômico e nas condições materiais, urbanização, alterações no modo de uso da terra, nas relações de trabalho e de produção, novos hábitos de consumo e inserção da mulher no mercado de trabalho), conforme há maior disponibilidade e facilidade de acesso aos métodos contraceptivos e serviços de saúde sexual e reprodutiva e conforme há uma melhoria nas instituições e serviços (sejam esses de saúde, educação ou outra natureza). Dessa maneira, o roteiro de entrevistas foi formulado com vistas a captar as estratégias reprodutivas, tal qual percebida pelas próprias mulheres, e sua relação com o estágio da fronteira no qual elas viveram seu período fértil e a infraestrutura institucional e de serviços que as cercam.

O projeto e os roteiros foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – COEP. As mulheres que participaram da pesquisa receberam, antes de iniciar a entrevista, todas as informações a respeito do que se tratava o estudo (objetivos, confidencialidade, necessidade da gravação da entrevista). Após esse esclarecimento, lhes foi pedido que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual declaravam a concordância em participar voluntariamente da pesquisa e da ciência do escopo do estudo. As participantes receberam uma via do TCLE assinada por ela e pela entrevistadora e outra via também assinada por ambas ficou com a entrevistadora (o TCLE lido e entregue às entrevistadas encontra-se no Anexo 2).

Um pré-teste dos roteiros de entrevista foi realizado na cidade de Machadinho d'Oeste. Foram realizadas 11 entrevistas, sendo 9 na área rural (7 com mulheres que chegaram na abertura da fronteira e 2 com mulheres que viveram seu período reprodutivo nas fases mais avançadas de evolução da fronteira) e 2 na área urbana (com mulheres dos estágios mais avançados). Esse pré-teste foi essencial para ajustar os roteiros à realidade estudada. Por mais que a literatura forneça informações sobre a fronteira agrícola, viver uma primeira experiência nesse ambiente e ter contato direto com as entrevistadas e suas perspectivas foi de grande importância para conhecer a dinâmica do local, a configuração espacial dos lotes e do núcleo urbano, as possibilidades e dificuldades de encontrar as participantes e a receptividade das mulheres à entrevista.

Também foi possível avaliar as dificuldades que as entrevistadas poderiam ter para compreender as questões, as perguntas mais sensíveis ou que causavam maior constrangimento para serem respondidas, aquelas que não faziam sentido para a realidade ou não mediam o que se esperava e para incluir questões que não faziam parte do roteiro inicial, mas que surgiram nas respostas das mulheres e que se percebeu serem relevantes

para a pesquisa. Além disso, o pré-teste serviu não só para ajustar a linguagem do roteiro ao perfil das entrevistadas, como também para aprender as formas de falar, palavras e expressões típicas da região e essenciais para compreender a mensagem transmitida. Com base na experiência tida no pré-teste, alguns ajustes foram feitos para adequar o roteiro para o trabalho de campo final.

### **3.4 O trabalho de campo**

O trabalho de campo para coleta dos dados e realização das entrevistas foram realizadas no núcleo urbano e na área rural de Machadinho d'Oeste, tendo em vista os perfis definidos no item anterior. A duração média foi de cerca de 40 minutos.

Não se estabeleceu, a priori, um número fechado de entrevistas que deveriam ser realizadas. Buscou-se aplicar o critério de saturação, ou seja, realizar entrevistas com um mesmo perfil até o ponto em que as informações dadas comecem a se repetir e não acrescentem novos dados ao que se quer investigar (Ulin et al., 2002). Outro critério prático levado em consideração para definição do número de entrevistas foi a questão do tempo disponível. Havia, para realização do campo, 10 dias (descontando-se do total de dias em Machadinho os domingos, um dia para a chegada e dois dias para o retorno). Assim, era necessário aproveitar esse período para realizar o máximo de entrevistas possíveis com os quatro grupos de mulheres, visto que seria inviável retornar à Machadinho para novas entrevistas, por questões orçamentárias, de tempo e distância. Também buscou-se entrevistar um número semelhante de participantes de cada recorte para minimizar possíveis vieses e se ter respostas suficientes para analisar todos os grupos.

A amostra de mulheres entrevistadas foi não probabilística e não representativa da população de Machadinho. Entretanto, procurou-se entrevistar mulheres de diferentes condições econômicas, níveis de escolaridade, idades e estado conjugal, com vistas a aumentar a heterogeneidade das respostas. Além disso, a área rural também é bastante diversificada, pois existem lotes localizados bem próximos ao núcleo urbano e outros sítios que estão bem distantes, isolados, o que certamente influencia as possibilidades e os obstáculos que as mulheres enfrentam para realização das suas preferências. Assim, também se incluiu essa diversidade espacial na pesquisa, entrevistando mulheres residentes nos diversos pontos da zona rural, cobrindo toda a área do antigo P.A. Machadinho (ver os setores apresentados na Figura 1).

A forma de seleção das mulheres que participariam da pesquisa seguiu caminhos distintos no meio rural e urbano. Na área rural, a abordagem às potenciais participantes era feito diretamente na residência delas. O deslocamento até as *linhas*<sup>10</sup> contou com o apoio logístico do Projeto *LUCIA*, que também coletou dados adicionais nos sítios de Machadinho no mesmo período. Os pesquisadores iam a lotes selecionados probabilisticamente segundo os objetivos da pesquisa, distribuídos em toda a extensão do que era o P.A. Machadinho. Desse modo, a entrevistadora ia no mesmo veículo dos demais pesquisadores e, juntamente com eles, entrava nos sítios e abordava os moradores para explicar a pesquisa. Caso houvesse alguma mulher que se enquadrasse no perfil desejado, ela era convidada a participar.

Se no sítio não houvesse mulheres que não se enquadravam no perfil delineado para a tese, seguia-se para o próximo sítio, que poderia estar na mesma linha ou um pouco mais distante, mas sempre na mesma área. Em geral, a saída da cidade de Machadinho em direção às linhas era por volta das 9 horas da manhã e o retorno no final da tarde, de modo que se ficava o dia todo visitando os sítios em busca de entrevistadas. Por dia, eram feitas de 3 a 4 entrevistas. Nos primeiros dias, foi mais fácil encontrar mulheres que se enquadrassem em algum dos perfis, já que haviam sido realizadas poucas entrevistas. Com o passar dos dias, a maior dificuldade era encontrar mulheres mais jovens, que viveram seu período reprodutivo nos estágios de evolução mais avançados da fronteira, durante os horários de realização das entrevistas. O que se percebeu é que, na área rural, há mais mulheres mais velhas, seguindo a tendência apontada na literatura de que os mais jovens não permanecem nos trabalhos agrícolas.

De maneira geral, a receptividade à pesquisa na área rural foi muito boa. A maioria das mulheres convidadas a participar aceitou conversar sobre o tema sem grandes hesitações, apesar de algumas poucas ficarem um pouco inseguras em falar o nome completo (o que não foi exigido) ou ter suas respostas gravadas (o que era vencido após a garantia de sigilo e de que seus nomes reais não seriam divulgados ou associados a suas falas). O fato de as mulheres dessa área terem, majoritariamente, baixa escolaridade – principalmente as mais velhas – e a vinculação institucional da entrevistadora ser uma universidade fez com que algumas se sentissem apreensivas em não saber responder às questões, mesmo

---

<sup>10</sup> Linha é o nome dado à estrada de terra na qual o lote se localiza, uma espécie de nome da rua – por exemplo, linha MP-5, MA-2.

esclarecendo que não havia respostas certas ou erradas. Nesse sentido, a estratégia de começar a entrevista por perguntas mais gerais sobre a história de vida delas e seguir com as menos íntimas ajudou a fazer as entrevistadas se sentirem menos introvertidas e se envolvessem mais na conversa, quebrando o gelo para as perguntas de cunho mais pessoal.

Como as entrevistas foram realizadas na casa da entrevistada, isso também proporcionou maior conforto e confiabilidade para que elas aceitassem participar. Cabe ressaltar que as entrevistas eram realizadas individualmente, no cômodo escolhido pela mulher, sem a presença de terceiros no local – em alguns casos, havia a presença de filhos pequenos, os quais não atrapalharam ou influenciaram as respostas. O fato de um pesquisador do outro projeto também estar aplicando um questionário no mesmo local colaborou nesse sentido, pois normalmente ele entrevistava o marido ou um filho mais velho em outra parte da casa, de modo que a mulher ficava liberada e sozinha para responder à pesquisa.

A impressão que ficou após a realização das entrevistas é de que as mulheres gostavam de participar e contribuir para o estudo. Pareceu que elas se sentiram lisonjeadas por alguém ter saído de tão longe para escutar sua história. Não eram raros os questionamentos sobre o que havia de interessante na vida delas, principalmente entre as mulheres que chegaram na abertura da fronteira, uma vida tão simples e sofrida. Quando revelado que o intuito era exatamente saber desses momentos e experiências, elas se sentiam orgulhosas em contar um pedacinho do que já vivenciaram e vivenciam na fronteira e como conseguiram vencer as adversidades. Ao fim das entrevistas, muitas continuavam a conversar, queriam mostrar o sítio, as plantações e a casa, oferecer um café, um biscoito e dar um cacau ou algo típico para provarmos.

Ao contrário da área rural, onde a abordagem ocorria diretamente na casa das pessoas, no núcleo urbano a dinâmica local tornava isso mais complicado. Nesse sentido, recrutar participantes na cidade foi um pouco mais difícil do que nos sítios. A estratégia utilizada foi se aproximar de potenciais participantes nas ruas, praça, local de trabalho ou pedir indicações de quem pudesse participar. A disposição da cidade favoreceu esse tipo de abordagem, pois, sendo uma cidade pequena, o deslocamento a pé era fácil e rápido, o comércio e os serviços se concentravam nas proximidades da praça, na área central. Assim, era ali também que havia maior fluxo de pessoas e a maior possibilidade de encontrar as entrevistadas. No entanto, o fato das pessoas estarem, muitas vezes, de passagem ou resolvendo problemas, dificultava a abordagem e a participação.

A melhor forma foi entrevistar mulheres que estivessem na praça, sem nenhuma atividade aparente, ou que trabalhassem nas lojas e com disponibilidade de parar para responder. Nesses casos, as entrevistas eram realizadas no próprio local de trabalho ou no meio da rua, tentando sempre encontrar um local calmo e menos movimentado. Algumas entrevistadas indicaram outras mulheres para participarem, de modo que determinadas entrevistas foram realizadas em residências, também de modo individual.

Em geral, as entrevistas eram realizadas na parte da manhã e final da tarde, pois o forte calor era um obstáculo para se ficar caminhando pelas ruas em busca de participantes por longos períodos. Por dia, eram feitas, em média, 3 entrevistas. Na cidade, observou-se uma tendência oposta à observada no rural: há uma presença mais marcante de mulheres jovens. Isso talvez seja uma seletividade provocada pelos locais escolhidos para abordar as mulheres, uma área comercial, onde de fato trabalham pessoas mais jovens. Mulheres mais velhas geralmente estavam transitando próximo aos mercados, banco e hospital.

Mesmo com as dificuldades que se poderia ter em abordar as mulheres na rua e em seu local de trabalho, foi surpreendente a receptividade e a disponibilidade delas para participar da pesquisa. Algumas paravam as atividades que estavam realizando para serem entrevistadas e também ficavam entusiasmadas com o interesse na história de vida delas e curiosas por uma pesquisa estar sendo realizada em uma cidade como Machadinho. Houve menos insegurança em relação à necessidade de gravar a entrevista e, assim como na zona rural, não se percebeu grandes desconfortos em responder às perguntas, mesmo as de cunho mais pessoal.

No total, foram realizadas 49 entrevistas, sendo 23 na área urbana e 26 na rural. Devido ao fato dos pesquisadores por vezes irem, em duas equipes diferentes, visitar setores distintos na área rural do P.A. no mesmo dia, para que nenhuma região ficasse sem representação nas entrevistas foi necessário que outra entrevistadora, além da autora desta tese, realizasse algumas entrevistas. Na área urbana, também houve necessidade de outra entrevistadora, por causa do curto período disponível para realização do campo. Ressalta-se que a outra entrevistadora também é da área de Demografia, conhecia os objetivos e questões a serem respondidas nesta tese e foi treinada pela autora sobre como deveria ser a entrevista e os principais pontos a serem enfatizados e esclarecidos no momento da conversa com as mulheres. Assim, das 49 entrevistas realizadas nesse trabalho de campo, 34 foram feitas pela autora e 15 pela entrevistadora que auxiliou na pesquisa. Uma vez que as modificações feitas nos roteiros após o pré-teste não alteraram significativamente as

perguntas, essas entrevistas não foram descartadas, sendo utilizadas na análise final dos resultados. Por fim, ficou-se com um total de 60 entrevistas, conforme mostra a Tabela 1.

**Tabela 1– Número de entrevistas realizadas, segundo a área de residência e o momento em que viveu o período reprodutivo na fronteira**

|              | Área   | Período reprodutivo nos estágios iniciais | Período reprodutivo nos estágios mais avançados | Total |
|--------------|--------|---|---|-------|
| Pré-Teste    | Urbano | -   | 2   | 2     |
|              | Rural  | 7   | 2   | 9     |
| Campo        | Urbano | 12  | 11  | 23    |
|              | Rural  | 13  | 13  | 26    |
| <b>Total</b> |        | 32  | 28  | 60    |

Fonte: Elaboração própria.

### 3.5 Análise dos dados e apresentação dos resultados

As entrevistas realizadas em campo foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Optou-se por deixar a transcrição dos áudios para um profissional, a fim de agilizar e garantir maior qualidade no trabalho. As falas foram transcritas tal qual ditas pelas entrevistadas, a fim de não comprometer o conteúdo e o significado das informações. Com as falas transcritas, iniciou-se a interpretação dos dados obtidos.

A análise das entrevistas foi baseada na metodologia descrita em Miles e Huberman (1994) e adaptada por Ulin et al (2002). Segundo as autoras, o processo de análise começa com uma leitura minuciosa das transcrições e notas de campo, buscando os principais temas que emergem das entrevistas e identificando padrões e pontos comuns nas respostas dadas. Identificados os temas, é importante assinalar no texto trechos que representem e exemplifiquem esses temas e respostas. Uma vez feita essa codificação, pode-se explorar cada área temática e seus subtemas, primeiro fazendo um inventário detalhado das informações e, posteriormente, reduzindo-as e refinando-as para que se apresentem textualmente as principais relações e significados centrais de pensamentos, sentimentos e comportamentos dos participantes. Nesse sentido, a análise dos achados do estudo deve mostrar como as áreas temáticas definidas e seu conteúdo e conceitos respondem a pergunta de pesquisa elaborada e como elas se relacionam entre si, para, por fim, sugerir o que esses achados significam não só para o contexto estudado, mas também além dele (Ulin et al., 2002, p. 139-161).

A apresentação dos resultados é feita no próximo capítulo. Primeiramente, tem-se um item dedicado a descrever brevemente as principais características sociodemográficas de cada entrevistada, segundo o perfil ao qual pertencem nesta tese. Em seguida, a interpretação dos resultados é realizada segundo dois grandes temas, a saber, a história de vida e a história reprodutiva das mulheres na fronteira. A seleção desses temas se deu após a leitura das transcrições que, pela própria configuração do roteiro de entrevistas, emergiram naturalmente. Ademais, acredita-se que as histórias de vida e reprodutiva estão profundamente atreladas, sendo importante compreendê-las individualmente, em um primeiro momento, para depois relacioná-las e entendê-las conjuntamente.

Dentro de cada tema, existem subtemas para organizar e analisar pontos específicos. A análise dos temas é realizada por perfil, ou seja, de forma separada para as mulheres que chegaram no início da fronteira, residentes nas áreas rural e urbana, e para as mulheres da fronteira consolidada, rural e urbana. Essa separação é necessária para compreender as diferenças nas estratégias reprodutivas de cada coorte, conforme o contexto em que vivem.

São apresentados, como forma de corroborar os resultados, trechos das falas das entrevistadas. Essas falas são colocadas no texto da mesma forma que foram ditas pelas participantes, sem correções de erros gramaticais ou de concordância, para refletir sem interferências sua opinião. Vale ressaltar que os resultados e falas apresentados são aqueles que representam a opinião da maioria dos entrevistados, salvo alguns casos cuja opinião divergente é de grande importância para pontuar os achados, a qual será devidamente destacada na análise. As falas que aparecem no texto são as mais representativas, aquelas que melhor ilustram os argumentos descritos no texto.

Os nomes das mulheres citados nesta tese são fictícios, a fim de garantir o sigilo de suas identidades. As falas das entrevistadas aparecem sempre recuadas, em itálico e entre aspas (exemplo: *“fala da entrevistada”*), enquanto as falas da entrevistadora durante a entrevista (como perguntas, esclarecimentos e interferências) aparecem entre parênteses (exemplo: *(fala da entrevistadora)*). Outros símbolos também são utilizados: reticências, no início da frase, indicam continuação de uma fala anterior, entre palavras significam pausa ou prolongamento da última palavra e, no final da frase, representam uma frase inacabada; palavras entre colchetes indicam que elas foram adicionadas, pela autora, para ampliar o entendimento da frase.

## **4 RESULTADOS**

Este capítulo apresenta os resultados obtidos no trabalho de campo. Eles estão discriminados segundo os perfis definidos, de acordo com o estágio da fronteira em que as mulheres viveram seu período reprodutivo.

Para cada grupo de mulheres, os resultados estão divididos em três seções: perfil das mulheres entrevistadas, história de vida e história reprodutiva.

### **4.1 Mulheres que viveram seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira**

#### **4.1.1 Características sociodemográficas das entrevistadas**

As Tabelas 2 e 3 apresentam as principais características das mulheres entrevistadas que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira em Machadinho. Ao todo, foram entrevistadas 32 mulheres deste perfil, sendo 12 da área urbana e 20 da rural.

A média de idade dessas mulheres é de 49,3 anos, sendo a idade máxima 66 e a mínima 34 anos. O tempo médio de residência em Machadinho é 24 anos e elas chegaram por volta do ano de 1990, na média. Mais da metade das entrevistadas nasceu em estados das regiões Sul e Sudeste do país, especialmente do Paraná. Há também mulheres saídas de estados da região Nordeste e Centro-Oeste. A maior parte passou por mais de uma etapa migratória antes de chegar a Machadinho e moraram em outras fronteiras do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e outras cidades de Rondônia antes de se estabelecer no município.

Grande parte já teve alguma experiência em serviços agrários, mesmo entre aquelas que residem na área urbana. As mulheres de idade mais avançada, em geral, já não mais trabalham na terra por dificuldades físicas, enquanto as demais que moram em sítio ainda realizam algum trabalho. Apenas 7 declararam nunca ter realizado nenhuma atividade ligada a terra, sendo 6 moradoras do núcleo urbano. Os filhos dessas mulheres, por outro lado, não permanecem no trabalho na terra. Muitos ajudaram quando criança, porém, poucos são os que permanecem trabalhando no lote dos pais nos dias atuais. Entre as mulheres que residem na área urbana, apenas uma teve filhos que ajudaram na terra.

De forma geral, essas mulheres possuem baixa escolaridade. Destaca-se o fato de 5 terem voltado a estudar depois de adultas e 4 possuírem ensino superior completo e pós-

graduação. Em relação à religião, a maior parte se declarou católica (14) e evangélica (14), uma pertence à União do Vegetal, uma é presbiteriana e apenas uma não possui religião.

Do total de mulheres entrevistadas que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira, 27 se declararam casadas (sendo 3 casadas informalmente e 2 em uma segunda união), 2 divorciadas, 2 solteiras (sendo que uma já havia sido casada informalmente) e uma viúva (já havia sido casada duas vezes). A idade média à primeira união foi de 18,3 anos, mostrando um padrão etário jovem das uniões. Das 32 mulheres, 10 se casaram com idades entre 19 e 27 anos, enquanto 22 tinham entre 13 e 18 anos ao se unir.

O número médio de filhos das mulheres entrevistadas foi 3,4 (praticamente igual à moda), sendo que 12 foi o número máximo de filhos tidos por uma mesma mulher. A idade média com que essas mulheres tiveram seu primeiro filho foi 18,9 anos, bastante próxima da idade média à primeira união. A idade mínima com que uma das entrevistadas foi mãe foi aos 14 e, a máxima, 29 anos.

Quanto aos métodos contraceptivos utilizados, apenas uma declarou nunca ter utilizado nenhuma forma para evitar filhos. A pílula é o método não definitivo mais utilizado, sendo adotada por 17 mulheres. No entanto, chama atenção o grande número de mulheres que realizaram laqueadura – dentre as 32 entrevistadas, 23 eram esterilizadas e, destas, 7 utilizaram apenas esse método durante toda a vida. Esse padrão contraceptivo se assemelha ao encontrado para o país como um todo (Pérpetuo e Wong, 2009).

**Tabela 2 – Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira, Área Rural**

| Nome fictício | Idade | Estado civil | Escolaridade             | Religião                       | Quando chegou | Onde morou (ordem cronológica)        | Trabalha(ou) na terra           | Filho trabalha(ou) na terra | Idade ao se unir | Idade ao 1º filho | Filhos nascidos vivos | Método contraceptivo            |
|---------------|-------|--------------|--------------------------|--------------------------------|---------------|---------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|------------------|-------------------|-----------------------|---------------------------------|
| Geralda       | 66    | Casada       | Analfabeta               | Católica                       | 1993          | CE, PR e RO (Machadinho)              | Sim, na casa. Hoje não trabalha | Sim, até hoje               | 22               | 23                | 5                     | Pílula e laqueadura             |
| Eleonora      | 65    | Casada       | Analfabeta               | Católica                       | 1987          | BA e RO (Ouro Preto e Machadinho)     | Sim, hoje não trabalha mais     | Sim, quando criança         | 17               | 18                | 12                    | Nunca usou                      |
| Rosa          | 65    | Casada       | Analfabeta               | Evangélica                     | 1985          | MG, MT e RO (Ariquemes e Machadinho)  | Sim, hoje não trabalha mais     | -                           | 15               | 16                | 9                     | Laqueadura                      |
| Magda         | 64    | Casada       | 4ª série                 | Evangélica - Igreja Universal  | 1985          | PR e RO (Ariquemes e Machadinho)      | Sim, pouco                      | 2 filhos ajudaram um pouco  | 15               | 16                | 5                     | Pílula                          |
| Edith         | 59    | Casada       | 1ª série                 | Evangélica - Igreja Apostólica | 1984          | PR e RO (Ariquemes e Machadinho)      | Sim, hoje não trabalha mais     | Sim, hoje apenas um ajuda   | 18               | 18                | 3                     | Coito interrompido e laqueadura |
| Ester         | 59    | Casada       | 1ª série                 | Evangélica                     | 1988          | PR e RO (Ariquemes e Machadinho)      | Sim, hoje não trabalha mais     | Sim, quando criança         | 16               | 18                | 7                     | Pílula e laqueadura             |
| Adélia        | 55    | Viúva        | 1ª série                 | União do Vegetal               | 1985          | RO (Porto Velho e Machadinho)         | Sim, até hoje                   | Sim, quando criança         | 14; 19           | 14                | 8                     | Laqueadura                      |
| Denise        | 54    | Casada       | Estudou depois de adulta | Católica                       | 1985          | MG, PR e RO (Ouro Preto e Machadinho) | Sim, hoje trabalha menos        | Sim, quando criança         | 15               | 15                | 3                     | Pílula e laqueadura             |
| Nilda         | 54    | Casada       | Analfabeta               | Evangélica - Adventista        | 1985          | MG, ES e RO (Ariquemes e Machadinho)  | Sim, até hoje                   | Sim, hoje apenas um ajuda   | 21               | 19                | 4                     | Pílula e laqueadura             |
| Heloisa       | 52    | Casada       | Analfabeta               | Católica                       | 1984          | PR e RO (Ariquemes e Machadinho)      | Sim, até hoje                   | Só o mais velho ajudou      | 21               | 22                | 3                     | Laqueadura                      |

*Continua*

Continuação

| Nome fictício | Idade | Estado civil                   | Escolaridade              | Religião                            | Quando chegou | Onde morou (ordem cronológica)                 | Trabalha(ou) na terra           | Filho trabalha(ou) na terra | Idade ao se unir | Idade ao 1º filho | Filhos nascidos vivos | Método contraceptivo            |
|---------------|-------|--------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|---------------|--|---------------------------------|-----------------------------|------------------|-------------------|-----------------------|---------------------------------|
| Conceição     | 51    | Casada                         | 3ª série                  | Evangélica - Cong. Cristã do Brasil | 1984          | PR, Paraguai e RO (Ariquemes e Machadinho)     | Sim, hoje não trabalha mais     | Sim, pouco                  | 17               | 20                | 4                     | Laqueadura                      |
| Luisa         | 49    | Solteira                       | Estudou depois de adulta  | -                                   | 1989          | PR, Paraguai, PR e RO (Ariquemes e Machadinho) | Sim, até hoje                   | -                           | -                | -                 | 0                     | Preservativo                    |
| Mônica        | 49    | Casada                         | 2ª série                  | Católica                            | 2000          | TO e RO (Paraiso e Machadinho)                 | Sim, até hoje                   | Sim, até hoje               | 24               | 25                | 4                     | Coito interrompido e laqueadura |
| Tereza        | 48    | Casada                         | 5ª série                  | Católica                            | 1992          | PR, MS e RO (Ji-Paraná e Machadinho)           | Sim, até hoje                   | Sim, pouco                  | 16               | 18                | 4                     | Pílula e laqueadura             |
| Flora         | 48    | Casada                         | 4ª série                  | Católica                            | 1999          | PR e RO (Ouro Preto e Machadinho)              | Sim, até hoje                   | Sim, hoje apenas um ajuda   | 19               | 22                | 3                     | Pílula, injeção e laqueadura    |
| Sandra        | 45    | Casada                         | 5ª série                  | Evangélica - Igreja Mundial         | 2003          | RO (Ji-Paraná e Machadinho)                    | Sim, hoje trabalha menos        | Sim, até hoje               | 18               | 20                | 3                     | Pílula e laqueadura             |
| Débora        | 45    | Casada                         | Pós-graduação             | Católica                            | 2002          | PR e RO (Machadinho)                           | Sim, hoje não trabalha mais     | Não                         | 27               | 17                | 1                     | Pílula                          |
| Soraia        | 43    | Casada (informal)              | 4ª série                  | Católica                            | 1989          | SP, MS e RO (Machadinho)                       | Sim, até hoje                   | Sim, até hoje               | 15               | 16                | 2                     | Pílula e laqueadura             |
| Mirna         | 37    | Casada                         | Concluiu depois de adulta | Católica                            | 1985          | RO (Ouro Preto e Machadinho)                   | Sim, na casa. Hoje não trabalha | Sim, pouco                  | 13               | 15                | 3                     | Pílula e laqueadura             |
| Vanda         | 37    | Solteira (foi casada informal) | 4ª série                  | Católica                            | 1993          | RO (Ariquemes e Machadinho)                    | Sim, até hoje                   | -                           | 19               | -                 | 0                     | Pílula                          |

**Tabela 3 – Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira, Área Urbana**

| Nome fictício | Idade | Estado civil      | Escolaridade              | Religião                              | Quando chegou | Onde morou (ordem cronológica)              | Trabalha(ou) na terra       | Filho trabalha(ou) na terra | Idade ao se unir | Idade ao primeiro filho | Filhos nascidos vivos | Método contraceptivo            |
|---------------|-------|-------------------|---------------------------|---------------------------------------|---------------|---|-----------------------------|-----------------------------|------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------------------|
| Jussara       | 63    | Casada            | 1ª série                  | Evangélica - Ig. Metodista Wesleyana  | 1987          | SP, MT e RO (Ji-Paraná e Machadinho)        | Sim, hoje não trabalha mais | Não                         | 17               | 17                      | 6                     | Coito interrompido e laqueadura |
| Eliana        | 61    | Casada (informal) | 7ª série                  | Católica                              | 1994          | BA e RO (Ouro Preto e Machadinho)           | Não                         | Não                         | 24               | 29                      | 1                     | Laqueadura                      |
| Virgínia      | 53    | Casada            | Estudou depois de adulta  | Evangélica - Cong. Cristão do Brasil  | 1988          | PR, SP e RO (Machadinho)                    | Sim, hoje não trabalha mais | Não                         | 18               | 19                      | 3                     | Pílula, injeção e laqueadura    |
| Glória        | 46    | Casada            | 8ª série                  | Católica                              | 1986          | SC, PR e RO (Machadinho)                    | Não                         | Não                         | 18               | 19                      | 2                     | Laqueadura                      |
| Graça         | 45    | Casada            | Pós-graduação             | Evangélica - Ig. Metodista Wesleyana  | 1987          | MT e RO (Ji-Paraná e Machadinho)            | Não                         | Não                         | 16               | 20                      | 2                     | Laqueadura                      |
| Helena        | 43    | Casada            | Superior completo         | Presbiteriana                         | 1987          | MT e RO (Ji-Paraná e Machadinho)            | Não                         | Não                         | 24               | 23                      | 2                     | Pílula e laqueadura             |
| Cristina      | 40    | Divorciada        | 4ª série                  | Evangélica - Cong. Cristão do Brasil  | 2003          | MT e RO (Jaru e Machadinho)                 | Sim, hoje não trabalha mais | Não                         | 19               | 20                      | 1                     | Pílula, atualmente nenhum       |
| Leila         | 38    | Casada (2ª união) | Superior completo         | Evangélica                            | 2002          | MG, SP, PR e RO (Porto Velho e Machadinho)  | Não                         | Não                         | 18; 38           | 18                      | 2                     | Preservativo e injeção          |
| Olívia        | 38    | Casada (informal) | 3º ano                    | Não tem, mas vai na igreja evangélica | 2004          | Bolívia e RO (Itapuã do Oeste e Machadinho) | Não                         | -                           | 20               | -                       | 0                     | Marido infértil                 |
| Kelly         | 37    | Casada            | Concluiu depois de adulta | Católica                              | 1985          | BA, PA e RO (Jaru e Machadinho)             | Não                         | Não                         | 17               | 17                      | 3                     | Coito interrompido e laqueadura |
| Rita          | 36    | Casada (2ª união) | 3º ano                    | Evangélica - Ig. Metodista Wesleyana  | 1984          | RO (Ji-Paraná e Machadinho)                 | Sim, hoje não trabalha mais | Não                         | 18               | 18                      | 2                     | Pílula e preservativo           |
| Marisa        | 34    | Divorciada        | 1º ano                    | Evangélica                            | 2000          | PR, AM e RO (Ji-Paraná e Machadinho)        | Sim, hoje não trabalha mais | Sim, pouco                  | 16               | 17                      | 3                     | Pílula e laqueadura             |

#### 4.1.2 História de vida na fronteira

Essa seção apresenta a história das mulheres entrevistadas na fronteira, abordando sua trajetória migratória até Machadinho, as motivações para se mudar para a região e os desafios enfrentados por elas. Além disso, também são mostradas as mudanças ocorridas no contexto da fronteira, nas condições estruturais da cidade e na vida das mulheres desde o momento que chegaram até os dias atuais. A descrição feita por elas acerca do cenário em que chegaram caracteriza o contexto em que suas decisões reprodutivas foram tomadas e é de grande importância para se entender como essas estratégias se deram.

##### *Aspectos micro: História de vida até a fronteira – porque foram para a fronteira, como ficaram sabendo, aquisição do lote e locais por onde passaram*

Esse item descreve como se deu a decisão das mulheres e suas famílias de irem para nova região de fronteira agrícola que despontava no norte do país. A literatura aponta que a ida para essa área está, muitas vezes, ligada ao processo de decomposição da estrutura agrária vivenciado nas regiões Centro-Sul, originado da mecanização das atividades agrícolas e das mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil (Sawyer, 1984; Torres, 1988; Sydenstricker, 1992). A ida para fronteira seria uma fuga das dificuldades que surgiram com a expropriação, escassez de terra, perda do emprego na área rural de origem e de adaptação ao contexto de crescente urbanização. No início, o fluxo de migrantes para a fronteira era grande. A maior parte das pessoas que chegavam estava em busca de terra e muitas vezes sem saber o que iam encontrar.

*“Porque a cidade, se você ficava sentada aqui ó, você via, todo dia chegava de oito a dez ônibus trazendo o povo para vir embora. Todo dia. Era muita gente vindo embora para cá para pegar lote, muito, muito, muito, muito, muito. E mesmo assim, aquela multidão toda, você vivia aqui como uma família só. Todo mundo chegou aqui praticamente, tipo assim, ‘vamos para lá para ver o que que a gente vai conseguir’. Porque ninguém chegou aqui com dinheiro.”* Glória, 46 anos, área urbana.

De fato, a fala da maior parte das mulheres embasa esse ponto e mostra que os migrantes foram para a fronteira em busca de uma vida melhor, já que a situação nas outras regiões do país não estava favorável. As histórias que circulavam de que em Rondônia estavam dando terra surgiu como uma solução para enfrentar as mazelas que estavam vivendo nas outras regiões do país.

*“Lá no Paraná nós não estava conseguindo terra para nós. E nós queria terra. Todo mundo queria possuir uma terra, um lugar próprio.”* Geralda, 66 anos, área rural.

*“Para opção melhor de vida. Lá é difícil. Pessoa fraca né, que não tem sítio, não tem terra, e para trabalhar de meeiro dos outros, como boia fria já é difícil. Então opção de arrumar o seu cantinho para melhorar de vida.”* Luisa, 49 anos, área rural.

*“A pessoa resolve sair de um lugar para ir para o outro pra caçar melhorar.”* Soraia, 43 anos, área rural.

*“Porque, na verdade, era muito pouca terra [no Sul] e como aqui estavam dando muita terra, daí meu pai resolveu vir embora para cá.”* Glória, 46 anos, área urbana.

*“Meu pai conta que era para uma vida melhor. O recurso lá era mais difícil, e aqui, como tinha a história de terra e tal, a gente veio atrás. Na época era pau-de-arara, todo mundo no caminhão... Nós viemos atrás de terra.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

Soma-se à decomposição agrária as dificuldades de se adaptar à vida urbana, muitas vezes forçada pela desapropriação das terras. A falta de emprego e as condições de vida na cidade serviram para motivar a ida para fronteira de algumas famílias, com o objetivo de refazer a vida no campo. Assim como colocado na literatura, fica clara a experiência de alguns colonos na área urbana.

*“Nós ficou uns cinco anos na cidade. Aí depois viemos para a área rural, porque nós não acostumou. Nós não queria ficar na cidade”.* Geralda, 66 anos, área rural.

*“E foi assim, criado tudo na roça, então a gente não acostuma ficar em cidade. Vou ficar (palavras incompreensíveis) na casa de braço cruzado?”* Eleonora, 65 anos, área rural.

*“A gente veio porque meu esposo trabalhava na loja lá, daí a loja que ele trabalhava faliu, daí a indenização que ele recebeu lá comprou um lote aqui e nós veio embora para o lote. Resolvemos vim embora para o sítio, para acabar de criar os meninos. Porque três meninos para criar na cidade é mais complicado.”* Flora, 48 anos, área rural.

*“Porque a gente morava na rua, a dificuldade é muito na rua para quem tem filho, o gasto também aumenta muito, aí a gente veio para o sítio. É acostumado a morar no sítio, né?”* Sandra, 45 anos, área rural.

Um emprego ligado ao novo mercado que se abria na fronteira também serviu de incentivo para a ida para o norte do Brasil.

*“Por causa da questão do trabalho. Nós tínhamos um caminhão, o meu marido buscava madeira, fazia frete de madeira, na época. [...] como a gente buscava madeira de Mato Grosso, Rondônia para a região de Curitiba, Cascavel, aquela região ali, aí a gente queria mudar. O meu marido vinha bastante para cá, aí viemos para cá.”* Débora, 45 anos, área rural.

*“Porque nós mexia com tora. Tora aqui naquele tempo, Deus me livre. [...] ninguém preocupava, não tinha ninguém para poder pegar eles, igual a polícia, IBAMA. Aí viemos para cá, ele pegou terra, trabalhou bastante.”* Jussara, 63 anos, área urbana.

*“O meu pai era caminhoneiro, ele veio para cá e começou a mexer com madeira. Na época aqui era febre o desmatamento da Amazônia, aí ele começou a mexer com madeira.”* Graça, 45 anos, área urbana.

Fica claro, também, que a maioria não possuía terra própria e trabalhavam como empregados em fazendas de outras pessoas. Assim, a ida para a fronteira representa também autonomia. Como a terra no Sul e no Sudeste era escassa e muito cara, ir para a fronteira era a solução para não mais depender da terra alheia e iniciar uma nova vida independente.

*“Porque nós casou e nós não tinha a situação assim, nós não tinha terra, e a vontade nossa era de comprar uma terrinha, um pedaço de terra.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Nós queria muito possuir um pedaço de terra, daí saiu pelo INCRA, daí nós peguemos esse sítio aqui pelo INCRA. [...] Nós casamos e trabalhou em terra de um senhor lá três anos tocando café. Plantava milho, feijão, arroz. Lá produzia muito bem, mas a terra não era nossa.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Porque do Paraná eu fui para o Mato Grosso, para a mesma fazenda desse mesmo patrão, que era do Paraná. Era sítio também. Aí como lá não era nada nosso, era dos outro, aí nós viemos para cá e compramos aqui, esse sítio aqui.”* Tereza, 48 anos, área rural.

A decisão de ir para a fronteira, por sua vez, foi tomada, em geral, pelo companheiro da mulher. Não pareceu ser um desejo delas, mas, por estarem casadas, elas acabavam acompanhando o marido nessa empreitada. Algumas foram com os pais, ainda crianças ou já adolescentes, de forma que também não tiveram muita escolha sobre ir para a fronteira.

*“Foi eu não, minha filha. Eu fui puxada. Ele [marido] já tinha vindo duas vezes para cá, e ele gostou daqui. Daí ele viu que tava dando terra aqui, aí ele resolveu vim. Tive que vim.”* Magda, 64 anos, área rural.

*“Até ele [pai] falou assim, que não era para mim vim, que era perigoso, que... Eu falei para ele: ‘Meu pai, mas quando a gente casa a gente tem que acompanhar o marido, né? Se ele tá indo, eu tenho que ir atrás’”.* Ester, 59 anos, área rural.

*“Eu vim acompanhando meus pais. Eles resolveram mudar para cá e a família toda veio.”* Cristina, 40 anos, área urbana.

*“Eu vim porque na época meu marido recebeu uma proposta para trabalhar no Laticínio e aí nós viemos. Por esse motivo. Eu vim acompanhando.”* Leila, 38 anos, área urbana.

Em geral, a ida para a fronteira é influenciada por algum parente ou amigo da família que já havia ido ou ouvido falar que estavam distribuindo terras em Rondônia. A promessa de terra própria e o incentivo vindo de pessoas próximas eram muito atraentes e estimulavam os migrantes a partir rumo ao desconhecido.

*“O irmão dele veio na frente e voltou lá, aí falou com a gente que aqui era fácil para a gente conseguir terra, aí a gente veio.”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Foi através de uns amigos né? Quando nós veio para cá nós fo’ trabalhar numa fazenda aí, como fazendeiro. Aí o INCRA tava dando terra. Saiu a conversa que o INCRA tava dando sempre.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“Tinha um primo meu que tinha supermercado [em Machadinho]. Um tio meu que morava em Ariquemes também. E na época, o cacau... ele plantava cacau, dava muito dinheiro, e a gente veio embora.”* Glória, 46 anos, área urbana.

*“Tinha os meus tios aqui. Eles acabaram puxando. Era os tios mais apegados a gente, era muito parceiros deles, então acabou puxando.”* Olívia, 38 anos, área urbana.

*“É porque na época que ele veio eu acredito que estava abrindo o Estado, mais ou menos, então tinha muita conversa ‘lá tá bom, lá tá dando terra’. Como lá era difícil de você conseguir um pedaço de terra, veio para cá.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

Machadinho nem sempre era o destino almejado pelos migrantes ao saírem de seu local de origem para o Norte do Brasil atrás de terra. Muitos ficaram sabendo da distribuição de lotes nesse projeto de assentamento porque se mudaram para cidades próximas. Assim, muitas famílias se fixaram nessas cidades antes de pleitear uma terra e precisaram continuar a trabalhar para outras pessoas, até finalmente obter seu próprio sítio. Entretanto, ganhar um lote do INCRA não era algo fácil e, na maioria das vezes, demandava um

período de espera até a liberação do lote. Ademais, nem sempre a terra era dada, algumas famílias precisaram pagar por ela, precisando levantar fundos para tal.

*“Quando ele resolveu de vim de Ariquemes eles falavam assim, até nosso patrão mesmo falou: ‘Ah, Machadinho é longe daqui, mas tão distribuindo terra lá.’ ‘Mas quem distribuindo?’ A nossa terra, nós ‘teve’ que puxar um dinheirinho [...] o dinheiro que era para nós se manter, nós teve que dar para o INCRA. Esses homem abriram o INCRA lá por atrás, fizeram as maracutaias deles lá e deram a terra para nós.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Eu não morei diretamente em Machadinho, porque Machadinho... Quando eu cheguei aqui em Rondônia, Machadinho não tinha nada ainda, muito pequenininho. Aí eu fiquei em Ariquemes, num sítio também, tocando assim, café de arrendamento. A gente morava no sítio do homem, então a gente trabalhava as meia com ele. Aí, depois que nós se ajeitou lá, ele veio aqui e comprou o direito aqui, da pessoa que tinha pegado a terra.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Então eu vim fazer a inscrição e seleção em Ariquemes, em 81. Aí esperei uns cinco anos esse lote. Aí o INCRA comprou e entregou para nós, aí foi dando, assim, foi dividindo para poder entregar para os agricultor”.* Adélia, 55 anos, área rural.

*“Nós ficamos em Ariquemes primeiro. Depois nós compramos essa terrinha, trabalhamos, tocamos café. Sempre nós de meeiro, nós trabalhamos sempre de meeiro. [...] nós tiramos um dinheirinho e nós compramos aqui. Isso aqui não foi ganhado, foi nós que compramos. Nós compramos por... Eu sei que foi caro. Nós compramos bem caro.”* Nilda, 54 anos, área rural.

*“Chegou aqui, o INCRA fala que vai dar terra, mas aquilo custa. Você faz a ficha e espera. Um ano, dois anos e esse INCRA não dá. De primeiro tinha a marcação: você vai numa terra do Governo e faz uma marcação. Fica em cima dela, depois o INCRA vai lá e te dá. Derruba, planta café. Quando você tiver o serviço pronto, aí o INCRA passa e te dá a terra. Mas a situação é essa, ele fala que tá dando, aí nós veio para cá, só que a gente vai e leva um ano, dois anos para eles marcar a terra sua.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

***Aspectos micro: História de vida na fronteira passada – a chegada ao lote e à cidade, relação entre rural e urbano, trabalho da família no lote, trabalho na cidade, dificuldades e possibilidades***

Após a liberação ou a compra do lote, recomeçar a vida na terra própria não era tarefa fácil. Os colonos que chegavam não possuíam meios para iniciar a lavoura. A terra que

recebiam ainda era coberta pela mata nativa e era necessário desmatar para abrir espaço para o cultivo. A falta de recursos impedia a contratação de pessoas externas para auxiliar nesse trabalho, que acabava ficando a cargo exclusivamente da família, inclusive das mulheres. Ao mesmo tempo, a família tinha que trabalhar para outras pessoas para conseguir uma renda extra, até que a própria lavoura começasse a produzir – o que, por vezes, era um processo demorado.

*“Foi poucas as condições da gente, foi fazendo, foi abrindo. Naquele tempo ainda podia abrir mais as terras. Hoje já não pode. Mas, naquele tempo abria, derrubava, queimava, plantava, plantava uns pastos. Criação a gente não tinha, panhava criação dos outros, pagando uma rendinha para gente. Quando dava, plantava uma coisinha para ajudar. Quando às vezes não tinha condições de zelar, aí a gente ficava trabalhando para fora também, trabalhando para fora, para os outros, que tenham condições de pagar, pra poder ir para frente.”* Geralda, 66 anos, área rural.

*“Não tinha nada. Tinha era só mato. Daí ele derrubou no machado um pedaço, daí já começou plantar café, aí foi plantar café e plantar tudo que tem.”* Magda, 64 anos, área rural.

*“Eu trabalhei muito ajudando. Quando eu cheguei, a gente ficou trabalhando para os outros. Trabalhava, ele trabalhava, eu trabalhava também. Porque se eu não ia também ajudar, com tantos filhos que a gente tinha, era difícil. Se a gente não ajudar, a gente também não consegue nada. Aqui mesmo, quando eu mudei aqui, era muito difícil quando a gente chegou. Eu saía daqui de a pé em Machadinho e lavava roupa na casa de família para ajudar em casa. [...] Para conseguir, para ajudar mais e para poder comprar mais as coisas também para ajudar as crianças. Quando nós viemos do Paraná mesmo, eu pegava café para colher, para ajudar ele. As pessoas dava assim para mim nas meias, daí, se eu colhia dois sacos de café, um eu pegava para mim. Porque às vezes o homem não tinha dinheiro para pagar né, a gente pegava em café.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Comecemos do nada. Não tinha nada, nada mesmo. O que a gente tem hoje é eu e ele junto, trabalhando, ralando direto. Nós dois sofrendo aí, em tempo de derrubar o mato, para a gente ver. Porque tinha que abrir, né? Como é que você vai plantar? Plantemos arroz e arroz não deu nada. Plantemos arroz e fiquemos devendo ainda. Não sobrou nem um centavo para nós. Daí nós larguemos mão de arroz e fomos completar capim tudo no enxadão. Eu e ele plantando capim no enxadão, gastando muda no braço. Porque o café você sabe, começa a produzir com três anos [...] Mas não dava dinheiro nada não. Tinha que trabalhar por dia para poder comer. Meu marido trabalhava por dia. Aí para cima ele trabalhava lá por dia para comprar as coisas para comer, porque não tinha. Até o café*

*começar a produzir. Mas a gente sofreu hein, minha filha.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Quando a gente chegou... Ish... Tive que derrubar, plantar. Roçar, derrubar, depois queimar e depois plantar. Muita coisa antes.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

Havia ainda a preocupação com a manutenção da posse da terra. Os migrantes tinham que ocupar de alguma maneira a própria terra para evitar invasão ou que o governo tomasse o lote de volta.

*“Nós ficamos aqui para poder cuidar do nosso e não deixar os outros, porque diz que vinha outros e pegava os dos outros. Nós ficava aqui cuidando.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Era incentivado a derrubar. Porque como a gente tinha que fazer alguma coisa e como era muita mata, os que ganhavam tinham aquela posição: ‘Você ganha, mas você tem que limpar’. Se você ganhasse e não limpava, eles iam lá e tomava de você e dava para outra pessoa que quisesse trabalhar.”* Eliana, 61 anos, área urbana.

A nova fronteira, no entanto, não oferecia condições para que as famílias se estabelecessem. O fato dos lotes ainda estarem em mata fez com que a permanência inicial da família fosse precária, sem um suporte logístico e de infraestrutura básica. A dificuldade financeira agravava mais o cenário, pois muitas vezes até comida faltava.

*“Quando foi em 85, foi quando eu vim, aí nós ficamos aqui sofrendo malária, dificuldade, fome, mosquito, tudo.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Nós veio morar bem na estrada ali, a estrada era bem aberta. Nós fez um barraquinho coberto de eternit, mas em volta era lona. Aí nós pusemos umas tuia de arroz. Para nós, lá no sul, tuia é uma caixa, é bem grande aquela caixa, encheu de arroz e botou a cama em cima. Nós durmia naquela... Medo da tal de onça, menina do céu!”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Aí a gente veio para Machadinho, de Machadinho, o caminhão do INCRA trouxe a gente aqui em frente, aqui em baixo, e ali a gente fez um barraco de chão, de plástico e entremos debaixo. [...] E a gente encontra muita dificuldade quando os filhos estão pequenos, que as coisas é muito difícil. Às vezes a gente quer comprar alguma coisa e não pode comprar, porque as coisas é difíceis.”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Descemos ali já ainda escuro, de madrugada, ficamos na estrada até clarear. Fizemos um barraco de lona para dormir e para cozinha no tempo, no sol mesmo. Daí ficamos uns quatro meses, eu acho, uns seis meses. Uns quatro meses lá, daí onde derrubou um pedacinho lá onde tá aquela*

*armação lá, lá nós fez uma casinha de lasca e moremos lá uns tempos. Fizemos uma casinha de madeira mesmo e ficamos um tempo.”* Conceição, 51 anos, área rural.

Talvez um dos maiores problemas enfrentados pelos migrantes tenha sido a malária. Quase todos os indivíduos – inclusive bebês, crianças, grávidas, idosos – que chegaram nos momentos iniciais da fronteira enfrentaram a doença ao menos um vez, mas algumas mulheres relataram que, na família, haviam pessoas que tiveram mais de 20 vezes. Como a malária é uma enfermidade agressiva, que deixa a pessoa bastante debilitada, a presença dela tornava ainda mais difícil o trabalho no lote ou na terra de outras pessoas. A falta de infraestrutura de saúde e a dificuldade de deslocamento até alguma unidade de saúde complicava ainda mais a situação dos colonos.

*“Mas daí logo a malária montou. Era abrir o sítio e a malária montava. [...] Teve um tempo que ficou só eu, meu marido e dois filhos. O resto que tinha sítio aqui, que nem meu sogro, foi para o Paraná, por causa da malária. Outro foi lá para Ariquemes.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Não foi assim tão fácil porque morreu um irmão dele com malária, que era dono desse lote aqui de frente, eu também quase morri também com malária. Meu cunhado, inclusive, ele morreu no barracão do INCRA, em Machadinho, porque naquela época não tinha médico. Era muito difícil. Era só SUCAM mesmo.”* Denise, 54 anos, área rural.

*“A gente sofreu muito, muito na época. Quase morremos de malária. Tinha muita malária aqui. Ele pegou mais de cinquenta e eu também, as crianças também.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Muita malária. O mais difícil mesmo foi as malárias que dava demais, aí tinha que trabalhar de serviço para os outros. Aquela época era muito difícil, nosso Deus!”* Soraia, 43 anos, área rural.

As dificuldades fizeram com que muitas famílias pensassem em desistir do sonho da terra própria. Também viram muitos parentes e vizinhos irem embora de Machadinho. Muitas relatam que só não foram embora porque não tinham condições nem para onde ir. Em geral, foram as mulheres que incentivaram os maridos a ficar e tentar seguir na fronteira. Apesar das dificuldades, ir embora parecia pior do que ir para alguma outra cidade ou fronteira.

*“Muitas vezes. Muitas vezes. Só não voltei porque não tinha condições de voltar. Muitas vezes eu pensei. Hoje eu não penso mais. Mas eu pensei.”* Magda, 64 anos, área rural.

*“Eu chorei tanto quando eu cheguei aqui. Ainda mais quando dava malária, aí batia aquele desespero. Só que daí eu pensava: ‘Meu Deus, mas eu vou voltar com essas crianças tudo para lá?’. Morar na cidade, que é a coisa mais difícil... Criar filho na cidade era muito difícil, menina. Sempre esse aqui queria ir para o Paraná. Ele falava assim: ‘Vão, para a capital?’. Eu falava assim: ‘Meu filho, mas o que que nós vai fazer lá? Na cidade você não gosta de trabalhar, terra nós não tem lá. É melhor nós ficar aqui mesmo’. Eu falava: ‘Não, vamos cuidar aqui mesmo, que nós vamos vencer’.” Ester, 59 anos, área rural.*

*“Um sofrimento. Todo mundo foi embora. Todo mundo não aguentou. Ficou só eu e o outro homem que mora lá na linha ali. Todo mundo foi embora e nós ficamos. O pessoal: ‘Vamos embora. Aqui tu vai morrer, uma onça vai te comer, você vai morrer de malária’. Eu: ‘Ó, gente, se eu correr o bicho come, se eu ficar o bicho pega, então vamos ficar aqui mesmo. Porque nós não temos aonde ir, nós temos que viver por Deus, porque eu não tenho condições’.” Adélia, 55 anos, área rural.*

Algumas mulheres, ao chegarem, optam por ficar no núcleo urbano, ao invés de irem para sítio, principalmente para trabalhar. Para outras, essa é uma alternativa que surge em decorrência das dificuldades de se permanecer no sítio, devido às inúmeras malárias e a falta de estrutura para os filhos. Dessa forma, há, muitas vezes, uma separação momentânea da família, em que a mulher fica na cidade com os filhos, enquanto o marido ou seus pais ficam no lote.

*“O meu marido ficava no sítio, na semana eu ficava na cidade, porque a menina estudava. Final de semana a gente ia embora para o sítio. Quando dava segunda-feira cedo eu ia, porque ela tinha que estudar. Não tinha transporte, não tinha nada, aí eu tinha que ficar na cidade com ela para poder ela estudar.” Eliana, 60 anos, área urbana.*

*“Dava muita malária. Eu mais as crianças não conseguiu ficar no sítio. Ele continuou no sítio e eu vim mais para rua.” Virgínia, 53 anos, área urbana.*

*“Eu vim acompanhando meus pais. Eles resolveram mudar para cá e a família toda veio. Eu vim para cidade, para trabalhar. Eles foi para sítio.” Cristina, 40 anos, área urbana.*

*“No sítio eu não morei com eles não. Eu ficava assim, nas minhas férias, como aqui, antigamente as aulas voltavam a começar, ficava quatro meses sem aula, daí esses meses eu ficava no sítio. Eu ficava aqui na cidade porque a gente estudava. Nós éramos em seis irmãos, daí a gente ficava com minhas irmãs mais velhas.” Kelly, 37 anos, área urbana.*

*Aspectos macro: Condições estruturais na fronteira passada – como eram os sítios e a cidade, infraestrutura e disponibilidade e acesso a serviços*

Ao chegarem à fronteira, os migrantes se depararam de fato com uma “floresta urbanizada” (Becker, 2005). Em meio à mata, foram sendo abertos os sítios e o núcleo urbano, de modo que a natureza e sua rusticidade contrastavam com a estrutura urbana que começava a se abrir. Essas mulheres que vivenciaram esse momento descrevem sua primeira impressão, um misto de surpresa e choque ao chegarem a um local tão diferente do que estavam acostumadas nas outras cidades em que viveram.

*“Machadinho só tinha uma rua. A gente ganhou a data lá, a gente, para ir lá na data, [tinha que] derrubar o mato, pulava cada tora desse tamanho para chegar na data.”* Magda, 64 anos, área rural.

*“Quando eu cheguei aqui em Machadinho, os paus que derrubaram, ainda tinham os tocos dentro da cidade. Mas eu chorei tanto, minha filha, que chega... Nosso Deus!”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Nós chegemos aqui, a gente olhava lá em cima e via aqui em baixo, aquele canudo no meio do mato, que era só um corredorzão aberto...”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Aqui era horrível [...] Era muito precário mesmo, muito ruim. Muita mata. Você andava assim, lá em baixo já era mata, lá em cima só tinha uma, duas, três ruas.”* Graça, 45 anos, área urbana.

*“Era bem mata, tinha bastantes árvores grossas. Na verdade era mata mesmo, floresta. Tinha algumas ruas. A gente morava lá em baixo, na nossa casa, onde meu pai comprou a nossa data era mata. Era cortado, acho que tinham derrubado a mata e tinha aquele capoeirão, então a gente morava ali, no meio dos matos.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

*“Aqui, esse Machadinho era horrível. Eu mesma, quando cheguei para cá deu uma tristeza em mim, deu vontade de voltar na mesma hora para trás, porque aqui era umas valetona, coisa feia. Eu me sentia assim... E como Ji-Paraná já era uma cidade mais estabilizada...”* Marisa, 34 anos, área urbana.

Na urbe que despontava na selva, a oferta de serviços públicos, a presença de instituições e a infraestrutura de transportes, estradas e apoio aos migrantes eram, portanto, precárias. O surgimento da base de apoio aos novos habitantes da região não acompanhou o ritmo de entrada do fluxo populacional e se mostrou deficiente em atender as demandas tanto da área urbana quanto da rural.

*“Ah! Quando eu cheguei aqui era mata pura. Não tinha nada não. Aqui não tinha estrada. Aqui não tinha estrada para Machadinho, era uma picadinha.”* Adélia, 55 anos, área rural.

*“Não tinha nada. Só tinha um limpo no meio do mato e um barraquinho que vendia as coisinhas. Mas para comprar as coisas mesmo para comer tinha que comprar em Ariquemes.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Olha, eu cheguei em Machadinho não tinha nada, nada. Essa praça era um campo de futebol, essa farmácia aqui da esquina era a rodoviária de madeira. Muita poeira, que nós chegamos na época da poeira. Não tinha Correio, não tinha Polícia, não tinha delegacia, não tinha telefone, não tinha banco. Então, era assim, você tinha o comércio, você tinha que ir para o banco, você andava 150 quilômetros de estrada de chão para chegar no banco, para poder pegar um telefone para ligar para alguém. Só que na época da chuva você ia de carro, dormia na estrada, chegava no outro dia, chegava dois dias depois. O correio era na prefeitura, você ia todo... Não, quinze dias, todo mundo deixava carta lá. Daí, quinze dias depois levava tudo para Ariquemes, no Correio, daí mandava.”* Glória, 46 anos, área urbana.

*“Aqui era horrível, não tinha energia, a estrada aqui era horrível, era um barro; quando chovia a gente não conseguia nem andar direito, tinha que andar com os calçados na mão. Um poeirão terrível. Era bem pequenininho.”* Graça, 45 anos, área urbana.

*“Onde eu estava mesmo não tinha estrada, era uma dificuldade. Para mim poder vim para a rua, eu tinha que andar 7 quilômetros de a pé para mim chegar na BR para pegar o ônibus, quando tinha ônibus. Senão tinha que ficar na beira da estrada para pegar carona para a rua.”* Marisa, 34 anos, área urbana.

Nesse sentido, a disponibilidade e o acesso a serviços de saúde eram, inevitavelmente, também difíceis e complexos, devido a toda precariedade que cercava o início da fronteira agrícola amazônica. Para o tratamento da malária, por outro lado, havia um órgão exclusivo destinado a cuidar dos casos, a SUCAM, que recolhia lâminas para realizar os testes e fornecia a medicação para os moradores das áreas rural e urbana.

*“Naquela época não tinha médico. Era muito difícil. Era só SUCAM mesmo. [...] Quando nós chegamos aqui, não tinha hospital, era só o posto da SUCAM.”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Quando eu cheguei já tinha, já tinha assim, não que era um hospital, era uma unidade de saúde, que é municipal. Acho que tinha uma só.”* Luisa, 49 anos, área rural.

*“Já tinha o hospital. Quase não tinha nem médico, não tinha enfermeira. Tinha umas técnicas de enfermagem só, não tinha nem enfermeira aqui. Quando eu tive mesmo a minha última menina, tive que ir para Ariquemes.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“Onde é a Câmara dos Vereadores era um hospital. Aí tinha o médico e umas camas. Só. E malária. Quando era mais sério, se aguentasse chegar até lá [em outra cidade], chegava, se não, morria.”* Glória, 46 anos, área urbana.

O acesso à escola, nos primórdios da fronteira, também não era fácil. Apesar de existirem locais onde as crianças eram ensinadas e a posterior construção de instituições de ensino, muitas vezes as instalações eram precárias e a escola distante. A qualidade do ensino, por sua vez, não era vista como ruim.

*“Quando eles estudava, não tinha [escola na área rural], porque era muito... o lugar ainda era muito pequeno. Eles ia tudo de a pé até Machadinho. Não tinha ônibus. Uns ainda estudava no colégio que tem bem lá em baixo. Era difícil. Agora, sempre eles falam: ‘Ó, mãe, agora tá fácil, o ônibus passa na porta de casa’.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Eles iam, coitadinhos, de a pé daqui lá na 21, na escola. Primeiro foi aqui. Primeiro estudou aqui na 21, depois que foi para a rua. Daí tinha o ônibus que levava. Levava e trazia.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Tinha uma escolinha ali na 10, não sei se você passou, eles iam a pé para aquela escola. Estudaram ali até a 4ª série. Depois só esses colégios assim [em Machadinho], aí passava o ônibus.”* Soraia, 43 anos, área rural.

*“Quando chegou, já começaram a estudar. Era bem longe. Na época que chegou não tinha escola, tinha um barracão lá para baixo, era só no barracão que eles estudavam. Tinha as professoras, colocou lá uns bancos. Ela estudava no barracão assim, sem ser escola. Depois foram fazendo a escola.”* Jussara, 63 anos, área urbana.

*“A escola até que não é tão ruim não. Eu achei até mais ou menos a escola. Meus filhos, eles estudaram em escola pública. Pelo menos a escola era mais ou menos.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“Tinha uma escola que no início era barracão. Estudei no barracão um ano, eu acho. Depois construíram a escola e as pessoas do barracão foram para a escola.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

Também não havia energia elétrica e água encanada no projeto de assentamento. A falta de luz e água nos sítios e no núcleo urbano era um empecilho para os migrantes, acostumados a esses recursos nos locais de origem.

*“Nós ia buscar água lá, nas costas. Enchia os galão d’água e trazia de lá para tomar aqui, e para fazer a limpeza e tudo. Aqui era tudo mato. Depois meu marido pagou um para fazer o poço, furou o poço. Tem o poço até hoje ali. Daí foi melhorando. Mas energia não. Energia, ih... A energia veio depois que a gente melhorou um pouquinho de situação, daí para poder... Já tinha umas vaquinhas, vendeu as vacas e conseguiu por a energia. Nós mesmo que ponhemos, não foi ganhado não.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“No sítio não tinha energia. Quando nós chegamos, nós ficamos onze meses sem energia. Foi difícil porque sempre eu morando na cidade e tal, aí de repente... Esse foi o período mais difícil, sem energia, porque você não podia ter as coisas. Nós tínhamos o motor, mas ele tocava só mais à noite. Você não podia ter energia o dia inteiro. Quando você ligava o motor, você já aproveitava e lavava roupa, já fazia o que tinha que fazer, senão você não conseguia manter. Gastava muito.”* Débora, 45 anos, área rural.

*“A energia aqui era até dez horas da noite. Desligava, acabou. Tinha vez que passava uma semana, quinze dias sem energia. Ficava à luz de vela.”* Eliana, 61 anos, área urbana.

*“Não tinha energia [...] Quando eu vim de Ji-Paraná para cá, eu trouxe a geladeira, trouxe as coisas, eu nem pude usar minhas coisas porque a energia não prestava. Onde tinha energia era aquela energia muito ruinzinha, fraquinha, não funcionava nada.”* Graça, 45 anos, área urbana.

*“Era bem difícil, bem difícil. Faltava muita luz, faltava água. Inclusive tinha uma mina ali, aqui para baixo, que a gente usava muito para lavar roupa.”* Rita, 36 anos, área urbana.

É importante destacar que foi nesse contexto descrito pelas mulheres que elas viveram a maior parte do seu período reprodutivo. Nesse sentido, essa descrição dada pelas entrevistadas é de grande importância para se compreender as possibilidades e limitações em que suas estratégias reprodutivas são desenhadas. Como se percebe, a vida nas fases iniciais de evolução da fronteira não foi fácil para os migrantes, seja na área urbana, seja na zona rural. As condições materiais e estruturais que encontraram em Machadinho eram precárias e, embora a maior parte daqueles que chegaram nunca tivessem sido pessoas de grandes posses, uma vez que se mudaram justamente para conquistar melhores meios de vida, mesmo para essas pessoas o ambiente que encontraram foi adverso, conforme a descrição dada pelas próprias mulheres. E demandou muito esforço para que conseguissem se adaptar a nova realidade e levassem adiante o desejo de ter a própria terra e começar ali uma vida diferente.

***Aspectos micro: História de vida na fronteira atual – desenvolvimento e mudanças no lote e na cidade, trabalho da família no lote, trabalho na cidade, dificuldades e possibilidades***

A vida dos migrantes em Machadinho só começa a melhorar após alguns anos do estabelecimento na fronteira. As lavouras começam a produzir e eles podem comercializar o excedente e ter capital para investir na própria produção. Com os filhos um pouco maiores, passam a ter mais ajuda para o trabalho no lote. Na cidade, o incipiente comércio era fonte de emprego para aqueles que optavam por residir no núcleo urbano e a expansão dos serviços tornava a vida menos complicada. Assim, as condições de vida melhoram e as dificuldades iniciais vão sendo amenizadas.

Atualmente, a maior parte das mulheres considera que sua vida está melhor do que quando chegaram. Elas têm mais oportunidades, mais acesso a bens de consumo e maior bem-estar, tanto no campo quanto na cidade.

*“Ah, a gente vive mais tranquila né, a gente não tem tanto sofrimento como quando a gente chegou. A gente sofria muito. Aqui dava muita malária. Agora faz muitos anos que não dá mais.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Porque o café você sabe, começa a produzir com três anos, a primeira colheitinha não dá nada quase. A primeira colheita. Na segunda melhora um pouquinho. Na terceira é que vai melhorar mais. Mas não dava dinheiro nada não. Até o café começar a produzir. Agora, depois que o café foi produzindo bem, daí foi melhorando mais de situação.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Quando nós chegou aqui nem leite para as crianças não tinha. Os meus meninos eram acostumados... E hoje em dia não, a gente tem leite, tem carne, que a gente abate. No freezer tem. Então tem galinha, tem porco. A gente tem tudo. Tem mais conforto hoje, porque hoje em dia a gente tem internet, tem televisão, tem telefone. Tem tudo. Antigamente não tinha nada. Eu acho que agora a gente tem mais oportunidade, porque agora tem financiamento. Antes não tinha. Hoje você pode fazer um financiamento para você poder arrumar. Antigamente não tinha.”* Flora, 48 anos, área rural.

*“Tem mais conforto. Quando nós chegou aqui, nós, não, vários, todo mundo que morava aqui, que a gente conheceu, tinha só a terra mesmo e mata, todo mundo trabalhando, trabalhando. Hoje em dia tá bem melhor.”* Soraia, 43 anos, área rural.

*“Melhorou bastante. Na época eu não tinha... Quando eu cheguei em Machadinho fui trabalhar em mercado, é muito cansativo, a gente trabalha muito. Depois disso, eu estudei, eu fiz faculdade. Eu sou funcionária pública*

*hoje. Então mudou muito a minha vida para melhor.”* Leila, 38 anos, área urbana.

Não obstante as melhorias em suas condições de vida, as mulheres destacam a falta de oportunidades profissionais e de estudo em Machadinho. Apesar da cidade e dos sítios terem crescido e se desenvolvido, elas ainda tem dificuldades no acesso aos meios para se manterem nos sítios ou para se qualificarem na área desejada e encontrarem um emprego melhor – realidade que, provavelmente, se assemelha a de outros municípios pequenos no Brasil.

*“Nós tentamos plantar milho, arroz. Plantação. Só que foi muito difícil e optamos por parar. Porque as coisas chegam muito caras aqui, você não tem incentivo do governo para esse tipo de coisa. A única coisa que você tem é o PRONAF.”* Débora, 45 anos, área rural.

*“Estou terminando Pedagogia também. Porque não tinha, até então, o curso de enfermeira. Não tem. Não temos na cidade. Que seria o ideal para que eu fizesse, mas não tem. Eu estou fazendo Curso de Pedagogia, mas eu não tenho intenção de lecionar, é só para ter uma capacitação mesmo.”* Helena, 43 anos, área urbana.

*“Eu tinha vontade de fazer mecânica, sabe. Eu gosto de mexer com ferramentas, chave, essas coisas, mas aqui não tem. Aí você vai embora, pagar, você não aguenta. Então, assim, coisas que às vezes faz você parar de sonhar, porque a cidade não te oferece.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

*“Só estou em dúvida em relação a algum tipo de faculdade que eu vou fazer. Igual eu te falei, aqui não tem muita opção, ou você faz para professor ou você faz para professor. Não tem muita opção. Só se fosse embora daqui para fazer outra faculdade. Tem também para Ciências Contábeis [...] mas tem pouco escritório para muita gente que já se formou em Ciências Contábeis, então teria que ir para outro lugar, porque não vai caber tanto aqui.”* Rita, 36 anos, área urbana.

*“A gente não tem muita oportunidade com esse Machadinho: oportunidade para você crescer, oportunidade de trabalho, oportunidade de estudo. Aqui, para você estudar, você tem que ir para fora. Então nada disso você tem aqui.”* Marisa, 34 anos, área urbana.

Relacionado a isso, tem-se um processo de saída dos filhos, os quais, após crescerem, não permanecem no campo e deixam o trabalho na terra ou se mudam da cidade. As mulheres da área rural ressaltam que seus filhos preferiram não seguir a mesma vida que ela e o marido, indo buscar emprego na cidade, trabalhar como empregado na terra de outras pessoas ou estudar fora. Poucos jovens dão continuidade ao trabalho dos pais, em geral,

apenas aqueles filhos que não tiveram oportunidade de estudar e encontrar outro tipo de emprego – em geral, são os primogênitos.

*“Ainda bem, graças a Deus os meus filhos está tudo aqui ao redor de mim. Nenhum deslocou para a cidade, para trabalhar lá não, está tudo aqui, trabalha aqui mesmo. Para mim eu acho bom. Mas tem os sobrinhos, que já foi tudo para trabalhar em Machadinho. É só eles mesmo que ajuda assim, no sítio.”* Tereza, 48 anos, área rural.

As moradoras dos sítios creditam essa situação às dificuldades do trabalho na terra, considerado por elas como pesado e pouco valorizado, de modo que elas não querem que os filhos passem pelo que elas já passaram. Na cidade, as mulheres percebem a saída dos filhos como uma resposta à falta de oportunidade no núcleo urbano, pois as opções de estudo são poucas e o mercado de trabalho pouco absorvente. Assim, as mães, muitas vezes, incentivaram os filhos a se escolarizarem e encontrarem outras oportunidades fora da terra e de Machadinho, para ter uma vida menos sofrida do que elas tiveram.

*“O que eu não tenho eu dei aos meus filhos. O que eu não tenho eu dei eles. Eu tenho filho que fez... Eu tenho dois filhos com faculdade. Hoje você tem a facilidade de você ser uma pessoa de um grau bem alto de estudo, você hoje, do seu estudo mesmo você ganha para poder se formar, ser pessoa lá na frente. Antigamente não, não tinha isso.”* Adélia, 55 anos, área rural.

*“Assim que eu queria que os meus [filhos] fizesse, mas nenhum quis. No final, quem quer roça, né? Não gosta de jeito nenhum. Ele disse que o sol é muito quente, ‘o pai é doido, ficar trabalhando no sol quente aí’. [...] Eu falei: ‘Eu quero que vocês estudem’. Eu queria que trabalhassem na roça, mas que estudassem também, porque o dia que não quer na roça, já tem... Aí eles começou a estudar, não quis mais saber de roça não. Fazer o que, né? Nós ‘fica aqui.’”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Os filhos vão crescendo. Nós mesmos temos três filhos, os três já saíram de casa. Uma é casada, que é a mãe desse mocinho que tá ali. Essa mora aqui, uns 9 quilômetros. E os dois são solteiros, mas saíram de casa para estudar, para trabalhar, por falta de opção.”* Débora, 45 anos, área rural.

*“A minha filha, ela tá com 18 anos e ela já tá na faculdade, fazendo já o terceiro período para o quarto. Se tivesse acontecido isso comigo, eu teria uma vida bem melhor, eu tinha tido uma vida melhor.”* Graça, 45 anos, área urbana.

*“Para os meus filhos eu queria que eles estudassem, sabe? Estudassem, fizessem uma faculdade. Ah, eu acho que educação, ela abre a mente das pessoas. Ela traz um mundo novo. A gente começa a enxergar as coisas de uma maneira diferente, principalmente... Mas é assim, eu vejo que a*

*educação, ela traz isso, ela traz algo novo para a vida da pessoa; ela começa a ter sonhos. Então, assim, a minha vontade é que os meus filhos estudem, façam uma faculdade, façam um concurso ou arrumem um emprego bom.”* Leila, 38 anos, área urbana.

*“Eu falo para eles [filhos]: ‘Estuda, porque quem não quer trabalhar na enxada tem que estudar’.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

Desse modo, o incentivo dado pelas mulheres para que os filhos busquem uma vida melhor parece também estar ligado ao fato de que elas não puderam estudar e, portanto, não tiveram outras opções na vida. Muitas tiveram que ajudar a família no trabalho na roça desde novas e, por vezes, as escolas eram longe e o acesso difícil. Além disso, o padrão de casamento jovem, aliado à cultura machista de que mulher não precisava se escolarizar, fez com que grande parte das entrevistadas parassem de estudar. Assim, as mulheres se ressentem por não terem tido tal oportunidade, de forma que algumas buscaram até mesmo frequentar a escola depois de adultas.

*“Meu pai era muito rígido, ele falava que muié não precisava de estudo, que muié, sabendo cozinhar um feijão, arremendar uma roupa, cuidar da casa, não precisava de estudo. Eu sei ler e escrever, mas não sei fazer uma continha, a mínima continha. Eu não sei ligar um telefone, porque meu pai não deixou nós estudar.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Eu fiquei sem mãe muito cedo, eu tinha 5 anos de idade. E meu pai... Os meninos... Eu tinha mais três irmãos. Eles iam para a escola e eu tinha que cuidar da casa. Pequeninha, com 6 anos e já fazia até comida. E daí fiquei... Eu ia para a escola, mas não aprendia direito porque ia correndo e voltava correndo.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Naquela época era muito difícil para a gente estudar. Que na época que eu morava com o meu pai, que eu era solteira, que eu era mais nova, era difícil escola para estudar. Às vezes, um dia a gente ia, outro dia não tinha não tinha um caderno para ir, o pai não tinha condições, porque a vida era difícil. Agora, não. Depois que eu vim para cá, que eu tava aqui, aí pintou esse negócio do Brasil Alfabetizado, foi aí que eu entrei, aprendi muitas coisinhas. O meu nome sabia fazer antes. Mas nesse mundo eu sentia dificuldade. Agora não, já leio bastante coisinha, escrevo meu nome.”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Eu estudei até a 4ª série, aí parei de estudar para casar. Depois dos filhos grandes eu retornei os estudos, terminei o 3º ano.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“A minha mocidade inteira, ao invés de estudar, eu trabalhava como boia fria. Caminhão... Subia em cima de caminhão três horas da manhã, quatro horas para ir trabalhar de boia fria. O meu pai falava isso para a gente,*

*que nós, mulher, nós somos em quatro mulher e um homem, somos em cinco, e ele falava que meu irmão podia estudar o tanto que quisesse, nós não. Eu até tentei, quando eu era jovem, ainda ficava em casa, estudar, mas ele não deixava, não deixava. Falava assim, que o marido que se virava. Naquele tempo não, não deixava, fazer o que, né? A gente aceitava.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“Estudei quando eu era nova. Eu parei de estudar porque casei. Depois, quando eu tinha uns 28, 29 anos, aí eu retomei meus estudos. Terminei meus estudos, fiz faculdade, fiz pós. Hoje em dia eu sou funcionária pública.”* Graça, 45 anos, área urbana.

Um movimento em parte decorrente dessa saída dos filhos é o envelhecimento na área rural. De forma geral, permanecem na área rural, na maioria das vezes, as pessoas mais velhas, que chegaram nos estágios iniciais da fronteira e que viveram a vida inteira nessa condição de trabalhador rural. Isso faz com que as mulheres enxerguem que seu destino é ficar ali mesmo, devido sua falta de escolaridade e de oportunidade em outras áreas. E elas se mostram satisfeitas e felizes em ter sua terra, sua casa e ter conquistado, com muito suor, a vida que têm hoje.

*“Quando eu comecei a trabalhar na escola em 2006, nós tínhamos mais de 200 alunos, hoje nós estamos com 15 alunos. Então foram muitas famílias que mudaram. E os jovens de 17 anos em diante, eles não ficam mais. Nós já estamos vivendo numa região de pessoas adultas e idosas.”* Débora, 45 anos, área rural.

*“Não é fácil mesmo não, mas fazer o quê? A gente não tem estudo, tem que trabaiaá na roça mesmo. [...] Acho que é só quem é mais vei que gosta de trabaiaá em roça. Eu tô aqui porque eu gosto, eu gosto de ficar aqui no nosso sítio, porque foi o primeiro que nós possuiu. A gente, desde pequeno vivendo na terra dos outros, casei, daí conseguimos ganhar esse aqui, fiquemos aqui e tamo aqui até hoje.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Era isso mesmo, porque a gente, do tempo da gente, que não estudou... Porque podia pensar, porque a dificuldade era muita, não estudou, aí era pensar de ir para o sítio mesmo, ter uma família. Ficar desse jeito mesmo.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Não quero ir embora daqui não. O plano agora... Que nem eu tava falando com o meu esposo, o tudo que nós tinha que trabalhar muito, nós já trabaioi, agora tem que curtir o que nós já fez.”* Flora, 48 anos, área rural.

A aposentadoria rural para mulheres acima de 55 anos possui, nesse contexto, grande importância na melhoria das condições de vida das famílias. Ela surge como um auxílio para as famílias rurais, cuja renda foi reduzida pela menor produtividade causada pelas

condições do solo, saída dos filhos e ao próprio envelhecimento dos colonos pioneiros. Assim, é por meio desse benefício que essas pessoas que chegaram nos estágios iniciais da fronteira tem se mantido, podendo trabalhar menos na terra e, inclusive, ajudar os filhos.

*“Agora, hoje eu e ele já somos aposentados. Quando nós ‘se apura’, nós ‘pega’ e fazemos um empréstimo e ‘desapura’ um pouco, e fica com o pagamento mais pouquinho também. Foi aposentado já, os dois. Já ‘tem’ nosso dinheirinho para sobreviver.”* Geralda, 66 anos, área rural.

*“[O dinheiro da aposentadoria] É mais para investir no lote. Eu faço a compra, ele compra uma gasolina, ele paga... É para nós ‘cuidar’ aqui do lote. A gente compra uma coisa, outra. Investe numa coisa, outra.”* Eleonora, 65 anos, área rural.

*“Mas a gente já melhorou bastante a vida aqui, já pode comprar as coisas da casa. Eu mesmo, depois que me aposentei, já comprei bastante coisa para dentro de casa. As coisas que é do [neto] eu compro, e ainda dá para os medicamentos ainda.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Hoje veve só da aposentadoria e um leitinho para filho que tira.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Por causa de ter trabalhado demais no pesado quando nós chegemos aqui, né, daí a pessoa é novo, mas já tá cansado. Porque o serviço da roça é pesado. Aí nós já não tá mais aguentando. Igual a gente fala, a aposentadoria não era para ser para 55, porque essa era de agora é muito fraco. Era o ser o homem com 55 e a mulher com 50.”* Conceição, 51 anos, área rural.

***Aspectos macro: Condições estruturais na fronteira atual: como estão os sítios e a cidade, relação entre rural e urbano, o que mudou na disponibilidade e no acesso a serviços e infraestrutura***

Com o passar dos anos, a fronteira foi se desenvolvendo, crescendo e caminhando para a consolidação. De modo geral, as mulheres apontam que houve melhorias nas condições da fronteira, avanços no transporte e nas estradas, facilitando a comunicação entre sítio, núcleo urbano e outras cidades, o comércio cresceu e uma gama mais variada de serviços passou a atender a demanda local.

*“Hoje é mais fácil [ir à cidade de Machadinho]. Quase todo mundo tem moto, tem um carrinho para sair.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Assim, melhorou assim, tem bastante coisa. Ia para Ariquemes. Muitas coisas para resolver tinha que ir para Ariquemes, não resolvia aqui. Agora, hoje em dia resolve aqui mesmo [...] Mas muita coisa já mudou, tem*

*bastante coisa do que aquele tempo. Hoje a cidade cresceu bastante, tem bastante coisa.”* Luisa, 49 anos, área rural.

*“Ah, melhorou muito desde que nós ‘chegou’ aqui, as estradas, ônibus. Hoje em dia passa, tem ônibus.”* Soraia, 43 anos, área rural.

*“Melhorou bastante. Tem muito... Como é que chama? Comércio. Melhorou nos comércios, as ruas estão todas asfaltadas. Eu acho que aumentou bastante. Tem bastante movimento também, bastante gente, gente de vários Estados. Eu acho que melhorou bastante.”* Graça, 45 anos, área urbana.

*“Algumas coisas melhoraram bastante, a cidade cresceu bastante nesse tempo, desenvolveu. De um modo geral, o comércio, a cidade cresceu bastante depois disso. O comércio mudou, tem mais lojas, tem mais mercados. Então, assim, várias lojas novas, que na época não tinham.”* Leila, 38 anos, área urbana.

*“Hoje a gente tem o Fórum, que foi melhorado, tem vários órgãos municipais, estaduais e ‘federal’ que também se instalaram aqui, então melhorou essa questão de órgão público. Não precisa você sair para outro município para resolver alguma coisa. Aqui você resolve praticamente tudo. E, outra, a cidade, ela evoluiu muito rápido, evoluiu assim, a área rural de Machadinho.”* Olívia, 38 anos, área urbana.

*“Mudou muita coisa. Porque, assim, se você andar lá nos bairros... Antigamente não tinha bairro, era só centro. Não tinha bairro. Agora já tem acho que seis bairros já. As matas, você vê que elas estão longe.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

No entanto, não obstante os avanços na infraestrutura da fronteira, as mulheres afirmam que ainda há muitas coisas que precisam melhorar em Machadinho. Algumas são menos otimistas quanto às modificações positivas na cidade e na área rural e destacam pontos que ainda deixam a desejar.

*“A cidade tá péssima. A cidade tinha melhorado quando eles ‘colocou’ asfalto, tava asfalto. Agora, se você olhar Machadinho, é só buraco. Menina do céu! As estradas ali, meu Deus! Chegando ali, perto daquele presídio que eles tão fazendo, tá ruim a estrada ali. E aqui também tá ruim a estrada.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Machadinho não mudou muito nos últimos dez anos. Machadinho aumentou assim, a parte de residência, aumentou bastante, mas os comércios já eram basicamente os mesmos. Tinha hospital que a infraestrutura não mudou muito. Melhorou um pouco a parte de poder judiciário, porque o Fórum era uma casinha velha de madeira, hoje tem o prédio próprio. Alguns órgãos públicos melhoraram. [...] Mas um*

*especialista que precisa para qualquer área é Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, é onde a gente procura.” Débora, 45 anos, área rural.*

*“Mas Machadinho sempre é do jeito que é aí, nunca mudou nada nele não. Mudou assim, porque quando a gente mudou para aqui a BR era de chão, agora fez asfalto.” Sandra, 45 anos, área rural.*

*“Para o município mesmo, assim, em questão de melhoria das ruas, arrumar a cidade, isso daí, meu Deus, cada vez está pior, cada vez está pior. Buraco. Você mesma vê, aqui nós estamos no centro, tem um asfalto aqui, mas a poeira, parece que está em estrada de chão. Tem essa pracinha que está jogada. Nessa parte assim, cada vez está pior. Melhorou nessas outras coisas que eu falo para você, mas...” Glória, 46 anos, área urbana.*

*“Muito não, melhorou, mas... Melhorou um pouco, mas era para tá melhor, pelo tanto, né. São 27 anos de município... emancipação, era para estar melhor. De imediato você acha que é bom. Quando os filhos vão crescendo a gente vai percebendo que o município não oferece aquilo que a gente gostaria que oferecesse, que é escola, bons médicos. Mas a gente vai levando.” Helena, 43 anos, área urbana.*

*“Mudou muito pouca coisa daquela época para cá. Foi só assim, mais construção. Porque agora o pessoal tá mais investindo em construção.” Cristina, 40 anos, área urbana.*

Um dos aspectos mais criticado é justamente a área de saúde do município. Diversas mulheres reclamam das condições estruturais e físicas do hospital, dos problemas com atendimento e como se sentem inseguras de depender do atendimento público. Tanto nos sítios como na cidade, há problemas quando se precisa dos serviços médicos.

*“Era por ordem de chegada, agora não. Diz que tem que agendar. Tem hora que a gente vai para lá, pede o agente de saúde para agendar a consulta. E para a gente que mora no sítio é difícil. Você vai lá para agendar uma consulta. Para três, quatro, cinco dias, ou outro dia, aí você volta lá de novo. E agora aqui ficou sem ônibus. Faz tempo que tinha ônibus, agora não tá tendo.” Eleonora, 65 anos, área rural.*

*“Teve um tempo que tava até mais bom. Agora não tá muito bom não, tá bem caído o negócio da saúde aqui, não tem aparelho no hospital para ver exame nenhum, tem que sair para Ariquemes, aí fica difícil para a gente né, na parte da saúde.” Conceição, 51 anos, área rural.*

*“O hospital naquela época era pequeno, mas tinha tudo bem organizado: tinha médico, tinha enfermeiro. Você não saía para fora. Agora não. Agora é qualquer coisa. Não tem, né? Não tem. A saúde tá péssima. Piorou”. Tereza, 48 anos, área rural.*

*“Custa conseguir [consulta]. Mas a gente vai mais é na farmácia.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Até hoje chega o pessoal ruim ali naquele hospital e eles mandam para Porto Velho. Tem vez que manda para Ariquemes, chega em Ariquemes, também não resolve. A maioria chega lá já ‘morto’, né? Agora nem remédio tem para eles ‘doar’. Nem os remédios que o pessoal toma, que vem todo mês para pessoas que não tem condições de comprar, até os remédios ‘tá’ faltando.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“O hospital é assim, tempos atrás estava bom, mas hoje em dia não está muito bom mais não. Tem época aqui que fica até sem médico, é bem precário de médico.”* Graça, 45 anos, área urbana.

*“O hospital é o mesmo. Desde a inauguração do município é o mesmo. Ele está bem ruim. Eu vejo assim, que as estruturas físicas já está bem ruim.”* Helena, 45 anos, área urbana.

*“Saúde, para começar, saúde aqui nós não temos. Você tem que ir para Porto Velho, para Ariquemes, porque aqui não tem. Então é difícil. Porque que muitas pessoas morrem na estrada? Por causa que é longe, até que chega lá. Ai você tem que ir... Que nem, meu vô tá precisando de ir para Porto Velho para fazer uma cirurgia. Ele tá com um caroço assim, um cisto, já tem quatro meses que ele tá sentindo dor todo dia. Porque você não tem dinheiro, você não tem condição para poder pagar um cirurgião para poder tirar esse caroço.”* Marisa, 34 anos, área urbana.

Em relação à educação, as mulheres observam melhorias importantes nas condições de ensino, com a expansão das escolas na cidade e nos sítios, existência de ônibus para levar as crianças da área rural e entrada de instituições de ensino superior. Entretanto, elas destacam problemas referentes à infraestrutura.

*“Agora têm as escolas-polo e tem os ônibus puxando lá pra dentro, para aqueles 40 e poucos quilômetros, onde que tem uma escola-polo lá perto de onde nós moramos. Só que, sempre, sempre que fica ruim, é no caso da administração, porque os professores faltam, por causa de eles não ‘receber’, às vezes faltam porque os ônibus estão quebrados. Ai esta parte que estragou. Mas, quer dizer, se não fosse isso, tinha melhorado muita coisa.”* Geralda, 66 anos, área rural.

*“A escola mesmo eu acho assim, pelo menos agora tem ônibus para puxar, antes não tinha. Foi melhor a escola.”* Tereza, 48 anos, área rural.

*“Mas 90%, 96% daqui só estuda em colégio público. Os professores bons. Porque na verdade nisso a gente não pode reclamar não. O que a gente reclama muito aqui é questão do município, que os professores entram em greve, que não dá ônibus bom, que não... Quando vem ônibus é época da*

*chuva, não entra nas estradas porque o prefeito não arrumou as estradas, e daí os professores entraram em greve.”* Glória, 46 anos, área urbana.

*“Hoje já tem escola polo em todas as linhas, praticamente. E tem faculdade. Hoje já tem duas faculdades aqui [na cidade].”* Rita, 36 anos, área urbana.

*“As nossas escolas, elas são boas, só que devido... Eles têm que ampliar mais para nós, tipo, mais recurso, mais, como se diz, mais profissão para a gente poder se qualificar, e qualificar mais professor nessa área. Porque você vê, começam as aulas, quando você pensa que não, falta professor de geografia, falta professor de física, falta professor de tantas coisas que você fica tipo assim...”* Marisa, 34 anos, área urbana.

No que se refere à energia elétrica e água, atualmente, tanto nos sítios quanto na cidade, os moradores possuem acesso a ambos. No entanto, em algumas regiões da área rural, os próprios colonos tiveram que pagar para que a energia fosse instalada ou para furar o poço.

*“Meu marido trabalhou, tinha oito novilhas, vendeu, para poder colocar energia. Senão não tinha energia não. Todo mundo aqui da linha foi assim. Foi muito sofrido.”* Nilda, 54 anos, área rural.

*“Meu marido pagou um para fazer o poço, furou o poço. Tem o poço até hoje ali. Daí foi melhorando. Mas energia não. Energia, ih... A energia veio depois que a gente melhorou um pouquinho de situação, daí para poder... Já tinha umas vaquinhas, vendeu as vacas e conseguiu por a energia. Nós mesmo que ponhemos, não foi ganhado não.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Uns oito anos [que tem energia elétrica]. Melhorou, porque daí a água melhora, você pode ir na rua comprar verdura. Mesmo que você tem em casa, você tem como conservar ela bastante tempo. E antes o consumo tinha que ser mais rápido.”* Mirna, 37 anos, área rural.

Têm ocorrido, ainda, mudanças importantes no uso da terra, em parte causadas pela migração dos filhos dos colonos e o envelhecimento relativo do campo. Se, no início da fronteira, as famílias optavam por culturas mais diversificadas, tendo o café como principal plantio, atualmente o gado é o que mais se destaca. Quase todos os sítios possuem ao menos uma pequena criação para venda do leite. Assim, parte do lote é ocupada por áreas de pastagem e os cultivos de frutas e verduras se tornaram secundários, sendo pouco comercializados e mais para subsistência. Poucos são os sítios que vivem somente da agricultura para se manter, não obstante a presença ainda forte do café.

*“Quando nós chegou aqui deu o maior trabalho para conseguir leite para as crianças. Agora, não, agora tem bastante. Tem até para entregar para os laticínios agora, é a região do leite. Quando nós chegou aqui, a região aqui*

*era de café. Tinha muito café. Tinha muita lavoura de café. E agora não, agora tem bastante gado. O povo está cortando os cafés tudo.”* Flora, 48 anos, área rural.

*“Daqui, os vizinhos, a maioria mexia com café. Agora tudo é com gado. Tem gente que tem café ainda. O vizinho daqui tem café. Os outros é só gado. Tem um pedacinho ainda de café, mas veve mais é com o dinheiro do leite.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“No começo era plantação de café, que o que mais tinha era café. Aí fomos mudando de café para pasto, e hoje tem mais pasto do que café. A renda é baseada entre leite e café.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“E agora, assim, a agricultura aqui, todo mundo tinha café. O pessoal costumava fazer assim, colheita do ano, vinha para cá e vendia tudo, e comprava a compra do ano inteiro, e sobrava alguma coisa. Agora todo mundo foi para o gado. Agora é o leite aqui. Muito leite. Tem um laticínio aqui. Se não fosse o leite também, eu acho que a gente já tinha falido a cidade, porque todo mundo abandonou quase o café. Porque muitos anos usando a terra, e aqui o pessoal não tem o costume de adubar, e daí o café não produz.”* Glória, 46 anos, área urbana.

Uma justificativa para a expansão do gado estaria na ausência da mão de obra dos filhos para auxiliar no plantio. Como os primeiros colonos estão ficando velhos e não têm mais o mesmo vigor para trabalhar sob o sol e o intenso calor que faz em Machadinho, o gado é uma opção que exige menos esforço físico para ser criado, em relação às plantações. Soma-se, ainda, o fato da terra perder produtividade e dos custos com a criação e o tempo despendido no trato do animal serem menores comparativamente.

A presença da aposentadoria também se relaciona com a opção pelo gado, o qual seria um complemento à renda do benefício e que demanda menos trabalho e investimento dos colonos mais velhos. Além disso, o gado é uma fonte de renda fácil e imediata, pois, nos momentos de necessidade ou emergência financeira, é possível vender, a qualquer momento, algumas cabeças de gado para conseguir dinheiro – o que muitas vezes não é possível com as culturas que tem o tempo certo para serem colhidas.

*“Nós mexe é com café. Continua mexendo com café e cria uns boizinhos aí. Porque o café não tá dando quase nada. Não tá carregando muito, não tá dando quase nada, então a gente põe uns boizinhos aí no pasto para poder ir se mantendo. Senão fica difícil.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“As lavouras foi parando de produzir, por causa da terra, fica velha, fica fraca. Aí tem que tratar né, aí fica caro para tocar. Pasto ainda foi feito, adubado, calcareado. Daí nós ficamos morando aqui, vivendo da renda do*

leite. (Entrevistadora: Hoje em dia vocês têm mais é gado?) É gado. Ele quase não aguenta trabalhar mais, nem eu.” Conceição, 51 anos, área rural.

“Agora é só o gado. Nós tinha lavoura de café, aí nós abandonou. Só tá eu e minha irmã que cuida aqui. Aqui, para você achar alguém para trabaiá é difícil, aí nós abandonou a lavoura de café e deixou para só mexer com gado, que é mais fácil. É mais fácil mexer com gado. Na lavoura você tem que tá o dia inteiro. Na hora que você tá lá em baixo acabando de fazer o servicinho, é voltar de novo e fazer outra coisa naquela lavoura, aí só para nós três não dá não. Nós deixou de mexer na lavoura.” Luisa, 49 anos, área rural.

“Resolvemos parar [com a plantação] e trabalhar com a parte do leite. Dá menos, mas não dá tanto gasto, não é muito investimento. É menos trabalhoso. Esse meu cunhado veio para cá em 85, 86, aí eles começaram a plantar café. Hoje ele ainda tem um pouco do café, a pimenta ele voltou a plantar um pouco agora também, mas o que está segurando ele ainda no sítio é o leite. Aqui mesmo, aquele vizinho ali, nós, esse aqui, aquele outro, tem mais dois antes do rio, três, é só leite. Tanto que você procura às vezes a vizinhança aqui, eles não plantam nem mandioca mais.” Débora, 45 anos, área rural.

Um processo que tem ocorrido em Machadinho é a saída de alguns moradores do sítio, seja para a cidade ou para terras em novas áreas de fronteira. Essa mudança estaria relacionada, em parte, ao processo de consolidação da fronteira, com a formação de grandes propriedades para plantação de soja e outras culturas, à mecanização e à dificuldade da vida no lote e desvalorização do produto agrícola.

“Aqui é muito cobiçado porque é plano. E tá entrando a mecanização aí, menina do céu. Tá saindo, aqui pertinho saiu um lote que para ali já tá mecanizado. Já sente o cheiro do veneno daqui certos dias. Ele pensa assim, ele falou que só ia sair daqui quando morresse, mas ele não sabe. Por causa que se vão comprando, comprando em roda aí, porque é tudo plano né, para fazer plantação.” Edith, 59 anos, área rural.

“Os vizinhos tudo vendeu o sítio e foi embora. Agora só resta nós dois mesmo aqui. Porque ali tinha dois vizinhos lá, um aqui, outro ali, outro mais para lá, e não tem mais nenhum. Tudo já vendeu, já é outro dono.” Heloísa, 52 anos, área rural.

“No sítio teve muita mudança. Tinha muita gente que morava aqui e mudaram para a cidade. Por causa da dificuldade de viver só do sítio. Os filhos vão crescendo. A vida aqui na terra é muito difícil. O pessoal então prefere sair para a cidade. Prefere sair para arrumar emprego, para ter salário, para sobreviver. Tanto que uma família que nem a gente, nós aqui, para você ficar com os filhos, o seu ganho do sítio não mantém os filhos,

*não tem como manter porque é muito pouco, aí eles buscam opções fora.”*  
Débora, 45 anos, área rural.

Assim, nos estágios mais atuais da fronteira observa-se a consolidação de algumas terras, a saída dos filhos que não querem mais trabalhar na terra e o estímulo ao estudo e à busca de uma vida melhor. Consequentemente, há uma mudança no uso da terra e o gado surge como opção por demandar menos recursos e esforços dos colonos mais velhos. A aposentadoria ganha, portanto, papel relevante para a permanência dos colonos na terra, colaborando na superação da pobreza e das dificuldades sazonais da produção agrícola e também na dinâmica da cidade e na economia local.

#### **4.1.3 História reprodutiva**

Essa seção apresenta a história reprodutiva das mulheres entrevistadas em Machadinho, buscando apontar como as condições iniciais da fronteira influenciaram a forma como elas definiram seus ideais de fecundidade e permitiram a implementação de suas preferências. Traz ainda aspectos relacionados à disponibilidade de serviços de saúde reprodutiva, como acesso a métodos contraceptivos, pré-natal e atenção ao parto. Além disso, as diferenças na percepção das mulheres que viveram nos estágios iniciais de evolução da fronteira acerca das mudanças em relação à fecundidade e aos planos das coortes mais jovens também são mostradas, bem como a opinião delas sobre a relação entre o número de filhos e a produção agrícola e a terra.

##### ***Idade ao casar, idade ao ter o primeiro filho, ideais e preferências reprodutivas***

Conforme observado nos dados das Tabelas 2 e 3, o padrão de casamento dessas mulheres é bastante jovem, de modo que elas se casam cedo e se expõem também muito cedo ao risco de ter filhos. As idades ao casar e ao ter o primeiro filho são, portanto, muito próximas (cerca de um ou dois anos, na maioria dos casos), indicando que a gravidez ocorre logo após a união. A maior parte, principalmente as mais velhas, foi para Machadinho já casada e com pelo menos um filho.

Em geral, as mulheres mais velhas dentro do grupo daquelas que viveram seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira (atualmente com mais de 45 anos) se casaram sem muitos conhecimentos sobre sexo, gravidez e formas de se evitar um

filho. Assim, elas engravidavam pouco depois de se unirem, tiveram mais filhos e o intervalo entre eles é curto, pois só conheceram métodos para espaçar após algum tempo.

*“Eu nem pensava. A gente era muito boba. Não é hoje em dia, que a pessoa... Naquele tempo a gente nem pensava.”* Eleonora, 65 anos, área rural.

*“Eu nem sabia disso, rapaz! Eu nem sabia. Naquela época ninguém nem sabia como é que tinha, se você casava para ter filho. Não sabia desse trem não, menina. Hoje em dia que as meninas tão sabendo. Naquela época não sabia não.”* Magda, 64 anos, área rural.

*“Eu nem pensava como fazer. Eu casei tão burra. Casei por amor. Eu tinha aquele amor por ele porque ele trabaiava. Não sabia de certas coisas. Tinha uma prima minha que me falava certas coisas e eu brigava com ela, mas brigava mesmo, não podia ser daquele jeito. Ela ria de mim. Às vezes eu falo assim: ‘Como é que pode? Como é que as muié tem o neném?’. Eu ficava imaginando. Eles falavam que era a cegonha que trazia. Era cegonha. Eu não imaginava. Aí o meu marido fala assim: ‘Ah, mas eu não acredito tanto que tu era tão burra assim’. E eu falava: ‘Mas é verdade. A mãe nunca explicou nem da menstruação para a gente’. Quando veio aquilo, eu levei um susto tamanho, eu pensei: ‘Meu Deus, o que que é isso?’.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Não tinha sabedoria de nada não. No primeiro dia [após o casamento] já engravidei. Naquele tempo não era que nem agora, que namora, senão já tinha engravidado também. Mas tinha que ser depois. Aí ganhei ela. Com nove meses ela nasceu. [...] Depois eu falei: ‘Agora tá feio, porque todo ano um filho, uma pobreza danada’. Aí deu uma pausa. Eu fui parece que ficando mais esperta. Mas também do jeito que era, não tinha preservativo, não tinha nada, só trabalhando. Como diz o outro, não tinha televisão.”* Jussara, 63 anos, área urbana.

As mulheres mais novas também se casaram e tiveram filhos em idades jovens, porém, há maior proporção de gravidezes antes da união, fato não observado entre as mais velhas. Assim, muitos filhos vieram sem planejar, apesar do número ser um pouco menor.

*“Quando eu engravidei, eu tava na casa da minha mãe ainda. Quando eu fui morar com ele eu já estava grávida, então foi uma coisa espontânea.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“Quando eu engravidei do meu menino, eu estava solteira. Eu estava grávida de cinco meses quando a gente casou. Aí tive ele.”* Glória, 46 anos, área urbana.

*“Eu não estava casada ainda, eu estava namorando né, e eu não tinha intenção de casar naquele momento. Na época minha cabeça era outra. E*

*aí eu fui meio que obrigada a casar porque eu estava grávida, esse tipo de coisa, morar junto, então eu acho que foi precipitado.”* Leila, 38 anos, área urbana.

*“Eu não esperava ter engravidado naquele momento. Assim, já tinha marcado o casamento, mas aí o meu pai pediu para o meu marido, na época, meu namorado, para adiar um pouco porque ele não estava em condições de fazer o casamento. E nesse intervalo eu fiquei grávida.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

O desconhecimento sobre assuntos relacionados a sexo, reprodução e planejamento da fecundidade está, em parte, relacionado ao fato de que os pais não conversavam com elas sobre esses assuntos. O tabu envolvido nessas questões fez com que muitas mulheres não soubessem dos meios para se evitar uma gravidez, tivessem vergonha de comprar algum método sendo solteiras ou conhecesse apenas através de amigos, o que influenciou fortemente na forma e no momento em que elas tiveram seus filhos. Além disso, havia também uma dificuldade no acesso aos métodos contraceptivos. Algumas mulheres destacam que não existia distribuição gratuita de pílula e preservativo como atualmente e, muitas vezes, as restrições financeiras impediam que elas comprassem.

*“A minha mãe nunca deu uma palavra para nós como é que era a vida de uma muié, como é que a muié se formava. Eu pensava em não ter [filho logo após casar], mas não sabia que podia se cuidar. Naquele tempo não tinha como se cuidar.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“De jeito nenhum. Deus me livre. Se falasse alguma coisa para a mãe assim, era apanhar. A mãe não gostava que falasse nada disso. A gente casou sem a mãe falar nada. A mãe não gostava de falar essas coisas não. Disso aí até hoje ela não gosta.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Não conversava nada. Naquele tempo os pais era muito sistemáticos. Minha mãe nunca falou nada. Ainda mais a minha mãe, que é mais sistemática ainda. A gente aprendia com os amigos que saía. Se fosse esperar de mãe mesmo, não sabia era nada.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Naquela época era muita vergonha de falar alguma coisa, né? Vixe Maria! Nunca. Eu acho que também eles foram criados assim, por isso se o pessoal que chegasse e falasse para você: ‘Ó, você está namorando, toma remédio’. Nossa mãe! Ia estar assim, estou fazendo minha filha se prostituir. Mas na época ninguém falava nada. Tu já imaginou eu chegar numa farmácia e comprar um anticoncepcional? No outro dia a cidade toda já estava sabendo; ‘Oh, ela fica com o cara, ela dorme o cara’. Era desse jeito.”* Glória, 46 anos, área urbana.

*“Muito pouco. Era mais assim, pela época, as mães não tinham tanta liberdade para conversar com os filhos igual hoje. Naquela época era mais conservadora.”* Cristina, 40 anos, área urbana.

*“Nunca tive. A minha mãe era muito rigorosa. Hoje ela mudou muito, mas ela era muito rigorosa. Não só ela, todas as mulheres da idade dela, da época dela, elas não falavam porque achavam que era falta de respeito, então não orientava. Acabava que as meninas faziam as coisas sem ter nenhum tipo de orientação.”* Rita, 36 anos, área urbana.

Assim, o primeiro filho é, quase sempre, não planejado. Na realidade, a maior parte das gravidezes não foi planejada e uma parcela significativa dos filhos não foi esperado. As mulheres acabavam engravidando sem esperar, por falta de conhecimento, dificuldade no acesso a métodos ou falha contraceptiva. Para algumas mulheres, a descoberta de que era possível espaçar os nascimentos ou não ter mais filhos surge apenas depois de algum tempo, normalmente alertadas por algum parente.

*“Não, eu não pensava que eu ia ter tanto filho assim não, logo que eu casei, né? Até minha cunhada: ‘Você tem que se cuidar mais’. Aí a gente ficava naquela, não tomava remédio, trabalhava, trabalhava, trabalhava... E, quando pensava que não, estava grávida, era... E eu fui criada assim, uma menina... Eu não tive mãe, então a gente não tinha...”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Foi sem querer! Quando vi, já tava grávida. Eu não tomava... Todos eles foi sem eu esperar. Todos os três sem eu esperar. Falar assim: ‘Hoje eu vou tentar engravidar’, não. Só que eu não tomava nada.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“É porque do primeiro eu era besta, não sabia nada. Do segundo, tinha tempo que a situação ficava meio difícil, não tinha dinheiro nem para comprar a pílula, aí passava dois meses, três meses sem comprar remédio e ficava grávida. Nenhum foi esperado. [O terceiro] foi a mesma situação.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Esperar a gente não esperava, porque eu era muito nova naquela época, mas aí apareceu. Quando eu engravidei, eu não me importei não. Do segundo eu podia ter esperado um pouco mais, mas aí veio também. Tomava [pílula], mas aí engravidou do mesmo jeito.”* Soraia, 43 anos, área rural.

*“Na verdade, eu não planejei nenhum dos dois. [...] Tive ele. E daí a minha mãe falou assim: ‘Não, amamenta ele. Você está amamentando, não precisa de tomar remédio que você não vai engravidar’. Quando ele completou um aninho, eu engravidei, aí eu fiquei louca, fiquei desesperada. E aí era um*

*ano e eu já estava grávida de novo. Eu chorava dia e noite.” Glória, 46 anos, área urbana.*

*“[Primeiro filho] Ah, poderia ter esperado. Eu acho que foi precipitado. Eu era muito nova. [Segundo filho] Pois é, querer, querer assim com firmeza eu não queria não. Na época eu já estava usando. A gente usava camisinha na época, e aí ela estourou e foi aí que eu fiquei grávida. Mas não foi uma coisa planejada não, vamos ter. Do terceiro também não, não pensava. Não foi assim... Não pensava não, foi muito tempo depois. Eu usava também [injeção]. Eu não sei o que foi que aconteceu. Eu não sei. Veio.” Leila, 38 anos, área urbana.*

*“Eu falo que o primeiro veio de enxerida, o segundo de exibido e o terceiro de intrometido. Porque assim, nenhum foi ‘eu quero engravidar’.” Kelly, 37 anos, área urbana.*

Desse modo, as mulheres procuraram conversar com seus filhos e instruí-los sobre casamento, sexo e reprodução, em oposição ao que não receberam dos pais. De maneira geral, elas os orientaram a não se casar cedo, planejar antes de ter filhos e buscar uma vida melhor antes de formar uma família.

*“O pai não conversava que nem hoje eu converso com as minhas filhas. Hoje, não, hoje eu converso com elas o que é certo, o que é errado.” Ester, 59 anos, área rural.*

*“Naquela época a gente falava assim: ‘O que é um casamento? Casar será que é uma coisa assim...’. Não é que nem hoje. Quando os filhos de hoje em dia casam a gente já fala: ‘Olha, você vai casar, a vida de casado é assim, é essa e essa, não é que nem a de solteira. Hoje você pensa em ir em tal lugar, amanhã você pensa em ir em outro, casando, você tem que dar uma freada, você tem que ver se seu marido aceita ou não aceita’.” Denise, 54 anos, área rural.*

*“É diferente porque, pelo menos comigo ninguém sentava para conversar, para explicar as coisas, como se comportar, como se prevenir, tudo, gravidez, doença. De tudo. Então as pessoas não tinham esse hábito, do qual foi diferente com os meus filhos.” Débora, 45 anos, área rural.*

*“Eu sou aquela mãe amiga, que fala tudo, conversa de tudo, sobre tudo. Nós sempre fala sobre isso sim. Apesar de os filhos hoje em dia não é muito assim, não aceita muito você se meter, como é que fala. Mas normalmente alguma coisinha fica, né?” Virgínia, 53 anos, área urbana.*

*“E por isso que eles estão ali, na idade que eles estão, de tanto eu falar: ‘Vocês viajam, vocês vão estudar fora, vocês estão tendo a oportunidade. Vocês podem namorar. Nunca vou proibir de namorar, mas cuidado. Vocês podem se cuidar. Porque vocês não podem nunca chegar para mim e dizer: ai, mãe, eu não me cuidei porque não tinha como me cuidar, porque vocês*

*sabem que tem. Vocês sabem o sofrimento que é você ter filho cedo, vocês sabem que se vocês não tiver um diploma na mão e um emprego bom, não tem casamento bom também'. Porque o casamento não é garantia de nada. De repente, amanhã você está separada, você fica sem rumo na sua vida, o que você vai fazer?"* Glória, 46 anos, área urbana.

*"Eu não incentivo, eu não incentivo sexo antes do tempo, porque eu acho que tudo tem o seu tempo. Mas já que está fazendo, vamos prevenir. Eu falo com a minha filha mesmo: 'Você não tem estrutura para ser mãe hoje e nem eu quero ser vó. Estou muito nova para ser vó. Então, minha filha, filho dá trabalho, vamos evitar esse negócio'."* Rita, 36 anos, área urbana.

Assim, há, de modo geral, um elevado número de filhos não planejados entre as mulheres das fases iniciais da fronteira, principalmente devido à falta de conhecimento sobre o ciclo reprodutivo e à falha contraceptiva. Existem, portanto, dificuldades na implementação de suas preferências reprodutivas e elas acabam tendo mais filhos do que desejam. Entre as mulheres mais velhas do grupo entrevistado, essa fecundidade não intencional é mais elevada e grande parte diz não nunca ter pensado sobre um número que considerassem ideal, de forma que as gravidezes ocorriam, por vezes, de maneira fortuita.

O ideal de filhos desejado pelas mulheres, ainda que não muito explícito em termos numérico, é construído com base nas diversas vivências que tiveram. Grande parte almejava não ter muitos filhos porque presenciaram o sofrimento da mãe tendo que cuidar de muitos filhos em situações socioeconômicas desfavoráveis e não queriam passar pelo mesmo. Além disso, a preferência por um número menor passa também por questões econômicas, materiais, físicas e pelas dificuldades na fronteira. O desconhecimento sobre sexo e reprodução fez com que muitas nunca tivessem pensado sobre planejamento da fecundidade e número ideal, o que só veio a acontecer após o casamento e os primeiros filhos.

*"Fiquei tendo seis. Passou até um pouco mais da minha conta. Se eu deixasse, aí eu ia ficar que nem a minha mãe, que teve quinze filhos. Porque se eu arrumasse mais, eu achava que não ia ter condições, assim, de tratar eles melhor. E eles menos, a gente tem condições de tratar 'mais melhor'. Sabe, como assim, a gente que não ganha isso aqui [dinheiro]. Que tem isso, né?"* Geralda, 66 anos, área rural.

*"Eu nem pensava em quantos filhos eu queria ter, porque naquela época era... Hoje em dia a gente casa já pensando quantos filhos a gente quer ter. 'Ah, não, vou ter filho só depois que eu tiver uma casa', de primeiro nem pensava nisso."* Tereza, 48 anos, área rural.

*“Nunca imaginei muitos filhos. Acho que pelas dificuldades que nós tivemos quando criança. A minha mãe morreu a gente era muito criança, então eu via o sofrimento dela com aquela porção de filhos. As dificuldades financeiras e tal. Então quando você chega na adolescência você já começa a verificar esse tipo de coisa.”* Débora, 45 anos, área rural.

*“É [questão] financeira, porque você arruma filho sendo que não pode dar a eles o que pode, então é melhor parar mesmo. É muito sofrimento.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Ela [mãe] passou dificuldade porque ela ficou viúva muito nova, com cinco filhos. O mais velho tinha 15, a mais nova tinha 4, que era eu, então ela passou muita dificuldade para criar os filhos. Então eu me via assim, pela minha mãe, tinha medo de ter muito filho e acontecer o mesmo que aconteceu com ela, ser difícil de criar.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“É porque eu não ia querer mais, eu achava que dois tava bom. Por todas essas coisas, sítio, correria, e a gente fraco toda vida, então eu não ia querer mais.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“Então, a gente tinha medo de aumentar muito o número de filhos, para cuidar, educar, né? O meu marido vem de uma família grande, nove irmãos, eu cinco, éramos em seis, faleceu um, então a gente sempre tinha receio por eu já ter um...”* Helena, 43 anos, área urbana.

*“Pela situação que eu vivia mais meu marido, essas coisas, era muito difícil você ter uma casinha antigamente. Hoje você não se dá conta. Hoje, se você encher uma casa de filhos, você ter dez, quinze filhos, que nem minha vó teve, você não dá conta de cuidar da sua casa. Então, para mim quanto menos filhos era melhor. E aí foi que eu tive três. (Entrevistadora: Se você pudesse escolher, você teria tido mais filhos do que teve?) Menos. Dois só. A situação hoje não dá para você ter nem um.”* Marisa, 34 anos, área urbana.

Somente duas mulheres declararam ter preferência por um número elevado de filhos (sendo que uma alcançou esse ideal) e apenas uma disse não queria ter nenhum filho.

*“Eu tinha o sonho de ter muitos filhos. Eu acho que eu paguei por tudo isso, porque eu quando via uma mãe com muitos filhos eu queria muitos filhos. ‘Meu Deus, tomara que eu seja uma mãe com muitos filhos’.”* Adélia, 55 anos, área rural.

*“Porque eu achava bonito [ter muitos filhos]. Eu achava bonito. Eu gostava de criança. Nós queria ter pelo menos uns cinco, seis filhos, mas daí a situação tava feia. Não tinha dinheiro, não tinha nada. Para você ver, quando foi o primeiro que nasceu, ele deu tudo, tudo, quando foi o segundo, já foi o resto do outro, quando foi o caçula, já não tinha mais nada. Eu não tinha nada, daí lavei umas fraldinhas véia do segundo filho. O sofrimento*

*era tanto, que eu não tinha nem roupa para por nele, eu tinha só uma camisetinha. Daí eu fiquei assustada, eu falei: ‘Não, ter mais filho nessa vida não dá. Não tem nem onde que por o menino’. Como eu fiquei assustada, eu falei: ‘Nessa pobreza não dá’.*” Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Não quis ter filho. Opção minha nunca ter filho. Quando eu era assim, nova, uns 12, 13 anos eu pensava, eu achava bonito um nenenzinho no colo dos outros e queria ter. Depois eu fui crescendo e fui vendo assim, as pessoas criando seus filhos, aí eu já não quis mais ter filho. Eu sempre assim, pensava que ia ter três, duas meninas e um menino. Aí agora eu não quero ter nenhum. Eu acho muito trabalhoso filho. Muito trabalhoso, então eu não quero.”* Luisa, 49 anos, área rural.

O companheiro da mulher, em geral, opina pouco quanto ao número de filhos tidos. Os homens parecem ter pouca participação nas decisões reprodutivas, ficando mais a cargo da mulher decidir, principalmente sobre quando parar de se reproduzir. Em seus depoimentos, elas deixam claro que a decisão de não mais ter filhos é, geralmente, delas e eles aceitam a decisão de comum acordo. O marido normalmente interfere apenas para barganhar mais um filho de sexo oposto aos que eles já têm.

*“Não, ele não falava para não ter mais, ele achou que tava bom esse tanto. Ele também nunca me pediu. Acho que se fosse para ter mais, podia. Ele não ia incomodar não.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Ele queria que eu esperasse vim uma menina mulher, né, porque só tem homem. Mas eu falei: ‘Não, não vou querer mais não’.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Ele [marido] não pensava em nada não, o que vinha tava valendo.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“O segundo já foi mais assim, meu marido queria um filho homem, aí tentamos e veio um menininho.”* Marisa, 34 anos, área urbana.

Quando perguntadas se gostariam de ter tido menos filhos do que tiveram, a maior parte das mulheres diz que não, pois os filhos são bênçãos em suas vidas. No entanto, ao serem perguntadas sobre preferências caso pudessem voltar no tempo, antes de casar e engravidarem, muitas dizem que teriam se casado mais tarde e pensado mais antes de ter filhos, apesar de estarem satisfeitas com o que alcançaram.

*“Porque no meu tempo, se a gente tivesse essa liberdade que a gente tem hoje, acho que as coisas era mais fácil. Já entrava nesse assunto [casamento] mais maduro. Sabe, a gente ficava com a mente mais madura para pensar direito o que quer e o que não quer.”* Geralda, 66 anos, área rural.

*“Tem hora que a gente para e fica pensando. Hoje eu penso diferente. Se hoje fosse aquela época, eu tinha dado um tempo mais. Mas foi bom, agradeço a Deus. Daí elas [filhas] estão aí, cada uma na sua casa. Eu ainda tô bem nova e já tenho os netos.”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Porque hoje, se fosse hoje, para mim casar aos 13 anos eu não casaria. Eu ia terminar meus estudos, fazer uma faculdade. Achei que foi cedo demais.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“Antes de casar, se tivesse pensado, tivesse um ou dois, talvez... Porque assim, a gente que tem mais filhos, você dá uma coisa para um filho, o outro já fica com ciúmes. Se tivesse só uns dois, fica mais fácil para a gente. Eu falava com elas [filhas], que não adianta ter muito filho não. Para quê?”* Jussara, 63 anos, área urbana.

*“Eu acho que eu casei cedo. Outros tempos. Naquele tempo não era igual hoje em dia. Eu acho que hoje em dia, nos dias de hoje, não pode casar cedo não. Tem que aprender mais da vida. Hoje em dia tá tudo mais aberto, mais coisa, menino não tá tão preso mais igual era antigamente. Antigamente os pais prendiam mais os filhos em casa. Você é novo, não tem juízo, muito juízo, aí faz loucura. Mas eu falo com a minha menina para não casar nova não porque é complicado. Hoje em dia tá tudo mais aberto e, se casa nova, é perigoso não dar certo. Antigamente não, a gente tinha mais... a mentalidade era diferente.”* Graça, 45 anos, área urbana.

*“Eu era nova, ingênua, muito sem experiência. Eu engravidei logo em seguida, tive um filho atrás do outro. Foi meio que acidente, mas são bênçãos na minha vida. Se fosse hoje, eu esperaria mais. Ah, eu ia querer ter uma vida melhor, ia querer dar um futuro melhor para eles estudarem, fazer uma faculdade. Eu ia querer dar uma vida melhor.”* Rita, 36 anos, área urbana.

Dessa maneira, a decisão de ter ou não (mais) um filho é moldada e condicionada pelas experiências passadas e pelas condições de vida durante o período reprodutivo – ainda que a implementação dos ideais reprodutivos nem sempre ocorra de forma perfeita.

### ***Conhecimento, acesso e práticas contraceptivas***

A implementação das preferências reprodutivas está diretamente ligada ao conhecimento, acesso e uso de métodos contraceptivos. A falta de conhecimentos sobre sexo e ciclo reprodutivo influencia no momento de uso e no tipo de método escolhido. Entre as mulheres que chegaram nas fases iniciais da fronteira, a maior parte não usava nenhum método antes de se casarem ou antes do primeiro filho. Mesmo depois, muitas continuaram não usando, tendo como consequência filhos não planejados e com um intervalo de

nascimento curto. Elas relacionam esse não uso à dificuldade no acesso, desconhecimento, preço e aos efeitos colaterais principalmente da pílula.

*“Naquele tempo não tinha como se cuidar. Aí, no segundo filho eu já... Depois daí já tinha esses comprimidinhos que a gente tomava para não engravidar. Mas era difícil para a gente comprar, era caro. A gente não ganhava, era comprado.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Antigamente televisão era marido, né? Não existia nada [para evitar]. Uma mulher só não tinha filho se ela tivesse algum problema. Mas se não tivesse, era filho mesmo.”* Adélia, 55 anos, área rural.

*“Antigamente não, a gente casava, quando casava ou arrumava um marido é que daí a gente tinha aquele incentivo, ia consultar um médico, ia num farmacêutico e ele passava um remédio para a gente tomar.”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Não, nunca tomei não. É porque naquele tempo era mais difícil, era pouca gente que tomava. Todo mundo tinha família grande né, de um tempo para cá que começou a ficar assim, liberar o remédio e tudo.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Naquele tempo eu nem sabia de comprimido, de camisinha, nada não. Devia ter. Sempre falou, devia ter. Só que a gente saía na rua para comprar só aquelas coisas que não tinha mesmo no lote. A gente nunca comprou nada disso. Mas eu não tinha. Talvez alguém tinha. Não sei. Eu não comprava nada dessas coisas não.”* Jussara, 63 anos, área urbana.

*“Vinte anos atrás, camisinha era... Anticoncepcional, nossa! Pelo menos para mim [era difícil]. Talvez para muita gente da cidade grande, igual para você, no caso, que está lá longe não, mas para mim aqui era. Foi bem depois, eu lembro, que começou a ter em posto essas coisas.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

Uma forma de driblar questões como efeitos colaterais e dificuldades para comprar é a adoção do coito interrompido. Ele foi utilizado por uma parcela considerável das mulheres entrevistadas, especialmente as mais velhas do grupo, e se mostrou relativamente eficiente para espaçar e limitar os nascimentos. O uso desse método foi indicado principalmente por parentes e amigas que já recorreram a ele para evitar uma gravidez.

*“A minha cunhada mesmo, que mora na rua, ela me ensinou eu a me cuidar. Não tinha esse negócio de comprimido nem camisinha. Passou um tempão, marido cuidando. Tinha marido que não cuidava, mas ele cuidou. Daí ele viu que era difícil também, eu precisava trabalhar, e ele que cuidava. Meus cunhados falavam assim: ‘Ah, homem que se cuida, ele se estraga a saúde dele’. Mas eu acho que não estraga não.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Nunca tomei remédio. Fazia outro... Uns negócios lá, sabe? Eu ouvia as muié falar, aí ‘vou tentar fazer’. Aí dava certo.”* Mônica, 49 anos, área rural.

*“Não [tinha método]. Era só tirando fora mesmo o trem.”* Jussara, 63 anos, área urbana.

*“Eu comecei a tomar anticoncepcional, não me dava bem, eu passava muito mal, daí eu parava, trocava. Eu comprei vários, mas não dava certo, aí eu parei. Daí, assim, na hora H o meu marido tirava fora.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

A pílula, por sua vez, é o método moderno não definitivo mais utilizado pelas mulheres para espaçar ou não ter mais filhos. Em geral, ela passou a ser utilizada pelas entrevistadas somente após o primeiro filho, orientadas por amigas, médicos ou mesmo farmacêuticos. Os farmacêuticos, com efeito, tem grande influência nessa decisão, pois muitas vezes era mais fácil se dirigir a eles do que conseguir uma consulta com médicos, tendo em vista as condições de acesso e infraestrutura dos hospitais. No entanto, no uso desse método, muitas mulheres relataram sentir fortes efeitos colaterais e se esquecer de tomá-la, o que levou a falhas e gravidezes não planejadas.

*“A gente tinha que comprar na farmácia. Mas, assim, quando eu usava os comprimidos eu sentia muita dor de cabeça, e daí a gente acabava abandonando, não tomava. Dava aquele mal-estar, dava dor de cabeça, aí eu largava, e aí era onde eu engravidava.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Tomei comprimido. Eu acho que a gente esquece, engravidei do último menino tomando comprimido.”* Nilda, 54 anos, área rural.

*“Antes de arrumar esse mais novo eu usei. Depois... Foi só essa vez mesmo que eu usei. Eu fiquei grávida tomando remédio.”* Tereza, 48 anos, área rural.

*“Foi eu mesmo, comprava em farmácia. A primeira eu fui no [farmacêutico], ele que medicou para mim. O farmacêutico de Machadinho. Eu tinha medo de tomar qualquer um e secar o leite, aí eu fui lá e daí ele receitou.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“Acho que eu usava, eu usava pílula na época já. Comprava em farmácia. Mas eu não sei porque, eu engravidei. Acho que foi vacilo.”* Rita, 36 anos, área urbana.

*“Acho que foi o médico. Tipo assim, quando eu ganhei, na época eles me falaram que se eu não quisesse ter era só tomar os remédios. Foi o médico mesmo que me passou.”* Marisa, 34 anos, área urbana.

Destaca-se o fato de que o método mais difundido entre as mulheres é a laqueadura, sendo que mais da metade das entrevistadas nesse perfil é esterilizada. A opção por um método definitivo para limitar a fecundidade está ligada ao desejo das mulheres de não mais ter filhos não planejados, terem atingido ou excedido o número que consideram como ideal, as dificuldades enfrentadas na fronteira, ao acesso mais fácil a esse método, redução nos custos financeiros em relação a outros métodos, possibilidade quase nula de falha e à praticidade oferecida pela laqueadura em comparação à pílula. Além disso, algumas mulheres decidem operar também por conta de problemas de saúde.

*“Eu vim para cá e não parava de engravidar. Ai fiz a laqueadura. Quis fazer porque eu tinha medo de engravidar de novo. [...] [A pílula] dava aquele mal-estar, dava dor de cabeça, aí eu largava, e aí era onde eu engravidava.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“O derradeiro foi aquele que eu não aguentei não. Eu dei hemorragia, aí eu tive que fazer períneo e tirar ele. Quando eu operei dele eu liguei, porque eu tinha que fazer períneo. Aí eu fiz tudo.”* Adélia, 55 anos, área rural.

*“Naquela época era meio difícil remédio para a gente. Porque as coisas era muito difícil. Eu não tinha assim, trato para dar para os filhos. Botar muito filho para sofrer? Eu mesmo quis fazer.”* Nilda, 54 anos, área rural.

*“Depois que tive o menino eu fiz, porque ia ter problema de tomar remédio, daí eu achei que na minha idade já tava bom já quatro.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Eu liguei. Porque era muito sofrido. Às vezes ia trabalhar com aquele monte de criança pequena. Toda vida eu trabalhei na roça, aí era muito sofrido, né?”* Tereza, 48 anos, área rural.

*“Tinha tempo que a situação ficava meio difícil, não tinha dinheiro nem para comprar a pílula, aí passava dois meses, três meses sem comprar remédio e ficava grávida. Fui operada para poder parar.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Eu tive problema [durante a gravidez] e o médico disse que eu tinha que operar, que se eu ficasse de novo ia acontecer. Mas eu já tava querendo mesmo. Eu já não queria mais não. Eu achava que três tava bom.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“No parto, quando nasceu, passei mal, mal, mal. Meu Deus do céu. Pensei que eu ia morrer. Daí eles pararam, esperaram eu melhorar, aplicaram os remédios, daí voltei, daí ele falou assim: ‘Está bom. Se você não quiser fazer a laqueadura, não precisa fazer’. Aí eu falei: ‘Arranca tudo que tiver que arrancar. Pelo amor de Deus, pode tirar as trompas’.”* Glória, 46 anos, área urbana.

A maior parte das mulheres diz que não se arrepende de ter feito a laqueadura, pois já tinham tido mais filhos do que desejavam ou atingido um número satisfatório. Assim, o sofrimento em ter muitos filhos, a dificuldade de criá-los, a condição de pobreza e adversidade em que viviam na fronteira e a necessidade de trabalhar fizeram com que as mulheres preferissem um método irreversível para de fato encerrar sua fecundidade.

*“Quando eu tive essa caçula eu já opinei de operar para não ficar usando aqueles medicamentos. (Entrevistadora: A senhora arrependeu de ter feito?) Não, eu queria parar mesmo. Porque já tinha duas filhas e a teve os outros dois abortos, então...”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Não. Não queria mais mesmo. Pobre, ainda arrumar filho, é a maior tristeza do mundo. Não presta não. [...] Porque você arruma filho sendo que não pode dar a eles o que pode, então é melhor parar mesmo.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Não arrependi. Era o suficiente para mim. Meu filho mais velho era deficiente, então tinha dificuldade, porque sempre tinha criança em casa, e eu engravidava muito fácil.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“Nunca, nunca arrependi. Agradeço o médico até hoje. Porque filho é bom demais planejado. Planejado filho é bom demais. Porque se esse médico não tivesse falado para mim: “Olha, opera”, eu ia ter mais filho. E para pagar faculdade desses meus filhos? Isso é a melhor coisa que você teria que fazer na vida, planejamento familiar.”* Glória, 46 anos, área urbana.

*“Não, nunca arrependi. Assim, eu gosto de criança e tudo, mas acho que não é necessário a gente [ter muitos]...”* Graça, 45 anos, área urbana.

*“Não, eu nunca me arrependi, porque não é fácil. Criar filho jogado é fácil, agora, educar, estudar e fazer as coisas como devem ser, nesse mundo virado que está, não é fácil.”* Helena, 43 anos, área urbana.

De forma geral, as mulheres fizeram a cirurgia de esterilização ou durante a cesariana, especialmente as mais novas, ou um tempo depois do último nascimento. Assim, aquelas que faziam a cesárea muitas vezes pagavam pelo parto e “ganhavam” a laqueadura. Algumas optavam por ter um filho adicional e fazer o parto cesáreo justamente para se esterilizar. Por outro lado, como muitas tiveram filhos em hospitais públicos e de parto normal (especialmente as mais velhas desse grupo), a laqueadura só podia ser realizada depois. Quando essas mulheres atendiam aos critérios de idade ou número de filhos para esterilização, elas conseguiam fazer pelo serviço público; outras obtiveram por favores políticos ou pagaram por ela. Em alguns casos, a opção pela esterilização foi influenciada por médicos e conhecidos.

*“Eu tive ela primeiro. Porque cheguei no hospital, enquanto eles chamou a doutora, ela já tinha nascido. Depois com um mês, um mês e pouquinho eu fiz a laqueadura.” Ester, 59 anos, área rural.*

*“Foi no tempo da política. O médico ia sair para vereador, aí ele veio cá em casa e tudo, falou que se quisesse fazer a laqueadura. E eu queria mesmo, aproveitei que era de graça.” Heloísa, 52 anos, área rural.*

*“Eu tinha medo de operar, mas não podia ter mais filhos. Diz que é só três cesárea, né? Quando foi ganhar, ele [médico] falou: ‘A senhora não quer ligar, fazer a operação?’. Ele falou para operar, eu falei: ‘Fazer o quê? Então vou operar’. Então eu operei.” Mônica, 49 anos, área rural.*

*“O segundo foi cesárea porque eu queria fazer a laqueadura. Eu fiz cesárea e a laqueadura.” Flora, 48 anos, área rural.*

*“Dois foi normal, o último foi cesárea porque eu fui operar. Aproveitar e operar para não ter mais.” Sandra, 45 anos, área rural.*

*“Depois de três meses [do parto] tive que voltar lá e fazer. Não [precisou pagar], foi pelo Governo mesmo que fez laqueadura.” Virgínia, 53 anos, área urbana.*

*“[O primeiro] foi parto normal. O dela foi cesárea, porque aí já optei para não ter mais.” Graça, 45 anos, área urbana.*

*“Eu queria operar, que não queria ter mais filhos, aí como na época a gente precisava ter três filhos para operar, aí foi minha opção de ter mais uma menininha, que veio a menininha, para mim fazer a minha laqueadura.” Marisa, 34 anos, área urbana.*

A decisão pela laqueadura é, quase sempre, tomada pela própria mulher. Os companheiros pouco interferem, mas algumas vezes foram contra por medo ou por vontade de ter mais filhos. Entretanto, na maior parte das vezes prevalece a vontade feminina.

*“(Entrevistadora: O seu marido não se importou da senhora fazer não?) Não. Ele falou: ‘Você que sabe. Se você quiser fazer, você faz’, aí eu fiz.” Ester, 59 anos, área rural.*

*“Meu marido não queria de jeito nenhum. Eu falei ‘Não, vou fazer’. Minha comadre deu conselho também que não era para ‘mim’ fazer, para esperar vim uma menininha. Eu falei: ‘Não, comadre, o sofrimento é tanto...’” Heloísa, 52 anos, área rural.*

*“Sempre eu queria fazer laqueadura e ele nunca quis que fizesse, que era perigoso, aquele problema todo. Aí foi passando, passando... Depois liguei.” Jussara, 63 anos, área urbana.*

*“Quando eu queria operar, eu queria operar até do meu menino, ele não quis. Tipo assim, ele sempre quis ter mais, eu falei: ‘Não, não quero. Não é você que vai ter’.”* Marisa, 34 anos, área urbana.

Fica claro, pois, que, no início de sua vida sexual e reprodutiva, as mulheres não tinham muitos conhecimentos sobre como evitar um filho. É após o casamento ou o primeiro filho que elas passam a conhecer e usar alguma maneira para espaçar os nascimentos. Cabe destacar que a grande parte das mulheres chegou à fronteira já tendo usado ou, ao menos, conhecendo algum tipo de método para evitar filhos, trazendo consigo de sua origem práticas contraceptivas. Isso porque muitas já eram casadas e tinham filhos quando foram para a fronteira e viveram em regiões mais urbanizadas e desenvolvidas, comparadas à Machadinho. No entanto, a implementação das preferências contraceptivas foi, muitas vezes, dificultada pelas condições adversas da fronteira, principalmente questões financeiras e a ausência de serviços de planejamento da fecundidade.

Em que pesem esses problemas, a utilização de métodos, sejam eles modernos ou tradicionais, era ampla e a maior parte das mulheres já haviam adotado alguma forma de evitar filhos. No entanto, destaca-se a elevada proporção de falha contraceptiva, ou seja, de gravidezes que ocorreram mesmo a mulher querendo evitá-la. Nesse sentido, a laqueadura surge, na visão dessas mulheres, como a única solução efetiva para encerrar a fecundidade e impedir um número ainda maior de filhos, principalmente não planejados – o que demonstra a dificuldade, as limitações e a carência de serviços voltados para saúde sexual e reprodutiva.

### ***Pré-natal e parto***

O acompanhamento pré-natal e o atendimento durante o parto dão indicações sobre o acesso e a qualidade do serviço de saúde oferecido na fronteira. Há, em Machadinho, um único hospital, que é público. A maior parte dos partos ocorridos na cidade foi normal, no hospital local. Algumas que chegaram bem no início do assentamento tiveram seus filhos em casa, com auxílio de parteira. Conforme descrito anteriormente, o hospital, quando o projeto de assentamento começou, era bem precário e com poucos médicos. Com o tempo, o hospital foi sendo ampliado e melhorado, apesar de ainda hoje existirem muitas reclamações quanto ao atendimento e a infraestrutura. Essas questões relacionadas ao sistema de saúde exercem grande influência nas decisões femininas sobre o parto e o acompanhamento médico.

Localizado no núcleo urbano, o acesso a ele por quem morava nos sítios era bem difícil, devido às condições da estrada e a falta de transporte. Assim, as mulheres grávidas da área rural tinham grandes dificuldades no acompanhamento pré-natal e no momento de ter seus filhos.

*“Antigamente era tudo difícil aqui. Tudo que você ia fazer, pré-natal, eu ia a pé, voltava a pé de barrigão. Seis quilômetros para ir e seis para voltar. Fazia no Machadinho. Pegava carona ainda. Tinha vez que me dava vontade de comer e não tinha dinheiro para comer, com barrigão. As mulheradas tudo aqui sofreu.”* Nilda, 54 anos, área rural.

*“Não tinha carro, não tinha moto, tinha uma bicicleta véia caindo aos pedaços. Chovendo... Comecei a passar mal uma hora da madrugada. Aí nós foi na bicicleta. Chegou nas alturas a bicicleta quebrou. E a bolsa tinha estourado de madrugada. Saía para baixo e chuva por cima. Aí nós foi a pé. Nós sofremos muito. Eu saí daqui uma hora da madrugada e fui chegar lá no Machadinho seis horas da manhã. Aí chuva, chuva e chuva e dor e dor. Seis horas da manhã eu cheguei. Quando chegou perto para chegar no hospital eu não dei conta mais não, aí a perna travou. Acabei de chegar lá e ainda fui ganhar o menino dez horas da manhã.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Naquele tempo não tinha [condução para a cidade]. A gente ia de a pé, não achava uma carona, porque ninguém tinha um carro aqui. Era difícil.”* Conceição, 51 anos, área rural.

A maioria das entrevistadas realizou pelo menos uma consulta pré-natal, seja no hospital de Machadinho, seja em médicos particulares. Todavia, a ausência de infraestrutura e as dificuldades no acesso fizeram com que muitas mulheres não realizassem corretamente o pré-natal de seus filhos. Isso contribuiu para que muitas tivessem problemas durante a gravidez, não soubessem a idade gestacional e quando a criança iria nascer, fazendo com que passasse da hora do nascimento e levando até mesmo ao óbito.

*“Não fiz esse pré-natal, não tinha naquele tempo. Nem do segundo, do último, aqui não tinha. Nem ouvia falar em pré-natal.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Não, eu nem conhecia isso aí. O pré-natal eu fiz desse, do caçula, eu comecei a fazer por duas vezes no médico. Eu esperava, se eu tava grávida, uns seis meses para depois eu procurar o médico. Daí, do caçula eu fui duas vezes, a moça falou: ‘Agora você vem no outro mês’. E eu esperava para abril e ele nasceu em março. Quando era para ir na terceira, o menino nasceu.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Eu fiz também, mas não foi muito não. Naquela época, acho que eu era nova também, as coisas também era difícil. Não é igual hoje em dia, que as mulher, logo nos primeiros meses, já tão tudo indo no médico direto fazendo pré-natal.”* Soraia, 43 anos, área rural.

*“Porque assim, eu vejo que hoje todo mundo vai e faz pré-natal. Você vê que todo mundo praticamente faz. Eu fiz do primeiro, do segundo eu praticamente não fiz.”* Glória, 46 anos, área urbana.

Em geral, as mulheres que tiveram um parto normal sem complicações declaram que não enfrentaram nenhum problema no atendimento no hospital. No entanto, várias mulheres apontaram problemas relativos à infraestrutura do hospital, falta de médico e pessoal qualificado e demora no atendimento no momento do parto. Muitas sofreram ou viram outras mulheres sofrerem com atendimento precário e condições ruins o serviço de saúde.

*“Naquele tempo, nem energia não tinha no hospital, daí o enfermeiro, ele falava assim: ‘A senhora dá jeito de criar esse filho de dia, porque de noite não tem luz’. Daí esse eu sofri, porque ele cresceu quatro quilos, e passou da hora dele nascer. Menina, ele nasceu pretinho, pretinho, pretinho. Gente do céu, fiquei três dias sofrendo dor no hospital. Aí um dia eu embramei com as enfermeiras. Eu falei: ‘Olha, nos temos umas vaquinhas lá e eu tô disposta a vocês fazer uma cirurgia em mim, uma cesárea. Nós vende aquelas vacas e fica sem nada, (era no começo) nós perde aquelas vaquinhas, mas vocês dão um jeito, me tira esse menino. Eu não aguento mais’.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“Quase que eu perco ele. O médico não queria atender. Quando ele nasceu, ele nasceu pretinho. Tava passando da hora de nascer. Chamaram o médico e o médico não vinha. Ele ficava enrolando lá, falava que não tava na hora, não tava na hora. Eu não aguentava mais não. Eu tava em conta de não aguentar mais não. Daí, até que ele levou eu para mesa, não consegui ganhar o neném. Ah, me rancaram tudo. Nossa Senhora! Até que ganhei ele, mas ele tava quase morto já. Nasceu preto. A enfermeira que me atendeu. Me cuidou bem, costurou tudo. Porque o neném nasceu e o médico sumiu.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Aqui nós teve acompanhamento, só na hora de ter que era o problema, porque não tinha médico, não tinha enfermeiro bom, tinha mais era técnico.”* Virgínia, 53 anos, área urbana.

*“O meu menino, o primeiro parto foi no hospital do governo. Aí na segunda, como o hospital do governo não tinha médico, eu tive que ir no particular. Eu não fui nunca mal atendida, porque a maioria do pessoal que está dentro é conhecido – eu trabalhava no hospital aqui, mas o pessoal do sítio, aqui, sofre muito.”* Glória, 46 anos, área urbana.

*“Tinha médico. Não tanto, mas tinham médico. Na época da minha filha, eu acho assim, que faltou só examinar a criança a hora de nascer. Porque a minha filha nasceu com esse problema e, segundo as pessoas, dizem que é falta de check-up, que tem que fazer. [...] Na época morria muita gente, quando eu ganhei os meus meninos. Morreu muita criança, muitas mulheres, porque assim, não tinha... Então, às vezes as pessoas não faziam o pré-natal, não passavam pelo médico e, por ser carente demais, não sei, ter cara de pobre, que hoje em dia conta, eles não eram bem atendidos. Às vezes a mulher chegava para ganhar neném, aí o doutor via que não tinha dilatado nem nada, deixava, ‘você não vai ganhar hoje não’. Aí passava o outro dia, ‘não vai ganhar hoje não’. Aí ficava assim, dois, três dias esperando, ou a criança morria, morriam os dois, ou morria a mãe.” Kelly, 37 anos, área urbana.*

Em decorrência da qualidade do serviço de saúde, algumas mulheres optam por fazer o pré-natal e ter o filho em alguma cidade próxima à Machadinho. Mesmo com condições financeiras não muito favoráveis, elas preferem recorrer a hospitais de fora e ficar na casa de parentes e amigos. Ainda hoje, as condições do hospital fazem com as filhas e noras dessas mulheres também prefiram ir para outra cidade. Outra estratégia utilizada é pagar “por fora” os médicos do sistema público para que se tenha uma atenção maior no pré-natal e no parto e seja possível até mesmo fazer uma cesárea.

*“Era difícil, viu. Porque quando eu estava grávida, eu não queria ganhar meus meninos aqui em Machadinho. Não queria porque o pessoal falava demais do hospital; ‘Ah, porque era isso, era aquilo’. Aí eu falei com meu marido: ‘Embora para Ouro Preto’. Aí não tinha condição de Ouro Preto, aí fiquemos aqui. Graças a Deus fui recebida bem lá no hospital.” Mônica, 49 anos, área rural.*

*“O último foi cesárea. Pagou, mas fez pelo SUS assim, a metade do preço.” Sandra, 45 anos, área rural.*

*“Esse hospital aí do Machadinho até hoje tá feio. Esses dias mesmo a minha nora, para ganhar neném, precisou levar para Ariquemes e pagar. Aqui o médico ficava com um negócio de que ia ganhar, ia ganhar, e ela ruim. Toda vez falava que ia ganhar, ela pegou e pagou uma consulta particular. O médico falou que já estava era passando da hora de nascer o neném. E várias assim que tá acontecendo isso aqui em Machadinho.” Soraia, 43 anos, área rural.*

*“Tive essa terceira com muita dificuldade, porque ainda não tinha médico, fomos para Ariquemes para ter. Nós saiu daqui 7 horas, ruim, para ter ela, chegamos em Ariquemes 4 horas da manhã.” Virgínia, 53 anos, área urbana.*

*“Porque, em Machadinho, também a saúde é bem precária e eu fiquei com medo também devido essa primeira experiência que eu tive, eu também não quis arriscar. Preferi pagar o hospital lá em Ariquemes, tudo direitinho.”* Leila, 38 anos, área urbana.

*“Tinha um doutor, ele tinha um consultório, a gente pagava pré-natal particular para a gente ter um privilezinho. Nessa época que eu ganhei, morreu muita gente, muitas mulheres e crianças também. Então a gente optou para mim fazer particular o pré-natais, aí a gente tinha o privilégio. Como você pagou para o médico, daí ele ia no hospital do Governo mesmo. Marcava a cirurgia, cesárea.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

### ***Diferença na percepção da fecundidade das coortes***

A fecundidade em Machadinho, assim como no restante do Brasil, vem caindo nas últimas décadas. Desse modo, o número de filhos tidos pelas mulheres das coortes mais velhas é maior do que o tido pelas coortes mais jovens. Esse fato é percebido pelas mulheres que viveram seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira e elas identificam esse comportamento de ter menos filhos em suas filhas, parentes e vizinhas. As mulheres descrevem o comportamento atual com base no que elas viveram, de modo que é possível perceber como essas mudanças se relacionam com as condições que elas enfrentaram na fronteira para definir seus ideais reprodutivos.

*“Hoje em dia elas não querem ter filho não. Acho que filho não quer ter mais não. É um, dois, na marra. Agora, na minha época não, a gente nem sabia negócio de filho, sabe?”* Magda, 64 anos, área rural.

*“A minha filha tem um, tá lá em São Paulo com a avó. A outra tem uma, nunca desgrudou. Mas só quer aquela. A primeira teve três, operou e não quis mais. E o outro tem uma e não quer também. Não quer não. Eles acham que é a maior dificuldade do mundo.”* Adélia, 55 anos, área rural.

*“Não, hoje as pessoas quer ter cada vez menos filho. Tem umas que nem quer ter. Eu conheço muita gente bem mais nova do que eu que não quer ter filho, evita. E eu conheço gente na faixa de 30 anos, 25, 30 anos que eles quer ter só um filho. Na minha família mesmo é ‘eu só quero ter um’. A minha cunhada mesmo, ela tem uma menina de 9 anos, ela não quer mais. Eu falei: ‘Se fosse eu no seu lugar, eu não queria’.”* Luisa, 49 anos, área rural.

*“Ah, elas quer ter menos. Igual, aquela lá já vai operar. Tem dois a minha nora, vai inteirar dois, vai operar. E a dali não quer, por enquanto, nem nada, só se parecer assim também do nada. Ela não quer.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Hoje as mulher quer ter menos. Acho que a doida mesmo só foi minha filha, tadinha, que teve três.”* Eliana, 61 anos, área urbana.

*“Todas que eu conheço tá tendo menos filhos. A gente se baseia pelas famílias delas, tipo, elas têm dois filhos, mas na casa delas eram cinco, seis pessoas em casa, e a maioria deles têm dois, um. É assim, ninguém quer ter aquele tanto de filho que tinha a própria família deles.”* Graça, 45 anos, área urbana.

*A maioria das minhas amigas, a maioria, só tem uma... Da minha época, da minha infância, todas as minhas amigas ou não tem nenhum ou tem só um. Se você perguntar, ‘Não, não quero não. Tá bom demais esse aí, já dá trabalho suficiente’.* Olívia, 38 anos, área urbana.

Os motivos pelos quais as coortes jovens estariam tendo menos filhos, segundo as mulheres mais velhas, estão relacionados às oportunidades que as meninas têm atualmente e que elas não tiveram em sua juventude, como acesso à escolaridade, trabalho, maior independência. Há, ainda, a dificuldade de se criar um filho no mundo de hoje, de dar educação e bens materiais para muitos filhos.

*“Hoje é: ‘Acho que vou terminar de estudar primeiro’. Tem muita gente hoje em dia que não tem a opção de ter filho por causa do estudo né, ou para trabalhar. Antes as mulher não trabalhavam tanto. Hoje em dia as mulher é a frente do trabalho.”* Luisa, 49 anos, área rural.

*“As coisas tá mais difícil para criar os filhos. Porque não é igual de primeiro. De primeiro a gente criava o filho assim, igual diz o outro, não é igual hoje em dia. Hoje em dia, quando vai nascer uma criança é bem diferente, nosso Deus. Esses meninos meu, por exemplo, coitados, naquela época nunca nem soube o que era uma fralda descartável. Hoje em dia vai nascer uma criança e já tem que ter de tudo, então tá mais difícil criar filho.”* Soraia, 43 anos, área rural.

*“Ter muito filho hoje nas condições que está é difícil, porque para você educar tá complicado. Antes, os filhos de antigamente, bastava os pais olhar que já era o suficiente para eles entenderem, e os de hoje, você fala, fala e eles não estão nem aí. Você ter muito filho para educar na situação que está hoje é difícil. Pela dificuldade tanto financeira quanto na criação.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“Eu acho que é porque é muito difícil agora. Antigamente não, a gente enchia a casa com dez filhos, não dava estudo, não dava nada. Achava que tinha que dar arroz, feijão, criar e pronto. Na minha casa mesmo foi assim. Hoje em dia não, a gente quer dar um estudo, uma faculdade. Se não tiver também, não vive não trabalha, não faz nada. Então, como que faz para poder viver hoje sem ter um estudo bom? Então acho que tendo um ou dois tá bom para poder dar um estudo.”* Jussara, 64 anos, área urbana.

*“Ah, eles estão mais preocupados com a vida do trabalho, com a carreira, preocupados com a carreira profissional e o bem estar deles mesmo. Ela quer ser formada, mestranda, doutoranda. Ela quer ser tudo e não quer abrir mão, muitas vezes, da carreira para ter filhos. (Entrevistadora: Por que você acha que você teve menos filhos que a sua mãe?) Ah, pela questão educacional. É muito difícil educar filhos e tratá-los, morando nessas condições que a gente mora. Mas, eu, foi devido a educação, gasto educacional, porque eu não poderia formar três, quatro crianças da maneira que a gente gostaria. Mas, assim, a gente vê que a dificuldade educacional é econômica.”* Helena, 43 anos, área urbana.

*“Eu acho que na verdade a intenção das pessoas é ter menos filhos sim, porque... pela questão da educação. Está muito difícil educar filho hoje em dia. Antigamente você... o menino brincava era com bola, era de esconde-esconde, esse tipo de coisa, não tinha essa quantidade de drogas que tem hoje. Então tudo era mais fácil. Hoje em dia tá muito difícil, então eu acho que cada dia mais as pessoas pensam em ter menos filhos.”* Leila, 38 anos, área urbana.

Aliado a essa preferência por menos filhos, as jovens contariam com uma oferta mais ampla de métodos contraceptivos para implementar seu ideal reprodutivo, na visão das coortes mais velhas. As mulheres que viveram seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira acreditam que atualmente o conhecimento e o acesso a diferentes métodos contraceptivos é maior e mais fácil do que na época delas, de modo que as jovens tem mais facilidade em comprar ou obter gratuitamente os anticoncepcionais e alcançar suas preferências.

*“A gente tinha que comprar na farmácia. Aqui agora eles dão, né? A gente tira assim camisinha, essas coisas. Porque a minha menina, ela usa muito. Ela pega no hospital, nos postinhos. Agora a gente tinha que comprar na farmácia.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Muito mais fácil. Antigamente, no meu tempo não existia assim, camisinha, tinha que comprar. Hoje em dia tem os postinhos que distribui, é só ir lá. Às vezes tem algum evento e as pessoas faz isso, sai distribuindo no meio do povão. E naquele tempo era comprado. Hoje em dia é tudo de graça, é muito mais fácil. Tudo para evitar é mais fácil, vai lá, busca o remédio no postinho, ou senão o agente de saúde passa aqui na linha, elas mesmas distribuem.”* Luisa, 49 anos, área rural.

*“Hoje em dia é até de graça. Vai ali no postinho e pega preservativo. É de graça, antigamente não era assim.”* Flora, 48 anos, área rural.

*“Está bem mais fácil. Eu trabalho na área de saúde, os preservativos estão abertos na mesa para que elas peguem, a informação está lá no televisor*

*para que ela ouça, mas muitas não querem saber.” Helena, 43 anos, área urbana.*

*“Mais fácil. Só vai ter filho quem quiser mesmo, quem vacilar. É bem mais fácil. Até porque nos postinhos tem os incentivos e tem os preservativos, dão de graça.” Rita, 36 anos, área urbana.*

No entanto, embora o acesso a métodos seja mais fácil, essas mulheres acreditam que as meninas continuam tendo filhos em idades mais precoces. Para elas, as jovens engravidam cedo atualmente não por falta de conhecimento e acesso, mas sim por uma irresponsabilidade, um comportamento inconsequente, o qual seria prejudicial para elas.

*“Geralmente quando acontece a gravidez [na área rural], ela já tem um namorado e ela acaba casando. Não é que de repente não engravidem na adolescência, só que elas acabam se unindo ao parceiro. Casam mais cedo. Na cidade a gente vê que o índice é maior. (Entrevistadora: E você acha que isso é prejudicial para elas?) Eu acho, porque é bem mais difícil, depois de você ter uma família, você estudar, trabalhar, construir uma vida melhor, principalmente financeiramente. (Entrevistadora: Você acha que essas jovens têm menos acesso a métodos, menos conhecimento?) Não, não tem não. Hoje a gente pode dizer que todas elas têm acesso, tanto na zona rural quanto na zona urbana.” Débora, 45 anos, área rural.*

*“Eu acho que a juventude de agora tem mais acesso a informação e sabe mais, mas, está sendo pior do que naquela época. Porque naquela época você tinha medo de fazer alguma coisa errada, tipo assim, que a família era muito rigorosa. Então, medo de fazer alguma coisa errada, engravidar, alguma coisa assim. Deus do céu! O que você ia fazer da sua vida? Era um desespero. Agora, não. As meninas de hoje em dia têm acesso a tudo e não se importam, engravidam e pronto, acabou. Aqui é muito. Me dá dó, tá? Muita dó. Porque as crianças não são bem informadas, assim, começam a namorar muito cedo. Não são mais meninas, não brincam mais.” Glória, 46 anos, área urbana.*

*“Tem muita menina engravidando nova. A gente vai em hospital e você vê aquelas meninas novinhas, com 14, 13 anos. Eu acho que não é [falta de acesso e conhecimento], porque conhecimento até na escola. Até na escola o conhecimento já tá se espalhando. Na saúde eles distribuem preservativo, tem palestras nas escolas também. Eu acho assim, de repente é porque a pessoa é muito espontânea ou é criança. Fica muito solta, faz o que quer, o pai não consegue conversar, explicar as coisas direito e acaba saindo pelos caminhos aí.” Graça, 45 anos, área urbana.*

De maneira geral, as mulheres que chegaram nos estágios iniciais da fronteira consideram positiva essa mudança no número de filhos. Para elas, a fecundidade menor possibilita às

meninas estudar mais, ter mais liberdade e serem mais independentes, o que muitas delas não puderam ter por terem se casado cedo e tido filhos em sequência.

*“Hoje em dia as moças são mais sabidas, gostam de aproveitar mais o casamento, sair. Essa que mora aí, ela gosta muito de passear com o marido para todo lado, então se arrumar filho atrapalha. (Entrevistadora: Quando a senhora teve, atrapalhou nesse sentido?) Atrapalhou muito.”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Já tem outras que são mais espertas, já demoram mais tempo [a ter filho]. Perde a juventude, perde o direito ao lazer. Porque se você tem filho, não é todo lugar que você pode ir. Tem que saber qual lugar que você vai.”* Mirna, 37 anos, área rural.

*“Mas você vê, você percebe que é muito jovem estudando, é muito jovem querendo uma profissão, querendo ter uma vida melhor. Ai, eu acho isso tão bonito!”* Glória, 46 anos, área urbana.

### ***Diferença na percepção dos planos e expectativas das coortes***

As mulheres mais velhas, que chegaram nas fases iniciais da fronteira, acreditam que seus sonhos e perspectivas, quando eram jovens, são diferentes do que as gerações mais novas pensam para suas vidas. O modo como foram criadas, o contexto que viveram na fronteira, a falta de estudo e de conhecimento sobre o mundo, sobre a vida, fizeram com que suas expectativas fossem limitadas à realidade que vivenciaram. Elas não tinham muitas alternativas ou possibilidades. Assim, muitas mulheres tinham como ideal de vida casar, ter filhos, morar em sítio ou na própria casa na cidade, tal qual suas mães e avós.

*“Antigamente era difícil as coisas. Não tinha essa chance que tem hoje. Não tinha a chance que tem hoje. Antigamente as coisas eram muito difícil.”* Geralda, 66 anos, área rural.

*“Antigamente a gente pensava assim, estava na casa do pai e da mãe, vou casar, ter minha casa, ter meu marido, vou mudar de vida.”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Era isso mesmo, porque a gente, do tempo da gente, que não estudou. Porque podia pensar, porque a dificuldade era muita, não estudou, aí era pensar de ir para o sítio mesmo, ter uma família. Ficar desse jeito mesmo.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Quando eu era solteira assim, eu pensava de casar e morar num sítio mesmo. Toda vida foi o meu plano de morar no sítio, porque eu fui criada na fazenda com a minha avó. Eu fui criada com a minha avó. Daí eu fui*

*criada na fazenda, aí eu nunca tive intenção mesmo de morar na cidade, era num sítio mesmo.” Tereza, 48 anos, área rural.*

*“Muita diferença, muita, muita, muita. Eu não estudei porque não tive oportunidade. O pai não deixava e eu não tinha oportunidade de estudar. E onde eu morava também não tinha mais, muito mais assim. Igual hoje, hoje tem muita facilidade, esse ENEM, essas coisas que eles conseguem por aí. Nossa, é muito mais. As faculdades conseguem muito mais.” Virgínia, 53 anos, área urbana.*

*“Ah, eu acho que na minha época de juventude a gente era assim, você pensava em arrumar um namorado e casar. E, assim, não tinha muito sonho, tipo, sonhar que vou estudar, sonhar que eu vou arrumar um emprego bom e... Não! Sonhava em arrumar um namorado e casar. A gente morava na roça, e sempre, quase nunca ia para a cidade, então você não tem muito sonho, você fica meio limitada, né? Não tinha energia, não via televisão, então você...” Glória, 46 anos, área urbana.*

Assim, elas percebem que as jovens possuem outros planos de vida, diferentes do que elas tinham quando mais novas. Elas veem pelas suas filhas, parentes, vizinhas que as expectativas são outras além de simplesmente constituir família. Para elas, as coortes mais novas podem almejar estudar e trabalhar antes de ter filhos, ter maior liberdade sexual e serem mais independentes – coisas que elas nem pensavam.

*“Minha neta, ela trabalha, tem o salário dela, então ela pode investir nela mesmo, que isso é para ela mesma, ela mesma valorizar. Porque às vezes não dá certo, às vezes casa e não dá certo, mas o estudo dela manda ela, né? Eu tenho uma sobrinha: ‘Tia, eu vou casar. Eu tô estudando e tô namorando. Agora, eu não sei o que vai dar certo. Se no meu casamento não der certo, meu estudo me mande’. Eu nunca esqueço disso.” Geralda, 66 anos, área rural.*

*“Elas querem estudar mais, assim, só que para ser mais alguém na vida, não é assim, ficar na roça sofrendo.” Heloísa, 52 anos, área rural.*

*“Eu tenho as minhas noras, eu tiro por elas: elas agora pensa em estudar. Igual a minha nora mesmo ali, ela estuda ainda. Ela, ano que vem, termina o 3º ano. Ela tem vontade assim, de arrumar emprego, de trabaia. A outra, em Machadinho, é empregada também, trabaia. Porque antes a gente morava no sítio, a gente não tinha outra alternativa. Era só sítio, trabaia no sítio mesmo e pronto, não tem outra alternativa. Porque os pais não deixava os filhos ir para rua de jeito nenhum antigamente. Hoje em dia, a maioria das moças, termina o estudo e já vai para a rua.” Sandra, 45 anos, área rural.*

*“Elas querem ser mais independentes né, estudar, trabalhar. Com maior quantidade de filhos se torna mais difícil.” Cristina, 40 anos, área urbana.*

*“Hoje em dia, as moças, eu vejo assim, tem planos de estudar e ter um bom emprego, a hora que quiser sexo vai lá e faz, e ter seu apartamento, a sua casinha, sem querer casar. Tem algumas assim. Mas a maioria, ou algumas, vamos dizer assim, pensam assim: ‘Vou casar para que? A hora que eu quero homem, tenho. Casar para que, se homem só serve para encher o saco’. Tem essa mentalidade.” Kelly, 37 anos, área urbana.*

As mulheres das coortes mais velhas acreditam, pois, que as jovens têm, hoje em dia, oportunidades que elas não tiveram. E acham positivo as jovens quererem ser independentes, acham importante elas terem mais opções do que unicamente casar e ter filhos.

*“Eu acho bom quando estuda, porque tem a vida melhor, conhece o fundamento da lei, como é que é. É mais independente, não espera pelos pais, sempre tá ali. Eu acho melhor. Hoje em dia eu acho muito melhor. Naquele tempo não tinha essa chance que tem hoje. Elas pode trabalhar e elas pode estudar, né?” Geralda, 66 anos, área rural.*

*“Eu falo que a pessoa que não entende de lei hoje é cego, porque vê a lei ali, tá vendo aquilo ali, mas não sabe o que que é. Eu acho que esse tempo hoje é melhor para estudar. Nós não teve essa chance, era só trabalhar, trabalhar. Eu acho que hoje tá melhor assim.” Eleonora, 65 anos, área rural.*

*“Ah, eu acho que é legal isso! Porque do meu tempo, nossa, a gente queria uma coisa e não tinha onde tirar. Agora não, você trabaiano, você compra o que você quiser. Você tendo o seu dinheiro, nossa, mãe, é a coisa mais melhor do mundo. É melhor para as jovens hoje em dia do que era antigamente.” Sandra, 45 anos, área rural.*

*“Minha filha, ela tá com 18 anos e ela já tá na faculdade. Se tivesse acontecido isso comigo, eu teria uma vida bem melhor, eu tinha tido uma vida melhor.” Graça, 45 anos, área urbana.*

Elas mesmas começam a planejar e sonhar coisas diferentes para seu futuro. Muitas foram estudar depois de mais velhas, outras querem se qualificar mais e ter um emprego melhor ou mesmo aproveitar mais a vida.

*Agora, quando foi ano passado, teve esse estudo, “Mobral”, que eles falam, eles falaram que ajuda as pessoas idosas, e daí eu entrei na escola, daí eu estudei um pouco. Eu estudei à noite. Eu estudava à noite. E aprendi um pouquinho. Arrumei uma pastinha assim e aprendi, para não ficar muito... Agora eu aprendi um pouquinho mais.” Ester, 59 anos, área rural.*

*“Eu não [sair de Machadinho]. Que a gente já lutou muito, né? Igual, o ano que vem, se eu conseguir aposentar, aí eu já tenho o aposento, mais tranquilo.” Nilda, 54 anos, área rural.*

*“O plano agora... Que nem eu tava falando com o meu esposo, o tudo que nós tinha que trabalhar muito, nós já trabaçou, agora tem que curtir o que nós já fez. Tem que passear agora. Antigamente não, antigamente eu ficava dois, três meses sem ver minha mãe porque não tinha condições de ir. Hoje, não. Hoje em dia, eu quero ir, a gente vai. Agora tá melhor por isso, você tem mais oportunidade de poder passear, de curtir a vida, curtir minha neta agora.”* Flora, 48 anos, área rural.

*“Hoje eu quero concluir uma faculdade, até porque quando você faz uma faculdade, qualquer emprego que você arrumar você vai ganhar mais, você vai ser mais reconhecida.”* Rita, 36 anos, área urbana.

*“Você vai vivendo, você vai adquirindo experiência, vai conversando com as pessoas e vai vendo a necessidade de você estudar, de você ter um certificado. Vou fazer uma faculdade, ano que vem, eu acho. Mas eu fazer ou Administração ou Pedagogia, mas não para mim trabalhar como professora. Ir para outra área.”* Kelly, 37 anos, área urbana.

### ***Relação entre número de filhos e trabalho na terra***

A relação entre produção e reprodução marca muitos estudos relacionados à fronteira agrícola, buscando compreender se o número de filhos teria relação com o tipo de uso da terra ou os estágios de evolução da fronteira. Nesse sentido, perguntou-se às mulheres se elas entendiam que a alta fecundidade estaria ligada, de algum modo, ao trabalho na terra e se elas achavam que ter muitos filhos ajudava ou atrapalhava na lida no lote.

De maneira geral, as mulheres que viveram nos estágios iniciais de evolução da fronteira não percebem, na atualidade, que o número de filhos tidos por elas ou pelas gerações anteriores guarda relação com a necessidade de mão de obra para o trabalho. Assim, essa não seria a motivação para se ter ou não mais filhos, na visão dessas mulheres. Elas acreditam que a fecundidade elevada no passado seria mais falta de conhecimento e de acesso a métodos, pois, tradicionalmente, a única opção das mulheres era casar e ter filho. Ter muitos filhos, na realidade, poderia não contribuir, visto que manter muitos filhos era custoso e nem todos gostam de mexer com sítio.

*“Para ajudar na terra? Eu penso assim, que na época da minha mãe era ter um pouco mais de informação. Tinha aquele tanto de filho. Tá certo que onde comia um, comiam dois, comiam três. Mas eu penso assim, acho que um pouco de informação. Só que na época deles não tinha tantas coisas como tem hoje, de doença, uma coisa e outra. Naquela época eles não pensavam ‘tem algum remédio para gente evitar?’”* Denise, 54 anos, área rural.

*“Pra ajudar não. Eu acho assim, que foi falta de conhecimento. Eu acho que naquele tempo era. Eu penso comigo que era falta de conhecimento. Não tinha acesso aos métodos de evitar um filho. Ia, fazia de engravidar, não tinha outra opção, não tinha solução, não tinha o que fazer, porque naquela época não tinha o que fazer, não tinha jeito de evitar o filho. Mas eu acho que é um pouco de falta de conhecimento, porque muitas ‘mulher tinha’ aquele tanto de filhos. Era muito sofrido. Tem mulher com dezesseis filhos. Se fosse nos dias de hoje, nunca que elas iam ter o tanto de filho desse.”* Luisa, 49 anos, área rural.

*“Eu acho que era falta de opção, porque ninguém queria ter aquele mundo de filhos. Era tradição as ‘mulher ter’ filhos. As ‘mulher’ casavam para construir família. Eu via dessa maneira, casar para ter família. Não tinha conhecimento em métodos anticoncepcionais nenhum, não tinha esse trabalho social que hoje tem, de postos de saúde, de agente comunitário. Essas coisas assim, trintas anos atrás não tinha. Isso é novo, é de quinze anos para cá no Brasil. Então eu acho que é mais por falta de informação.”* Débora, 45 anos, área rural.

*“Ajudar não, porque serviço de terra é muito difícil, não é todo filho que quer trabalhar na terra. E dá trabalho mexer, trabalhar para manter todo mundo. Acho que é pior [ter muitos filhos].”* Sandra, 45 anos, área rural.

*“Eu acho que era mais falta de acesso, de elas terem alguma orientação. Muitas nem tinham isso naquela época. Eu acho que para trabalhar não. Eu acho que não influenciava não.”* Cristina, 40 anos, área urbana.

*“Eu acho falta de orientação. Minha mãe teve muitos. E até porque os maridos de antigamente, eles eram muito rigorosos, eu acho que eles não permitiam a mulher... Meu pai mesmo, ele era muito rigoroso, não deixava minha mãe tomar anticoncepcional. Então as mulheres, elas nasciam, cresciam para ter filho, praticamente: ser esposa e ter filhos. Elas não se viam fazendo mais nada, eu acho. A minha mãe mesmo só era esposa e mãe.”* Rita, 36 anos, área urbana.

Entretanto, grande parte das mulheres cujos pais eram trabalhadores rurais – independentemente se elas foram morar na cidade ou no sítio quando chegaram à Machadinho – os ajudou na roça. Elas destacam, por outro lado, que o auxílio dado por elas quando pequenas era, por vezes, limitado a tarefas mais leves ou da casa, e o trabalho mais efetivo na roça se iniciou mais tarde.

*“Ajudei, graças a Deus! Eu sempre trabalhei em casa, porque fui a mais velha. Os outros, às vezes saíam para a roça mais eles e tal, e eu ficava na casa.”* Geralda, 66 anos, área rural.

*“Eu trabalhei muito na roça. Desde os 10 anos de idade eu já tinha ido para enxada. Depois [de casada] eu ajudava na roça, mas, assim, na roça*

*nossa mesmo, que a gente plantava. Daí já não ia mais assim, trabalhar de boia fria, que nem eles fala, que a gente trabalhava lá fora.” Ester, 59 anos, área rural.*

*“[Morava] Em sítio, só que era só em sítio dos outros. O pai criou tudo os filhos na terra dos outros. Comecei a trabalhar desde os 7 anos de idade, ajudando minha mãe. Mãe comprava aquelas enxadas pequenininhas, daí a gente ia para a roça, capinava lá com a mãe. Mãe plantava trigo. Naquele tempo dava trigo no mato assim, aí você já capina. Minha mãe ensinou a gente a trabalhar desde os 7 anos de idade. Trabalho até hoje. Sempre ajudei. Toda vida. Aí casei e continuei a mesma coisa, trabalhando.” Heloísa, 52 anos, área rural.*

*“Cuidava da casa. Que a minha mãe ficou viúva muito nova, daí ficou com cinco filhos, daí eu e minha irmã mais velha que eu, que eu sou a caçula, cuidava da casa e os outros dois homens ia para a roça. Às vezes eu mais a minha irmã ajudava, quando tava muito apertado, a gente ia na roça.” Mirna, 37 anos, área rural.*

As mulheres que viveram seu período reprodutivo nos estágios iniciais de evolução da fronteira, do mesmo modo, não tiveram seus filhos pensando no trabalho que eles poderiam desempenhar no sítio. O ideal reprodutivo de um número pequeno de filhos das mulheres entrevistadas, bem como o uso de métodos para encerrar a fecundidade quando superavam ou atingiam determinada quantidade de filhos, conforme explicitado anteriormente, demonstram que elas não relacionavam aumentar a fecundidade por conta da produtividade da terra. Além disso, o contexto de pobreza, de sofrimento e dificuldades na fronteira somente contribuía para que elas desejassem poucos filhos e não muitos para ajudá-las na terra. Até porque, por morarem ou trabalharem em terras de outras pessoas, os filhos não podiam ajudar muito. Por vezes também as crianças eram muito pequenas, não gostavam de ajudar ou precisavam ir para a escola.

No entanto, ainda que os filhos não tenham sido tidos para que ajudassem no sítio, eles se tornaram uma mão de obra importante para ajudar os pais. Uma vez que tiveram os filhos, não há a visão de que eles atrapalharam; ao contrário, eles acabavam por ajudar de alguma maneira, embora ela variasse segundo a idade e o sexo das crianças e de, muitas vezes, ser difícil a mulher trabalhar tendo muitos filhos para cuidar. Aqueles colonos que possuíam filhos maiores puderam contar com um trabalho mais efetivo das crianças, enquanto os filhos mais novos ajudavam apenas nas tarefas mais leves ou mesmo não ajudavam. Às vezes, as mulheres tinham que levar as crianças pequenas para a lida na roça, mesmo que elas não trabalhassem, pois não tinham com quem deixá-las. Os irmãos mais velhos

frequentemente ficavam com essa função de cuidar dos mais novos. As meninas, por sua vez, ajudavam mais em casa ou nas atividades mais leves.

*“Não ajudou muito, muito, por causa disso. Porque quando eu vim, nós morava nas terras, assim, no sítio, quando as crianças era pequenas, mas em terras dos outros. Aí, só ele [marido] que trabalhava. Só ele. Empreita, ou mensalista, que fosse, mas era só ele, porque era uma terra dos outros, não podia fazer nada. Aí, quando nós tivemos nossas terras, os filhos já estavam grandes.”* Geralda, 66 anos, área rural.

*“Os filhos não prejudicou em nada, a gente é que se prejudicou porque a gente veio pensando que era uma coisa, chegou aqui era outra. Mas os filhos não prejudicou não. [...] Dois ajudou um pouco. Um ajudou até 13 anos, 14, e o outro ajudou até 18 anos só.”* Magda, 64 anos, área rural.

*“Era eu, meu marido e um filho que tinha 11 anos, mas já trabalhava direto. Eu e meu filho de 11 anos. Já o de 5 anos pouco fazia. Tinha 5 aninhos, mas também quando tocava de quebrar cacau os dois filhos ajudavam direto.”* Edith, 59 anos, área rural.

*“E os meninos eram pequenininhos, eu levava comigo para a roça. Ficava debaixo do pé de café, contava um pouco, um pouco brincava.”* Ester, 59 anos, área rural.

*“Só o mais véio que ajudou assim, ele trabalhou dos nove anos. Eu levei ele para roça para ensinar. Como a minha mãe ensinou, eu queria ensinar ele também. Eu falei assim: ‘Você tem que aprender a trabalhar, porque se algum dia não der certo numa coisa, tem outra. Você sabe fazer de tudo’. Aí ele começou. Levei ele pra roça para roçar, para carpir. Dos nove anos até os quatorze anos, ele... o [do meio] carpiu um pouquinho só também e não quis mais. Também eu não forcei. O sol muito quente né, eu falava assim: ‘Fica em casa, filho. A mãe vai’. Tudo pequeno também, eles tinham que estudar também. Mas o caçula nunca trabalhou. Mas não gosta de roça de jeito nenhum.”* Heloísa, 52 anos, área rural.

*“Eu pensava que eles precisava [ajudar], que nem precisou mesmo. O caso dela ser assim, menina né, elas trabalharam, mas não foi muito não, foi pouco. Porque menina não é que nem homem né, no serviço assim, de roça. Elas trabalhavam assim, para colher um café, cortar um arroz. Serviço leve, mas trabalhou.”* Conceição, 51 anos, área rural.

*“Eles ajudava. Como nós tinha só aquele cafezinho ali, o meu esposo panhava... Dividia a meia, ele panhava lá e eu e as crianças panhava ali. Era eu e ele só ali. Depois que cresceram um pouquinho. Porque pequenininho era só eu mesmo que panhava. [Deixava as crianças] em casa mesmo. O barraquinho é pertinho, é no meio do café, daí eu ia em*

*casa e olhava eles. O meu menino mais velho cuidava deles para mim, quando tava fazendo arte.” Tereza, 48 anos, área rural.*

Assim, ainda que, na visão das mulheres entrevistadas, não haja uma relação direta entre produção e reprodução, os filhos constituem uma importante mão de obra para o trabalho no sítio, no início do assentamento em Machadinho. Atualmente, os filhos tem deixado o trabalho na terra e essa relação vai se tornando cada vez mais enfraquecida.

*“Todos trabalha fora. Mas aqui ajuda um pouquinho. Nas horas de serviço vem aqui. Tem que achar o meio de vida, porque o que tem aqui não dá para a gente viver tudo.” Adélia, 55 anos, área rural.*

*“(Entrevistadora: Você acha que algum filho da senhora tem vontade de voltar a morar aqui ou acha que nunca mais?) De jeito nenhum! De jeito nenhum! Aquele que tá aí no Machadinho que gosta um pouquinho mais de roça, mas é só vim aqui, dá uma olhadinha. Não tem coragem de trabalhar em roça não, o sol é muito quente. [O caçula] Você acredita que quando ele vinha aqui nem na horta ele ia? Nem lá. Não vai de jeito nenhum. Só ficava dentro de casa aqui. Muitas vezes o [marido] trabaia sozinho, muitas coisas tem que fazer sozinho porque não tem ajuda de ninguém.” Heloísa, 52 anos, área rural.*

*“Duas trabaiou na roça, o menino também, só que daí eles casaram novo e... [foram] para outro lugar, para lá, para a vida diferente.” Conceição, 51 anos, área rural.*

#### **4.1.4 Síntese do perfil das mulheres que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais da fronteira**

As entrevistas realizadas com mulheres que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais da ocupação da fronteira mostram como era Machadinho quando o projeto de assentamento teve início, sua evolução ao longo do tempo e a situação atual. O intuito em descrever a percepção das mulheres no que diz respeito ao desenvolvimento da fronteira atende ao objetivo de relacionar a situação que elas encontraram ao chegar a um novo espaço, diferente do que elas estavam habituadas, às suas decisões reprodutivas.

O cenário que elas encontraram na fronteira amazônica diz muito acerca do que as mulheres enfrentariam para implementar suas preferências. Nos sítios, a falta de estradas, transporte, água e luz tornavam a adaptação das famílias mais difícil e a ausência de apoio institucional para plantio das lavouras fez com que a produção fosse mais demorada e, conseqüentemente, agravasse a situação de adversidade dos colonos. No núcleo urbano, a

infraestrutura também não era adequada e as pessoas que ficavam na cidade tinham, do mesmo modo, dificuldades na nova vida. A precariedade dos serviços públicos, como escolas e hospitais, aumentavam as incertezas na fronteira.

Vindo de regiões mais desenvolvidas e urbanizadas, os colonos fogem, portanto, do perfil do campesinato tradicional. Grande parte já havia experimentado um estilo de vida com as facilidades do mundo moderno, de modo que a adaptação às precariedades da fronteira foi lenta. Muitas mulheres relatam o impacto inicial de chegar a uma terra nova, sem o básico que o local de origem tinha. O medo e angústia, a vontade de ir embora coexistiam com a vontade de ter uma vida melhor, independente, pois antes a vida também era difícil.

Desse modo, o comportamento reprodutivo das mulheres que chegaram nesse momento é, em parte, reflexo das dificuldades da fronteira. As escolhas reprodutivas passam a ser modeladas pelas possibilidades e restrições impostas por esse contexto. As experiências vivenciadas nos locais de moradia anteriores contribuíram para formar as preferências sobre número de filhos e contracepção dessas mulheres, mas sua implementação foi limitada pelas condições de vida. A ausência de serviços de saúde da mulher e de planejamento da fecundidade, as dificuldades de acesso, a situação financeira e a falta de conhecimento das mulheres eram, então, determinantes de seus ideais reprodutivos. As condições de ocupação e da terra se relacionavam com as decisões e estratégias reprodutivas de forma que as dificuldades enfrentadas influenciavam, se não o número real de filhos, pelo menos o desejo da mulher em limitar a fecundidade, mesmo que seu conhecimento e os obstáculos no acesso impedissem.

Nesse sentido, é com base nesse ideal, em parte determinado pelas condições de vida na fronteira, que as mulheres definem suas estratégias para alcançá-lo. Essas estratégias são adotadas de acordo com as opções contraceptivas que possuem, as condições materiais para obtê-los e sua disponibilidade, com o conhecimento que possuem acerca da gama de métodos, a segurança oferecida por cada um e com base no que acreditam ser melhor, em termos práticos, para elas. Assim, a decisão de ter ou não mais filhos é respaldada pelas condições estruturais que cercam as mulheres e suas experiências de vida antes e depois da fronteira e é concretizada pela escolha do tipo de método.

Já a escolha do tipo de método a ser usado depende do desejo por espaçar ou terminar a fecundidade. Como muitas vezes não puderam espaçar (porque não sabiam que podiam, não tinham acesso ou pelas falhas), a opção é quase sempre por limitar definitivamente o

número de filhos. A escolha pela laqueadura é reflexo das dificuldades de se implementar as preferências reprodutivas e produto das circunstâncias enfrentadas, indicando o desejo de não se ter muitos filhos, quase sempre motivado pelas restrições materiais vividas na fronteira. Além disso, a laqueadura surge como a solução para não se ter mais filhos não planejados, após já se ter tido tantos. Cabe destacar que as estratégias definidas nem sempre são racionais, ou seja, nem sempre a mulher consegue definir as motivações subjacentes a essas decisões, mas sabem que o caminho escolhido é o melhor, tendo em vista as condições em que estão inseridas. Não se trata, na maioria dos casos, de uma escolha dentre uma gama de opções de comportamento a serem adotados; na realidade, muitas vezes aquele comportamento é o único possível diante da realidade que as cercam. Assim, o que elas dizem sobre suas vidas, sobre as dificuldades e adversidades que viveram, as condições materiais e existenciais na fronteira informam muito sobre suas estratégias reprodutivas.

Ao que parece, as condições de vida agiram mais no sentido de limitar a fecundidade e não estimulá-la. A pobreza e as restrições materiais fazem com que as mulheres tenham preferência por menos filhos. No entanto, a falta de conhecimento sobre seu ciclo reprodutivo e contracepção faz com que muitas tenham filhos logo no início de sua vida sexual, sem planejamento, e só depois conheçam formas de espaçar os nascimentos. Por sua vez, o elevado índice de falha contraceptiva acaba por produzir outros nascimentos não planejados, de maneira que a solução encontrada é esterilização.

Ainda que pareça não haver uma relação direta entre produção e reprodução – no sentido de que se tinham filhos para trabalho, mão de obra e uso da terra –, a baixa produtividade, o futuro incerto na fronteira em que recém-chegaram, as dificuldades materiais e financeiras, a necessidade de trabalhar em terra de outras pessoas e a precária infraestrutura do assentamento contribuem para um ideal de menos filhos. As condições encontradas seriam, na realidade, fatores limitantes da fecundidade. Assim, ainda que a falta de acesso e conhecimento dos métodos faça com que elas tenham mais filhos do que querem ou antes do momento que consideram ideal, o fator que mais contribui para que elas desejem parar definitivamente de ter filhos parece ser de natureza econômica.

## **4.2 Mulheres que vivem seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira**

### **4.2.1 Características sociodemográficas das entrevistadas**

As Tabelas 4 e 5 apresentam as características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que vivem a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira, consolidada. Foram entrevistadas 28 mulheres, sendo 15 residentes na área rural e 13 na área urbana.

As mulheres desse perfil possuem, em média, 25,6 anos. Muitas se mudaram para Machadinho ainda crianças ou no início da adolescência. A maior parte dessas entrevistadas nasceu no estado de Rondônia, seja em Machadinho ou cidades próximas. Há, ainda, 2 mulheres oriundas de Mato Grosso, 2 do Espírito Santo, uma do Paraná e uma da Bahia. Essas etapas migratórias são, provavelmente, reflexo das escolhas dos pais quanto à decisão de mudar para fronteira.

Em relação à experiência no trabalho na terra, há maior distinção entre aquelas que já exerceram alguma atividade agrária. Entre as que moram na área rural, apenas uma nunca exerceu nenhuma atividade ligada à terra, enquanto as demais, mesmo que pouco, ajudaram de alguma forma no lote dos pais. Já entre as que moravam na área urbana, 8 nunca trabalharam na terra e 4 ajudaram pouco quando criança. Apenas uma trabalha na terra atualmente. Os filhos dessas mulheres, ao contrário, pouco as ajudaram no lote. Das 17 mulheres com filhos, apenas 5 declararam que os filhos ajudam nas atividades mais leves do sítio, enquanto as demais disseram que os filhos não trabalham na terra.

As mulheres que vivem seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira são mais escolarizadas do que aquelas que chegaram no início da fronteira. A maior parte concluiu o ensino médio e 9 cursaram ou estão cursando o ensino superior. Quanto à religião, a maioria é evangélica, mas 8 se declaram católicas e 5 disseram não possuir religião.

No que se refere ao estado civil, 20 entrevistadas estavam casadas (6 informalmente e 3 em segunda união) e 8 se declararam solteiras, sendo que 3 já haviam sido casadas informalmente. A idade média à primeira união foi de 17,8 anos, mantendo-se um padrão etário jovem das uniões. Entretanto, há maior número de uniões informais e rompimentos de uniões. A idade mínima da primeira união foi 14 anos e, a máxima, 23.

Entre as mulheres desse perfil, 19 são mães, com um número médio de filhos de 2,05. O número máximo de filhos tidos por uma mesma mulher foi 5. A idade média ao ter o primeiro filho é de 19,4 anos, acima da idade média à primeira união (no entanto, há mulheres casadas que ainda não são mães). No que diz respeito aos métodos contraceptivos, a pílula é o principal método utilizado. Apenas 4 não estão usando nada para evitar ter filhos. O preservativo e a injeção também são métodos utilizados. Há, ainda, um número significativo de mulheres esterilizadas (8), o que chama atenção por se tratarem de mulheres jovens que optaram por um método definitivo de limitação da fecundidade.

**Tabela 4 – Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que vivem a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira, Área Rural**

| Nome fictício | Idade | Estado civil      | Escolaridade          | Religião                            | Quando chegou | Onde morou (ordem cronológica)      | Trabalha(ou) na terra | Filho trabalha(ou) na terra | Idade ao casar | Idade ao 1º filho | Filhos nascidos vivos | Método contraceptivo                |
|---------------|-------|-------------------|-----------------------|-------------------------------------|---------------|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------------|----------------|-------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| Mariana       | 32    | Casada            | 4ª série              | Evangélica - Cong. Cristã do Brasil | 1997          | RO (Ji-Paraná e Machadinho)         | Sim, depois de adulta | O mais velho ajuda pouco    | 16             | 20                | 2                     | Pílula e laqueadura                 |
| Tais          | 30    | Casada (informal) | 3ª série              | Evangélica                          | 1990          | RO (Ariquemes e Machadinho)         | Sim, pouco            | Não                         | 17             | 16                | 3                     | Pílula e laqueadura                 |
| Cíntia        | 29    | Casada            | 5ª série              | Evangélica - Adventista             | 2000          | RO (Ji-Paraná e Machadinho)         | Sim, até hoje         | Nas tarefas mais leves      | 18             | 20                | 3                     | Pílula                              |
| Elisa         | 29    | Casada            | 6ª série              | Evangélica                          | 1987          | ES e RO (Machadinho)                | Sim, até hoje         | Nas tarefas mais leves      | 17             | 18                | 2                     | Pílula e laqueadura                 |
| Natália       | 27    | Casada            | 3º ano                | Evangélica - Assembleia de Deus     | 2005          | RO (Presidente Médici e Machadinho) | Sim, pouco            | Não                         | 17             | 21                | 2                     | Pílula                              |
| Lorena        | 27    | Casada (informal) | 4ª série              | -                                   | 2001          | RO (Jaru e Machadinho)              | Sim, pouco            | Nas tarefas mais leves      | 15; 17         | 16                | 5                     | Pílula e laqueadura                 |
| Suzana        | 25    | Casada            | Superior incompleto   | Católica                            | Nasceu        | -                                   | Sim, até hoje         | -                           | 23             | -                 | 0                     | Tradicional                         |
| Ludmila       | 25    | Solteira          | 3º ano                | Católica                            | 1990          | RO (Ariquemes e Machadinho)         | Sim, pouco            | -                           | -              | -                 | 0                     | Não usa                             |
| Leticia       | 25    | Casada (informal) | 7ª série              | Não tem, já foi evangélica          | 1994          | RO (Ouro Preto e Machadinho)        | Sim, depois de adulta | Nas tarefas mais leves      | 14; 18         | 14                | 3                     | Preservativo e, atualmente, pílula  |
| Gisele        | 25    | Casada            | 3º ano                | Evangélica - Sã doutrina do 7º dia  | Nasceu        | -                                   | Sim, pouco            | Não                         | 19             | 19                | 2                     | Preservativo e laqueadura           |
| Clara         | 25    | Casada (informal) | 3º ano                | Evangélica - Assembleia de Deus     | 1992          | RO (Jaru e Machadinho)              | Sim, até hoje         | Não                         | 20             | 21                | 1                     | Injeção e, atualmente, preservativo |
| Clarice       | 21    | Solteira          | Superior em andamento | Católica                            | Nasceu        | -                                   | Sim, até hoje         | -                           | -              | -                 | 0                     | Não usa                             |
| Larissa       | 21    | Casada            | 3º ano                | Evangélica                          | 1995          | RO (Jaru e Machadinho)              | Sim, pouco            | -                           | 18             | -                 | 0                     | Pílula                              |
| Michele       | 20    | Casada (informal) | 2º ano                | Católica                            | 2003          | RO (Jaru e Machadinho)              | Não                   | -                           | 16             | 20                | 1 (grávida)           | Pílula                              |
| Renata        | 18    | Solteira          | Superior em andamento | Não tem, já foi católica            | 2004          | ES e RO (Machadinho)                | Sim, até hoje         | -                           | -              | -                 | 0                     | Não usa                             |

**Tabela 5 – Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas que vivem a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira, Área Urbana**

| Nome fictício | Idade | Estado civil                      | Escolaridade          | Religião                              | Quando chegou | Onde morou (ordem cronológica)    | Trabalha(ou) na terra | Filho trabalha(ou) na terra | Idade ao se unir | Idade ao 1º filho | Filhos nascidos vivos | Método contraceptivo               |
|---------------|-------|-----------------------------------|-----------------------|---------------------------------------|---------------|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------------|------------------|-------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Betânia       | 33    | Casada                            | Superior completo     | Evangélica - Ig. Metodista Wesleyana  | 1987          | MT e RO (Machadinho)              | Não                   | Não                         | 18               | 18                | 2                     | Pílula e laqueadura                |
| Joana         | 32    | Casada                            | 3º ano                | Não tem, já foi católica e evangélica | 1996          | RO (Ariquemes e Machadinho)       | Não                   | Não                         | 18               | 23                | 2                     | DIU e laqueadura                   |
| Poliana       | 30    | Solteira (já foi casada informal) | Superior incompleto   | Católica, mas frequenta a evangélica  | 1985          | RO (Ariquemes e Machadinho)       | Sim, pouco            | -                           | 21               | -                 | 0                     | Pílula                             |
| Fernanda      | 29    | Casada                            | 3º ano                | Católica                              | 1995          | BA e RO (Ouro Preto e Machadinho) | Sim, depois de adulta | Não                         | 16               | 17                | 3                     | Pílula e laqueadura                |
| Lilian        | 29    | Solteira (já foi casada informal) | 3º ano                | -                                     | 1996          | RO (Ouro Preto e Machadinho)      | Não                   | Não                         | 15               | 20                | 1                     | Preservativo                       |
| Carla         | 27    | Casada                            | 3º ano                | Católica                              | Nasceu        | -                                 | Sim, pouco            | Não                         | 20               | 23                | 1                     | Pílula                             |
| Carolina      | 27    | Casada                            | Superior completo     | Evangélica                            | 2000          | RO (Ji-Paraná e Machadinho)       | Sim, quando criança   | Não                         | 18               | 23                | 2                     | Pílula                             |
| Melissa       | 25    | Casada                            | 3º ano                | Evangélica - Assembleia de Deus       | 2003          | RO (Jaru e Machadinho)            | Não                   | Não                         | 18               | 20                | 1                     | Pílula e, atualmente, preservativo |
| Patricia      | 25    | Solteira (já foi casada informal) | Superior incompleto   | Católica                              | 1994          | RO (Ouro Preto e Machadinho)      | Sim, pouco            | -                           | 22               | -                 | 0                     | Pílula                             |
| Paula         | 22    | Casada (informal)                 | 1º ano (EJA)          | Não tem                               | 2004          | RO (Ouro Preto, Ariquemes e       | Não                   | -                           | 16; 20           | 22                | 1 (grávida)           | Injeção e, atualmente, pílula      |
| Jéssica       | 22    | Casada                            | 3º ano                | Evangélica - Assembleia de Deus       | 2000          | MT e RO (Machadinho)              | Não                   | Não                         | 18               | 19                | 2                     | Injeção                            |
| Isabela       | 18    | Solteira                          | Superior em andamento | Evangélica                            | 2005          | RO (Costa Marques e Machadinho)   | Não                   | -                           | -                | -                 | 0                     | Não usa                            |
| Alice         | 18    | Solteira                          | Superior em andamento | Evangélica - Ig. Metodista Wesleyana  | Nasceu        | -                                 | Não                   | -                           | -                | -                 | 0                     | Injeção                            |

#### 4.2.2 História de vida na fronteira

Nessa seção, são apresentadas as perspectivas das mulheres que estão vivendo seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira acerca da vida em Machadinho desde o momento em que chegaram até os dias de hoje. Muitas dessas mulheres chegaram à cidade ainda crianças, levadas por seus pais que foram em busca de terra, nasceram no município ou foram com o marido. Assim, a visão da fronteira passada é baseada na experiência que tiveram na infância e corresponde ao contexto de abertura da fronteira, nos primeiros anos da ocupação – onde o outro perfil de mulheres entrevistadas viveu seu período reprodutivo. Já a perspectiva que elas possuem da fronteira atualmente descreve o cenário que elas estão vivendo seu período fértil e, portanto, tomando suas decisões reprodutivas.

*Aspectos micro: História de vida na fronteira passada – porque foram para a fronteira, como ficaram sabendo, chegada ao lote e à cidade, trabalho da família no lote e na cidade, dificuldades e possibilidades*

As mulheres que vivem seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira chegaram ainda crianças, juntamente com os pais. A maior parte nasceu já no estado de Rondônia, em cidades adjacentes à Machadinho, provavelmente porque seus pais já haviam mudado para a região devido às dificuldades enfrentadas no Centro-Sul do país. Apenas duas foram com os maridos, ainda nos primeiros anos da adolescência.

A ida para a fronteira também para elas significou a esperança de uma vida melhor, ainda que correspondesse a um sonho de seus pais. Dessa forma, a motivação para ir para a região está ligada à busca pela terra própria ou cuidar da terra de parentes.

*“Lá onde nós morava não era nosso, era do meu avô, nós morava na terra do meu avô, e quando nós viemos para cá cada um agora tem o seu lote.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Meu sogro tinha terra aqui, daí ele, meu esposo, veio para cá, para nós cuidar.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Porque lá a gente morava de a meia, né, e aqui era mais fácil para comprar terra. A gente veio com esse incentivo, de comprar mais terras, e aqui a gente conseguiu isso, né? Lá a gente não tinha condições de comprar terra, que era muito caro, aí viemos para cá.”* Renata, 18 anos, área rural.

*“Lá em Ariquemes meu pai morava na cidade, trabalhava numa serraria, aí como a minha mãe tinha os filhos pequenos, ela não podia trabalhar. Tipo*

*assim, meu pai não conseguia manter as despesas todas, aí surgiu a oportunidade dele ganhar a terra aqui, aí ele veio embora. Tipo, ganhou um sítio, um lote do INCRA, aí eles vieram para cá para poder abrir um lote, produzir, plantar e desmatar. Veio a família toda.” Poliana, 30 anos, área urbana.*

*“É por causa que ele [pai] sempre quis ter terra mesmo. Eu acho assim, que é porque meu pai sempre quis ter uma terra, sempre trabalhou em sítio. Quando mudamos para cidade a gente foi para a cidade, e aí ele ganhou um sítio, na época que o INCRA estava dando.” Carolina, 27 anos, área urbana.*

Entre aquelas chegaram e foram residir no núcleo urbano, a razão para a mudança é relativa a questões do emprego dos pais ou pela presença de parentes na cidade.

*“Eu vim direto para a cidade. Ele trabalhava, na época que ele vendia leite aqui na rua, aí ele pegou e ficou aqui.” Fernanda, 29 anos, área urbana.*

*“Meu pai mexia com madeira, vim junto com ele. Ele veio trabalhar e a família veio junto. Sempre por causa do trabalho dele mesmo. Na época aqui tava melhor mesmo.” Melissa, 25 anos, área urbana.*

*“Mas, assim, meu pai não gosta de sítio não, a verdade é essa. Ele gosta de trabalhar assim, ambulante, entendeu? Aí veio pra cidade.” Jéssica, 22 anos, área urbana.*

*“Porque meu pai trabalhava aqui, formava terra, aí ficava ruim para ele ir para lá direto. O pai gostou daqui, disse ele que era bom, aí nós viemos para cá. Depois que formou a terra, aí não tinha mais o que fazer na terra. Aí logo depois o patrão de lá morreu, problema no coração. O irmão dele que ia tocar, não sabia se o irmão dele iria vender ou não, aí ele decidiu vir embora para a rua.” Paula, 22 anos, área urbana.*

*“O meu vô adoeceu e daí a minha mãe precisava ajudar a minha tia a cuidar. Como a minha tia era sozinha, tinha dois filhos para cuidar, e o esposo dela também, como viajava, daí ela optou vim para cá, fazer a mudança para ajudar a cuidar do meu avô. Daí ficou cinco anos no hospital e daí ela ficou junto com ele. Aí depois que eu vim para cá, a gente começou a morar na cidade.” Isabela, 18 anos, área urbana.*

Assim, elas chegaram com suas famílias e, apesar de serem crianças, elas se lembram da ida para a fronteira, as razões que fizeram seus pais se mudarem, a escolha pelo campo ou cidade e quem influenciou essa decisão.

*“Na verdade, a terra era dos pais [do marido], mas daí os pais, depois, já foram vendo que eles já estavam ficando de idade, aí já resolveram repartir. Tinha 16 anos quando eu vim embora para cá. Casei e logo logo eu vim.” Mariana, 32 anos, área rural.*

*“Quando eles [pais] chegaram, todo mundo que vieram para Rondônia com intenção de ficar rico.” Ludmila, 25 anos, área rural.*

*“Meu pai já tinha vindo aqui já. Ele veio com os amigos dele, aí ele pegou, pessoal morava, só que ele morava mais longe daqui, mais perto da cidade, só que lá era mais caro, na época, e aqui já era mais barato, aí compramos aqui mesmo.” Renata, 18 anos, área rural.*

*“Na época que ele veio, ele veio devido ao pessoal da serraria mesmo. Eles trouxeram todo mundo para trabalhar aqui. Montou uma serraria nova aqui. Quando chegou aqui ele descobriu que as terras aqui eram boas, ele falou: ‘Então agora eu vou partir para pecuária’. Abandonou a madeira e foi mexer com sítio.” Fernanda, 29 anos, área urbana.*

*“Tinha a mãe da minha mãe que morava aqui, os irmãos dela, a irmã do meu pai também.” Jéssica, 22 anos, área urbana.*

Parte das mulheres precisaram ajudar os pais no trabalho na terra, geralmente em serviços mais leves, como a colheita e tirar leite. Mesmo entre as que residiram a maior parte do tempo na cidade, há aquelas que tiveram experiência na área rural.

*“Ajudava. Ah, a gente plantava. Era tanta coisinha né, nem consegue explicar direitinho. Mas a gente ajudava sim.” Elisa, 29 anos, área rural.*

*“Ah, eu faço de tudo um pouco desde pequena. Trabalho em tudo. Não tem como não ajudar. Morando num lote assim, se não trabaiá vai comer do que?” Clarice, 21 anos, área rural.*

*“Sim, no sítio. Fazia de tudo um pouquinho. Na época de colheita de café a gente colhia café, mas não tinha... Servicinho básico de sítio, de tudo.” Larissa, 21 anos, área rural.*

*“Na época o café tinha valor, estava todo mundo no sítio, todo mundo mais novo, a gente plantava, colhia para vender também. Com 7 anos foi a época que a gente começa a trabalhar, a ir para a roça e tudo. Plantar, colher, capim, roçar. Tudininho a gente fazia.” Poliana, 30 anos, área urbana.*

*“Todo mundo [ajudava]. Colher café, capim, roçar, levar comida na roça. Meu pai derrubou um pouco de machado, depois conseguiu comprar motosserra e cortar as madeiras e aí foi trabalhando assim.” Carolina, 27 anos, área urbana.*

Outras, mesmo morando em sítio, ajudaram pouco os pais na lida na terra. Esse fato está relacionado ao tipo de trabalho que os genitores realizavam, se a terra era própria, aos estudos e à idade dessas mulheres.

*“Quando pequena, ficava só em casa. Não saía para trabalhar.” Mariana, 32 anos, área rural.*

*“Ajudei. Na verdade, aqui eu fazia mais era limpeza da casa.”* Gisele, 25 anos, área rural.

*“Nós ajudava quando não tinha aula. Assim, que nós ia no período, nós estudava na escolinha, estudava de cedo até meio dia, aí quando era perto, a gente ia. Quando era muito longe que eles [pais] iam trabalhar, aí não dava da gente ir pelas estradas. Porque antigamente esses lugar era tudo mato.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Não, mais em casa mesmo, ia para a escola. Não trabalhava muito não. Em casa, escola, só meio período na escola, trabalhar assim na roça, foi muito de trabalhar não.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Estudava mais. Eu sempre fui mais de casa. Meus irmãos, são dois homens, são mais velhos, eles ajudavam lidando.”* Patrícia, 25 anos, área urbana.

*“Não, só em casa mesmo. Só meu pai que trabalhava e meu irmão. As mulheres ficavam mais em casa.”* Paula, 22 anos, área urbana.

*“Até 8 anos, antes de eu vim para cá, a gente morava no sítio. Meu pai mexia com desmatamento, então não ajudava, ele deixava só eu em casa, ele não gostava que eu trabalhava não. Só estudava.”* Isabela, 18 anos, área urbana.

Muitas mulheres recordam as dificuldades enfrentadas pela família para se estabelecer na fronteira, principalmente relacionadas a questões financeiras, de trabalho e, claro, malária.

*“O problema maior naquele tempo, tipo assim, foi enfrentar a roça mesmo, porque é muito difícil, pouco dinheiro, claro, para investir, por isso as dificuldades. E doença, porque a malária era muita mesmo.”* Elisa, 29 anos, área rural.

*“Na época, dava muita malária. Malária demais. A gravidez da minha mãe inteira comigo foi malária, quando eu nasci bebezinho, malária, e todo mundo muito com malária. Era muito difícil”* Clara, 25 anos, área rural.

*“Era bem difícil. Era questão de... a gente não tinha... a financeira não era fácil.”* Gisele, 25 anos, área rural.

*“Muita malária. Era muito sofrido. Foi muito sofrido na época, aqui. A gente achou que pai não ia nem conseguir abrir as terras dele, produzir, nem nada, mas graças a Deus ele teve força e conseguiu.”* Poliana, 30 anos, área urbana.

A ida para a cidade, para as entrevistadas que já residiram na área rural, está quase sempre ligada a questões educacionais ou a busca por um emprego melhor.

*“Preferi a cidade porque daí eu peguei a adolescência, já saí de casa e já foi. Depois casei, já construí as coisas tudo na cidade mesmo.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“Porque eu queria estudar, e no sítio... Trabalhar no sítio, as condições eram mais complicadas, aí eu peguei e vim para a cidade para trabalhar e terminar meus estudos. Porque na época eu não tinha Ensino Médio completo ainda. Eu vim estudar e trabalhar.”* Poliana, 30 anos, área urbana.

*“Nós ficamos morando na cidade pra eu terminar o 3º ano.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Eu fui mais para trabalhar, para ser independente. Acho que todo mundo quer vida própria. Às vezes é bom. Tanto que meus pais não tinham condições de pagar uma faculdade, então tive que me virar.”* Patrícia, 25 anos, área urbana.

***Aspectos macro: Condições estruturais na fronteira passada – como eram os sítios e a cidade, infraestrutura e disponibilidade e acesso a serviços***

A maioria das mulheres da fronteira atual viveu parte de sua infância no contexto do início do projeto de assentamento de Machadinho. Elas relatam as dificuldades na chegada à região, as diferenças em relação ao lugar onde viviam e suas impressões sobre o que encontraram.

*“Eles [pais] fala assim que lá eles deram as coisas que eles tinha, aí eles fala que os outros falavam assim: ‘Não, vocês pode dar as suas coisas, porque quando vocês dois chegar lá vocês vão ganhar isso aí, lá eles dão’. Aí chega aqui, as outras pessoas que estão aqui, estão já uma situação...Era mato, malária pegando as pessoas”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Feio demais, horroroso. Quando eu vi eu chorei tanto querendo ir embora. Hoje até que eu já acostumei um pouquinho, mas quando eu cheguei... Sei lá se é esse negócio da poeira, não sei o que é que foi. Não tinha nada na verdade. Sei lá, para mim era feio. Porque você mora em Ouro Preto, você sai daquela cidade, você acha que tudo é feio.”* Paula, 22 anos, área urbana.

Também elas se lembram das condições de vida naquele momento, principalmente da presença da floresta, da mata, em contraposição à cidade que se formava. Faltava, assim, infraestrutura e serviços públicos básicos, estradas e transporte.

*“As estradas já eram mais difícil, os ônibus aqui era longe da linha.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Muita dificuldade. A gente andava 30 quilômetros para poder pegar um ônibus. Para poder ir para a cidade, e de lá, a gente descia com compras, com tudo, e a gente tudo pequenininho.”* Clara, 25 anos, área rural.

*“Não era mercadão assim, era tipo uma casa o lugar. As ruas era cheia de camelozinho. Os mercados era tudo igual, tipo uma casa. As ruas, as que eram asfaltadas, que eles asfaltaram ali, eram só aquelas mesmo [no centro], depois acabava e a gente tinha que ir na estrada de chão.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Não tinha quase nada, nem estrada, era tudo muito mato. Tinham pouquíssimas ruas aqui em cima. Ish! Muito ruim. Nem lembro muito bem assim, mas o que eu lembro, eu estudava numa escola muito longe, eu atravessava várias ruas aqui que nem tinham... Era só aquele caminhozinho assim mesmo, rua não tinha. Era bem difícil. Comércio, tudo, tudo, tudo muito difícil.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“No rumo da rodoviária para lá já era mata. O centro era só... Eram três ruas, essa avenida do banco, essa aqui e a do colégio. Dali para baixo era mato, daqui para cá era mato. Antigamente as pessoas andavam 25 km no meio de mato para poder vim comprar alguma coisa, atrás de recurso. Tinha vez que iam de a pé, porque não tinha ônibus, outra hora conseguia algum vizinho, alguém que tinha algum carro, pagava em serviço, na época, para poder ir em Jaru fazer compra para voltar.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Não tinha asfalto, era só um barranco para a gente andar. Não tinha praticamente nada.”* Lilian, 29 anos, área urbana.

Nesse sentido, o acesso à água e energia elétrica também era bem precário, quando não inexistente, tanto na cidade como nos lotes. As mulheres descrevem a dificuldade de viver sem essas facilidades as quais já estavam habituadas em sua origem.

*“Não tinha energia elétrica, água. [Demorou] Um ano e nove meses. Nós puxava água no poço, era só à luz de velas. Muito difícil. Foi difícil. Não tinha uma geladeira, coisa assim. A energia para a luz nem era tanto, mais é água gelada. A gente trabalhou muito e a água tinha que ser normal, de poço, aí era difícil.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“A gente tinha energia umas duas horas à noite mais ou menos. Só que era uma coisa rápida, era o tempo só de arrumar alguma comida, alguma coisa assim e pronto. Era energia só de noite. Você não tinha dia e noite. Eram duas horas de energia, o resto tinha que estar com a lamparina. Não era nem vela, porque vela você não aguentava manter vela naquela época. [Água] os meninos que tiravam, os meninos homem. Sofria. Tinha que tirar água para lavar roupa. E era muita água. Água para limpar, água para*

*beber, água para tomar banho. Tinha que tirar água porque a gente tomava banho de canequinha.*” Clara, 25 anos, área rural.

*“A gente não tinha água. Aqui a gente vivia à luz de vela até acho que 2000, quase 2000, 1999, que chegou a energia elétrica aqui.”* Gisele, 25 anos, área rural.

*“Não tinha energia não, era lamparina e poço. Puxava água no braço tá, para tudo. Desde lavar roupa, limpar a casa, tomar banho, comer, fazer comida, beber, tudo no braço. Puxava no poço. Mas era difícil sem energia, até para cuidar do serviço, porque tinha que lavar roupa na mão. A gente veio da cidade, batia na máquina, chegou, lavava na mão.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

*“Quando eu cheguei já tinha energia elétrica sim. Aqui [na cidade] já, só que na linha não tinha, entendeu? Aqui uma boa parte já tinha.”* Paula, 22 anos, área urbana.

Os serviços de saúde também deixavam a desejar, a infraestrutura do hospital era ruim, às vezes faltavam médicos e, com frequência, era necessário recorrer ao atendimento em outras cidades.

*“Aqui não tinha o hospital, tinha um posto de saúde, mas era bem fraquinho a situação. Meu pai pegou muita malária também, aí, tipo assim, o socorro era Ariquemes, porque na época não tinha estrada, era só aquela picada mesmo no meio da mata. Na época não tinha hospital decente. Tudo que a gente precisava aqui era para Ariquemes.”* Poliana, 30 anos, área urbana.

*“[Hospital] só na cidade. Veio fazer postinho... Depois de muitos anos que veio abrir o postinho. Depois de uns três anos que nós estávamos aqui tinha umas estradas boas, o hospital funcionava bem.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

*“Naquele tempo não tinha médico, não tinha ninguém, então era enfermeiras e pouco ainda.”* Patrícia, 25 anos, área urbana.

*“O hospital até hoje não está fácil. Nunca foi bom. Íamos para Ariquemes.”* Alice, 18 anos, área urbana.

A infraestrutura de escolas e o sistema de ensino foram vivenciados de perto pelas mulheres entrevistadas, visto que muitas completaram seu ciclo escolar em Machadinho. Assim, elas destacam os pontos positivos e negativos da escola na fronteira, bem como as diferenças entre a área rural e urbana.

*“Por ser no sítio, estava até bom. Era tudo junto, era uma professora para 1ª, 2ª, 3ª, até o 4º ano.”* Elisa, 29 anos, área rural.

*“Eu estudei até a 3ª série na vila, né, que tinha a escolinha. E meus irmãos conseguiram fazer até a 8ª série também aqui, aí, depois, começou a mudar né, porque começou o desenvolvimento, começou a trazer escolas... Porque na época os meus irmãos andavam 10 quilômetros para poder ir para a escola. E tinha que sair cinco horas da manhã, estava escuro e tinha mata em volta, tinha perigo, tinha tudo, e eles tinham que ir. Meu irmão ainda tinha que andar 6 quilômetros sozinho, o mais velho, para pegar a outra turminha de crianças que tinha na frente, e ele tinha que correr para poder chegar.” Clara, 25 anos, área rural.*

*“Aqui eu estudava na escolinha, na 33. A gente estudou até a 4ª série. Depois a gente teve que ir para Machadinho.” Ludmila, 25 anos, área rural.*

*“Eu estudei da 1ª à 4ª serie, eu estudei no sítio. Meus irmãos também. Todos os meus irmãos estudaram no sítio, na escola. Tinha uma escola perto de casa, a gente estudou lá mesmo. Depois a gente veio estudar na cidade, porque já não tinha mais estudo para gente lá, no Fundamental, aí a gente começou a estudar na cidade.” Poliana, 30 anos, área urbana.*

*“Quando eu vim de Ouro Preto para cá, nossa, Machadinho era muito falado em questão de educação. Era uma cidade pequena, mas, porém, tinha uma educação muito boa. Mas eu mesma peguei época de andar muito a pé para ir para escola. Eu andava todo dia era uns 4 km para ir e 4 km para voltar da escola de a pé.” Fernanda, 29 anos, área urbana.*

*“Quando nós chegamos, eu tinha 12 anos, não tinha escola lá na região, tínhamos que andar 40 quilômetros até á cidade. Aí ficamos dois anos sem estudar. Até que resolveram abrir uma escolinha na área rural e lá nós começamos a estudar nos barracos velhos que tinha, um pouco de aluno ficavam no ônibus, estudavam dentro do ônibus. Até porque a escola não era uma escola, aproveitou as casas da fazenda que tinha na região lá e dali reuniu os alunos, onde teve um movimento, bastante aluno, depois de anos foi construído a escola. Mas não tínhamos escola no sítio, tínhamos que ir na cidade. E na cidade era muito difícil, porque tempo de chuva o ônibus não rodava, os alunos chegavam da escola tardão da noite, aí o meu pai tinha medo de a gente estudar, não deixou a gente ir porque era muito perigoso.” Carolina, 27 anos, área urbana.*

***Aspectos micro: História de vida na fronteira atual – desenvolvimento e mudanças no lote e na cidade, trabalho no lote e na cidade, dificuldades e possibilidades***

As mulheres que vivem seu período reprodutivo estágios mais avançados de evolução da fronteira, por terem passado parte da infância na região, vivenciaram relevantes mudanças na dinâmica de Machadinho ao longo dos anos. Essas transformações no contexto da fronteira, tal qual percebidas pelas entrevistadas, são importantes porque ajudam a

identificar as possibilidades e limitações que elas enfrentam para implementar suas estratégias reprodutivas e seu impacto no padrão de comportamento reprodutivo.

De maneira geral, elas percebem que houve melhoras na qualidade de vida, em comparação ao que vivenciaram no início da fronteira, quando crianças. A cidade se desenvolveu, há maior disponibilidade de serviços e comércio e as pessoas conseguiram melhorar sua situação.

*“Aqui mudou muito. Assim, todo mundo que trabalhou, os que mexeram com gado, prosperaram. Os que souberam aplicar em terra tão melhor ainda, hoje já tão até fazendeiros. Mas os que tiveram paciência de ir aplicando em terra, hoje tão por cima. Porque a gente conhece gente que tinha um lote, hoje já tem dois, já tem três. [...] Nós estamos com esperança, porque eles prometeu que até final do ano eles vão montar as outras antenas, para poder cobrir 100% da telefonia móvel. Aí a gente vai passar a ter. Qualquer um vai poder ter um telefone. Nós aqui, há muito tempo nós compremos uma antena, uma torrezinha, daquelas pequenas para colocar a antena rural. Era o único meio de comunicação por telefone. Era assim, senão não tinha jeito, só na cidade mesmo que pegava. Vai ser bom para todo mundo, porque quem não pode sair, às vezes, com uma ligação resolve.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Tá melhor. Tudo ficando mais bem de vida, melhorou mais. A cidade tá melhorando. Pouquinho, mas tá. Pode melhorar mais.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Mudou muito. Agora já é mais aberto, mais grande. Esses lugar grande agora que tem, farmácia. Essas coisas quase não tinham não. De uns tempos foi mudando.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Melhorou bastante. O sítio também, com o tempo a gente foi, tipo, trabalhando, produzindo, colhendo, tendo praticamente tudo em casa. Quando a gente se mudou para cá, as condições para a gente eram bem complicadas financeiramente. Com o tempo, melhorou. Em vista do começo de vida nosso aqui, hoje pode se dizer que a gente vive uma vida tranquila, graças a Deus.”* Poliana, 30 anos, área urbana.

*“Conforme veio passando o tempo, as pessoas começou melhorar as condições, a renda.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

*“O que cresceu mesmo foi assim, as famílias foram crescendo, quem era jovem foi casando, foi construindo casas, o comércio, o pessoal foi melhorando. Só nessa parte.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

Entretanto, em que pesem esses avanços, outras mulheres ressaltam que as mudanças foram pequenas e ainda há determinados pontos que precisam melhorar na fronteira.

*“Agora, para mim está a mesma coisa, não mudou nada não. Não é ruim, mas eu acho que para mudar mesmo, não mudou nada não.”* Renata, 19 anos, área rural.

*“Melhorou pouca coisa, porque cresceu bem a cidade. Teve uma época que era muito boa, a época mesmo que tinha coisas, serrarias, aí o movimento era bom. Machadinho agora ele tá parado, bem parado. Machadinho já foi bem mais movimentado. O comércio antigamente tinha mais movimento de dinheiro, de coisa financeira era mais. O leite não rende muito, lucra pouco, então tá bem parado a situação da cidade.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Não mudou tanto, mudou um pouquinho sim. Algumas coisas mudou, as ruas asfaltou um pouco, bem pouco.”* Paula, 22 anos, área urbana.

*“Continuou do mesmo jeito. Machadinho não mudou nada, nem para melhor nem para pior. Continua parado, não acontece nada.”* Isabela, 18 anos, área urbana.

Há, ainda, a percepção de que faltam oportunidades profissionais e de estudo em Machadinho, as quais refletem nas escolhas das mulheres. Apesar da cidade e dos sítios terem crescido e se desenvolvido, inclusive no que diz respeito à escolaridade, ainda há problemas na incorporação das mulheres na economia local. Faltam meios para elas se qualificarem e serem absorvidas como mão de obra. Nesse sentido, a alternativa, para aquelas que podem, é deixar a cidade para buscar emprego e escolaridade fora de Machadinho, pois, mesmo havendo faculdade na cidade, ela é à distância e opções de curso são limitadas. Aquelas que não têm oportunidade de sair, acabam tendo que se adaptar àquilo que a fronteira pode oferecer.

*“Eu vejo tanta gente se formando, fica nessa doidura aí, depois a pessoa fica lá sem base, sem nada. Não tem futuro. Se forma e vem para o sítio de novo, vai trabalhar de empregado.”* Larissa, 21 anos, área rural.

*“Esse Machadinho aqui não é muito essas coisas não. A pessoa querer estudar mesmo, acho que tem que sair mais para fora, correr em outro lugar, porque aqui não tem muita oportunidade não, de estudo, não tem muita opção não.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Eu quero ir para uma cidade maior né, buscar mais conhecimentos. As faculdades dali de Machadinho... eu faço Administração porque não tem a que eu quero mesmo.”* Renata, 18 anos, área rural.

*“Sai e fica. Eles saem para estudar e para lá mesmo arrumam serviço e ficam para lá, a maioria, bem poucos que voltam. Porque aqui é muito por concurso, e aí tem hora que os concursos não funcionam. Você passa, você não é chamado. Então muitas pessoas nem voltam. Só volta para cá quem*

*tem algum parente ou alguém aqui que vá conseguir um serviço bom para eles, senão não volta, fica fora mesmo.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Eu tenho faculdade de Pedagogia. Mas eu trabalho na limpeza. Eu sou zeladora. Como é que fala? Auxiliar de serviços gerais.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

*“Aqui não tem muita opção. Eu queria fazer fisioterapia, mas aqui, sem chance. Na verdade, faculdade aqui é à distância ainda. É uma vez por semana que vai lá. Você tem que dar o seu melhor senão não vai não.”* Patrícia, 25 anos, área urbana.

*“Não é uma cidade que tá desenvolvendo assim, em questão de trabalho, de você crescer financeiramente. Não tô vendo. Aqui o que é melhor um pouquinho é só quem realmente trabalha em concurso público. A única coisa que você tá vendo futuro. Porque assim, aqui em Machadinho não tem para dizer que tem isso, tem aquilo para você poder crescer numa profissão. Ou aqui você é funcionário público ou trabalha em comércio para os outros. Até algumas [amigas] já foram embora [de Machadinho]. Tem uma mesmo, ela tinha comércio também, fechou e foi embora para o Paraná. A maioria das pessoas tão pensando em sair mesmo de Machadinho. Machadinho não tá muito bom não.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

Os depoimentos sugerem que o município de Machadinho se aproxima da realidade vivenciada por muitos pequenos municípios brasileiros, em que os jovens precisam migrar em busca de oportunidades. Ainda assim, essas mulheres enxergam na educação uma forma de ter uma vida melhor, um emprego mais bem remunerado e um futuro mais promissor, seja na cidade ou no sítio. Grande parte completou o ensino médio, está fazendo algum curso superior ou planeja voltar a estudar. Entre as jovens da área rural, o nível de escolaridade é menor, mas elas também veem na educação a possibilidade de um futuro melhor. Aquelas que não conseguiram estudar, se lamentam por tal.

*“Se eu pudesse voltar no tempo eu voltaria a estudar. Como eu não estudei, a opção é casar, formar família e sossegar. Que nem diz o outro, quem não quer virar do mundo tem que arrumar alguma coisa, não pode ficar de um canto para o outro. Ou casa ou estuda, um dos dois, senão você vai virar o que? Nada.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Para quem mora na roça é difícil, principalmente pra quem não estudou direito.”* Lorena, 27 anos, área rural.

*“Não é todos que tem o privilégio de estudar, chegar a fazer uma faculdade. Quero formar, arrumar um bom emprego... um emprego bom, estabelecer mais a vida.”* Clarice, 21 anos, área rural.

*“Quero voltar a estudar e trabalhar. As filhas vão crescer, vai cada uma para o seu canto, então tem que procurar alguma coisa também né?”*  
Joana, 32 anos, área urbana.

*“Eu falei que quando o último filho acabar [os estudos] mesmo, que eu ver que eu tiver condição, aí eu vou. Aí eu quero voltar para a escola.”*  
Fernanda, 29 anos, área urbana.

De maneira geral, as mulheres que moram nos sítios tem planos de permanecer no lote, mesmo que atinjam uma escolaridade alta. Elas acreditam que mudar para a cidade requer ter um bom salário, pois o custo de vida é alto. Já as mulheres da cidade não tem vontade de mudar para a área rural para trabalhar, o sítio é visto apenas como um refúgio, um local calmo para descanso no futuro.

*“No sítio a gente batalha, batalha, mas ainda é o melhor lugar para a gente viver. A cidade é boa, mas para quem tem um bom salário, para quem tem muito dinheiro para ir no mercado fazer uma comprona. Porque tudo é comprado. Tudo no mercado é caro. Nossa terra não produz assim, variedades de coisas, mas se você quiser plantar mesmo, tiver coragem e querer, ela produz verdura, basta cultivar, a mandioca não precisa de muita coisa. A gente tem a mandioca. Então, quer dizer, tem uma galinha ali. Eu crio poucas galinhas, mas a minha geladeira é cheia de ovo direto. Na cidade você vai comprar ovo e é caro. E aqui a gente vive assim, do jeito que o balangado da canoa vai, a gente consegue se equilibrar; se tá meio ruim, a gente se arruma, dá um jeitinho e consegue manter as despesas em dia, as contas em dia. Dá para viver.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“[Mudar para cidade] Só se for para conseguir um trabalho melhor, algo melhor. Mas eu tô satisfeita de morar aqui. Sítio para mim é melhor do que cidade.”* Clarice, 21 anos, área rural.

*“A gente toda vida foi de roça, ficar no sítio assim. Só que nem eu estou dizendo, se a pessoa tiver um estudo, para ter um trabalho bom, aí sim, seria outra coisa morar na cidade. Mas por enquanto a gente vai ficando aqui mesmo.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Queria fazer veterinária. (Entrevistadora: Quando você fizer veterinária, você voltaria a morar no sítio para cuidar?) Aí sim. Mas antes queria estudar.”* Renata, 18 anos, área rural.

*“Prefiro aqui [na cidade] mesmo. Fica difícil também com as crianças, para estudar e tal, vim no ônibus. Meu esposo tem os pais, os pais dele moram no sítio e a gente vai lá só para passear, só no final de semana.”*  
Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Minha velhice vai ser no sítio, se Deus permitir, se der certo. É mais tranquilo. Eu não gosto de bagunça, de barulho não. É mais tranquilo, mais paz. Eu quero, mas por enquanto deixa eu ter minha vida própria aqui. É bom ser independente.”* Patrícia, 25 anos, área urbana.

*“Se for preciso eu moro, mas só que como eu trabalho e estudo aqui na cidade, não tem como eu ir para lá. Ah, eu prefiro a cidade! Não pega telefone lá. Eu não gosto de mexer muito com a terra, não me dou bem também porque algumas coisas eu tenho alergia, então não consigo.”* Isabela, 18 anos, área urbana.

O recurso recebido pelo programa Bolsa Família aparece como uma fonte de renda importante para algumas mulheres que o recebem, principalmente aquelas que vivem da renda do sítio – que é sazonal e insuficiente em alguns casos.

*“É, recebe. Graças a isso. Se não fosse isso tava lascado, porque aqui só tem dinheiro de ano em ano quase, na colheita de café mesmo. As pessoas entra colhendo café e a gente ganha um dinheirim para poder manter mais ou menos. Compra tudo de fardo, aí a gente consegue ainda chegar no outro ano assim.”* Lorena, 27 anos, área rural.

*“Eu recebo Bolsa Família. Nossa, se não fosse esse 147 ficava bem complicado. Eu compro roupinha pra eles, faço conta por causa do Bolsa Família, né, compro as coisas, remédio pra eles, faço tudo na notinha né, vou pagando. Senão fosse o Bolsa Família pra tá ajudando...”* Gisele, 25 anos, área rural.

***Aspectos macro: Condições estruturais na fronteira atual – como estão os sítios e a cidade, relação entre rural e urbano, o que mudou na disponibilidade e no acesso a serviços e infraestrutura***

Com o desenvolvimento da fronteira, as mulheres apontam que houve importantes melhorias na infraestrutura básica do município, crescimento na oferta de serviços e a ligação entre as áreas urbana e rural ficou mais fácil, bem como com outras cidades. No entanto, ainda há problemas com linhas de ônibus na área rural.

*“Hoje todo mundo tem um carro, tem uma moto, já tá diferente. A estrada tá ruim, na verdade, mas qualquer um consegue sair, andar, pegar um carro, uma moto. Nós sai com facilidade. Não tem dificuldade de nós se locomover aqui para lado nenhum, a não ser época da chuva, quando tá muito crítico.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Tem estrada para você sair do seu sítio até a cidade. Até hoje ainda é um pouco é complicado né, porque ônibus é duas vezes por semana só e tem vez*

*que nem tem. Quem não tem condições assim, não tem carro, não tem moto, ir com ônibus aí é mais difícil um pouco.*” Michele, 20 anos, área rural.

*“Passa, 6 quilômetros daqui passa um ônibus. É mais fácil ir de moto. Está cara a passagem, 30 reais quase. 30 para ir, 30 para voltar, 60 reais. Você enche o tanque de gasolina da moto e ainda vão dois, sendo que no ônibus só vai um.”* Renata, 18 anos, área rural.

*“Assim, evoluiu bastante. Tinha muito menas coisas, hoje tem mais. Melhorou bastante assim, porque agora tem mais opção. Tem mais opções, tem mais lojas, tem mais mercado. Tem mais essas opções. Cresceu bastante. Mas ainda precisa de muita coisa.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“O comércio também mudou bastante, a cidade mudou completamente, está bem diferente do que era antes. Acho que mudou muita coisa.”* Poliana, 30 anos, área urbana.

*“Muito diferente. Ish! O bairro onde eu moro agora é outra coisa. Os comércios, as ruas.”* Carla, 27 anos, área urbana.

*“A questão assim, Machadinho... o que cresceu assim foi estrutura assim, casas, o pessoal construiu muitas casas, comércio.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

O acesso à água e energia elétrica também contribuem para que a vida na fronteira se torne mais fácil, não obstante ainda haja quedas frequentes na energia e alguns locais em que os próprios moradores tem que pagar para instalá-la.

*“Passou acho que uns cinco anos, aí a gente ia colocar, que deu uma melhoria, aí eles disseram que não, que esperasse, porque não ia demorar muito tempo ia entrar com o Programa Luz Para Todos. Nós ainda esperamos bastante tempo ainda, acho que um ano mais ou menos. Aí consegui. Água é poço. Não é de boa qualidade não, mas é bom.”* Elisa, 29 anos, área rural.

*“Hoje tem energia. Nós ponhamos particular já têm uns quatro anos. Água só tem poço.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Até hoje a água aqui é difícil. A represa seca e a água não tem força pra jogar, né, a água na roda d’água. A gente já tentou questão de horta, mas quando chega no período bem bom de mexer a água lá seca e tem que parar tudo.”* Gisele, 25 anos, área rural.

*“Não tem até hoje. Agora que está colocando particular ainda, mas mesmo assim... Tem dez anos que eu moro aqui e não tem energia. Seis quilômetros daqui tem, aí nós temos uma casa lá, nós deixa o freezer lá, coloca a carne lá, quando precisa busca. E aqui em casa tem um motor, que a gente liga a noite, para ligar a televisão e a luz à noite, porque ficar nessa escuridão...”* Renata, 18 anos, área rural.

*“Aqui a gente vive mais sem energia do que com energia. Semana passada acabou a energia sete vezes.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Chegou energia na linha lá eu acredito que em 2010, por aí. Aquela Luz para Todos que veio, do Governo Federal, que veio para a região lá, que trouxe a energia. Demorou muito.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

Acompanhando as mudanças no contexto da fronteira, as mulheres percebem também um processo de mudança no uso do solo, enfraquecimento da terra, expansão da pecuária e diminuição da agricultura, consolidação das terras e mecanização.

*“Na época era café, depois foi se tornando pasto, pecuária. Hoje é pecuária de leite mesmo, mexe com leitinho, com o pasto. [Nos sítios] só mudou mesmo questão de cultivo do café, que acabou, ficou só o gado, a pecuária do leite.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“A soja tá abafando aqui em Machadinho. Tá chegando já plantação que antigamente não tinha. Antigamente era mais café, arroz, feijão. Agora até a soja tá chegando aqui. Esse negócio de terra mercan... mecan... Chega e quem sai prejudicado? Os pequenos agricultores. Os grandes vão se dar bem. [...] Desmata muito. Tirando o veneno que passam também na terra. Por mais que a gente não participa lá, não tá lá, mas o vento leva o veneno e os vizinhos, os pequenos agricultores vizinhos que se ferra né, é tóxico. A maioria dos campos lá para o lado de Minas, Paraná, principalmente, o que tem de área de soja e feijão. Parece que essa epidemia tá vindo para cá.”* Clarice, 21 anos, área rural.

*“Na minha infância, que eu não lembro muito, lá por volta do ano 96, nessa faixa, até 2003, mais ou menos, plantava, plantava milho, plantava arroz, plantava feijão, tinha as lavouras de café. Depois o pessoal foi desanimando com lavoura, com roça, foi acabando. Acabou. Tinha mais no final só pasto e café. Hoje, por sinal, é só pasto.”* Larissa, 21 anos, área rural.

*“Meu pai mexe com gado. De primeiro, acho que tem uns cinco anos já, a gente plantava café. Tinha café, tinha tudo de sítio. Café, arroz, feijão, essas coisas tudo a gente plantava. Agora meu pai já está de idade, não aguenta trabalhar na roça mais, ele mexe só com gado.”* Poliana, 30 anos, área urbana.

Como consequência, tem ocorrido a saída de alguns moradores do sítio, seja para a cidade ou para terras em novas áreas de fronteira, outros decidem arrendar suas terras para outros produtores, além daqueles que tentam se manter nas novas condições da fronteira.

*“Nós já teve gado, agora nós não temos mais. Esse gado que tá aí é arrendado. Tá lá do outro lado. É arrendado.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Os pequenos agricultores vão tudo indo, porque vai chegando os grandes com esses plantios de soja, de feijão. Vê que a maioria é fazendeiro. Para onde os pequenos agricultores vão? São obrigados a ir para a cidade. Se não tem uma escolaridade, se não tem alguma coisa, como é que trabalha na cidade? Se não estuda? Garanto que antigamente não era todo mundo que tinha acesso à escola.”* Clarice, 21 anos, área rural.

*“Aqui em Machadinho tá fácil de comprar alguma coisa para quem tem dinheiro, porque todo mundo tá desistindo e indo embora. A maioria do pessoal, os mais fracos mesmo estão tudo indo embora. Procuram cidades novas, que nem Boatá, Cento e Oitenta, lá eles estão dando terra, segundo eles falam. Mas muitos falam que estão ganhando terra, outros compram por 500 reais. Então eles vende aqui o que tem, vai para lá, monta alguma coisinha. É o jeito que eles têm de melhorar um pouco de situação. Mas no sítio, as terras, sei lá, o tempo vai passando, a terra vai ficando fraca. Para você comprar um sítio hoje você tem que ter dinheiro, porque ninguém mais... [...] Agora como aqui tá mexendo muito com coisa assim, de agricultura, a gente arrenda. Quem tem poder vai e arrenda né, eles plantam e a gente só pega a porcentagem.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

As mudanças no uso da terra e as dificuldades do trabalho agrícola, especialmente no que diz respeito ao retorno financeiro, fazem com que muitas famílias procurem um trabalho externo ao próprio lote, especialmente os homens, como forma de complementar a renda.

*“Ele [marido] trabalha de motorista de escolar. Já tem oito anos e a profissão dele é motorista. Eu fico em casa, cuido do meu gadinho, tiro o meu leite.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Meu marido trabalha para fora. Talvez não tem bezerro bom para vender, ele trabalha para fora, para ganhar um dinheirinho mais rápido.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“O café é uma vez no ano, então você não pode contar com o café que você tem mensal. O gado eu não posso contar que eu tenho mensal, porque eu tenho pouco gado e eu não posso vender todo mês um gado senão eu fico sem. Então, a minha renda, no momento, não está sendo nem do sítio, está sendo fora. O meu esposo, ele é pedreiro e eletricista, então nossa renda a gente está tirando fora.”* Clara, 25 anos, área rural.

*“Nós já teve gado, outras coisas, agora, só que daí deu uma caída. Meu pai trabaia assim, diária, assim, com as pessoas. Agora, nesse tempo, a gente tá panhando café.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

Das mulheres entrevistadas que possuem filhos, muitas disseram que ensinam os filhos a fazer trabalhos relacionados à terra, para que eles as ajudem no serviço e tenham um ofício em caso de necessidade. Em geral, eles ficam com as tarefas mais leves. Entretanto, elas

não desejam que eles sigam essa vida; elas preferem que eles estudem e tenham uma profissão mais bem remunerada e menos desgastante que o trabalho na roça.

*“O meu moleque eu tô começando a ensinar, às vezes ele sai, eu tenho que me virar em duas e fazer tudo. Ele já tá com 12 anos, aí eu comecei ensinar a ele tem pouco tempo. Ele tá aprendendo. Tem muito para aprender ainda. Se Deus quiser, para mim, tipo, ter uma liberdade. Eu sou muito presa, com negócio de tirar leite, eu não tenho liberdade para sair, ficar muitos dias fora nem nada. Esse negócio de aprender a tirar leite, essas coisas, é só mesmo para a criança crescer também sabendo fazer o serviço, ajudar os pais, mas nada que prejudique ele ir na escola.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Os meninos ajudam. Ah, eu acho que sim, porque a gente não sabe o dia de amanhã. Vai que uma hora eles têm que ficar, assim, eles vão ter que ficar sozinho, aí sabe fazer as coisas, sabe se virar.”* Taís, 30 anos, área rural.

*“Eu planto uma hortinha, elas águam, prende bezerro, tira leite para beber.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“O serviço que faz é varrendo terreiro, de vez em quando fechando bezerro para a gente. Eles são novos. Não tem como pegar serviço nele. Mas ao menos isso ele faz.”* Letícia, 25 anos, área rural.

Mesmo que tenha havido significativa evolução na infraestrutura e na disponibilidade de serviços em Machadinho, as mulheres destacam que ainda há muitos pontos que precisam melhorar no município. Uma das áreas mais críticas ressaltadas pelas entrevistadas é a saúde, considerada precária e que não atende as demandas dos indivíduos, ainda que tenha melhorado em relação ao início da fronteira.

*“Falar para você que ali tem hospital, não tem. Tem um negócio lá abandonado. Você escuta a rádio da região e só vê reclamação. Você tem que pedir para Deus não deixar você precisar, porque se você precisar dali, se eles tiverem de te encaminhar, eles encaminham de Porto Velho para lá porque ali não tem muita coisa que fazer não.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Hospital quase não uso não. Quando as meninas adoecem, eu levo num farmacêutico que tem lá. É melhor do que os médicos daqui (risos).”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Tem vez que já tá caindo lá morrendo, tá querendo ser atendido, se você não chegar lá e brigar com eles, bater na mesa para o médico atender, eles não atende. Tem que fazer tipo um escândalo para eles atender. Porque a pessoa já tá indo lá morrendo, já é emergência, tá escrito emergência, se o médico não tá fazendo nada, ele pode atender a pessoa. Às vezes falta álcool, essas coisas. Cirurgia... Anestesia. Essas coisas mesmo que é o*

*principal, que precisa, falta às vezes no hospital ali.” Ludmila, 25 anos, área rural.*

*“É bastante precário [o hospital]. Assim, agora, com o Programa Mais Médicos ajudou um pouco, mas tem determinados exames que não fazem aqui, tem que mandar para fora. Às vezes até raio-x.” Suzana, 25 anos, área rural.*

*“Quando vai, quando tem dinheiro, é no particular. Não compensa. Você fica lá dois meses. Você consulta hoje, aí você vai fazer o exame, aí você espera um mês ele chegar, aí você vai espera esse mês, marca mais um mês para passar no médico. É assim, você fica consultando uns três, quatro meses. No final, os exames já nem vale mais. Eu fui no particular, é mais prático, é mais rápido.” Larissa, 21 anos, área rural.*

*“Principalmente a área da saúde mesmo a gente não tem, é muito precária. A metade dele [hospital] tá interditado. Tudo a gente sai para Ariquemes.” Joana, 32 anos, área urbana.*

*“Tem muita coisa que falta. Nós temos aqui coisa para dentista, mas não tem o dentista. Tem aparelho de ultrassom e não tem o médico. Então falta muita coisa. A administração é muito ruim. Quando a pessoa depende do SUS, eles põem a gente para ir ou para Porto Velho ou Ariquemes. Mas como isso demora muito, é uma fila de espera muito longa, a maioria do pessoal que tem condições prefere ir para o particular em Ariquemes mesmo.” Fernanda, 29 anos, área urbana.*

*“Ah, eu não acho muito bom não. O atendimento deles não são bons e são muito demorados. Principalmente em questão das ambulâncias, quando alguém chama, às vezes eles não vem. Igual, meu pai estava com vesícula, daí ligou lá no sítio, perguntou o que que ele tinha e não foi buscar. Teve que chamar o vizinho para trazer ele aqui porque a ambulância não veio. O pessoal reclama muito, porque eles são muito mal atendidos e demora muito.” Isabela, 18 anos, área urbana.*

A área da educação, por outro lado, recebe considerações positivas por parte das mulheres, especialmente pelo avanço na infraestrutura das escolas e crescimento do ensino superior. Não obstante, destacam pontos que precisam ser melhorados.

*“A questão, assim, do ensino tá do mesmo jeito, nunca mudou, mas assim, pra você analisar os estudos já de Ariquemes pra lá, o estudo é mais reforçado do que pra cá. Aqui eu sinto que é bem mais fraquinho né? A situação dos alunos que sofre muito pra chegar até na escola, é aquele poeirão, não tem ar condicionado, não tem ventilador, então é aquele clima bem pesado, né, para as crianças.” Gisele, 25 anos, área rural.*

*“Melhorou em algumas coisas. Por exemplo, questão de lazer para as crianças, essas coisas não tem mais. O ginásio não tem. Na minha época de*

*escola a gente ia no ginásio. Agora não tem. As escolas, eu acho que elas estão melhores no caso das estruturas, mas a educação, ela não...*” Suzana, 25 anos, área rural.

*“Aquela escola que ela estuda já foi a melhor aqui. Ultimamente tá assim, na minha opinião, tá médio, não tá nem ruim nem muito ótimo não.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“As escolas também, começou, tipo, a abrir mais escolas, mais oportunidades de estudo para a gente. Melhorou bastante.”* Poliana, 30 anos, área urbana.

*“Tem que melhorar muito também, por causa que a demanda de alunos é muita e são poucas professoras, pouca coisa para poder o ensinamento ser bem melhor. Poderia ser melhor. Já foi bom. Agora tem ônibus que leva as crianças para as escolas. Antigamente também não tinha.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Melhorou, as estruturas melhorou, só que assim, questão... Falta professor, falta isso, falta aquilo. De estrutura não, melhorou. Da minha época para cá melhorou, melhorou as estruturas, carteira, são todas as salas com ar condicionado. A estrutura melhorou, mas agora em questão de professores que ficou mais complicado.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

A percepção das mulheres acerca do ambiente e das condições de vida nos estágios mais atuais de desenvolvimento da fronteira é de grande importância para se compreender o cenário em que elas tomam suas decisões reprodutivas. As mulheres destacam que Machadinho tem se desenvolvido e cresceu a disponibilidade de serviços e bens, bem como o acesso aos meios de comunicação e a conexão entre sítios, núcleo urbano e as demais cidades – o que era quase inexistente nos estágios iniciais de evolução da fronteira. No entanto, ainda possuem importantes obstáculos no acesso a serviços médicos, o que inclui serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Além disso, mudanças importantes ocorreram no uso da terra e um processo de consolidação está em curso. Nesse sentido, a fronteira atualmente se distancia cada vez mais das condições passadas, orientando as estratégias reprodutivas para novos caminhos.

### 4.2.3 História reprodutiva

Essa seção descreve a história reprodutiva das mulheres que vivem seu período reprodutivo nas condições atuais da fronteira, de modo a trazer elementos que permitam identificar como esse contexto moldou suas preferências e práticas reprodutivas e contraceptivas. Há, ainda, a percepção das entrevistadas sobre serviços de saúde reprodutiva, acesso a métodos contraceptivos, pré-natal e atenção ao parto e diferenças na fecundidade e planos futuros das coortes, bem como a opinião delas sobre a relação entre o número de filhos e a produção agrícola e a terra.

#### *Idade ao casar, idade ao ter o primeiro filho, ideais e preferências reprodutivas*

As Tabelas 4 e 5 mostram que há um padrão de casamento precoce entre as mulheres do perfil entrevistado, porém, a idade ao primeiro filho é superior em quase 2 anos à da primeira união. Isso ocorre porque há mulheres casadas que ainda não foram mães, mesmo estando casadas há certo tempo – fato que as diferencia das mulheres que chegaram no início da fronteira.

Entre as mulheres da fronteira atual, há menor proporção de filhos não planejados. A maior parte dos filhos foi tida no momento desejado pelas mulheres, independente da ordem de nascimento. Assim, essas mulheres conseguem esperar um tempo maior entre o casamento e o primeiro nascimento e espaçar os demais. Isso ocorre porque, em geral, elas possuem um conhecimento prévio sobre uso de métodos e conseguem evitar filhos indesejados.

*“Eu demorei quatro anos depois de casar para poder ter ele. Assim, eu tava planejando preparar primeiro uma casa, porque eu fui morar logo com a minha sogra, depois que eu fui construir a minha casa. Aí eu demorei quatro anos para ter ele e acho que mais quatro para a outra, a menina. Já era tudo assim, planejado.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Não, eu queria. Eu quis. Planejado. [A segunda filha] Foi como a primeira, planejada também.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Porque assim, logo de cara eu não queria ter filho, aí eu esperei um pouco e tomei remédio. Foi planejado. Eu ainda fiquei um ano e seis meses ainda [até engravidar].”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Querida. Depois de cinco anos e meio de casada que eu tive ele. [Segundo filho] Não foi sem querer também não.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

*“Eu queria. Eu queria mesmo. Foi planejado. Ela foi planejada mesmo. Parei [de tomar pílula] para poder engravidar.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

*“Eu parei de tomar remédio porque eu queria engravidar agora, aí demorou um tempinho até eu engravidar.”* Paula, 22 anos, área urbana.

No entanto, ainda há uma parcela significativa de filhos que nasceram sem que as mulheres esperassem, principalmente por falha contraceptiva. Desse modo, nem sempre a implementação das preferências reprodutivas ocorre de maneira perfeita. Há, por outro lado, uma mescla entre filhos planejados e não planejados, ou seja, a existência de um filho não desejado independe da ordem de nascimento. Assim, nem todos os filhos tidos por uma mesma mulher foram desejados.

*“[O primeiro] foi meio escapulido. [O segundo] Nós já queria ele. Depois, a outra que eu perdi. Por último foi essa aí, queria também.”* Taís, 30 anos, área rural.

*“[Primeira filha] Eu pensava. Eu queria. Eu tomava remédio naquela época, eu parei para engravidar. Essa aqui [segunda filha] eu engravidei tomando remédio. Dessa aqui [terceira filha] também.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Do primeiro queria. Eu gostava muito de criança, eu queria sim. O segundo foi uma bobeira, uma bobeira. [O terceiro e quarto filhos] queria, por causa que eu queria um menino homi né? A última num queria muito não, mas aconteceu, né?”* Lorena, 27 anos, área rural.

*“Não, não tava na boa fase não. Veio de supetão, não é? Mas graças a Deus tá bem. Eu tava doente, então foi uma fase meio complicada. Eu tive que parar [de tomar pílula] na época, porque estava doente. E aí veio ela. Mas graças a Deus deu tudo certo. Agora, da segunda não, da segunda já foi já programada. Usava DIU e tirei para ter essa pequenininha.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“Não, [o primeiro filho] foi sem querer. O meu segundo filho foi planejado. Porque eu tinha a ideia: ‘Agora eu ganho o neném e opero. Dois tá ótimo’. O terceiro foi quando nós fomos viajar, chegou lá, lá precisava de receita para comprar o remédio e eu não tinha levado.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

Apesar de terem mais conhecimento e acesso aos métodos, entre essas mulheres há maior proporção de gravidezes que ocorreram antes do casamento, em comparação às mulheres mais velhas. Essa gravidez faz com que as mulheres se unam precocemente ao pai da criança, o que tem como consequência, em alguns casos, a separação desse casal tempos

mais tarde. Por conseguinte, há também significativo número de mulheres que possuem filhos de outros companheiros que não o atual, devido ao recasamento.

*“Quando eu fui morar com esse marido meu, ele tinha um ano e nove meses. O mais véi não é filho dele. O mais véi é de outro, é do outro. Agora, os três, a menina que eu perdi e esses dois aí é dele.”* Taís, 30 anos, área rural.

*“Do primeiro [marido] eu tive dois filhos. Separei, estava grávida de dois meses da outra. Aí pareceu outro, tive três filhos.”* Lorena, 27 anos, área rural.

*“Eu casei grávida. Foi uma surpresa que a gente, no entanto, não esperava, daí eu engravidei, aí a gente conversou e a gente queria casar, eles concordaram, a gente casamos, né, no civil e no religioso.”* Gisele, 25 anos, área rural.

*“Tive o pai dele, que não é desse aqui. Tinha 14 anos. A maior burrada da minha vida. Aí eu separei grávida do menino, tive ele sozinha. Depois, com 18 que eu encontrei... Que eu fui morar com esse. Agora tô grávida.”* Letícia, 25 anos, área rural.

*“Foi sem querer. A gente estava ainda comprando as coisas para casar e aí engravidei. Tive que casar bem rápido ... No mesmo ano ela nasceu.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Eu casei depois que eu engravidei. Eu tava grávida, aí eu casei.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

Algumas mulheres, por sua vez, consideram que se casaram cedo e que poderiam ter esperado um pouco mais. A união precoce está relacionada, em geral, às condições de vida e à relação conflituosa com os pais, o que faz com que elas adiantem o casamento como uma forma de buscar uma nova vida.

*“Como o meu pai não tinha um lugar fixo e minha mãe não tinha profissão nem um trabalho, então eu senti muito assim, falta de tudo que você pensar, de possuir roupa, calçado, essas coisas assim. Tanto que eu saí de casa até mais cedo, eu creio, por causa que eu tinha vontade de ter as coisas. Como o meu pai não deixava nem a minha mãe trabalhar nem ele tinha uma cabeça fixa, então todo mundo sofreu; minha mãe sofreu, eu sofri. Tipo assim eu comecei a trabalhar com 12 anos de empregada doméstica, para comprar caderno, comprar as coisas. Por isso eu ponhei na minha cabeça desde cedo, eu falo que mesmo não sendo madura naquela época, eu fui madura, eu pus na minha cabeça assim, já que eu não vou estudar, eu falei: ‘O dia que Deus preparar, que eu achar uma pessoa que seja boa, eu vou pegar e me casar logo de uma vez para parar de sofrer’. Meu marido tinha 19, na época eu tinha 16, eram duas crianças, porque de lá para cá rolaram*

*muitas coisas e graças a Deus estamos juntos. ” Mariana, 32 anos, área rural.*

*“Tem hora que eu acho que eu apressei sim. Eu acho que eu deveria ter esperado um tempo mais, mas não me arrependo não. Assim, se eu tivesse a mentalidade que eu tenho hoje, por causa de muitas coisas que acontecem, eu tinha deixado. Mas também um pouco, assim, eu a minha avó estava com a convivência atritosa, estava bem difícil. Para escapar um pouquinho, mas não foi só isso, mas foi um pouco o que apressou. ” Larissa, 21 anos, área rural.*

O companheiro da mulher, em geral, participa da decisão sobre o número de filhos que o casal pretende ter. Entretanto, prevalece a preferência da mulher, principalmente sobre parar de se reproduzir. O marido normalmente opina no sentido de querer mais um filho, em geral de sexo oposto aos que eles já têm.

*“Ele nunca foi, assim, daqueles maridos de cobrar filho não. Teve mais por influência minha mesmo. Ele não faz questão não. Se eu tivesse só um, para ele tava bom demais. ” Mariana, 32 anos, área rural.*

*“Porque meu esposo já foi casado, ele tem duas filhas. É mais decisão minha mesmo. Ele não liga com essas coisas não. Se eu quisesse ter mais três, ele queria também. ” Michele, 20 anos, área rural.*

*“Ele [marido] queria ter mais um. Eu falei: ‘Não. Nós temos um carro e o carro é cinco lugar’. Nós somos em cinco. ” Fernanda, 30 anos, área urbana.*

*“Mais um só. Ele [marido] quer três. Só que eu tô tentando dobrar. Não quero três não. ” Carla, 27 anos, área urbana.*

*“Ele [marido] pensa. Ele quer ter outro filho. Ele fala em três. Mas três não, dois tá bom. Dois tá bom. ” Melissa, 25 anos, área urbana.*

Entre as solteiras, fica explícito o desejo de esperar mais um tempo para se casarem, constituir família e terem filhos. As entrevistadas declaram que preferem terminar os estudos e ter uma situação mais estável antes de se unir ou engravidar; algumas dizem nem pensar nisso no momento. A preferência, da mesma forma, é por um número pequeno de filhos.

*“Eu penso em casar e ter filhos, só não quero me preocupar agora. Assim, se você começar a estudar e já for ter filho, aí atrapalha um pouco. ” Ludmila, 25 anos, área rural.*

*“Ó, falar a verdade, pensar assim, nunca parei para pensar não. Se tiver, o que vier tá bom. [...] Num futuro bem distante, quem sabe. Eu só gostaria de terminar a faculdade, arrumar um bom emprego, para ter uma situação*

*mais melhor do que arrumar um filho agora e complicar muito a situação.”*  
Clarice, 21 anos, área rural.

*“Só quando eu terminar minhas faculdades, aí sim, aí vou pensar nisso [casar]. Eu acho que pode atrapalhar. Depois o marido não querer deixar eu estudar, aí não vai ficar muito bom. Então eu não penso por agora não. [Filhos] Também não. Nem no futuro. Quero não. Só porque eu vi um corte numa barriga de uma mulher um dia, num quero não. Vai ter que adotar, porque eu não quero não.”* Renata, 18 anos, área rural.

*“Meu noivo quer ter dois. Têm que ter dois, diz ele. Assim, eu até me animo com a situação, mas, assim, é porque eu ainda sou nova, eu penso, aí eu não estou tão assim, eufórica que nem ele. Eu acho que só um já está bom.”*  
Alice, 18 anos, área urbana.

*“Eu pretendo casar e ter filhos, mas primeiro eu quero terminar minha faculdade.”* Isabela, 18 anos, área urbana.

Assim, as mulheres nos estágios mais avançados de evolução da fronteira parecem ter uma definição mais clara de qual seria o número ideal e o momento em que elas querem ter (mais) filhos. De maneira geral, na formulação desse ideal elas levam em consideração sua situação atual, o contexto socioeconômico que as cercam e também as experiências passadas de suas mães. As dificuldades de se criar um filho no mundo atual, que exige um bom estudo, muitos bens materiais, além da violência e das drogas, preocupam muito as mães e também influenciam em um ideal menor de filhos. O momento em que elas desejam engravidar também se relaciona com as condições materiais e financeiras delas e do ambiente em que estão. Em geral, elas querem poucos filhos (dois, no máximo, três) e são mais bem sucedidas em realizar essa preferência, quando comparadas às mulheres do início da fronteira. Algumas, mesmo tendo poucos filhos ou planejando-os, declaram que queriam ter tido menos. Os depoimentos apontam essa diversidade.

*“Eu acho que, se fosse hoje, acho que eu só teria um mesmo. Por questão de criação, questão de dar educação, questão de trabalho, que você sofre muito para dar, às vezes, o estudo.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Agora não é uma vantagem, porque, primeiro, a gente está morando aqui [com os pais]. Depois que tiver estabilizado, cada um tiver profissionalmente mais estabilizado, sim. Também porque as coisas não estão fáceis hoje em dia. A gente tem que pensar muito. Eu penso assim, que pensar em ter mais filhos, primeiro tem que pensar na qualidade de vida que essas crianças vão ter. Colocar uma criança no mundo e depois não ter condições de dar o que a criança precisa, necessita, é complicado.”*  
Suzana, 25 anos, área rural.

*“Pretendo, mas não sei quando. Ah, eu mais meu marido tá muito jovem, eu acho que a gente quer... Eu gosto muito da minha privacidade, eu não sei se eu... Hoje eu não tô disposta a dividir com menino não. Eu gosto muito de ser eu e ele. Mas nós tem, futuramente, pretensão de ter filho, mas daqui uns três, quatro... Também a gente tem pouco tempo de casado, fez três anos agora. Mais para frente. [...] Acho que no máximo uns dois. Pelo o que Deus quiser. Mas, assim, eu desejo uns dois só. Está caro ter um filho.”* Larissa, 21 anos, área rural.

*“Para a gente educar e estudar é difícil, dar uma faculdade, aí desisti, parei com eles dois mesmo. Lá em casa a gente foi família grande, minha mãe teve seis filhos, aí eu via muita dificuldade. Era muito difícil criar filho e tal, muito trabalho, aí eu já pensava na minha cabeça ‘vou ter só dois filhos só e pronto’.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Não, [quero] só ela. Eu nem pensava em ter filho. Pensava em não ter nenhum. Porque as coisas é muito difícil, né? A educação também, a gente que dar para ela... Eu dou para ela de tudo. Tudo que ela quer, ela tem. Aí vai ter outro... Ai um custo mais alto ainda. [...] Às vezes a gente vê as criancinhas aí, elas têm tantas crianças, as crianças tudo sujos, mau cuidado. Eu penso de outra forma: se for para mim ter filho é para cuidar bem.”* Lílian, 29 anos, área urbana.

*“[Quero esperar] Mais uns dois anos. É questão financeiramente mesmo. A questão é financeiramente porque eu tenho que reformar a casa, comprar, ajeitar algumas coisas para depois... Porque quando você não tem nem um, você não tem noção de como que é. A partir do momento que você tem um, você sabe a responsabilidade, o trabalho que dá, a despesa, gasto. E um é um. Agora dois já dobra tudo. Eu penso assim, tem que tá um pouquinho mais estruturada para poder ter o segundo.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

A maior parte das mulheres nos estágios mais avançados de evolução da fronteira conversou com a mãe, parentes ou amigas sobre casamento, reprodução e meios de se evitar filhos. O fato delas terem recebido, ainda que de forma tímida, algum tipo de informação sobre esses aspectos faz com elas sejam mais bem informadas, o que reflete, de alguma maneira, na realização de seus ideais reprodutivos. Assim, elas acreditam que esse tipo de conversa é importante e pretendem, da mesma maneira, instruir os filhos sobre essas questões para que eles não aprendam de forma errada com outras pessoas.

*“Ah, eu pretendo passar para eles todos os meus conhecimentos de prevenção, assim, prevenção de tudo, como se cuidar, como se prevenir do mundo. Porque hoje em dia tá muito liberado tudo quanto é coisa, e se a gente não conversar em casa, eles vai aprender errado lá na rua. Então é melhor quando chegar a hora de você ensinar para a sua filha alguma*

*coisa ou para o seu filho, do que eles descobrir lá na frente ou descobrir errado, ou descobrir tarde demais.” Mariana, 32 anos, área rural.*

*“Minha mãe conversava. Pretendo, é muito importante a gente conscientizar eles. Ah, porque hoje em dia a gente tem que falar, se a gente não falar, vai saber e talvez alguém vai dar uma opinião, um conselho muito ruim. Então a gente falando, elas vai muito pelo conselho de mãe.” Natália, 27 anos, área rural.*

*“A minha mãe é da saúde... Portanto, quando a gente já tinha certa idade, que ela via que a gente já estava querendo já começar a namorar, às vezes a gente não tinha nem tido relação com ninguém ainda, ela já pegava preservativo, a gente saía, ela colocava na bolsa ou colocava na carteira dos meus irmãos. Então, assim, minha mãe sempre foi muito aberta nisso. Por isso que às vezes a gente vê muito caso assim, vê um absurdo assim, uma menina de 20 anos casando e não sabe o quê que vai acontecer. Mas, por quê? Porque as mães não tem a mente aberta para ensinar. Por isso que acontecem muitos casos aí que... Tem que ser mais moderna, né?” Clara, 25 anos, área rural.*

*“Sim, minha mãe conversava. Se a gente não avisar, sabe por fora, é pior ainda. É importante sim, tem que saber.” Michele, 20 anos, área rural.*

*“A mãe conversava até bastante. Eu já converso. Minha filha é adolescente, eu já converso com ela. É muito importante. Ish! Porque, assim, ela escutando de mim... Eu sempre dou exemplo para ela, falo, mostro quando acontece alguma coisa. Eu acho que ela pode segurar mais as informações. Eu falo para ela: ‘Você tem que conversar comigo, porque eu sou a sua mãe. Se quiser falar alguma coisa, tem que falar para mim’. E ela fala bastante comigo, ela pergunta as coisas que ela não sabe.” Betânia, 33 anos, área urbana.*

*“Conversava com todo mundo, conversava com a mãe, com as tias, com avós, com tudo. Eu converso já com elas desde agora. Já converso com elas desde agora o que é certo e o que é errado.” Joana, 32 anos, área urbana.*

*“Minha mãe sempre conversou comigo. Eu já converso. Eu tenho um menino de 12 anos, eu converso. Eu converso bastante com ele. Tem uma menina de 8, que é mais esperta que ele, que o de 12, aí eu converso bastante, explico.” Fernanda, 29 anos, área urbana.*

### ***Conhecimento, acesso e práticas contraceptivas***

O conhecimento e uso de métodos contraceptivos permitem à mulher alcançar de forma mais precisa suas preferências reprodutivas. Entre as mulheres que vivem seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira, há uma maior variedade

de métodos sendo utilizados, em comparação às mulheres que viveram no início da fronteira. Os mais frequentes são pílula, laqueadura, preservativo e injeção, enquanto métodos tradicionais não são utilizados (somente uma que tinha alergia à pílula) (ver Tabelas 4 e 5).

Assim, as mulheres que vivem seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira demonstram conhecer e ter acesso aos métodos para evitar filhos e muitas usam tais métodos desde antes de se casarem. Elas acreditam que hoje a maior parte das mulheres conhece e usa algum método. Via de regra, são elas mesmas que optam por começar a utilizar algum método, não obstante algumas tenham sido aconselhadas por médicos, farmacêuticos e amigos.

*“Quando eu casei, aí... Foi o farmacêutico que mandou arrumar e usar [método].”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Eu mesma. No início, o primeiro mês que eu casei, eu não tomava. Eu tomei depois que eu casei. O primeiro mês que eu casei, eu tomei, comecei a tomar por mim, depois eu fui... Quando eu consultei, eu conversei com o médico sobre isso e ele me orientou e tal. Agora também eu fui na ginecologista, eu conversei com ela sobre isso.”* Larissa, 21 anos, área rural.

*“Tomei pílula, foi decisão minha mesmo.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Eu tinha 19 quando comecei a usar. Eu consultei um médico na época.”* Patrícia, 25 anos, área urbana.

*“Foi a enfermeira que indicou [o método].”* Jéssica, 22 anos, área urbana.

*“Foi porque eu quis. Na verdade comecei tomando porque eu quis. Eu vi que passava mal, aí eu fui no ginecologista e ele passou para mim.”* Paula, 22 anos, área urbana.

A maioria das mulheres obtém os métodos utilizados em farmácias, apesar de saberem que nos postos de saúde há distribuição gratuita de alguns deles. Algumas relatam retirar os anticoncepcionais no sistema público, não obstante às vezes terem dificuldades em consegui-los.

*“Quando tinha eu pegava ali [no posto de saúde], quando não tinha, tinha que comprar. Porque era direto que tinha, na farmácia do hospital.”* Taís, 30 anos, área rural.

*“Eu comprava na farmácia. Porque agora tem [no posto]. Antigamente não tinha, nesse caso melhorou. Tem a farmácia popular, mas é difícil, são poucos remédios que eles distribuem.”* Suzana, 25 anos, área rural.

*“Na farmácia. Os postos nem isso tá dando mais. Tá feio lá. É direito da gente, mas tem hora que o direito da gente acaba sendo tão difícil que a gente acaba, infelizmente, deixando para trás. A gente tem o direito de receber medicamento, sim, de graça, mas acaba sendo tão difícil que, pela facilidade, é mais fácil comprar do que ficar correndo atrás de posto.”* Larissa, 21 anos, área rural.

*“Eu sempre comprei na farmácia.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

Mesmo conhecendo e utilizando métodos, ainda há uma parcela de gravidezes que ocorrem por falha contraceptiva, ocasionada principalmente por mau uso.

*“Tomava remédio e engraidei. Acho que falha assim, a gente esquece de tomar.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Eu tomei remédio mesmo. Tomava remédio. Mas eu esquecia. (Entrevistadora: E aí engravidava?) Aceitava, né?”* Lorena, 27 anos, área rural.

*“[Antes de engravidar] Usava preservativo. Só usava preservativo, só. Falhou.”* Letícia, 25 anos, área rural.

*“Eu usava remédio, mas eu mais esquecia de tomar do que eu tomava. Eu tomava um dia, passava três. Quando eu lembrava, eu ia lá e tomava os três comprimidos.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Usava camisinha só, aí aconteceu ela. Foi escapulida.”* Lílian, 29 anos, área urbana.

A pílula é o contraceptivo mais utilizado entre as entrevistadas. Por ainda estarem em seu período fértil, muitas não querem terminar sua fecundidade, apenas espaçar os nascimentos e esperar o momento certo para ter filhos. Dessa forma, a pílula é o método preferido por não ser definitivo, além de sua praticidade, segurança e poucos efeitos colaterais.

*“Eu usava [pílula] anticoncepcional, eu já tinha o plano de ter só mais um, no caso.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Por último tava usando comprimido. A pílula mantém a rotina certinha, todo mês vem certinha, não tem atraso, não tem erro, não tem nada.”* Letícia, 25 anos, área rural.

*“Tomei pílula. Porque assim, logo de cara eu não queria ter filho, aí eu esperei um pouco, tomei remédio.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Tomo pílula. Eu sempre tomei, nunca passei mal, nunca falhou.”* Carla, 27 anos, área urbana.

*“Porque, assim, você não tando operada tem outras formas de você prevenir. Eu conheço pessoas aí que tem 20 anos que se previne, nunca engravidou. E a partir do momento que você resolver ter outro filho...”*

*“Porque o dia de amanhã a gente não sabe, parou, pronto. Se você laqueou não tem mais conserto, né?”* Melissa, 25 anos, área urbana.

No entanto, algumas mulheres reclamam que se esquecem de tomar a pílula, correndo o risco de uma gravidez não planejada. Uma alternativa encontrada por elas para amenizar tal problema é o uso da injeção, considerada mais fácil por não ser de uso diário, aplicada uma vez por mês. Além disso, teria menos efeitos colaterais para mulheres que não podem tomar pílula.

*“Melhor injeção. Porque você não tem que todo dia você estar lembrando. A injeção, você foi lá, tomou e acabou.”* Elisa, 29 anos, área rural.

*“Eu já cheguei a tomar a pílula, mas eu não consigo me adaptar a pílula, eu passo mal. Aí eu acabo tomando o injetável.”* Clara, 25 anos, área rural.

*“Porque comprimido eu esquecia de tomar todos os dias. E a injeção é uma vez por mês.”* Jéssica, 22 anos, área urbana.

*“Uso de injetar. Porque eu morro de medo de engravidar por causa da minha mãe e do meu pai. Acho que o oral eu ia esquecer, né? Eu acho que esse é o mais fácil que tem.”* Alice, 18 anos, área urbana.

Por outro lado, a laqueadura também é um método bastante difundido entre essas mulheres. Apesar de ainda serem jovens, muitas optam por um método definitivo para não ter mais filhos. Mesmo entre aquelas que não são esterilizadas, há um desejo explícito de realizar a cirurgia em um futuro próximo. A escolha desse método se relaciona com o fato de terem alcançado o ideal de filhos, que geralmente é baixo, e não quererem correr o risco de uma gravidez não desejada. Questões de saúde também estão relacionados à escolha desse método. Desse modo, quando atingem o número desejado de filhos, elas fazem a laqueadura.

*“Na cesárea já fez. Eu conversei com o médico, falei que eu não queria mais por questão de genética de varizes. Eu sofria muito. A minha mãe tem, eu puxei a ela. Eu falei: ‘Eu já tô cheia de veias, estourando um monte’. Sofria muita dor nas pernas. Questão de saúde mesmo, eu falei: ‘Eu não quero mais nem um neném mais’. Cada gravidez estourava um monte de veia. Dois [filhos] já é bom demais, já é o suficiente.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Ainda não [fez laqueadura]. Eu tenho vontade, porque eu não quero mais não. Meu marido também não quer não.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Pessoal dava conselho, que as coisas é bem difícil. Dava conselho para mim aí eu resolvi. As vizinhas... inclusive uma foi até no Jarú mais eu. Aí fizemo. Só que foi melhor assim.”* Lorena, 27 anos, área rural.

*“Foi uma indicação e foi decisão minha, assim, ao mesmo tempo. O médico fez uns exames lá e ele disse que a chance de eu ter filho normal era 5%, por causa dos nossos tipos sanguíneos, eles explicaram lá. Ai eu fiz particular dele, com muita dificuldade eu consegui fazer a laqueadura. Porque eu sou muito nova, teve que entrar eu e meu marido junto e falar que eu queria, que era essa a decisão que eu queria tomar.”* Gisele, 25 anos, área rural.

*“Fiz porque eu tenho um problema, eu tenho endometriose, um problema sério. A minha médica até achou que eu nem conseguiria engravidar do segundo e ela achou melhor também. Eu falei que eu queria e ela falou: ‘É, você sofre muito, é perigoso você dar um começo de aborto se tiver mais uma gestação’.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Eu tenho vontade de fazer a laqueadura. Já facilita. Eu quero encerrar mesmo, não correr o risco.”* Carla, 27 anos, área urbana.

*“Quero desligar, cortar as trompas. Laqueadura, né? Para não ter mais filhos. No meu ponto de vista, tá difícil filhos.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

Nesse sentido, a cirurgia para esterilização é, na maioria das vezes, realizada no parto do último filho. Assim, a escolha pela cesárea está, em grande parte, relacionada à realização da laqueadura; dessa maneira, as mulheres pagavam pela cesárea e aproveitavam a operação para fazer a laqueadura. Interessante notar que, apesar de poucas, algumas entrevistadas acabam engravidando justamente para fazer a cirurgia, uma vez que existem critérios legais de elegibilidade para tal (idade ou número de filhos).

*“Eu paguei o pré-natal e, automaticamente, já pagando o pré-natal, o médico cirurgião já marcou já para a laqueadura também.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Aí ela eu tive que fazer cesárea. Porque ela não nascia mesmo normal, porque o cordão umbilical estava enrolado no pescoço dela e ela não nascia. Aí nós já fez tudo. Só ela que foi cesárea. (Entrevistadora: Você quis ter mais um para fechar?) Para operar.”* Taís, 30 anos, área rural.

*“A primeira foi parto normal e a outra cesárea. É porque eu queria operar para não ter mais filhos. Aí tinha que ser cesariana.”* Elisa, 29 anos, área rural.

*“Quatro foi parto normal. A última foi cesárea e laqueadura.”* Lorena, 27 anos, área rural.

*“Eu fiz laqueadura durante o parto. Foi tudo pago. Foi tudo junto.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“Ia operar da segunda [filha], mas pelo SUS tem uma faixa etária para se operar. Eu não podia. [No terceiro] Falei: ‘Ah, mas só um mês sem tomar remédio. Também, se eu engravidar é bom que eu já opero’. Foi onde eu engravidei do meu menino e operei. [...] A gente pagava o doutor e ele fazia a cesariana, grátis. Paguei só a consulta, o parto foi grátis, pelo SUS.”*  
Fernanda, 29 anos, área urbana.

As mulheres que fizeram a laqueadura não se arrependeram de ter feito. Elas afirmam que de fato não queriam mais ter filhos, já haviam alcançado o número que desejavam, de modo que a esterilização era a solução mais prática e efetiva evitar novas gravidezes.

*“Eu não me arrependo de ter me operado não. Eu acho que se fosse hoje, acho que eu só teria um mesmo.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Não [arrependo]. Porque já não é fácil nossa vida, o jeito que a gente teve, e ainda ter mais uma criança assim, com deficiência.”* Gisele, 25 anos, área rural.

*“Eu não me arrependi não. Quando veio o segundo eu falei ‘dois tá bom’.”*  
Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Não, porque as opções que eu tinha era fazer ou fazer. Porque eu não podia ter nem um, então... foi melhor.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“Não! Dei foi muita sorte. Nossa! Tá bom demais. [...] Eu falei: ‘Chega! Tá ótimo. Desisto’. É porque não quis mais mesmo.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

Em geral, a decisão sobre fazer ou não a laqueadura é tomada pela mulher e o marido tem pouca influência nessa escolha.

*“Eu falei assim: ‘Tomara Deus que se eu arrumar um agora, venha uma menina, aí já opero’. Aí veio outro menino. Aí fiquei cinco anos tomando remédio. Depois eu e meu marido decidimos ter outro. Eu falei: ‘Só que se for menino ou menina, de um jeito ou do outro eu vou operar dessa vez’.”*  
Taís, 30 anos, área rural.

*“Ele queria ter mais um. Eu falei: ‘Não. Nós temos um carro e o carro é cinco lugar’. Nós somos em cinco. Chega!”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

Assim, as mulheres que vivem nos estágios mais avançados de evolução da fronteira possuíam, desde o começo de sua vida reprodutiva, conhecimentos sobre métodos contraceptivos e acesso a eles, seja nos serviços públicos de saúde ou particular. Nesse sentido, elas têm maior êxito em espaçar os nascimentos e implementar suas preferências, ainda que haja uma proporção significativa de falhas e gravidezes não desejadas e a utilização da cesárea seguida de laqueadura como estratégia contraceptiva.

### *Pré-natal e parto*

O atendimento recebido pelas mulheres antes, durante e depois de sua gestação é um relevante indicador do tipo de assistência médica que elas têm na fronteira. As melhorias ocorridas no hospital desde sua abertura até os dias mais atuais permitem que as mulheres tenham uma melhor assistência pré-natal e de parto, o que tem influência em suas escolhas sobre filhos. Todas as entrevistadas com filhos tiveram partos hospitalares e fizeram acompanhamento pré-natal, sejam moradoras da área rural ou urbana.

Em relação ao pré-natal, grande parte das mulheres fez o acompanhamento mensal em Machadinho. Todas avaliam positivamente o atendimento, porém, destacam que, no sistema público, ele era feito por enfermeiras e às vezes faltam alguns recursos, como ultrassom. Por conta disso, algumas mulheres preferem pagar por pré-natal particular.

*“Fiz só com as enfermeiras, porque com o médico a gente passa mesmo uma vez só. Eu fiz mais com as enfermeiras o pré-natal.”* Taís, 30 anos, área rural.

*“Todo mês pré-natal. É razoável. Assim, não pode falar que é bem, bem atendida, mas está razoável. Ultrassom mesmo fiz em Ariquemes, que aqui é muito caro. Na época que eu fiz não tinha, só tinha um laboratório, daí era muito caro e eu fiz em Ariquemes. Aí essas coisas assim tudo é em Ariquemes. Exame pago mesmo foi tudo em Ariquemes.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Eu fiz o pré-natal todo particular, paguei tudo, então aí o atendimento foi melhor porque o médico foi lá para poder atender. Todo mundo que eu conheço, que fez no órgão público aqui, não é bom.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

*“Pré-natal estou fazendo ali no postinho. Essa parte é ótima. A enfermeira ali é muito boa. É mais a fila, mas fila tem em tudo quanto é lugar, né? Mas tem que enfrentar.”* Paula, 22 anos, área urbana.

Já no que se refere ao parto, a avaliação das entrevistadas é, ao contrário, negativa e várias destacam a falta de infraestrutura do hospital, ausência de médicos e pessoal qualificado e a demora no atendimento no momento do parto. alguns casos mais graves tem que ser encaminhado para cidades próximas ou mesmo Porto Velho. Muitas conhecem casos de mulheres e bebês que morreram durante o parto, enquanto outras vivenciaram, elas mesmas, problemas no momento de ter filhos, correndo risco de morte ou até perdendo a criança.

*“Médico só na hora do parto. Esse meu aí de 12 anos mesmo eu ganhei ele praticamente com duas enfermeiras. O médico mesmo nem tava junto. A outra menina também, a que eu perdi. Porque era para fazer cesárea e eles não fizeram. Eu quase morri naquele tempo, Deus me livre.”* Taís, 30 anos, área rural.

*“A mais velha nasceu em Ji-Paraná. Ia ter ela em Machadinho, mas em questão de médico, aí eu fui para Ji-Paraná. Ele disse que não podia, aí eu peguei e fui para Ji-Paraná, porque lá tinha a minha cunhada.”* Elisa, 29 anos, área rural

*“Aqui é meio complicado. Que nem, já teve meninas que foram ter filho lá, chega na hora, aí não sei o que que dá, elas tá passando mal, já na hora de nascer, aí os médicos falam ‘não tá na hora’, aí tipo, se elas não pagar o médico rapidinho, aí elas não tem na hora, passa da hora de nascer. Às vezes tá na hora e eles deixa passar. Já teve casos aí de criança que morreu.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Tem o hospital, mas não tinha as necessidades que elas precisavam, então eu tive elas lá [Ariquemes]. Porque as duas nasceram prematuras, então aqui não tinha. Pré-natal, tudo em Ariquemes.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“Todo mundo que eu conheço, que fez no órgão público aqui, não é bom. Falta médico, os médicos não atendem. Tem uma amiga minha mesmo que o médico só chegou quando o bebê tinha nascido, só chegou na porta, olhou e saiu. Ele deixa por conta de enfermeira, entendeu? Às vezes a pessoa não tem condição de ter o parto normal, eles vão esperando até chegar no último momento, aí manda para Porto Velho. Então realmente não é bom.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

*“Ultimamente está morrendo tanta criança ali. Dois que morreu, duas crianças. Eles não mexe quando é fora do tempo, não mexe porque não tem incubadora. Parece que não tentaram tirar o menino, ela passou mal, teve que levar para Ariquemes, só que não deu tempo e o bebê morreu. Eu, como estou grávida, não quero ganhar ali de jeito nenhum. Quando der na época eu vou para Jaru, para outro lugar. Aqui eu não vou ganhar. A menina esses tempos atrás, para você ver de novo, outra amiga minha foi ganhar ali, eles não fizeram, falaram que não faziam cesárea, não tirava bebê. A menina ficou sentada lá até morrer o bebê. Morreu o bebê na barriga, depois não quiseram nem tirar, porque eles não tiram ali, aí foram para outro lugar para tirar. Nem o bebê morto eles tiraram. Tava faltando não sei o que lá, o anestesista, sei lá, um monte de coisa.”* Paula, 22 anos, área urbana.

*“O primeiro eu quase morri e o segundo também. O primeiro por mau atendimento. O segundo eu fui super bem atendida, só que o cordão estava enrolado no pescoço. Eu fiz ultrassom um dia antes e não estava, entendeu?”*

*Quando foi fazer o parto, o cordão estava enrolado no pescoço. Foi erro da ultrassonografia. Na ultrassonografia deu 3,611 quilos, ele nasceu com 4,5 quilos.”* Jéssica, 22 anos, área urbana.

Por causa dessas dificuldades, algumas mulheres preferem fazer o parto fora de Machadinho, com medo de que ocorram problemas mais graves. Outras pagam consultas com os médicos do sistema público da cidade para ter um cuidado maior durante o pré-natal e o parto, de modo que ele esteja presente no momento de dar a luz e possa fazer a cesárea, sem que seja preciso se deslocarem para outros locais.

*“Os dois pré-natal que eu fiz, eu fiz pago, aí foi fora do hospital. Mas o parto que eu tive foi dentro do hospital e fui bem atendida.”* Elisa, 29 anos, área rural.

*“Eu penso que eu vou para outro lugar, não vou ficar aqui não. Aqui tem dia que a gente ouve tanta conversa de médico que deixa os meninos morrer por falta de coisa. Ela mesmo [cunhada] foi para Ouro Preto, diz ela que é totalmente diferente o atendimento lá. Eu estou pensando em ir para lá.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Da minha menina a gente pagava consulta para o médico, fora, e na hora da cesariana ele fazia pelo SUS. A gente tinha um atendimento prioritário por tá fazendo a consulta. Ele tem a clínica particular dele, só que ele não tem sala, não tem hospital. Aí a gente pagava o doutor e ele fazia a cesariana, grátis.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Foi bom porque eu paguei. Mas no público ali as muié sofre muito quando é pré-natal, no parto. Você tem que tá muito correndo atrás, senão você não consegue. Paguei o pré-natal. Na verdade, nesse tempo a gente pagava o pré-natal, e como que os médicos não tem a clínica particular deles, eles faziam o parto no hospital. Por pagar o pré-natal, a gente tem uma atenção melhor. Tem um certo risco se o médico não cuidar bem. Agora, se for no público, você sofre muito ali no hospital, bastante.”* Carla, 27 anos, área urbana.

### ***Diferença na percepção da fecundidade das coortes***

A diminuição do número de filhos ao longo do tempo é percebida pelas mulheres que vivem seu período reprodutivo na fronteira atual. Elas pontuam que há grandes diferenças no comportamento reprodutivo das coortes mais velha (cuja referência, para elas, são suas mães e avós) e mais jovem (elas mesmas e suas amigas).

As entrevistadas destacam que, no passado, a fecundidade era maior do que a observada atualmente. Para elas, o motivo para o elevado número de filhos das mulheres mais velhas

é a falta de opções de vida e também de conhecimento e acesso aos métodos contraceptivos, que fazia com que elas, mesmo querendo menos filhos, não conseguissem realizar seus ideais.

*“Muitas não usava o remédio, não usava nada e só ia engravidando. Ah, porque era difícil. De primeiro eu acho que não tinha não. Tinha mais dificuldade, sei lá.”* Cíntia, 29 anos, área rural.

*“Porque eu acho que, antigamente, talvez tinha até alguma mulher querendo ter menos filhos, só que não tinha muito método. Antigamente as moças casavam muito cedo, muitos jovens casavam e já tinham filhos.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Na época das pessoas mais antiga tinha mais filhos. Porque antigamente a pessoa não tinha muita opção, o negócio era em casa mesmo. Não tinha coisa para estudar, para se formar, ser alguém melhor na lá na frente.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Eu acho que antigamente as pessoas tinham... Tipo assim, a minha mãe mesmo, a minha mãe não tinha muito acesso a esse negócio de pílula e tal, então tinha um filho... Os três primeiros foi um atrás do outro. Eu acho que é mais por isso que o pessoal tinha muitos filhos. Não sei. Falta de acesso, falta de informação também. Não sei. Mas eu acho que hoje em dia ninguém quer ter aquele tanto.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Porque antigamente as mulheres não tinham essa facilidade, esse acesso de se prevenir. Antigamente era mais difícil e tinha o machismo também dos homens também, de não aceitar.”* Melissa, 25 anos, área urbana.

*“A minha sogra, a situação dela, ela mesmo contava que ele não comprava remédio para ela e não deixava ela comprar. Era mais difícil. Ela casou com ele, ela tinha 13 anos. Tinha isso naquela época. E tinha um filho atrás do outro. Ele não queria que ela operasse, ele queria ter mais filhos. Tá vendo como é que era? Então eu acho que no tempo era mais difícil para evitar. Ela fala mesmo, que era mais difícil. Porque por ela, ela tinha parado há muito tempo.”* Paula, 22 anos, área urbana.

Assim, atualmente a preferência das mulheres é por um número de filhos menor, segundo as entrevistadas, um ou dois. Elas mesmas querem e tem menos filhos. Esse desejo por uma fecundidade mais baixa seria motivado, na percepção dessas mulheres, pelas dificuldades de se ter um filho no mundo de hoje. O custo de um filho é maior do que quando elas eram crianças; hoje é necessário pagar uma boa educação, dar mais bens de consumo e se preocupar com questões como violência e drogas. Além disso, elas também apontam que as mulheres estão mais inseridas no mercado de trabalho, querem estudar, ser independente e curtir a vida antes de ter um filho, inclusive na área rural.

*“Eu acho que hoje em dia elas não estão querendo muito moleque mais não. Tipo assim, já mudou aquela época que as mulheres tinham que ter filhos, um monte assim. Hoje em dia não. Eu creio que a maioria das mulheres, independente da sua vida, da sua carreira, elas planejam muito bem a questão de ter filho, e é por dois lados, questão de criação e de você dar um estudo para o seu filho, você dar uma vida, uma qualidade para ele. Eu acho que hoje em dia as mulheres não tá querendo filho não. Eu acho que os planos delas é estudar, trabalhar. Já não é mais tanto casar. Hoje elas tão querendo mais é estudar, curtir a vida. Porque com filho ela não vai poder mais trabalhar, dependendo não tem uma creche, não tem quem cuida, aí a vida dela vai se tornar um pesadelo. Então, hoje eu acho assim, que as mulheres já pensa tudo isso.” Mariana, 32 anos, área rural.*

*“Menos. A minha avó teve dezesseis filhos. A minha mãe teve quatro. Então, assim, foi diminuindo. Eu quero ter dois. Hoje em dia as pessoas estão ficando muito modernas e estão falando assim ‘Eu quero um ou dois’. Por quê? Não é porque a gente não quer ter um monte de filhos. Hoje em dia a gente quer que o filho da gente tenha uma vida melhor, a gente quer que o filho da gente termine os estudos, faz uma faculdade, e nós não temos como pagar quatro, cinco faculdades para os filhos da gente. Não é porque, ‘Ah, eu não tenho condições de dar comida, alimento’, tem sim, mas a educação, gente quer que o filho da gente seja alguém. Eu quero ter condições de ter uma faculdade para os meus filhos. Eu pretendo ter só mais um, mas não por medo de educação dentro de casa, é porque eu quero algo melhor para os meus filhos.” Clara, 25 anos, área rural.*

*“Menos. Que nem, hoje em dia que se concilia trabalho, casa, marido, estudo, e aí se for ter muitos filhos fica difícil. Também pela questão do mundo nosso que é caro. Você, hoje, para vestir bem, dar coisas boas para o seu filho, de qualidade, você tem que ter um ganho acima do que se paga. Com salário mínimo, ter filharada com esse salário mínimo que nós temos, misericórdia. E aí vai deixar vim para padecer? As pessoas antigas diziam ‘onde come um, comem dois’. Come. Hoje em dia come, mas você não dá para o seu filho uma roupa boa, você não leva seu filho para um passeio, você não sai lá do mercado com coisas gostosas, em geral, para o seu filho comer. Você vai lá e você pega o básico: arroz, feijão, farinha, trigo, fubá. Uma criança não vive só disso. Naquele tempo vivia. Então eu acredito que é por isso, pela questão de você ter um bem-estar para o seu filho.” Carolina, 27 anos, área urbana.*

*“Ah, menos, muito menos. Eu tenho amigas casadas da minha idade que, tipo assim, não quer ter filhos agora não. Assim, não da minha idade, que ainda faz faculdade... As meninas da faculdade mesmo: ‘Agora não e tal’. Na mesma faixa etária assim, todo mundo: ‘Ah, só dois ou um só’.” Alice, 18 anos, área urbana.*

*“Não, estão querendo menos; um, no máximo, dois. Porque hoje o padrão de vida tá muito difícil. Para se criar um filho hoje tá muito difícil, também muitas influências, então a pessoa tá optando por um ou dois filhos, porque também dá muito trabalho. Eu pretendia ter quatro, igual a minha mãe, porque eu gosto de família grande, mas de um tempo para cá eu pretendo ter um ou dois só. Ah, porque é muito difícil, leva muito tempo o filho. Ainda mais que a gente trabalha, para a gente pagar uma babá, depois, se a babá judiar das crianças? Então é melhor eu ter um ou dois e ficar cuidando por um tempo, e pronto.”* Isabela, 18 anos, área urbana.

Desse modo, as entrevistadas acreditam que as jovens hoje em dia querem ter menos filhos e conseguem alcançar essa preferência porque o acesso às formas de se evitar uma gravidez é maior do que era antigamente. Hoje os anticoncepcionais são distribuídos gratuitamente e o assunto não é mais um tabu, sendo tratado inclusive nas escolas.

*“É fácil. No posto de saúde eles dão o remédio, eles dão preservativos, eles dão tudo. Eles auxiliam em tudo nisso aí. Hoje em dia, hoje, nas escolas mesmo explicam.”* Letícia, 25 anos, área rural.

*“Na escola de vez em quando tinha as palestras. Nas escolas falavam sobre isso: para evitar doenças, os contraceptivos, como evitar as doenças sexualmente transmitidas. Essas palestras assim.”* Larissa, 21 anos, área rural.

*“Hoje em dia a gente tem muito mais acesso, tem mais condições. Você vai ali e compra um remédio. Se você não pega lá no posto de saúde, você vai e compra, não é tão caro. E antigamente não.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Os postinhos de saúde aqui podem ser muito carentes, mas os remédios básicos assim, para evitar, sempre... Todo postinho aqui tem. Época de festa, você entra na praça, eles estão distribuindo camisinha, remédio. Eles orientam bastante. Tem palestra sempre nas escolas.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

Não obstante o maior conhecimento e a maior facilidade no acesso aos métodos, as mulheres na fronteira atualmente percebem que as jovens continuam tendo filhos em idades precoces e, principalmente, sem planejar. Além disso, esses nascimentos ocorreriam fora de uma união. Isso aconteceria, segundo as entrevistadas, por irresponsabilidade dessas meninas, uma vez que os meios de contracepção são bastante difundidos.

*“Antigamente as moças casavam muito cedo, muitos jovens casavam e já tinham filhos. Hoje, porém, no caso, engravida muito solteiras.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Acontece mais sem querer do que querendo, pela juventude. Às vezes acontece, mas não é uma coisa que exatamente queira ter filhos agora não.”*

*Acho que acesso e conhecer tem, um pouco é falta de juízo. Conhecer eu acho que conhece, um pouco é falta de juízo da pessoa.*” Clarice, 21 anos, área rural.

*“É mais fácil [o acesso a métodos]. É que tem algumas que não tem muito juízo, aí engravida mais cedo. Mas por falta de saber não é não, é porque é sem juízo mesmo.”* Michele, 20 anos, área rural.

*“Hoje em dia também continuam [tendo filhos jovens]. Ainda continuam. Tem muitos casos. Eu trabalhei em escola, teve caso de... assim, praticamente criança, 14, 15 anos, que teve filho. Eu vi de perto.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Hoje é bem mais fácil [evitar], só que a maioria das mulheres não se cuida. Tem todos os métodos, tem os métodos que são doados gratuitamente, e elas, mesmo assim ainda não se previnem.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“Eu acho que menos, só que a irresponsabilidade faz as jovens, talvez não muito, mas acidentalmente alguma ou outra tem. Irresponsabilidade, eu acho. É mais irresponsabilidade. Então assim, você acha que não vai acontecer nada e acontece.”* Paula, 22 anos, área urbana.

Ter filhos em idades jovens é visto, pelas entrevistadas, como prejudicial para as meninas. Isso porque elas tendem a se casar mais cedo, largar a escola ou abrir mão de alguns planos por conta dessa gravidez. Algumas não recebem apoio dos parceiros e dos pais e acabam tendo que cuidar dos filhos sozinhas.

*“Prejudica, porque daí estudar não pode mais, talvez tem que trabalhar para cuidar da criança, aí prejudica.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Tem muitas menininhas mesmo novas, de 14 anos, que você vê com barrigona. Dá até dó. Para os estudos, daí vai... Umas já têm que trabaiá, porque elas vivem com o pai. Às vezes engravida de alguém que também não tem nada, aí elas têm que trabaiá para ajudar a sustentar os filhos delas, os pais também fica ajudando. Aí o pai do menino... Sempre é pouquinho. De repente umas vai, mora, fica uns tempos, depois os pais deles, os pais dos meninos largam, aí elas voltam para a casa dos pais, quando os pais pegam. Quando os pais não pega, aí elas tem que ficar sozinhas.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Tem uma amiga minha que com 15 anos já teve um menino. Eu acho que atrapalha, porque ela até parou de estudar. Daí ganhou um, depois já ganhou outro também, aí parou de estudar.”* Renata, 18 anos, área rural.

### *Diferença na percepção dos planos e expectativas das coortes*

As mulheres que vivem seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira acreditam que os planos e expectativas das coortes têm se alterado, ao longo do tempo. As mudanças culturais e no papel da mulher na sociedade teriam, em sua visão, grande peso nas novas escolhas e perspectivas femininas a cada geração. Dessa maneira, as entrevistadas colocam que, antigamente, as mulheres não tinham outras possibilidades que não casar e ter filhos.

*“As mulheres de antigamente, elas tinham uns planos mais assim... Porque antigamente era mais sofrido né, aí o que elas conseguiu, hoje, para elas é suficiente, para as moças de hoje não é suficiente. Como antigamente o sofrimento era muito, quando as mulheres chegou na posição de hoje, as antigas, para elas tá bom.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Antigamente as mulheres não tinham tanto livre arbítrio que nem tem agora. É, antigamente as coisas eram mais difíceis de se levar, principalmente em relação às mulheres, isso fica estampado em tudo quanto é jornal, as coisas que acontecem. A convivência antigamente era mais rígida. Não é que antigamente não tinha um futuro, só que as coisas eram mais diferentes. Eu garanto, a maioria desses, provavelmente nossos pais, que tiveram que trabalhar muito cedo, largaram os estudos para trabalhar, ajudar os pais cedo. Então não é todos que tem o privilégio de estudar, chegar a fazer uma faculdade.”* Clarice, 21 anos, área rural.

*“Trinta anos atrás, quarenta, as mulheres casavam, tipo assim, não tinham aquela independência que as mulheres têm hoje, de trabalhar. Lógico, tinham aquelas, só que a maioria era isso aí, era casar, ter filho, ter filho, ter filho, progredir na vida com filhos. E acho que pela questão de pobreza mesmo, ‘vamos ter filho, vamos ser ‘feliz’.”* Larissa, 21 anos, área rural.

*“Antigamente as meninas já... O primeiro que namorava, já casava não tinha aquilo de estudar. Também a minha mãe nem estudou. Ela aprendeu a ler por si. Hoje em dia não, hoje em dia tá diferente.”* Lílian, 29 anos, área urbana.

*“Antigamente mulher não trabalhava, só ficava dentro de casa cuidando de filho.”* Carla, 27 anos, área urbana.

As coortes mais novas, ao contrário, possuem outros sonhos e planos para suas vidas. Em geral, as mulheres acreditam que as mulheres hoje em dia querem trabalhar e estudar, para poderem ser independentes. Assim, atualmente elas teriam mais conhecimentos e percebem que podem ser algo além de mães e esposas.

*“Muita coisa é diferente. Ah, quer vida melhor. Porque hoje eu acho que o sofrimento é menor. Para as jovens de hoje não tá bom. Você entende? Elas quer coisa melhor.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Hoje já mudou, hoje a mulher já pensa em outras coisas, já busca estudar, já busca trabalhar, para a pessoa financeiramente né, independente. As mulheres antigamente não tinham essa visão.”* Larissa, 21 anos, área rural.

*“O acesso à educação hoje tá melhor que antigamente, porque... Eu acho que hoje em dia as mulheres tem mais convicção, mais chances de arrumar o futuro, de trabalhar, construir um futuro melhor do que antigamente. Hoje o negócio é mais solto, as mulheres tem mais influência de poder estudar, trabalhar e ter um futuro. De certa maneira, isso é bom. Tratar a mulher de igual para igual é melhor, né?”* Clarice, 21 anos, área rural.

*“Hoje em dia tá mais assim, as mulher tem sua opinião, tem seu trabalho. Hoje a gente já pode ser independente, né?”* Carla, 27 anos, área urbana.

*“Hoje tem mais acesso, hoje você tem mais oportunidade que as mulheres de antigamente.”* Patrícia, 25 anos, área urbana.

As próprias entrevistadas desejam estudar, trabalhar, ter uma vida mais estável conquistada por méritos próprios – diferente do que as coortes mais velhas podiam ter. Não que elas não desejem se casar e constituir família, elas sabem que podem ter outro destino. Desse modo, esse não é o ideal de vida delas, é um plano que pode ser realizado depois. Elas planejam primeiramente estudar (ou já estão estudando), pois acreditam que desse modo poderão alcançar um novo patamar no futuro. Aquelas que não puderam estudar quando jovens, planejam também voltar a estudar ou trabalhar.

*“Eu quero estudar. O meu sonho é entrar para a faculdade. Quero ser advogada, só que é difícil né? Aí eu vou ter que ir para a cidade mesmo, procurar um meio, ir para a cidade para trabalhar, para conseguir as coisas.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Por enquanto só se formar, arrumar um bom emprego e tá bom demais. Casamento tá fora. Esse não é meus planos por enquanto. Quero arrumar um emprego bom, estabelecer mais a vida. São meus planos.”* Clarice, 21 anos, área rural.

*“Eu pretendo ir para outra cidade. As faculdades dali de Machadinho... Eu faço Administração porque não tem a que eu quero mesmo, mas se tivesse. Eu quero terminar, me formar, eu trabalho e faço a que eu pretendo fazer de verdade. [...] Eu espero me formar logo, vim cuidar daqui. Daqui uns dias meus pais estão velhos, aí eles vão precisar de mim, aí eu quero estar aqui para ajudar.”* Renata, 18 anos, área rural.

*“Quero estudar. Quero voltar a estudar e trabalhar.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“Eu quero fazer uma faculdade. Eu quero fazer o ano que vem. Mas, assim, fazer a faculdade e ir embora de Machadinho, porque eu não vejo... [oportunidade na cidade].”* Melissa, 25 anos, área urbana.

Algumas, no entanto, não conseguem alcançar esses objetivos. Seja por limitações impostas pelas condições da fronteira, que não oferece meios para tal, seja porque engravidaram precocemente, se casaram e não conseguiram realizar seus planos.

*“Hoje eu acho assim, que se fosse para mim voltar atrás, talvez eu voltaria até a estudar de novo. Se eu pudesse voltar no tempo eu voltaria a estudar, ia casar mesmo só na hora que eu visse assim, que eu tinha uma profissão, que eu tinha uma vida própria. Tipo assim, não depender somente de viver com aquele homem porque eu não tinha opção de vida para mim. Se desse certo eu casada, bem, se não desse também, eu ia viver a minha vida e criar os meus filhos com tranquilidade. Se fosse hoje eu não casaria mais nova que nem eu casei. Como eu não estudei, a opção é casar, formar família e sossegar.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Algumas têm [sonho de estudar]. Outras eu acho que pela situação delas, elas já até desiste, não pensa. Todo mundo aqui tenta fazer o ENEM, para ganhar [bolsa de estudo]. Por causa aqui o difícil é isso.”* Ludmila, 25 anos, área rural.

*“Eu falei: ‘Não [vou fazer faculdade], porque eu já tenho o meu filho, e se eu for para mim ir eu vou ter que abandonar casa, marido, filho. Vou dar prioridade... Já que eu quis arrumar filho, vou ficar cuidando do meu filho, por enquanto’.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Eu, quando era jovem, gostava muito de dançar. Eu tinha muita vontade de ser dançarina profissional, se tivesse como. Mas aqui, essa cidade é muito devagar, a cidade aqui não tem nada para fazer, não tem uma escola de dança. Então isso é sonho de adolescência que acaba ficando para trás.”* Carla, 27 anos, área urbana.

Para os filhos, elas desejam que eles possam se escolarizar, trabalhar e conquistar uma vida melhor. A educação é vista como algo importante, capaz de fornecer um caminho mais favorável do que ficar no sítio ou possibilitar um emprego mais valorizado, diferente do que muitas delas vivem. Nesse sentido, o que elas projetam para o futuro dos filhos é o que elas desejavam para si, mas que não puderam ter.

*“Eu quero que eles aprende... Assim, me ajudar, enquanto eles tiverem em casa eles me ajudam, mas o que eu puder fazer para eles estudar eu vou fazer, para eles ter uma melhor vida, de qualidade também. Independente*

*do que eu puder, eu quero dar estudo para eles. Porque assim como eu não tive nem o pai dele não teve, nós queremos que ele estude para ele ser alguém um dia.*” Mariana, 32 anos, área rural.

*“Porque eu mesmo não tenho estudo, o meu marido também não. Eu quero que eles estuda. Eu quero que eles tenham o estudo deles. Eu não quero que eles para os estudos não.”* Taís, 30 anos, área rural.

*“Eu imagino assim, a gente continuar trabalhando, melhorar as condições. Eu quero dar estudo para minhas filhas, não quero que elas sejam igual a eu mesmo.”* Flávia, 29 anos, área rural.

*“Eu quero que elas estudem. Aí o que elas decidirem, escolherem para frente... Eu tenho plano de pagar faculdade e tudo. Ah, consegue um serviço melhor, sem ser sítio assim, muito esforço no sítio, na terra. Um serviço melhor.”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Quero que minha filha faça faculdade. Não sei ainda qual ela vai escolher, mas se precisar, meu marido falou que se não tiver aqui, a gente vai ter que dar um jeito de mandar para fora. Eu quero que ela estude. E depois, quando meu pequeno estiver grande também eu quero. Eu quero que ela tenha uma profissão, do jeito que ela escolher.”* Betânia, 33 anos, área urbana.

*“Quero que elas estudem, tenham faculdade, que sejam mulheres bem sucedidas.”* Joana, 32 anos, área urbana.

*“Quando meu filho for maior, eu vou mandar ele para fora. Porque para progredir tem que estudar. Eu não quis estudar, mas eu falo para eles: ‘Não é porque a mãe escolheu ficar com vocês que vocês tem que ser igual. Você tem que ir para fora estudar, se formar. Se você querer voltar, você ter uma vida melhor’.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

### ***Relação entre número de filhos e trabalho na terra***

A participação dos filhos no trabalho no sítio é um aspecto relevante quando se considera as estratégias reprodutivas femininas. Poderia haver uma relação entre a necessidade de mão de obra para produção na terra, principalmente no início da fronteira, e número de filhos tidos, de forma que as escolhas sobre reprodução levariam em conta essa demanda por trabalhadores.

Desse modo, perguntou-se às mulheres que vivem seu período reprodutivo na fronteira consolidada sobre essa relação e, para elas, não haveria conexão entre produção e reprodução. Ou seja, a motivação para se ter ou não mais filhos não guardaria ligação com o lote e o trabalho nele. Na opinião dessas mulheres, a alta fecundidade dos anos passados

estaria aliada mais à falta de conhecimento e uso de métodos contraceptivos e ao papel de mãe e esposa designado à mulher.

*“Eu acho assim, que era uma questão de... Era outra vida. Antigamente era... Vai mudando. A geração vai mudando. Eu acho que naquele tempo os casal era mais assim, unido, então os filhos vinham e era aquela alegria. Hoje em dia as mulheres já pensam para ter um filho porque o mundo tá tão difícil de se viver com seu marido, você tem que saber controlar tudo, controlar a vida de um jeito geral. Porque se você, às vezes, não planejar, você casa achando que vai viver uma vida toda e não vai, aí larga do seu esposo e fica com um monte de filhos nas tuas costas.” Mariana, 32 anos, área rural.*

*“Para as mulheres eu já pensava assim, que elas não se cuidavam, entendeu? Tem casos de mulher que tem um bebê, mal sai do resguardo e já está com outro, mas não é porque ela quer. É porque não tem o entendimento de... Não tem uma pessoa ali para incentivar para tomar um medicamento para evitar, entendeu? Aí o que acontece? A pessoa acaba sofrendo, porque a mulher sofre muito. Hoje a mulher está mais moderna, a mulher não está sofrendo igual antes. Mas a quinze, vinte, trinta anos atrás, as mulheres sofriam mais. Sofria porque não tinha a mente aberta, não conhecia as coisas.” Clara, 25 anos, área rural.*

*“Ajudar não, acho que é a questão de não conseguir prevenir, naquele tempo era muito difícil. Pra começar não tinha nem hospital, né, as mulheres tinham filho em casa mesmo, então eu acho que não tinha maneira, não tinha um, como se diz, um jeito, né, que nem tem hoje. Hoje tem muito jeito de se evitar.” Gisele, 25 anos, área rural.*

*“Eu acho que era muito a instrução, não tinha muito conhecimento, aí teve filho, teve filho. Não tinham como se preservar e saiam aumentando a família.” Joana, 32 anos, área urbana.*

*“Eu acho que era por falta de ter como se cuidar. Eu brinco com o meu pai, que na época dele ele não tinha televisão, daí ia fazer outras coisas. Mas agora tem como muito evitar. Antigamente não tinha tanto.” Carla, 27 anos, área urbana.*

*“Eu não acredito nisso [de ajudar] não. Eu não acredito nisso, nessa possibilidade não. É mais falta de opção. Antigamente era. Eu vejo pela minha mãe. Minha mãe teve cinco filhos. Não queria, mas não tinha muita informação, essas coisas, que tinha que tomar o remédio certinho. Não. Engravidava, o menino mal crescia e já estava engravidando de novo, então eu acho que era mais a informação, a dificuldade ao acesso de medicamentos, essas coisas que evitasse.” Patrícia, 25 anos, área urbana.*

Conforme mostrado anteriormente, as mulheres entrevistadas que tiveram alguma relação com a área rural ajudaram seus pais na terra. Entretanto, elas declararam que ajudaram pouco e em tarefas mais leves, sendo que algumas começaram a trabalhar depois de adultas (ver Tabelas 4 e 5). Além disso, muitas vezes os pais não tinham terra ou trabalhavam para outras pessoas, o que dificultava a participação dos filhos. Por serem pequenos e frequentarem a escola, essa ajuda também era limitada.

Esse fato diferencia essa geração da de mulheres do início da fronteira, que trabalharam mais com os pais quando eram pequenas. Ao mesmo tempo, apesar de não se ter filhos para o trabalho, eles acabavam ajudando de alguma forma. Outro processo que torna enfraquecida a relação entre fecundidade e mão de obra para o trabalho é a saída dos filhos da terra. Muitos não querem ajudar no sítio dos pais e preferem trabalhar em terra de outras pessoas ou ir para cidade. Entre as próprias entrevistadas, existem aquelas que, mesmo sendo criadas na terra, não quiseram continuar no lote.

*“Todo mundo quer sair para trabalhar para alguém. Hoje uma diária aqui vale em torno de 70, 80 reais, para você conseguir alguém que trabalhe para você. Até 100 reais. Então a pessoa, muitas vezes, prefere sair para trabalhar fora do que trabalhar para a família. Se você trabalhar, o seu pai não vai pagar. E você trabalhando fora não, você vai ganhar. Então a maioria das pessoas hoje em dia prefere trabalhar fora. Muitas pessoas do sítio vem para a cidade, trabalhar em supermercado, serraria. Compensa mais do que trabalhar na terra. Você pensa, trabalhar no sol quente o tempo todo.”* Fernanda, 29 anos, área urbana.

*“Para o serviço braçal ajudava muito, na hora de pegar no eito era bom demais muitos filhos para ajudar. Mas eu morei perto de uma família que tinha moças, um rapaz e três moças em casa. O rapaz, ele ia trabalhar, ia para o serviço na roça, e as moças não iam. Vinha a mãe e o pai colher café, elas ficavam em casa. Então, assim, não quer mais trabalhar na roça. Alguns quer ir para a cidade arrumar emprego, porque quer fazer uma faculdade, quer se vestir, quer sair. É como eu disse, o mundo mudou, as pessoas já não querem mais ser os tontão, as pessoas querem entrar em atividade e se igualar aos outros, ou pelo menos tentar.”* Carolina, 27 anos, área urbana.

Atualmente elas declaram que não têm filhos para ajudar no trabalho na terra. O fato de desejarem e terem poucos filhos, não ultrapassando 3, mostram que a terra não funciona como um incentivo para a fecundidade entre essas mulheres. Ao contrário, as mulheres deixam claro que as dificuldades de se criar um filho, devido aos custos, fazem com que elas queiram, na realidade, interromper a reprodução. Os filhos não são estimulados a

permanecerem na terra; eles são ensinados para ajudar em algumas atividades do sítio, mas essa ajuda só ocorre se não atrapalhar a escola. O incentivo maior é para que eles estudem e consigam um trabalho melhor. Assim, os filhos pouco são estimulados a ajudar e manter a terra dos pais.

*“Ele me ajuda por questão assim, porque nós que mora no sítio, mexe com leite, tem que ter alguém da família que saiba fazer aquilo, porque se um dia eu preciso dele, ele vai lá saber fazer aquele serviço para mim. Mas, assim, minha vontade, o incentivo meu, o que eu quero para eles é que eles estude.”* Mariana, 32 anos, área rural.

*“Eu não tô pensando nisso, mas eu creio que pode ajudar, porque hoje em dia já tá crescendo e ensinando eles que tem que trabalhar, não forçado, mas conscientizando mesmo. Mas eu quero que elas estudem. Aí o que elas decidirem, escolherem para frente...”* Natália, 27 anos, área rural.

*“Hoje em dia a gente não quer ter filhos para... ‘Ah, eu quero ter filhos para me ajudar no pasto, para me ajudar na lavoura, na colheita, no café’. Eu quero ter filho para ele ser alguém, para ele ser um médico, para ele ser um dentista, um advogado. Coisa boa. Só coisa boa que a gente quer. E antes não. ‘Não, meu filho não sendo um analfabeto está bom’.”* Clara, 25 anos, área rural.

*“(Entrevistadora: Se você tivesse numa terra que era sua, num lote seu e do seu marido, você gostaria de ter mais filhos?) Não. Continuaría nesses dois.”* Suzana, 25 anos, área rural.

#### **4.2.4 Síntese do perfil das mulheres que vivem a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios mais avançados da fronteira**

A percepção das mulheres que vivem a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios mais avançados de evolução da fronteira acerca do desenvolvimento da infraestrutura e das condições de vida na região é de grande relevância para se entender o contexto em que são traçadas as estratégias reprodutivas desse grupo. A urbanização, o crescimento do centro comercial, o acesso à energia elétrica, o sistema de comunicações, a facilidade de locomoção proporcionada por estradas e rede de transportes e disponibilidade de serviços públicos, especialmente de saúde, podem exercer grande influência nas preferências femininas e na forma como elas conseguem implementá-las.

Nesse sentido, as mulheres constroem seu ideal reprodutivo com base nesse novo contexto da fronteira atualmente. Elas têm uma vivência na fronteira diferente daquelas que chegaram no início da ocupação. Ainda que tenham passado a infância em um ambiente

mais árido, o desenvolvimento da fronteira permitiu a elas maior acesso a bens e serviços. Cabe destacar que muitas não tiveram experiências em outras áreas urbanas do Centro-Sul do Brasil, pois foram para a região amazônica ainda muito pequenas. Assim, não carregavam consigo os valores e ideias sobre fecundidade dessa área; no entanto, a facilidade de comunicação na fronteira atualmente permite que elas tenham contato com o que ocorre no restante do país. Esse processo de difusão de valores também é transmitido pelas mães, que, nas conversas sobre sexualidade e reprodução com as filhas, colocavam a questão do número de filhos.

O contato com experiência das mães e outros parentes, em relação ao número de filhos que elas tiveram, contribuíram para formar as preferências sobre número de filhos e contracepção dessas mulheres. As facilidades do mundo moderno e as melhores condições da fronteira nos períodos mais recentes permitiram, por sua vez, que a implementação desses ideais fosse mais bem sucedida. Isso porque as mulheres de hoje apresentam mais conhecimento, acesso e uso de contraceptivos mesmo antes de começarem a ter relações, permitindo maior planejamento da fecundidade. Elas já teriam assimilado valores e atitudes mais “modernos”.

As melhores condições estruturais em termos de serviços (em que pese a ainda deficiente gama de serviços de saúde da mulher e de planejamento da fecundidade) e disponibilidade de métodos, seja no setor público ou no privado, aliada ao saber usar e ao desejo de menos filhos, compõem, portanto, as estratégias reprodutivas das mulheres nos estágios mais avançados de evolução da fronteira. Ao que parece, essas estratégias são definidas mesmo antes do primeiro filho e são pouco modificadas ao longo do tempo.

Dessa maneira, há elevada proporção de uso de métodos contraceptivos, inclusive pelas mulheres solteiras. Elas conseguem espaçar os nascimentos e evitá-los mesmo não usando métodos definitivos para tal. Há mulheres casadas que ainda não foram mães, mesmo estando unidas há certo tempo – fato que as diferencia das mulheres que chegaram no início da fronteira –, o que demonstra que elas possuem, relativamente, maior conhecimento de seu ciclo reprodutivo e das formas de controlar sua fecundidade. É possível para elas decidir quando terão cada um dos filhos. Todavia, ainda há entre muitas delas nascimentos não planejados, não obstante o conhecimento e o uso de métodos, demonstrando o peso das falhas contraceptivas.

O tipo de método escolhido para implementar as estratégias reprodutivas também diz sobre a influência do contexto e das aspirações individuais na determinação das preferências. Diferentemente das mulheres mais velhas, a opção pela laqueadura entre esse perfil ocorre para se evitar filhos não planejados antes que eles ocorram. É como se elas fizessem preventivamente, para não correr o risco de ter mais filhos do que querem, sem precisar ficar tomando a pílula durante o restante de seu período reprodutivo. O desejo dessas mulheres de estudarem e trabalharem e, ainda, dar boas condições de vida para os filhos, faz com que elas queiram menos filhos, mesmo aquelas que não tiveram condições de frequentar a escola por muito tempo.

Entre esse conjunto de entrevistadas, a ausência de condições mais favoráveis na fronteira, como serviços de saúde, ensino superior e absorção da mão de obra, parece afetar menos a realização do ideal de fecundidade dessas mulheres. Não obstante as melhorias já ocorridas, ainda há aspectos que precisam mudar na cidade, mas eles não influenciam tão diretamente o número de filhos como pareceu influenciar antigamente. Talvez o maior contato com outras ideias e a possibilidade de pensar um futuro diferente, além de apenas filhos e casamento, somado ao maior conhecimento e uso de métodos, tenham maior peso nas estratégias adotadas. Nesse sentido, o comportamento dessas mulheres se assemelha ao da não fronteira, principalmente pelo desejo por poucos filhos e aos fatores associados à menor fecundidade, como a vontade de estudar e trabalhar antes. Porém, eventos como casamento e o nascimento dos filhos ocorre em idades mais jovens do que o observado nas regiões mais desenvolvidas do Brasil.

Por fim, a relação entre produção e reprodução para as mulheres nos estágios mais avançados de evolução da fronteira parece ser ainda mais fraca do que para o outro perfil de entrevistadas. Se antes as dificuldades na nova terra faziam com que as mulheres quisessem menos filhos, atualmente o trabalho no sítio já não exerce tanta pressão. A mudança para a pecuária parece influenciar na diminuição dessa pressão, pois não demanda tanto trabalho e não de obra. Além disso, cada vez mais os filhos não permanecem na terra e as próprias mães estimulam essa saída, fazendo com que o trabalho rural seja menos prioritário na fronteira consolidada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou as estratégias reprodutivas de duas coortes de mulheres em uma região de fronteira agrícola na Amazônia brasileira. O objetivo era compreender como o comportamento reprodutivo de diferentes gerações de mulheres vivendo em distintos estágios da fronteira agrícola foi se alterando de acordo com as mudanças que também ocorreram no cenário da fronteira ao longo do tempo, em especial no tocante às relações de produção, trabalho e uso da terra, a disponibilidade de serviços e infraestrutura básica na fronteira, principalmente relativos à saúde sexual e reprodutiva, às condições socioeconômicas de evolução da fronteira e às possibilidades de vida das mulheres.

A fronteira estudada, Machadinho d'Oeste, em Rondônia, é um caso típico da ocupação contemporânea da Amazônia dirigida pelo Estado. O projeto de assentamento, constituído nos anos 1980, não contava, em suas fases iniciais, com uma infraestrutura sólida de estradas, energia elétrica, água, educação, saúde e outros serviços básicos. Ao longo dos anos, essa fronteira passou por diversos estágios de evolução, mudando não somente as formas de produção e uso da terra, como também as condições macroestruturais oferecidas à população. Na fase atual da fronteira, já há grande integração entre rural e urbano, no sentido da urbanização extensiva proposta por Monte-Mór (1994, 2005), de modo que a malha rodoviária, a infraestrutura e os serviços conectam essas áreas entre si e a outras regiões do país.

O perfil dos migrantes que chegaram à Machadinho ajudava a compor o complexo cenário da fronteira. Vindos de áreas mais urbanas e desenvolvidas, possuíam contato com ideais mais modernos, outras necessidades de consumo e vivenciaram o avanço da transição demográfica. Todas essas variáveis tem influência na adaptação ao novo local, bastante diferente do que estavam acostumados. As diferentes experiências nas diversas áreas do país se uniram de forma a constituir a fronteira até chegar, nos dias atuais, a uma fronteira consolidada, considerada por alguns até mesmo como uma pós-fronteira.

É nesses diferentes estágios de evolução que as mulheres da fronteira estabelecem suas estratégias reprodutivas. A literatura revisada indica uma série de fatores determinantes da fecundidade na fronteira. Existem teorias que defendem uma associação entre número de filhos e uso da terra (Land-labor Demand Hypothesis e Reverse Hypothesis), traçando uma relação entre tamanho da propriedade, necessidade de mão de obra e número de filhos. Outras (Land-security Hypothesis) formulam que a posse da terra é vista como um fator

limitante da fecundidade, bem como a criação de gado. O estágio do ciclo de vida em que o domicílio se encontra e sua composição teriam efeito no uso da terra e, conseqüentemente, na fecundidade (Household Life Cycle). Para a Teoria das Respostas Multifásicas, o aumento ou diminuição do número de filhos seria uma resposta às pressões demográficas e econômicas. Assim, para grande parte da literatura abordada, haveria relação (positiva ou negativa) entre terra, produção e fecundidade.

No entanto, as entrevistas realizadas parecem não corroborar totalmente as proposições de uma única teoria. As mulheres dos dois grupos entrevistados não declararam explicitamente ter tido filhos para ajudar na terra, nem acreditam que a geração de suas mães e avós tenham elevado sua fecundidade com essa intenção. Ao contrário, as dificuldades da vida na terra parecem funcionar como um inibidor da fecundidade. Dessa forma, as críticas apresentadas a essas teorias (Clay e Johnson, 1992; Carr, 2004), apontando que a relação entre produção e reprodução poderia ser, na realidade, espúria, devem ser consideradas na análise. É provável que essa associação fosse mais forte em um passado mais distante e em contextos diferenciados. Segundo as ponderações apontadas, a disponibilidade de instituições e serviços, o uso de contraceptivos, a duração do casamento, os valores e tradições culturais poderiam intermediar essa relação.

De fato, a ausência de serviços de saúde, principalmente sexual e reprodutiva, parece ter grande influência no número de filhos tidos. Ambos os perfis entrevistados expressam um desejo por poucos filhos, porém, a existência e disponibilidade de meios para o planejamento da fecundidade teria influência na concretização dessas preferências – o que está relacionado, por sua vez, ao estágio em que a fronteira se encontra. Por um lado, nas fases iniciais, o difícil acesso a serviços de saúde e métodos contraceptivos, a falta de infraestrutura e o papel da mulher dificultaram a implementação das preferências reprodutivas. Ainda que a mulher (ou o casal) tenha como estratégia ter poucos filhos, esses fatores fizeram com que ela não pudesse ser alcançada. Nesse contexto, cabe destacar o importante papel desempenhado por farmacêuticos, os quais, na ausência de serviços de saúde, orientavam – e ainda hoje orientam – as mulheres quanto ao uso de métodos para evitar ter filhos.

As entrevistas com as mulheres que viveram a maior parte de seu período reprodutivo nos estágios iniciais da fronteira mostram que, de fato, elas desejavam ter poucos filhos (uma média de 3). Essa preferência por menos filhos estava relacionada às dificuldades da vida na terra e na nova fronteira, a qual não oferecia muitas possibilidades. As restrições

financeiras e os problemas em cultivar a terra ou conseguir um emprego fizeram com que muitas mulheres definissem como estratégia ter poucos filhos. Todavia, a falta de estradas e a precária comunicação com o centro urbano, o desconhecimento, a ausência de serviços de aconselhamento sobre saúde sexual e reprodutiva e fornecimento de métodos acabavam por não permitir a implantação perfeita do comportamento reprodutivo desejado. Assim, muitos filhos não foram planejados porque a mulher não sabia como evitá-lo ou tinha dificuldades para tal e a fecundidade ficava acima do desejado por essas mulheres. Muitas vezes, a opção era interromper definitivamente a fecundidade, via laqueadura, para que os nascimentos não desejados fossem em menor número.

Por outro lado, à medida que a fronteira evolui, ocorrem relevantes mudanças nesses elementos e fazem com que essa dinâmica se altere. A conexão com centros urbanos traz uma série de mudanças na dinâmica da fronteira, tipicamente rural. Novas possibilidades de emprego, melhor infraestrutura de serviços de saúde e educação, oportunidades econômicas e mesmo o contato com novas ideias, perspectivas e opções de consumo se abrem para as mulheres da fronteira. Assim, elas puderam se inserir de forma diferenciada na dinâmica da fronteira, de modo a ter mais acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, a educação formal e ter outras opções de trabalho fora da atividade agrícola. O desejo por poucos filhos, nesse sentido, se mantém, porém, com outras possibilidades de se realizar mais plenamente do que nos primeiros estágios da fronteira.

A definição das estratégias reprodutivas e contraceptivas passa, pois, pelas condições materiais individuais, de infraestrutura (especialmente de saúde sexual e reprodutiva) e de sobrevivência na fronteira. Os estudos mais recentes, como Carr e Pan (2002), Carr et al. (2006) e Pan e Carr (2016), apontam que características individuais das mulheres em idade reprodutiva em regiões de fronteira, como escolaridade e renda, a existência de energia elétrica, o uso de contraceptivos, posse de bens materiais, proximidade de centros urbanos, facilidade de transporte, acesso à informação e infraestrutura do local em que moram estão associados a menor fecundidade. Esses fatores, que foram se tornando cada vez mais presentes a cada estágio de evolução, também aparecem na fala das mulheres entrevistadas como motivos pelos quais as novas gerações estariam tendo menos filhos que no passado.

A realização das estratégias, no entanto, ainda é relativamente inadequada nos dias atuais, dada a significativa proporção de filhos não desejados, falha contraceptiva e uso de métodos, nos dois grupos analisados. Isso sugere uma demanda insatisfeita por serviços de saúde reprodutiva e a necessidade de uma melhor infraestrutura para tais serviços,

inclusive nos estágios mais recentes de evolução da fronteira. Mesmo adquirindo um patamar de fronteira consolidada, Machadinho ainda apresenta, segundo as próprias moradoras, importantes problemas relacionados à energia elétrica, água de qualidade, estradas e na área da saúde. Todos esses fatores inibem a realização das preferências reprodutivas.

Ainda que ambos os perfis de mulheres entrevistadas tenham declarado uma preferência por um número pequeno de filhos, existem relevantes diferenciais entre os grupos que devem ser destacados. As mulheres que chegaram no início da fronteira não chegaram em um espaço urbanizado e as dificuldades encontradas na fronteira moldaram as estratégias reprodutivas. Mesmo as que chegaram no núcleo urbano de P.A. Machadinho viveram em um espaço urbano bem diferente de hoje. A maior parte declarou que não tinha um número de filhos que considerassem como ideal; com efeito, elas não pensavam muito em quantos filhos queriam ter, talvez como consequência da falta de conhecimento, por não saberem que poderiam escolher e planejar. Entretanto, elas demonstraram uma preferência por um número de filhos pequeno, pois vinham de famílias grandes e vivenciaram o sofrimento de suas mães para criar muitos filhos, de modo que não queriam passar pelas mesmas dificuldades que elas. Além disso, a pobreza e a falta de condições materiais e de infraestrutura contribuíram para uma preferência por poucos filhos.

Desse modo, as condições financeiras e contextuais atuariam como fatores limitantes da fecundidade para as mulheres dos estágios iniciais da fronteira. Ainda que pareça não haver uma relação direta entre fecundidade e a terra – no sentido de trabalho, mão de obra e tipo de uso da terra –, a baixa produtividade, o futuro incerto na fronteira na qual recém-chegaram, a dificuldade na lida fez com que elas quisessem menos filhos. Ao contrário, nessas condições a terra não estimularia, mas sim limitaria o desejo por filhos. Por muitas famílias terem tido que trabalhar em terras de outras pessoas, devido às necessidades financeiras e demora na produção no próprio lote, nem sempre os filhos podiam ser usados como mão de obra, de forma que muitas vezes o custo do filho poderia ser maior que o benefício. Além disso, o sexo e a idade dos filhos influenciavam na possibilidade de trabalho na terra. A falta de participação dos maridos nas decisões reprodutivas corrobora essa frágil relação entre produção e reprodução.

Essa estratégia, por sua vez, parece ser um processo inconsciente, pois muitas afirmam que o excedente de filhos estava mais ligado ao desconhecimento quanto às formas de se evitar. Assim, estratégias adotadas nem sempre são racionais, ou seja, nem sempre é uma

escolha dentre uma gama de opções de comportamento a serem adotados; na realidade, muitas vezes aquele comportamento é o único possível. A falta de conhecimento e disponibilidade de serviços de saúde sexual e reprodutiva, ainda mais forte em Machadinho, fez com que elas tivessem filhos logo após o casamento e só depois de já terem tido mais que o planejado é que começaram a espaçar, apresentando, ainda, um alto índice de falha contraceptiva – elas não queriam ter mais filhos, mas também não conseguiam evitar. Assim, a falta de acesso e conhecimento, juntamente com as condições materiais, fazem com que elas tenham mais filhos do que querem, ou antes do momento que consideram ideal, de modo que a única (ou pelo menos a mais tangível) solução que concebem para não ter mais filhos é a esterilização. O tamanho da família afeta, pois, as escolhas reprodutivas, ou seja, quando as mulheres já atingiram um certo número que elas consideram elevado e acreditam que não tem mais condições físicas ou materiais para ter filhos adicionais, há um incentivo em interromper a reprodução e limitar definitivamente a fecundidade.

Já as mulheres que vivem nos estágios mais atuais da fronteira, mesmo as que estão no meio rural, vivem em um espaço fortemente integrado com as urbanidades, diferente das gerações passadas. O contexto atual de Machadinho, ainda que existam diversos pontos a serem aprimorados, apresenta melhores condições de infraestrutura e serviços. Assim, essas mulheres definem suas estratégias reprodutivas em um contexto bastante diferente das pioneiras. Em relação ao comportamento reprodutivo, também elas desejam um número pequeno de filhos, porém, parecem ter maior informação sobre como controlar sua fecundidade e maior acesso a métodos.

A motivação para definição de uma estratégia reprodutiva pautada em menos crianças é diferente da apontada pelas mulheres que estão há mais tempo na fronteira. Para as mais jovens, os motivos se relacionam às dificuldades do mundo hoje, tais como educar, dar um determinado padrão de vida para os filhos e atender às necessidades de consumo. No entanto, a principal razão diz respeito ao desejo dessas mulheres de estudar, trabalhar e se firmar financeiramente antes de ter um filho.

Não obstante terem mais informação e outros planos em relação ao seu futuro, o primeiro filho das mulheres da fronteira nas fases mais recentes é tido ainda em idades bastante jovens. Há, por um lado, uma fração razoável dos nascimentos que ocorrem antes do planejado, principalmente por falha contraceptiva. Por outro, as mulheres nos estágios mais atuais da fronteira conseguem espaçar mais os nascimentos, de modo a evitar um grande

número de filhos não desejados. Nesse sentido, apesar de começarem a ter filhos em idades jovens, essas mulheres conseguem evitar nascimentos sucessivos e manter sua fecundidade relativamente baixa, ao contrário das mulheres no início da fronteira. Assim, elas aparentam ter maior possibilidade para implementar suas preferências quanto a métodos e filhos. Chama atenção, contudo, a elevada proporção de mulheres nas fases mais avançadas da fronteira que realizaram a laqueadura em idades jovens, após atingir o número de filhos que consideram como ideal. A opção por um método definitivo pode indicar que há, também entre elas, uma dificuldade em acessar serviços de saúde sexual e reprodutiva que lhes deem outras alternativas. Parece haver, nesse sentido, uma “cultura da esterilização” arraigada entre as mulheres de Machadinho, em que elas enxergam na laqueadura a melhor opção para terminar sua fecundidade. Essa cultura se manteria ao longo das gerações e, aparentemente, não há sinais de que mudará nos próximos anos.

Assim, ao que parece, o comportamento das mulheres que vivem seu período reprodutivo nos estágios mais avançados da fronteira é semelhante daquele da não fronteira, principalmente pelo desejo por poucos filhos e aos fatores associados à menor fecundidade, como a vontade de estudar e trabalhar antes. Porém, há uma diferença importante na idade ao casar e ter filhos em Machadinho, eventos que ocorrem mais cedo na fronteira e que não têm apresentado mudanças significativas desde os estágios iniciais. Vale destacar que, se entre as mulheres que chegaram no início da fronteira já não há fortes evidências de relação entre terra e número de filhos, entre as mulheres mais jovens essa ligação, segundo suas declarações, é quase inexistente. Elas não acreditam que a quantidade de filhos tidos guarda relação com a produção agrícola nos dias atuais nem nos tempos passados.

Suas estratégias reprodutivas parecem ser definidas, portanto, mais com base nos planos relativos a estudo e trabalho fora da terra. No entanto, as condições de vida oferecidas na fronteira, tanto no que diz respeito às oportunidades e limitações de estudo, trabalho e realização das expectativas, interferem na vida que elas podem ter, nos sonhos que podem concretizar e no que elas precisam abrir mão, o que pode interferir nas escolhas reprodutivas e contraceptivas.

Outro achado relevante se refere ao modo como a relação com a terra, as necessidades de trabalhadores familiares, a produção e reprodução da família embasam as decisões reprodutivas ao longo das etapas de evolução da fronteira. A lógica de organização da família, no sentido da relação entre seus membros e desses com a manutenção da unidade

familiar, é diferente no contexto da fronteira, especialmente na área rural. Nos sítios, o trabalho no lote é o que sustenta a família, principalmente no início da fronteira quando não havia mão de obra disponível nem uma rede de serviços e comunicação. Porém, esse cenário muda com a evolução da fronteira e sua consolidação, quando a dinâmica dos sítios e da cidade vai se alterando.

Os resultados sugerem ainda que, no contexto atual, as gerações mais novas, mesmo a dos filhos dos primeiros colonos, já não querem mais trabalhar na terra como principal forma de sustento. Eles já não trabalham mais na terra (talvez apenas os filhos mais velhos) como a geração dos pais trabalhou. Isso pode ser resultado, por um lado, do pouco (ou nenhum) estímulo dado pelas mães para que os filhos assumissem as atividades no lote. Todas as mulheres desejavam para os filhos uma vida diferente, em que o estudo ganha papel central para alcançar uma vida melhor, sem o sacrifício de trabalhar na roça – trabalho considerado pesado e mal remunerado. Em geral, as mulheres mais velhas, tanto da área urbana quanto da rural, pertencem a uma geração que teve que trabalhar desde cedo e não puderam estudar, mas que não deseja que os filhos passem pelo mesmo.

Por outro lado, as etapas de evolução da fronteira abrem para as gerações mais jovens novas oportunidades. Há mais acesso à educação formal e o mercado de trabalho está em expansão e abriga vagas em outros setores que não o agrícola. Com a consolidação das terras, muitos jovens optam por procurar trabalho no núcleo urbano de Machadinho ou em outras cidades próximas, onde a terra seja mais rentável. Assim, tem ocorrido um processo de envelhecimento da população do campo em Machadinho, uma vez que os filhos saem de casa e permanecem na terra os pais, já em idades mais avançadas e com menos condições físicas de manter a produção no lote. Há, portanto, uma mudança no uso da terra importante no sentido de realização de atividades menos desgastantes, como o gado. Mesmo as gerações mais jovens que permanecem na terra acabam optando essas atividades, devido às condições impostas pela consolidação da fronteira. Nesse ponto, a renda da aposentadoria e outros programas governamentais de transferência de renda tem importante peso na composição da renda e manutenção dessas famílias.

Desse modo, observa-se que ambos os grupos de mulheres entrevistadas apresentaram uma preferência por um número pequeno de filhos. As estratégias adotadas também se assemelham, pois, apesar dos métodos para espaçamento dos nascimentos serem um pouco diferentes, no fim, todas optam por terminar a fecundidade por meio da esterilização. No entanto, parece que a motivação para fazer a laqueadura é diferenciada entre os perfis

analisados. Enquanto que entre as mulheres que viveram seu período reprodutivo na fase inicial da fronteira a laqueadura aparece como solução para impedir um número de filhos não desejados ainda maior do que os que já haviam tido, entre as mulheres das fases mais avançadas parece que ela é a forma de se evitar esses nascimentos indesejados antes que eles aconteçam. Assim, as mulheres dos estágios atuais seriam mais bem sucedidas em implementar suas estratégias, de modo que, ainda também haja uma parcela considerável de gravidezes não planejadas, a fecundidade entre elas é menor.

Conclui-se que, quanto mais a fronteira evolui, menos influência os fatores relacionados à terra parecem ter nas decisões reprodutivas. Quando a fronteira chega num estágio mais consolidado, parece haver uma aproximação da fecundidade da fronteira com a não fronteira, com preferências e determinantes semelhantes. Porém, a urbanização inacabada e os problemas de infraestrutura fazem com que a realização das preferências seja menos efetiva, de modo que ainda há grande proporção de fecundidade não desejada em todas as fases de evolução da fronteira. As estratégias utilizadas acabam se diferenciando, devido às possibilidades e limitações existentes em cada momento e ao peso distinto que fatores como acesso à terra, necessidade de mão de obra, qualidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e expectativas individuais assumem em cada etapa da fronteira.

Destaca-se que esta tese apresenta algumas questões que devem ser analisadas com mais profundidade, uma vez que algumas conclusões apresentadas na literatura sobre o assunto não puderam ser verificadas, principalmente em termos de significância entre determinados fatores socioeconômicos e de contexto e a fecundidade e a maneira como o uso da terra pode mediar a relação do número de filhos com outros determinantes. Por se tratar de um estudo qualitativo, há limitações na generalização dos resultados encontrados. Eles devem ser tomados como representativos do conjunto de mulheres entrevistadas, devendo ser estendido às demais mulheres de Machadinho ou de outras fronteiras com as devidas precauções – ainda que o panorama encontrado se aproxime da realidade de outros locais. Além disso, sempre há o risco das percepções e opiniões das mulheres serem influenciadas pelo contexto em que vivem hoje, de modo que a fala delas, especialmente daquelas que viveram nos primeiros estágios da fronteira, pode conter, eventualmente, algum tipo de viés relacionado à influência que sua vida hoje tem na forma com que elas enxergam o passado.

Por fim, acredita-se que o uso de dados quantitativos poderia colaborar para a melhor compreensão dos resultados. Existe uma série de estudos realizados pelo Cedeplar em

Machadinho d'Oeste, que vão desde a década de 1980 até uma pesquisa mais recente realizada no ano de 2015, que levantam informações acerca do uso do solo e suas mudanças ao longo do tempo, permanência no lote, local de origem, carga de doenças, relações familiares e outros dados sobre o município. Retomar esses dados retrospectivos certamente auxiliaria no entendimento mais aprofundado das questões levantadas anteriormente e complementaria os resultados encontrados. O uso desses dados fica como agenda futura de pesquisa e melhoria desta tese.

A história da fronteira certamente não se encerra com sua consolidação. Ao contrário, se reconstrói a cada nova geração que mantém viva a luta, a resistência e a esperança de, naquele espaço, ter uma vida melhor e mais digna. Espera-se, nesta tese, ter retratado, da maneira como as mulheres entrevistadas merecem, uma parte das batalhas vividas e vencidas nesse universo chamado fronteira agrícola amazônica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRICH, S. P.; WALKER, R. T.; ARIMA, E. Y.; CALDAS, M. M.; BROWDER, J. O.; PERZ, S. Land-cover and land-use change in the Brazilian Amazon: smallholders, ranchers, and frontier stratification. *Economic Geography*, Vol. 82(3), pp. 265–288, 2006.
- ALVES, J. E. D. A transição da fecundidade, redução da gravidez na adolescência e direitos reprodutivos no Brasil. *Aparte Inclusão Social em Debate*, 2012.
- AMBERT, A. M.; ADLER, P. A.; ADLER, P.; DETZNER, D. F. Understanding and evaluating qualitative research. *Journal of Marriage and Family*, Vol. 57, pp. 879-893, November, 1995.
- BARBIERI, A. F. A. Uso antrópico da terra e malária no Norte de Mato Grosso, 1992 a 1995. Dissertação (Mestrado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. 232f. Belo Horizonte, 2000.
- BARBIERI, A. F.; BILSBORROW, R. E.; PAN, W. Farm household lifecycles and land use in the Ecuadorian Amazon. *Population and Environment*, Vol. 27, No. 1, September, 2005.
- BARBIERI, A. F.; MONTE-MÓR, R. L.; M.; BILSBORROW, R. E. Towns in the Jungle: exploring linkages between rural-urban mobility, urbanization and development in the Amazon. In: de SHERBINIIN, A.; RAHMAN, A.; BARBIERI, A.; FOTSO, J. C.; ZHU, Y. (Eds.) *Urban Population-Environment Dynamics in the Developing World: Case Studies and Lessons Learned*. CICRED: Paris, 247–279, 2009.
- BARBIERI, A. F.; SANTOS, R. O.; GUEDES, G. R. . The migration, environment and development nexus in the frontier: a review of the literature based on empirical evidences from the Brazilian Amazon. Trabalho apresentado em *Determinants of International Migration Conference*, 2014.
- BARBIERI, A. F.; GUEDES, G. R.; SANTOS, R. O.; FONSECA, D. Deforestation from below: how can farm household demographic dynamics explain long term land use changes in the Amazon?. In: *Meeting of the Population Association of America*. Washington: PAA, 2016.
- BARROS, J. V. S. Medindo a saúde reprodutiva segundo o tipo de união na América Latina: indicadores sintéticos para Brasil e México. Dissertação (Mestrado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. 101f. Belo Horizonte, 2012.
- BECKER, B. K. A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional. *Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ*, Rio de Janeiro, pp. 32-46, 1977.
- BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, 46 (3/4), pp. 357-371, jul./dez., 1985.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, 19(53), pp. 71–86, 2005.
- BERQUÓ, E. O Brasil e as recomendações do plano de ação do Cairo. In: BILAC, E.D. e ROCHA, M.I.B. (orgs.). *A saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe: temas e problemas*. Campinas, Editora 34, PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP, 1998.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event? In: *Anais do Annual Meeting of the Population Association of America*, 2005.

BERQUÓ, E.; LIMA, L.P. Planejamento da fecundidade: gravidezes não-desejadas – PNDS 1996 e 2006. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CEBRAP. *Dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança – PNDS 2006*. Brasília, 2009.

BILSBORROW, R. E. Population pressures and agricultural development in Development Countries: a conceptual framework and recent evidence. *World Development*, 15(2), pp. 83–203, 1987.

BILSBORROW, R. E.; CARR, D. L. Population, agricultural land use and the environment in Developing Countries. In: LEE D.; C. BARRETT (Eds.), *Tradeoffs or Synergies? Agricultural Intensification, Economic Development and the Environment*, Wallingford, UK: CAB International, pp. 35–55, 2001.

BILSBORROW, R. E.; BARBIERI, A. F.; PAN, W. Changes in population and land use over time in the Ecuadorian Amazon. *Acta Amazonica*, 34 (4), pp. 635-647, 2004.

BROWDER, J. O.; B. J. GODFREY. Frontier urbanization in the Brazilian Amazon. A theoretical framework for urban transition. *Yearbook of the Conference of Latin American Geographers*, 16, pp. 56-66, 1990.

BROWDER, J. O.; PEDLOWSKI, M. A.; SUMMERS, P. M. Land use patterns in the Brazilian Amazon: comparative farm-level evidence from Rondônia. *Human Ecology*, Vol. 32, No. 2, April, 2004.

BROWDER, J. O.; PEDLOWSKI, M. A.; WALKER, R. Revisiting theories of frontier expansion in the Brazilian Amazon: a survey of the colonist farming population in Rondônia's post-frontier, 1992–2002. *World Development*, Vol. 36, No. 8, pp. 1469–1492, 2008.

CALDAS, M.; WALKER, R.; ARIMA, E.; PERZ, S.; ALDRICH, S.; SIMMONS, C. Theorizing land cover and land use change: the peasant economy of Amazonian deforestation. In: *Annals of the Association of American Geographers*, 97(1), pp. 86-110, 2007.

CALDWELL, J. C. Toward a restatement of Demographic Transition Theory. *Population and Development Review*, 2 (3/4), pp. 321-366, 1976.

CAMARGOS, M. C. S. *Enfim só: um olhar sobre o universo de pessoas idosas que moram sozinhas no município de Belo Horizonte (MG)*, 2007. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. 138f. Belo Horizonte, 2008.

CARR, D. Proximate population factors and deforestation in tropical agricultural frontiers. *Population and Environment*, Vol. 25, No. 6, July, 2004.

CARR, D.; PAN, W. Fertility determinants on the frontier: longitudinal evidence from the Ecuadorian Amazon. *Association of American Geographers Annual Meeting*. Los Angeles, March, 2002.

CARR, D.; PAN, W. Determinants of childbirth on the Ecuadorian Amazon Frontier from 1990-1999. Draft of paper to be submitted to *GeoJournal*, 2003. Disponível em [http://www.geog.ucsb.edu/~carr/DCarr\\_Publications/DLCarr\\_GeoJournal.pdf](http://www.geog.ucsb.edu/~carr/DCarr_Publications/DLCarr_GeoJournal.pdf), acessado em 22 de abril de 2015.

CARR, D.; PAN, W.; BILSBORROW, R. E. Declining fertility on the frontier: the Ecuadorian Amazon. *Population and Environment*, Vol. 1, No. 28(1), pp. 17–39, 2006.

CARVALHO, A. A. Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

CASTRO, M. C.; SINGER, B. Migration, urbanization and malaria: a comparative analysis of Dar es Salaam, Tanzania and Machadinho, Rondônia, Brazil. Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, June, 2003.

CAVENAGHI, S. A dinâmica populacional e a agenda de população e desenvolvimento sustentável. In: WONG, L.L.R.; ALVES, J.E.; VIGNOLI, J. R.; TURRA, C.M. (Org.) Cairo +20: perspectivas de la agenda de población y desarrollo sostenible después de 2014. Serie Investigaciones, n. 15, ALAP Editora, pp. 79-93, 2014.

CEPAL. Población y salud en América Latina y el Caribe: retos pendientes y nuevos desafíos. LC/L.3216(CEP.2010/3), Santiago del Chile, 2010.

CEPAL/CELADE/UNFPA. Informe de América Latina sobre los progresos y las perspectivas de la implementación Del Programa de Acción de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo 1994-2009. Versão preliminar apresentada no seminário regional “Avances y acciones clave para la implementación del Programa de Acción de El Cairo, a 15 años de su aprobación”. Santiago del Chile, 7 e 8 de outubro, 2009.

CLAY, D.; JOHNSON, N. Size of Farm or Size of Family: Which Comes First? *Population Studies*, 46 (3), pp. 491-505, Nov., 1992.

CORRÊA, S.; JANNUZZI, P.M.; ALVES, J.E.D. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. Trabalho realizado com o apoio do UNFPA-Brasil, no âmbito do Sub-programa de Saúde Sexual e Reprodutiva, Projeto “Sistema de Indicadores Municipais em Saúde Sexual e Reprodutiva”, coordenado pela ABEP e IBGE. Rio de Janeiro, 2003.

CÔRTEZ, J. C. Mobilidade e redistribuição populacional em Santarém, Pará: recente reconfiguração do meio rural na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 177f. Campinas, 2012a.

CÔRTEZ, J. C. Novas abordagens para áreas de fronteira agrícola na Amazônia: recente dinâmica demográfica em Santarém, PA. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2012b.

DAVIS, K. The Theory of Change and Response in Modern Demographic History. *Population Index*, 29, pp. 345–366, 1963.

DAVIS, J.; CARR, D. L. The effects of migrant remittances on population–environment dynamics in migrant origin areas: international migration, fertility, and consumption in highland Guatemala. *Population and Environment*, 32, pp. 216–237, 2010.

DINIZ, A. M. A. Mobility and evolving frontier settlements: the case of central Roraima. In: XXIV General Population Conference, 2001, Salvador. Annals of the XXIV General Population Conference, 2001.

DINIZ, A. M. A. Mobilidade e a Evolução da Fronteira Agrícola. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002.

EASTERLIN, R. A. Population change and farm settlement in the Northern United States. *The Journal of Economic History*, Vol. 36, pp. 45-75, 1976.

FINDLEY, S. Colonist constraints, strategies, and mobility: recent trends in Latin American frontier zones. In: OBERAI, A. (Ed.) *Land Settlement Policies and Population Redistribution in Developing Countries*, pp. 271-316. New York, Praeger, 1988.

FLÓREZ, C.E.; SOTO, V.E. La fecundidad y el acceso a los servicios de salud reproductiva en el contexto de la movilidad social en América Latina y el Caribe. Documento CEDE 16. Bogotá, Colombia: Centro de Estudios sobre el Desarrollo Económico, 2007.

FLÓREZ, C.E.; SOTO, V.E. El estado de la salud sexual y reproductiva en América Latina y el Caribe: una visión global. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington DC, 2008.

FONTANA, A.; FREY, J.H. The interview – From structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Eds.) *Collecting and interpreting qualitative materials*. Sage Publications, Inc., pp. 61-106, 2003.

GOMES, F. B. Modos de ocupação no município de Machadinho d'Oeste/RO e suas relações com o equilíbrio natural da paisagem e ajustes morfodinâmicos. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR. 118f. Porto Velho, Rondônia, 2009.

GUEDES, G. R. Ciclo de vida domiciliar, ciclo do lote e mudança no uso da terra na Amazônia Rural Brasileira – um estudo de caso para Altamira, Pará. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. 206f. Belo Horizonte, 2010.

GUEDES, G. R.; QUEIROZ, B. L.; BARBIERI, A. F.; VANWEY, L. K. Ciclo de vida domiciliar, ciclo do lote e mudança no uso da terra na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Vol. 28, No. 1, pp. 231-240, jan./jun., 2011.

GUEDES, G. R.; BARBIERI, A. F.; SANTOS, R. O.; ANTIGO, M. Estratégias de subsistência e do ciclo de vida na Amazônia brasileira: o caso de Machadinho d'Oeste, Rondônia. *Revista Territórios & Fronteiras*, 8(2), pp. 196-217, 2015.

HENKEL, R. The move to the Oriente: colonization and environmental impact. In: TEMPE, L.; JERRY, R. (Eds.). *Modern day Bolivia: legacy of the revolution and prospects for the future*. Tempe, Ariz.: Arizona State University, Center for Latin American Studies, 1982.

HENRIQUES, M. H. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. 47(3/4), pp. 317-356, jul./dez., 1984.

HENRIQUES, M. H. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. 46 (3/4), pp.393-423, jul./dez., 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2000 – Nupcialidade e fecundidade, Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade\\_fecundidade/censo2000\\_fecundidade.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade/censo2000_fecundidade.pdf), acessado em 22 de abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010 – Nupcialidade, fecundidade e migração, Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd\\_2010\\_nupcialidade\\_fecundidade\\_e\\_migracao\\_amostra.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_e_migracao_amostra.pdf), acessado em 22 de abril de 2015.

JIMÉNEZ, M.A.; ALIAGA, L.; RODRÍGUEZ, J. Una mirada desde América Latina y el Caribe al objetivo de desarrollo del milenio de acceso universal a la salud reproductiva. Serie Población y Desarrollo. N. 97, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. Sao Paulo: Atlas, 1996.

MARTINE, G. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização do Brasil. In: Anais do I Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campos do Jordão, 1978. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A02.pdf>, acessado em 22 de abril de 2015.

MARTINS, J. S. Frente Pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica. In: VELHO, O. (ed.) Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. O Tempo da Fronteira – retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo social; Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 8(1), pp. 25-70, 1996.

MARTINS, P. H. V.; VERONA, A. P. A. Mudanças Recentes na Fecundidade Adolescente no Brasil: a Associação com a Escolaridade Continua a Mesma? In: Anais do XVII Seminário sobre a Economia Mineira, 2016.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.

MCCRACKEN, S. D. ; BRONDÍZIO E. S.; NELSON, D.; MORAN, E. F.; SIQUEIRA, A. D.; RODRIGUEZ-PEDRAZA, C. Remote sensing and GIS at farm property level: demography and deforestation in the Brazilian Amazon. Photogrammetric Engineering & Remote Sensing, Falls Church, 65(11), p. 1311-1320, 1999.

MERRICK, T. W. Fertility and Land Availability in Rural Brazil. Demography, Vol. 15, No. 3, pp. 321-336, Aug., 1978.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. Qualitative data analysis: an expanded sourcebook. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

MONTE-MÓR, R. L. Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 225f. Rio de Janeiro, 1979.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.) Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

MONTE-MÓR, R. L. A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2004.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005. (Texto para discussão, 281).

MORAN, E. F. Adaptation and maladaptation in newly settled areas. In: PARTRIDGE, W. L.; SCHUMANN, D.A. (Eds). *The Human Ecology of Tropical Land Settlement in Latin America*. Boulder, Col.: Westview Press, Inc., 1989.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Plataforma de Cairo. Texto integral. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres, 1994.

PAN, W.; RAMACHANDRAN, D.; CARR, D. Shifts in determinants of fertility among women living in the Amazon. Extended abstract. Population Association of America, 2009. Disponível em <http://paa2009.princeton.edu/papers/91464>, acessado em 22 de abril de 2015.

PAN, W.; CARR, D. L. Land use as a mediating factor of fertility in the Amazon. *Population and Environment*, 38(1), pp. 21-46, 2016.

PATRIOTA, T.C. Cairo +10: os desafios no Brasil e na América Latina. In: Caetano, A. J., Alves, J. E. D., Correa, S. (orgs.). *Dez anos do Cairo: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil*. Campinas: ABEP/UNFPA, 2004.

PERPÉTUO, I.H.O.; WONG, L.L.R. Desigualdade socioeconômica na utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil: uma análise comparativa com base nas PNDS 1996 e 2006. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CEBRAP. *Dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança – PNDS 2006*. Brasília, 2009.

PERZ, S. Household demographic factors as life cycle determinants of land use in the Amazon. *Population Research and Policy Review*, 20, pp. 159–186, 2001.

PITANGUY, J.; COSTA, L.; ROMANI, A. Indicadores de saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe. *Serie Mujer y Desarrollo*, 103, 2010.

RIOS-NETO, E.L.G. Balanços e propostas rumo ao Cairo +20: a perspectiva da CNPD. Rumos para o Cairo +20, 2009. Disponível em [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/cairo\\_spm.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/cairo_spm.pdf). Acesso em 01 dez. 2016.

SAWYER, D. Fecundidade e mortalidade na Amazônia: notas sobre estimativas e interpretações. In: *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 1981.

SAWYER, D. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 1(1/2), pp. 3-34, 1984.

SAWYER, D.; PINHEIRO, S. M. G. A dinâmica demográfica das regiões de fronteira. In: *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1984.

SIMÃO, A. B.; TORRES, M. E. A.; LACERDA, M. A.; MIRANDA-RIBEIRO, P.; CAETANO, A. J.; PERPÉTUO, I. H. O. Desigualdades raciais em saúde da mulher em Belo Horizonte: perfis de acesso à contracepção, ao acompanhamento ginecológico e ao diagnóstico de câncer de colo uterino. Trabalho apresentado no XII Seminário de Economia Mineira, 2006.

SUMMERS, P. M. The post-frontier: land use and social change in the Brazilian Amazon (1992 – 2002). Tese (Doutorado). Environmental Design and Planning, Virginia Polytechnic Institute and State University. 249 f. Blacksburg, Virginia, 2008.

SUTHERLAND, E. G.; CARR, D.; CURTIS, S. L. Fertility and the environment in a natural resource dependent economy: evidence from Petén, Guatemala. *Población y Salud en Mesoamérica - Revista electrónica*, Vol. 2, No. 1, Art. 2. Jul. – Dic., 2004.

SYDENSTRICKER, J. M. Família, fecundidade e as estratégias de assentamento em Rondônia: um estudo de caso. Textos NEPO, No. 18, 1990.

SYDENSTRICKER, J. M. Parceleiros de Machadinho – História migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 190f. São Paulo, 1992.

SYDENSTRICKER, J. M. Land-Cover Change and Social Organization in Brazilian Amazonia. Tese (Doutorado). Cornell University. 374f. Ithaca, New York, 2004.

THAPA, K.; BILSBORROW, R. E.; MURPHY, L. Deforestation, land use, and women's agricultural activities in the Ecuadorian Amazon. World Development, Vol. 24, No. 8, pp. 1317-1332, 1996.

TORRES, H.G. A urbanização e o migrante de origem urbana na Amazônia. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988.

TURCHI, L. M. A colonização dirigida no processo de expansão e ocupação da fronteira agrícola: Território Federal de Rondônia. In: Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1980. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1980/T80V01A07.pdf>, acessado em 22 de abril de 2015.

TURNER, F. J. The frontier in American history. New York: Holt, 1920.

ULIN, P. R. et al. Qualitative methods: a field guide for applied research in sexual and reproductive health. North Carolina: Family Health International, 2003.

UNFPA; UNDESA; UN-HABITAT; IOM. Population dynamics in the post-2015 development agenda: report of the global thematic consultation on population dynamics. 2013. Disponível em <<https://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/What-We-Do/docs/Outcome-Report-Pop-dynamic-and-post-2015-dev-agenda-14-March-2013.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2016.

UNITED NATIONS. United Nations Millennium Declaration – Resolution adopted by the General Assembly. A/RES/55/2, 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>>. Acesso em 11 out. 2016.

UNRIC. Guia sobre Desenvolvimento Sustentável – 17 objetivos para transformar o nosso mundo. 2016. Disponível em: <[https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods\\_2edicao\\_web\\_pages.pdf](https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf)>. Acesso em 15 dez. 2016.

VANWEY, L., D'ANTONA, A., BRONDÍZIO, E. Household demographic change and land use/land cover change in the Brazilian Amazon. Population and Environment, Vol. 28, pp. 163–185, 2007.

VERONA, A. P. A. O fim do rejuvenescimento da estrutura da fecundidade no Brasil: Evidências a partir do comportamento reprodutivo das adolescentes e jovens. Trabalho apresentado no XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016.

WALKER, R. T.; HOMMA, A. K. O. Land use and land cover dynamics in the Brazilian Amazon: an overview. Ecological Economics, 18(1), pp. 67-80, 1996.

WALKER, R.; PERZ, S.; CALDAS, M.; SILVA, L. G. T. Land use and land cover change in forest frontiers: The role of household life cycles. International regional Science review, 25(2), pp. 169-199, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Anais do XX Encontro Anual da Anpocs, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. & BRANDENBURG, A. (Org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, p.29-49, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, 1, 2013.

WEISS, R. S. Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies. New York: The Free Press, 1994.

WONG, L.L.R. Evidences of further decline in Latin America: reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. Trabalho apresentado no XXVI IUSSP International Population Conference, 2009.

WONG, L.L.R.; PERPÉTUO, I.H.O. La transición de la salud sexual y reproductiva en América Latina. 15 años después de El Cairo – 1994. Serie Población y Desarrollo. N. 102, 2011.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – Roteiros das entrevistas em profundidade

#### 1A – Mulheres que viveram a maior parte do seu período reprodutivo nos estágios iniciais da fronteira – Residentes na área rural

**\*Vamos começar falando um pouco sobre a vida em MDO.**

1. Qual a sua idade?
2. A senhora é casada, viúva, solteira? Perguntar a quanto tempo está casada, a idade ao se unir e se essa é a única união. Perguntar se casou no civil e no religioso ou se é só 'juntada'.
3. Onde a senhora nasceu? Antes de casar, a senhora morou em outras cidades que não a que você nasceu?
4. Nesse(s) local(is), sempre morou em sítio/fazenda/área rural? Seus pais trabalhavam na terra? *Se sim:* Eles tinham terra própria ou trabalhavam pra alguém? A senhora os ajudava? A senhora tem quantos irmãos? Eles ajudavam seus pais na terra? *Se não:* Com que eles trabalhavam?
5. Quando a senhora se casou, onde foi morar? Com os pais/sogros, em terra própria ou em outra cidade?
6. A senhora tem quantos filhos? Qual a idade deles? Quantos nasceram antes e depois da chegada à Machadinho? Eles moram aqui no lote com a senhora, em MDO ou em outra cidade? Eles trabalham com o quê? Perguntar se são todos da mesma união. Perguntar se algum morreu. Tem netos (ver com que idade a filha foi mãe)?
7. A senhora frequentou a escola? Até que série? E seus filhos, estudaram?
8. Antes de chegar a MDO, vocês moraram em outras cidades? Por que se mudaram para essas cidades? (Explorar as etapas migratórias)
9. Há quanto tempo vocês moram em Machadinho? Por que decidiram vir para cá? Perguntar de onde vieram, como era a vida antes, como ficaram sabendo que aqui tinha terras, se já tinham um lote quando chegaram aqui ou se demorou pra conseguir, se trabalharam para outras pessoas, se já tinham parentes ou conhecidos aqui, se ela e os filhos vieram juntos com o marido (**EXPLORAR BEM ESSA PARTE**).
10. Como era Machadinho quando a senhora chegou aqui? Quais os problemas e as dificuldades que enfrentou? Como foi o processo de adaptação à nova vida?
11. E tinha hospital, escola? O acesso a eles era fácil? Quando precisavam de algo, tinham que ir ao núcleo urbano de MDO ou cidades próximas?
12. Quando vocês chegaram nesse lote, ele já estava limpo, com algum cultivo ou vocês começaram do zero? Como foi o processo de limpa do lote, de começar a cultivar? O que vocês plantavam/criavam? Era para consumo próprio ou venda? A terra era a principal fonte de renda?
13. Tinha energia elétrica? Água? Como faziam?

14. Quando vocês chegaram, com filhos pequenos, eles ajudaram na limpeza do lote, no cultivo, na colheita?
15. Você e sua família sempre moraram nesse lote? Essa terra é de vocês? Possuem outras propriedades?
16. Hoje, qual o principal uso que vocês fazem dessa propriedade? Vocês plantam, criam gado? É para venda e/ou consumo próprio?
17. Qual a principal fonte de renda hoje? Perguntar se recebe aposentadoria ou algum auxílio do governo (bolsa família ou outro). Vocês recebem ajuda financeira dos filhos ou de alguém da família ou são vocês que tem que os ajudar?
18. A senhora ainda trabalha na terra? Quais tarefas realiza?
19. E seu marido? Quais tarefas realiza? Algum filho ajuda aqui? Quais tarefas realiza?
20. Vocês possuem televisão, rádio? Com qual frequência você assiste TV e ouve rádio? Que tipo de programa gosta de assistir? É parabólica?
21. E qual a religião da senhora? Com qual frequência você vai à missa/culto? Sempre pertenceu a essa religião? Você acha que a religião teve alguma influência no seu modo de viver (casar, ter e criar filhos)?
22. Você acha que hoje a vida da senhora está melhor ou pior do que quando chegou aqui? Por quê? Quanto tempo depois de chegar a MDO a vida começou a melhorar/piorar?
23. Quais mudanças ocorreram em Machadinho desde que chegou aqui? Perguntar sobre transformações no meio ao redor, na terra, no crescimento do meio urbano, na infraestrutura de serviços básicos, nas condições materiais e socioeconômicas da cidade.

**\*Vamos conversar agora sobre seus filhos.**

24. (**SÓ PARA QUEM NÃO NASCEU EM MDO**) **SE TEVE FILHOS ANTES DE CHEGAR:** Pensando agora na sua vida antes de vir para Machadinho. A senhora me disse que tinha \_\_ filho(s) antes de chegar aqui. Qual era sua idade quando teve cada filho?
  - \*A senhora queria ter esses filhos no momento em que eles nasceram ou acha que podia ter esperado mais? Seu companheiro queria ter filhos?
  - \*Fez pré-natal? Como foi o parto (normal, em casa, cesárea)? Como foi a assistência médica, infraestrutura hospitalar?
  - \* Quando você engravidou pela primeira vez, usava algum método para evitar ter filhos? Qual? Quando começou a usar? Onde obtinha, tinha que pagar? Quem te orientou a usar esse método? E depois que ele nasceu, você começou/continuou a usar método? E seus outros filhos, você engravidou porque parou de usar ou o método falhou?
  - \* **SE NÃO TEVE FILHOS ANTES DE CHEGAR A MDO:** Por que a senhora não teve filhos? Queria ter tido? Usava algum método para evitar ter filhos? Seu companheiro queria ter filhos?
25. (**PARA TODAS**) A senhora me disse que teve \_ filho(s) nascido(s) em MDO. **SE TEVE FILHOS:**

- \*A senhora queria ter esses filhos no momento em que eles nasceram ou acha que podia ter esperado mais? Seu companheiro queria ter filhos?
- \*Fez pré-natal? Como foi o parto (normal, em casa)? Como foi a assistência médica, infraestrutura hospitalar? Foi feito em MDO ou outra cidade?
- \* Quando chegou aqui, você usava algum método para evitar ter filhos? Qual? Onde obtinha, tinha que pagar? Quem te orientou a usar esse método? Quando engravidou dos seus filhos aqui, foi porque parou de usar ou o método falhou?
- \* **SE NÃO TEVE FILHOS EM MDO:** Por que a senhora não teve filhos? Queria ter tido? Usava algum método para evitar ter filhos? Seu companheiro queria ter filhos?
26. A senhora é esterilizada/ligada/fez laqueadura? Onde fez? Teve que pagar? Foi durante o parto? Quem te orientou a fazer?
  27. Quando a senhora era mais jovem, antes de casar e ter filhos, quantos filhos pensava em ter? Pensava em ter esse número que a senhora tem hoje ou acha que teve muito/pouco? Por que você achava que esse número era bom? Por que a senhora acha que não teve o tanto que queria?
  28. Sua mãe ou alguém próximo conversou com a senhora, quando você era jovem, sobre casamento, filhos e métodos? Você conversou com seus filhos sobre isso?
  29. Pensando no cultivo da terra, colheita e criação de animais, na chegada em Machadinho e nos anos posteriores, levando em consideração o que vocês e pessoas próximas passaram aqui (as dificuldades, o trabalho etc), a senhora acha que ter muitos filhos ajudou, atrapalhou ou não fez diferença naquele momento? Por quê? Você acha que algumas pessoas tinham mais filhos, pensando que eles poderiam contribuir no trabalho na terra?
  30. Me fale sobre todas as dificuldades que tiveram durante todo esse tempo que moram aqui, pensando em tudo desde que chegaram e nos anos depois até os dias de hoje, incluindo aí o que passou com os filhos. Agora, me fale das coisas boas, das conquistas, incluindo aí o que passou os filhos.
  31. A senhora acha que as mulheres mais jovens, hoje em dia, querem ter mais, menos ou o mesmo número de filhos que as mulheres da sua idade queriam, quando tinham a mesma idade que essas jovens? Por que a senhora pensa assim? Você acha que as jovens hoje têm menos filhos?
  32. A senhora acha que é mais fácil para as jovens de hoje conseguirem ter o número de filhos que elas desejam do que foi para a senhora? Por quê?
  33. Em relação aos serviços médicos, hospitalares, de pré-natal e parto, a senhora acha que houve melhoras ou não, em comparação à época que a senhora teve seus filhos? Como foi para a senhora?
  34. Em relação ao acesso aos métodos para não engravidar, a senhora acha que houve melhoras ou não, em comparação à época que a senhora era jovem? Como foi para a senhora?
  35. Para finalizar, quais as diferenças que a senhora vê entre seus desejos para o futuro, suas ambições de vida e planos quando você era jovem e os das jovens de hoje em dia? Você acha que elas estudam mais, tem mais oportunidades de emprego, de vida do que a senhora teve?

**2A – Mulheres que viveram a maior parte do seu período reprodutivo nos estágios mais recentes da fronteira – Residentes na área rural**

**\*Vamos começar falando um pouco sobre a vida em MDO.**

1. Qual a sua idade?
2. Você é casada, viúva, solteira? Perguntar a quanto tempo está casada, a idade ao se unir e se essa é a única união. Perguntar se casou no civil e no religioso ou se é só ‘juntada’.
3. Você nasceu em Machadinho? *SE NÃO*: Onde nasceu? Com quantos anos chegou em MDO? Como/com quem veio pra cá? (*SE NÃO FOR CASADA*) Você mora com seus pais?
4. Você tem filhos? Quantos? Qual a idade deles? Quantos nasceram antes e depois da chegada à Machadinho? Eles moram aqui no lote com você, em MDO ou em outra cidade? Eles trabalham com o quê? Perguntar se são todos da mesma união. Perguntar se algum morreu. Tem netos (ver com que idade a filha foi mãe)?
5. Você frequentou a escola? Até que série? *Se tiver filhos*: seus filhos estudam?
6. E seus pais, são de onde? *Se a entrevistada não morar com os pais*: Eles moram em MDO?
7. Você sempre morou em sítio/fazenda? Seus pais sempre trabalharam na terra? *Se sim*: Eles tinham terra própria ou trabalhavam pra alguém? Você os ajudava? Você tem quantos irmãos? Eles ajudavam seus pais na terra? *Se não*: Com que eles trabalhavam?
8. *SE NÃO NASCEU EM MDO*: Antes de chegar MDO, você morou em outras cidades? Por quê?
9. Há quanto tempo você (*ou os pais, se a entrevistada nasceu em MDO*) mora em Machadinho? Por que decidiu vir para cá (MDO, Norte, fronteira)? Perguntar de onde veio, como era a vida antes, como ficou sabendo que aqui tinha terras, se já tinham um lote quando chegaram aqui ou se demorou pra conseguir, se trabalharam para outras pessoas, se já tinham parentes ou conhecidos aqui, se ela e os filhos vieram juntos com o marido ou ele foi antes (**EXPLORAR BEM ESSA PARTE**).
10. Como era Machadinho quando você chegou aqui (*ou quando era pequena, se a entrevistada nasceu em MDO*)? Quais os problemas e as dificuldades existentes? Como foi o processo de adaptação à nova vida?
11. E tinha hospital, escola? O acesso a eles era fácil? Quando precisavam de algo, tinham que ir ao núcleo urbano de MDO ou cidades próximas? Algum agente de saúde passava aqui?
12. Quando vocês (*entrevistada+marido ou entrevistada+pais*) chegaram nesse lote, ele já estava limpo, com algum cultivo ou vocês começaram do zero? Como foi o processo de limpa do lote, de começar a cultivar? O que vocês plantavam/criavam? Era para consumo próprio ou venda? A terra era a principal fonte de renda?
13. Tinha energia elétrica? Água? Como faziam?
14. (*QUANDO SE APLICAR*) Quando vocês chegaram, os filhos ajudaram na limpeza do lote, no cultivo, na colheita?
15. Você e sua família sempre moraram nesse lote? Essa terra é de vocês? Possuem outras propriedades?

16. Hoje, qual o principal uso que vocês fazem dessa propriedade? Vocês plantam, criam gado? É para venda e/ou consumo próprio?
17. Qual a principal fonte de renda hoje? Perguntar se recebe aposentadoria ou algum auxílio do governo (bolsa família ou outro). Você ajuda financeiramente seus filhos/pais ou alguém da família ou você que recebe algum tipo de ajuda?
18. Você trabalha na terra? Quais tarefas realiza?
19. E seu marido (*ou os pais, se a entrevistada mora com eles*)? Quais tarefas realiza? Algum filho (*ou irmão*) ajuda aqui? Quais tarefas realiza?
20. Vocês possuem televisão, rádio? Com qual frequência você assiste TV e ouve rádio? Que tipo de programa gosta de assistir? É parabólica?
21. E qual a sua religião? Com qual frequência você vai à missa/culto? Sempre pertenceu a essa religião? Você acha que a religião tem alguma influência no seu modo de viver (casar, ter filhos)?
22. Você acha que a vida hoje está melhor ou pior do que quando chegou aqui (*ou quando era pequena*)? Por quê? Quanto tempo depois de chegar a MDO a vida começou a melhorar/piorar?
23. Quais mudanças ocorreram em Machadinho desde que chegou aqui (*ou desde quando era pequena*)? Perguntar sobre transformações no meio ao redor, na terra, no crescimento do meio urbano, na infraestrutura de serviços básicos, nas condições materiais e socioeconômicas da cidade.

**\*Vamos conversar agora sobre filhos.**

24. (**SÓ PARA QUEM NÃO NASCEU EM MDO**) **SE TEVE FILHOS ANTES DE CHEGAR:** Pensando agora na sua vida antes de vir para Machadinho. Você me disse que tinha \_\_ filho(s) antes de chegar aqui. Qual era sua idade quando cada um deles nasceu?

\*Você queria ter esses filhos no momento em que eles nasceram ou acha que podia ter esperado mais? Seu companheiro queria ter filhos?

\*Fez pré-natal? Como foi o parto (normal, em casa, cesárea)? Como foi a assistência médica, infraestrutura hospitalar?

\*Quando você engravidou pela primeira vez, usava algum método para evitar ter filhos? Qual? Quando começou a usar? Onde obtinha, tinha que pagar? Quem te orientou a usar esse método? E depois que ele nasceu, você começou/continuou a usar método? E seus outros filhos, você engravidou porque parou de usar ou o método falhou?

\***SE NÃO TEVE FILHOS ANTES DE CHEGAR A MDO:** Por que você não teve filhos? Queria ter tido? Usava algum método para evitar ter filhos? Seu companheiro queria ter filhos?

25. (**PARA TODAS**) Você me disse que teve \_ filho(s) nascido(s) em MDO. **SE TEVE FILHOS:**

\* Qual era sua idade quando cada um deles nasceu? Você queria ter esses filhos no momento em que eles nasceram ou acha que podia ter esperado mais? Seu companheiro queria ter filhos?

- \*Fez pré-natal? Como foi o parto (normal, em casa, cesárea)? Como foi a assistência médica, infraestrutura hospitalar? Foi feito em MDO ou outra cidade?
- \*Quando chegou aqui, você usava algum método para evitar ter filhos? Qual? Onde obtinha, tinha que pagar? Quem te orientou a usar esse método? Quando engravidou dos seus filhos aqui, foi porque parou de usar ou o método falhou?
- \***SE NÃO TEVE FILHOS EM MDO:** Por que você não teve filhos? Queria ter tido? Usava algum método para evitar ter filhos? Seu companheiro queria ter filhos?
26. Você é esterilizada/ligada/fez laqueadura? Onde fez? Teve que pagar? Foi durante o parto? Quem te orientou a fazer?
27. **(PARA AS NÃO ESTERILIZADAS E AINDA EM IDADE REPRODUTIVA QUE JÁ TEM FILHO)** Atualmente, você deseja ter mais filhos do que já tem? Está usando algum método contraceptivo para evitar novas gravidezes? Qual? Por quê? Onde obtém? E no futuro, gostaria de ter mais filho? **PARA AS QUE NÃO QUEREM TER MAIS FILHOS:** Porque não?
28. **(PARA AS ENTREVISTADAS QUE TÊM FILHOS)** Quando você era mais jovem, antes de casar e ter filhos, quantos filhos pensava em ter? Pensava em ter esse número que você tem hoje ou acha que teve muito/pouco? Por que você achava que esse número era bom? Por que você acha que não teve o tanto que queria?
- (PARA AS QUE NÃO TÊM FILHOS)** Quantos filhos você gostaria de ter? Você acha que vai tê-los? Por que você acha que esse número é o ideal? Quanto tempo você ainda quer esperar?
29. Sua mãe ou alguém próximo conversou com você, quando você era jovem, sobre casamento, filhos e métodos para evitá-los? Você conversa com seus filhos sobre isso?
30. Pensando no cultivo da terra, colheita e criação de animais, na chegada em Machadinho e nos anos posteriores, levando em consideração o que vocês/seus pais e pessoas próximas passaram aqui (as dificuldades, o trabalho etc), você acha que ter muitos filhos ajuda, atrapalha ou não faz diferença? Por quê? Você acha que algumas pessoas tinham mais filhos, pensando que eles poderiam contribuir no trabalho na terra?
31. Você acha que, hoje em dia, mulheres mais jovens, da sua idade, querem ter mais, menos ou o mesmo número de filhos que as mulheres mais velhas tinham, quando tinham a mesma idade que essas jovens? Por que você pensa assim? Você acha que as jovens hoje têm menos filhos?
32. Você acha que é mais fácil para as jovens hoje conseguirem ter o número de filhos que elas desejam do que foi para as mulheres mais velhas? Por quê?
33. Em relação aos serviços médicos, de pré-natal e parto, você acha que houve melhoras ou não, em comparação à época que sua mãe teve seus filhos? Como foi para você, como você avalia?
34. Em relação ao acesso aos métodos para não engravidar, você acha que houve melhoras ou não, em comparação à época que sua mãe teve filhos? Como é para você como você avalia?
35. Para finalizar, Quais são seus desejos para o futuro, suas ambições de vida e planos? Você acha que hoje as jovens estudam mais, tem mais oportunidades de emprego, de vida do que as mulheres mais velhas tiveram? Por quê?

**1C – Mulheres que viveram a maior parte do seu período reprodutivo nos estágios iniciais da fronteira – Residentes na área urbana**

**\*Vamos começar falando um pouco sobre a vida em MDO.**

1. Qual a sua idade?
2. A senhora é casada, viúva, solteira? Perguntar a quanto tempo está casada, a idade ao se unir e se essa é a única união. Perguntar se casou no civil e no religioso ou se é só 'juntada'.
3. A senhora nasceu em Machadinho? *SE NÃO*: Onde nasceu? Com quantos anos chegou em MDO? Como veio pra cá?
4. A senhora tem filhos? Quantos? Qual a idade deles? Quantos nasceram antes e depois da chegada à Machadinho? Eles moram com a senhora, em MDO ou em outra cidade? Eles trabalham com o quê? Perguntar se são todos da mesma união. Perguntar se algum morreu. Tem netos (ver com que idade a filha foi mãe)?
5. A senhora frequentou a escola? Até que série? *Se tiver filhos*: seus filhos estudaram?
6. E seus pais, são de onde? Eles também já moraram em MDO?
7. A senhora sempre morou aqui na cidade ou já morou em sítio aqui perto? *Se sim*: Tinha terra própria ou trabalha pra alguém? A senhora trabalhava na terra? Com quem a senhora morava lá (*se for com os pais, perguntar se os irmãos ajudavam*)? *Se não*: Com que a senhora trabalhou na vida?
8. Há quanto tempo a senhora mora aqui na cidade? Me fale um pouco sobre porque decidiram morar aqui, sobre a vinda para a área urbana, as propriedades que já tiveram/moraram, porque não ficaram nelas, se já tinham parentes ou conhecidos aqui (**EXPLORAR BEM ESSA PARTE**).
9. *SE NÃO NASCEU EM MDO*: Antes de chegar a MDO, a senhora morou em outras cidades? Por quê?
10. Como era Machadinho quando a senhora chegou aqui (*ou quando era pequena, se a entrevistada nasceu em MDO*)? Quais os problemas e as dificuldades existentes?
11. E tinha hospital, escola? O acesso a eles era fácil? Quando precisavam de algo, resolviam no núcleo urbano de MDO ou cidades próximas?
12. A senhora (ou seus pais) tem alguma propriedade na área rural? (*Se tiverem propriedades*) Qual o principal uso que vocês fazem dessa propriedade? Vocês plantam, criam gado? É para venda e/ou consumo próprio? Quem mora nela? A senhora (ou seus irmãos, se for dos pais) pretendem morar nela algum dia? Por quê?
13. (*Quando se aplicar*) Quando a senhora/seus pais chegaram no lote em MDO, a senhora ou seus irmãos, eles ajudaram na limpeza do lote, no cultivo, na colheita?
14. Qual a principal fonte de renda da sua família hoje? Perguntar se recebe aposentadoria ou algum auxílio do governo (bolsa família ou outro). Você recebe ajuda financeira dos filhos ou de alguém da família ou a senhora que tem que os ajudar?
15. A senhora trabalha com o quê? Quais tarefas realiza?
16. E seu marido? Quais tarefas realiza?

17. A senhora possui televisão, rádio? Com qual frequência a senhora assiste TV e ouve rádio? Que tipo de programa gosta de assistir? É parabólica?
18. E qual a sua religião? Com qual frequência a senhora vai à missa/culto? Sempre pertenceu a essa religião? A senhora acha que a religião tem alguma influência no seu modo de viver (casar, ter e criar filhos)?
19. A senhora acha que a vida hoje está melhor ou pior do que quando chegou aqui (*ou quando era pequena*)? Por quê? Quanto tempo depois de chegar a MDO a vida começou a melhorar/piorar?
20. Quais mudanças ocorreram em Machadinho desde que chegou aqui (*ou desde quando era pequena*)? Perguntar sobre transformações no meio ao redor, na terra, no crescimento do meio urbano, na infraestrutura de serviços básicos, nas condições materiais e socioeconômicas da cidade.

**\*Vamos conversar agora sobre filhos.**

**21. (SÓ PARA QUEM NÃO NASCEU EM MDO) SE TEVE FILHOS ANTES DE CHEGAR:** Pensando agora na sua vida antes de vir para Machadinho. A senhora me disse que tinha \_\_ filho(s) antes de chegar aqui.

\* Qual era sua idade quando cada um deles nasceu? A senhora queria ter esses filhos no momento em que eles nasceram ou acha que podia ter esperado mais? Seu companheiro queria ter filhos?

\*Fez pré-natal? Como foi o parto (normal, em casa, cesárea)? Como foi a assistência médica, infraestrutura hospitalar?

\* Quando você engravidou pela primeira vez, usava algum método para evitar ter filhos? Qual? Quando começou a usar? Onde obtinha, tinha que pagar? Quem te orientou a usar esse método? E depois que ele nasceu, você começou/continuou a usar método? E seus outros filhos, você engravidou porque parou de usar ou o método falhou?

\* **SE NÃO TEVE FILHOS ANTES DE CHEGAR A MDO:** Por que a senhora não teve filhos? Queria ter tido? Usava algum método para evitar ter filhos? Seu companheiro queria ter filhos?

**22. (PARA TODAS)** A senhora me disse que teve \_ filho(s) nascido(s) em MDO. **SE TEVE FILHOS:**

\* Qual era sua idade quando cada um deles nasceu? A senhora queria ter esses filhos no momento em que eles nasceram ou acha que podia ter esperado mais? Seu companheiro queria ter filhos?

\*Fez pré-natal? Como foi o parto (normal, em casa)? Como foi a assistência médica, infraestrutura hospitalar? Foi feito em MDO ou outra cidade?

\* Quando chegou aqui, você usava algum método para evitar ter filhos? Qual? Onde obtinha, tinha que pagar? Quem te orientou a usar esse método? Quando engravidou dos seus filhos aqui, foi porque parou de usar ou o método falhou?

\* **SE NÃO TEVE FILHOS EM MDO:** Por que a senhora não teve filhos? Queria ter tido? Usava algum método para evitar ter filhos? Seu companheiro queria ter filhos?

23. A senhora é esterilizada/ligada/fez laqueadura? Onde fez? Teve que pagar? Foi durante o parto? Quem te orientou a fazer?
24. Quando a senhora era mais jovem, antes de casar e ter filhos, quantos filhos pensava em ter? Pensava em ter esse número que a senhora tem hoje ou acha que teve muito/pouco? Por que a senhora achava que esse número era bom? Por que a senhora acha que não teve o tanto que queria?
25. Sua mãe ou alguém próximo conversou com a senhora, quando a senhora era jovem, sobre casamento, filhos e métodos? A senhora conversou com seus filhos sobre isso?
26. **(PARA QUEM JÁ MOROU EM LOTE)** Pensando no cultivo da terra, colheita e criação de animais, na chegada em Machadinho e nos anos posteriores, levando em consideração o que a senhoras/seus pais e pessoas próximas passaram aqui (as dificuldades, o trabalho etc), a senhora acha que ter muitos filhos ajuda, atrapalha ou não faz diferença? Por quê? A senhora acha que algumas pessoas tinham mais filhos, pensando que eles poderiam contribuir no trabalho na terra?
27. Me fale sobre todas as dificuldades que tiveram durante todo esse tempo que moram aqui, pensando em tudo desde que chegaram e nos anos depois até os dias de hoje, incluindo aí o que passou com os filhos. Agora, me fale das coisas boas, das conquistas, incluindo aí o que passou os filhos.
28. A senhora acha que as mulheres mais jovens, hoje em dia, querem ter mais, menos ou o mesmo número de filhos que as mulheres da sua idade queriam, quando tinham a mesma idade que essas jovens? Por que a senhora pensa assim? A senhora acha que as jovens hoje têm menos filhos?
29. A senhora acha que é mais fácil para as jovens de hoje conseguirem ter o número de filhos que elas desejam do que foi para a senhora? Por quê?
30. Em relação aos serviços médicos, hospitalares, de pré-natal e parto, a senhora acha que houve melhoras ou não, em comparação à época que a senhora teve seus filhos? Como foi para a senhora?
31. Em relação ao acesso aos métodos para não engravidar, a senhora acha que houve melhoras ou não, em comparação à época que a senhora era jovem? Como foi para a senhora?
32. Para finalizar, quais as diferenças que a senhora vê entre seus desejos para o futuro, suas ambições de vida e planos quando a senhora era jovem e os das jovens de hoje em dia? A senhora acha que elas estudam mais, tem mais oportunidades de emprego, de vida do que a senhora teve?

**1D – Mulheres que viveram a maior parte do seu período reprodutivo nos estágios mais recentes da fronteira – Residentes na área urbana**

**\*Vamos começar falando um pouco sobre a vida em MDO.**

1. Qual a sua idade?
2. Você é casada, viúva, solteira? Perguntar a quanto tempo está casada, a idade ao se unir e se essa é a única união. Perguntar se casou no civil e no religioso ou se é só 'juntada'.
3. Você nasceu em Machadinho? *SE NÃO*: Onde nasceu? Com quantos anos chegou em MDO? Como/com quem veio pra cá? (*SE NÃO FOR CASADA*) Você mora com seus pais?
4. Você tem filhos? Quantos? Qual a idade deles? Quantos nasceram antes e depois da chegada à Machadinho? Eles moram com você, em MDO ou em outra cidade? Eles trabalham com o quê? Perguntar se são todos da mesma união. Perguntar se algum morreu. Tem netos (ver com que idade a filha foi mãe)?
5. Você frequentou a escola? Até que série? *Se tiver filhos*: seus filhos estudam?
6. E seus pais, são de onde? *Se a entrevistada não morar com os pais*: Eles moram em MDO (na cidade ou em sítio)?
7. Você sempre morou aqui na cidade ou já morou em sítio aqui perto? Seus pais já moraram em sítio aqui? *Se sim*: Tinham terra própria ou trabalhavam pra alguém? Você os ajudava? Você tem quantos irmãos? Eles ajudavam seus pais na terra? Por que não moram mais em sítio? *Se não*: Com que eles trabalhavam?
8. Há quanto tempo você (*ou os pais, se a entrevistada nasceu em MDO*) mora aqui na cidade? Me fale um pouco sobre porque decidiram morar aqui (MDO, Norte, fronteira), sobre a vinda para a área urbana, as propriedades que já tiveram/moraram, porque não ficaram nelas, etc. Perguntar como os pais vieram, se já tinham parentes ou conhecidos aqui (**EXPLORAR BEM ESSA PARTE**).
9. *SE NÃO NASCEU EM MDO*: Antes de chegar a MDO, você morou em outras cidades? Por quê?
10. Como era Machadinho quando você chegou aqui (*ou quando era pequena, se a entrevistada nasceu em MDO*)? Quais os problemas e as dificuldades existentes?
11. E tinha hospital, escola? O acesso a eles era fácil? Quando precisavam de algo, resolviam no núcleo urbano de MDO ou em cidades próximas?
12. Você ou seus pais tem alguma propriedade na área rural? (*Se tiverem propriedades*) Qual o principal uso que vocês fazem dessa propriedade? Vocês plantam, criam gado? É para venda e/ou consumo próprio? Quem mora nela? Você (ou seus irmãos) pretende morar nela? Por quê?
13. (*Quando se aplicar*) Quando você/seus pais chegaram no lote em MDO, você ou seus irmãos, eles ajudaram na limpeza do lote, no cultivo, na colheita?
14. Qual a principal fonte de renda da sua família hoje? Perguntar se recebe aposentadoria ou algum auxílio do governo (bolsa família ou outro). Você ajuda financeiramente seus filhos/pais ou alguém da família ou você que recebe algum tipo de ajuda?
15. Você trabalha com o quê? Quais tarefas realiza?

16. E seu marido (*ou os pais, se a entrevistada mora com eles*)? Quais tarefas realiza?
17. Vocês possuem televisão, rádio? Com qual frequência você assiste TV e ouve rádio? Que tipo de programa gosta de assistir? É parabólica?
18. E qual a sua religião? Com qual frequência você vai à missa/culto? Sempre pertenceu a essa religião? Você acha que a religião tem alguma influência no seu modo de viver (casar, ter filhos)?
19. Você acha que a vida hoje está melhor ou pior do que quando chegou aqui (*ou quando era pequena*)? Por quê? Quanto tempo depois de chegar a MDO a vida começou a melhorar/piorar?
20. Quais mudanças ocorreram em Machadinho desde que chegou aqui (*ou desde quando era pequena*)? Perguntar sobre transformações no meio ao redor, na terra, no crescimento do meio urbano, na infraestrutura de serviços básicos, nas condições materiais e socioeconômicas da cidade.

**\*Vamos conversar agora sobre filhos.**

*Quando a entrevistada não tiver filhos, perguntar sobre a mãe: a idade, quantos filhos ela teve, a idade deles, se todos nasceram em Machadinho, se algum morreu, onde eles moram, se trabalham/estudam, se a entrevistada sabe se a mãe teve parto hospitalar, se é esterilizada.*

21. **(SÓ PARA QUEM NÃO NASCEU EM MDO) SE TEVE FILHOS ANTES DE CHEGAR:** Pensando agora na sua vida antes de vir para Machadinho. Você me disse que tinha \_\_ filho(s) antes de chegar aqui.

\* Qual era sua idade quando cada um deles nasceu? Você queria ter esses filhos no momento em que eles nasceram ou acha que podia ter esperado mais? Seu companheiro queria ter filhos?

\*Fez pré-natal? Como foi o parto (normal, em casa, cesárea)? Como foi a assistência médica, infraestrutura hospitalar?

\* Quando você engravidou pela primeira vez, usava algum método para evitar ter filhos? Qual? Quando começou a usar? Onde obtinha, tinha que pagar? Quem te orientou a usar esse método? E depois que ele nasceu, você começou/continuou a usar método? E seus outros filhos, você engravidou porque parou de usar ou o método falhou?

\* **SE NÃO TEVE FILHOS ANTES DE CHEGAR A MDO:** Por que você não teve filhos? Queria ter tido? Usava algum método para evitar ter filhos? Seu companheiro queria ter filhos?

22. **(PARA TODAS)** Você me disse que teve \_ filho(s) nascido(s) em MDO. **SE TEVE FILHOS:**

\* Qual era sua idade quando cada um deles nasceu? Você queria ter esses filhos no momento em que eles nasceram ou acha que podia ter esperado mais? Seu companheiro queria ter filhos?

\*Fez pré-natal? Como foi o parto (normal, em casa, cesárea)? Como foi a assistência médica, infraestrutura hospitalar? Foi feito em MDO ou outra cidade?

- \* Quando chegou aqui, você usava algum método para evitar ter filhos? Qual? Onde obtinha, tinha que pagar? Quem te orientou a usar esse método? Quando engravidou dos seus filhos aqui, foi porque parou de usar ou o método falhou?
- \***SE NÃO TEVE FILHOS EM MDO:** Por que você não teve filhos? Queria ter tido? Usava algum método para evitar ter filhos? Seu companheiro queria ter filhos?
23. Você é esterilizada/ligada/fez laqueadura? Onde fez? Teve que pagar? Foi durante o parto? Quem te orientou a fazer?
24. **(PARA AS NÃO ESTERILIZADAS E AINDA EM IDADE REPRODUTIVA QUE JÁ TEM FILHO)** Atualmente, você deseja ter mais filhos do que já tem? Está usando algum método contraceptivo para evitar novas gravidezes? Qual? Por quê? Onde obtém? E no futuro, gostaria de ter mais filho? **PARA AS QUE NÃO QUEREM TER MAIS FILHOS:** Porque não?
25. **(PARA AS ENTREVISTADAS QUE TÊM FILHOS)** Quando você era mais jovem, antes de casar e ter filhos, quantos filhos pensava em ter? Pensava em ter esse número que você tem hoje ou acha que teve muito/pouco? Por que você achava que esse número era bom? Por que você acha que não teve o tanto que queria?
- (PARA AS QUE NÃO TÊM FILHOS)** Quantos filhos você gostaria de ter? Você acha que vai tê-los? Por que você acha que esse número é o ideal? Quanto tempo você ainda quer esperar?
26. Sua mãe ou alguém próximo conversou com você, quando você era jovem, sobre casamento, filhos e métodos? Você conversa com seus filhos sobre isso?
27. **(PARA QUEM JÁ MOROU OU TEM PAIS QUE MORAM EM LOTE)** Pensando no cultivo da terra, colheita e criação de animais, na chegada em Machadinho e nos anos posteriores, levando em consideração o que vocês/seus pais e pessoas próximas passaram aqui (as dificuldades, o trabalho etc), você acha que ter muitos filhos ajuda, atrapalha ou não faz diferença? Por quê? Você acha que algumas pessoas tinham mais filhos, pensando que eles poderiam contribuir no trabalho na terra?
28. Você acha que, hoje em dia, mulheres mais jovens, da sua idade, querem ter mais, menos ou o mesmo número de filhos que as mulheres mais velhas tinham, quando tinham a mesma idade que essas jovens? Por que você pensa assim? Você acha que as jovens hoje têm menos filhos?
29. Você acha que é mais fácil para as jovens hoje conseguirem ter o número de filhos que elas desejam do que foi para as mulheres mais velhas? Por quê?
30. Em relação aos serviços médicos, de pré-natal e parto, você acha que houve melhoras ou não, em comparação à época que sua mãe teve seus filhos? Como foi para você, como você avalia?
31. Em relação ao acesso aos métodos para não engravidar, você acha que houve melhoras ou não, em comparação à época que sua mãe teve filhos? Como é para você como você avalia?
32. Para finalizar, Quais são seus desejos para o futuro, suas ambições de vida e planos? Você acha que hoje as jovens estudam mais, tem mais oportunidades de emprego, de vida do que as mulheres mais velhas tiveram? Por quê?

## **ANEXO 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido lido e entregue às participantes**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “**A transição da fecundidade em uma região de pós-fronteira: um estudo qualitativo para Machadinho d’Oeste, Rondônia**”. Esta pesquisa é coordenada pela Professora Laura Wong, da Universidade Federal de Minas Gerais, e conduzida pela aluna de doutorado Juliana Vasconcelos de Souza Barros, da mesma universidade.

Nosso objetivo é avaliar o contexto de mudanças na fecundidade e na quantidade de filhos tidos pelas mulheres em Machadinho d’Oeste, entendendo as preferências por determinado número de filhos e os métodos contraceptivos usados para controlar esse número em relação com a realidade, o desenvolvimento, a infraestrutura e os problemas de uma área de fronteira agrícola como Machadinho. Ela é importante e se justifica pelas mudanças que vem ocorrendo no número de filhos em todo o país e a necessidade de se verificar se também aqui essas mudanças estão ocorrendo e de que forma.

Para sua realização, será feita uma entrevista individual com mulheres que moram em Machadinho. Caso aceite participar, você responderá a algumas perguntas sobre o local em que você mora, as mudanças que você tem observado desde que mudou para cá, o desenvolvimento da região, as atividades que você exerce na terra ou na cidade e, ainda, sobre seus filhos. Importante lembrar que não existem respostas certas ou erradas. Quero ouvir sua história e o que você tem a falar sobre os temas que eu vou lhe perguntar. Para que eu possa registrar nossa conversa para analisá-la juntamente com as das outras mulheres que participarão, será preciso gravá-la utilizando um gravador de voz. Essas gravações ficarão guardadas nos computadores pessoais dos pesquisadores responsáveis pelo período de 5 anos. A duração da entrevista é de aproximadamente 40 minutos.

Sua participação é voluntária. Você não receberá qualquer compensação ou remuneração ao aceitar participar. O benefício em participar da pesquisa é o conhecimento que você estará ajudando a gerar a respeito das coisas que acontecem na sua cidade, a sua volta. Você pode se recusar a participar, retirar seu consentimento, interromper a entrevista ou não responder a alguma questão a qualquer momento, sem nenhum problema ou penalização para você. Os resultados da pesquisa serão divulgados em trabalhos científicos relacionados a esta pesquisa e seus dados são confidenciais e o sigilo e anonimato são garantidos, sua identidade não será revelada.

Toda pesquisa apresenta riscos e, no caso desta pesquisa, eles são mínimos e dizem respeito a constrangimentos e possíveis quebras de sigilo e confidencialidade. Para reduzir esses riscos, as seguintes medidas são tomadas: entrevistas realizadas em local tranquilo, sem a presença de outras pessoas, para assegurar a confidencialidade das e reduzir os constrangimentos; somente os pesquisadores responsáveis terão acesso às gravações e aos nomes dos participantes; garantia de anonimato na divulgação dos resultados, com respostas não associadas ao nome real do participante; e direito de não responder às perguntas que causem desconforto.

Qualquer dúvida poderá ser esclarecida comigo, no momento da entrevista. O participante e o pesquisador assinarão duas vias iguais deste termo que está sendo lido, ficando uma via com o participante e a outra com o pesquisador. Caso você queira mais informações sobre estudo, você pode entrar em contato com os pesquisadores através dos telefones, e-mails

ou endereços fornecidos abaixo. Para esclarecer dúvidas ou questões éticas relacionadas ao projeto de pesquisa, você pode consultar o Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP), responsável pela aprovação da parte ética do estudo e cujo endereço também consta neste documento.

Pesquisadora Responsável:

Professora Laura Lúcia Rodríguez Wong

Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Sala 3065. Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais. Cep: 30270-901

Telefone de contato: (31) 3409-7152

E-mail: lwong@cedeplar.ufmg.br

Pesquisadora assistente:

Juliana Vasconcelos de Souza Barros

Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Sala 3065. Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais. Cep: 30270-901

Telefone de contato: (31) 99312-3640

E-mail: julianav@cedeplar.ufmg.br

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005. Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais. Cep: 30270-901

Telefone de contato: (31) 3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

### CONSENTIMENTO

A entrevistadora \_\_\_\_\_ leu em voz alta todas as informações sobre o estudo que está desenvolvendo e pude esclarecer todas as dúvidas a respeito da pesquisa. Minha participação é voluntária e posso desistir da entrevista, mesmo depois de seu início, ou posso não responder as perguntas feitas, sem que isto me traga qualquer prejuízo. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos, dos possíveis riscos e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Por tudo isso, declaro que li este termo de consentimento e concordo em participar da pesquisa respondendo às perguntas da entrevista.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura da participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da entrevistadora: \_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha, caso necessário: \_\_\_\_\_